

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO EM TEORIA DA LITERATURA

WILSON FERREIRA BARBOSA

**A RECEPÇÃO CRÍTICA DA OBRA DE DALCÍDIO JURANDIR:  
RIO DE JANEIRO E BELÉM DO PARÁ (1940 – 1980)**

Porto Alegre – RS  
JANEIRO/2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO EM TEORIA DA LITERATURA

WILSON FERREIRA BARBOSA

**A RECEPÇÃO CRÍTICA DA OBRA DE DALCÍDIO JURANDIR:  
RIO DE JANEIRO E BELÉM DO PARÁ (1940 – 1980)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Teoria da Literatura pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alexandre Baumgarten

Porto Alegre – RS  
JANEIRO/2016

WILSON FERREIRA BARBOSA

**A RECEPÇÃO CRÍTICA DA OBRA DE DALCÍDIO JURANDIR:  
RIO DE JANEIRO E BELÉM DO PARÁ (1940 – 1980)**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do grau de Mestre em Teoria da  
Literatura pelo Programa de Pós-graduação da  
Faculdade de Letras da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: 27 de janeiro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Alexandre Baumgarten (Presidente – PUCRS)

Prof. Dr. Mauro Nicola Póvoas – FURG

Prof. Dra. Regina Kohlrausch– PUCRS

Porto Alegre – RS  
JANEIRO/2016

**Este trabalho é dedicado à  
minha família que está ao meu  
lado sempre, torcendo pelo meu  
sucesso profissional.**

## MEUS AGRADECIMENTOS

A Deus, origem de todo conhecimento.

Ao Prof. Dr. Carlos Alexandre Baumgarten, que sempre esteve disposto a prestar as orientações.

À Profa. Dra. Maria Eunice Moreira, pelas sugestões durante a Banca de Qualificação de Mestrado.

A todos os professores da Pós-graduação, pelo conhecimento transmitido para a realização desta Dissertação.

Ao pessoal técnico-administrativo do Laboratório de Línguas e da Secretaria do PPGL da PUC-RS pelo suporte.

Aos Servidores da FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa – pela disponibilidade e acesso à consulta dos documentos originais.

À CCDJ – Casa de Cultura Dalcídio Jurandir – na pessoa de Carmem (nora) e Roberto (neto) de Dalcídio Jurandir, que não medem esforços para organizar todo o acervo do escritor.

Aos colegas de pós-graduação, em especial à Margarete Hülsendeger, Adriane Lazarotti, Teresa Azambuya e Raquel Belisario, que no frio porto-alegrense, sempre há calor humano.

Ao Olindo, Marineide e Aquila pela amizade verdadeira sem nada pedir em troca.

À equipe de professores da EEEM Geraldo Veloso – que sempre me apoiou para sair para cursar o Mestrado.

À Seduc/4ª. URE – pela licença para que eu pudesse obter o aperfeiçoamento profissional.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos que possibilitou a realização do Curso de Mestrado e da pesquisa para a concretização da dissertação.

Ao Helmano Ramos que mesmo longe está sempre perto nos momentos difíceis.

À Gisele Bertó e Aline por me emprestarem a assinatura no cartório.

A todos os meus amigos pelo incentivo e apoio.

Ao Fernando Moreira Gomes pelo excelente trabalho de digitação do anexo.

A morte, no hospital, apaziguou o corpo de Dalcídio Jurandir, completando seu ciclo de vida. A mente, liberta, não sei por onde anda. Sua obra está entre nós, viva, e viva permanecerá. [...] Como terá acontecido a milhares de escritores e outros que fizeram da arte seu “modus vivendi” e dela pouco receberam, mas continuarão vivos depois de sua morte física (Moacir Costa Lopes, apud: NUNES, 2006, p. 212).

## RESUMO

Dalcídio Jurandir Ramos Pereira nasceu na Vila de Ponta de Pedras, Ilha de Marajó, no estado do Pará, em 10 de janeiro de 1909. É um nome da literatura paraense de grande destaque desde 1941, quando foi lançado no Rio de Janeiro, pela Editora Vecchi, seu primeiro romance *Chove nos campos de Cachoeira*. Sua obra reveste-se de um grande valor enquanto registro da cultura paraense.

Nesse sentido, esta dissertação tem como objetivo realizar o levantamento da fortuna crítica a respeito de sua obra, especialmente daquela divulgada em jornais e revistas de Belém do Pará e do Rio de Janeiro, cidades em que atuou por maior tempo. Os periódicos a serem examinados serão aqueles em circulação entre os anos 1940 e 1980 do século XX, fase que corresponde à divulgação de sua obra. Toda a documentação original está arquivada na “Fundação Casa de Rui Barbosa”, no Rio de Janeiro e as primeiras edições (originais) de cada romance foram encontradas no acervo mantido pela família do escritor na “Casa de Cultura Dalcídio Jurandir”, situada na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro.

A pesquisa, situada no campo da crítica e da história da literatura, para além de proceder à análise do material referido, tem como objetivo reunir e transcrever os ensaios críticos sobre a obra do romancista paraense, apresentando-os na forma de anexo e, nessa medida, disponibilizando-os para consulta aos pesquisadores interessados no estudo de sua obra.

Dalcídio Jurandir publicou de 1941 a 1978 onze romances. E dez ficaram conhecidos como obras do “Ciclo do Extremo Norte”, assim denominadas pelo próprio escritor; pois segundo ele mesmo, elas revelam “A vida paraense em termos de ficção”. Em 1959 publicou *Linha do parque*, um romance que narra as lutas da classe operária do Rio Grande do Sul, e traduzido para o russo, em 1962.

Com essas obras o escritor marajoara recebeu vários prêmios: em 1960 recebeu o prêmio *Paula Brito*, da Biblioteca do Estado da Guanabara e o prêmio *Luiza Cláudio de Souza*. Em 1972 ganhou o prêmio *Machado de Assis*, pelo conjunto da obra, concedido pela Academia Brasileira de Letras.

**PALAVRAS-CHAVES:** Dalcídio Jurandir; Literatura Paraense; História Literária; Crítica Literária.

## ABSTRACT

Dalcídio Jurandir Ramos Pereira was born in Vila de Ponta de Pedras, Ilha de Marajó, in the state of Pará, Brazil, on 10 January 1909. He is a great exponent of Brazilian Literature since 1941, when his first novel, *Chove nos campos de Cachoeira*, was published by Editora Vecchi in Rio de Janeiro. His work has great value as a registration of Pará's culture.

In that sense, the aim of this thesis is to do a literature review of his work, especially around what he wrote for newspapers and magazines of Rio de Janeiro and Belém (Pará's capital), the two cities in which he was most active. The newspapers due to be examined are those that were in circulation between 1940 and 1980, a phase that corresponds to the divulgation of his work. All the original documentation is archived in the "Fundação Casa Rui Barbosa", in Rio de Janeiro, and the first editions (the originals) of each novel were found in a store held by the writer's family in the "Casa de Culture Dalcídio Jurandir", located in Niterói, state of Rio de Janeiro.

The thesis, which can be put in the field of Literary Criticism and History of Literature, is not just about analyzing the referred material but also gathering and transcribing the essays about the writer, presenting them in the appendix for researchers interested in his work to consult.

Dalcídio Jurandir published eleven novels between 1941 and 1978. Ten of them became known as novels of the "Ciclo do Extremo Norte", a name given by the writer himself, who also said they reveal "life in Pará in terms of fiction." In 1959, Dalcídio published *Linha do parque*, a novel that narrates the working class's struggles in Rio Grande do Sul; this novel was translated to Russian in 1962.

Dalcídio Jurandir got many awards with these novels: in 1960 he won the *Paula Brito* award, from the Biblioteca do Estado da Guanabara and, in that same year, the *Luíza Cláudio de Souza* award. In 1972 won the *Machado de Assis* award, granted by the Academia Brasileira de Letras, for lifetime achievement.

**Keywords:** Dalcídio Jurandir; Pará's Literature; History of Literature; Literary Criticism.

## SUMÁRIO

<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>10</b>
<b>2. BIOBIBLIOGRAFIA DE DALCÍDIO JURANDIR.....</b>	<b>15</b>
2.1. A atuação política e jornalística.....	15
2.2. A produção literária.....	18
2.2.1. O conjunto da obra do “Ciclo Extremo Norte” .....	19
2.2.2. Uma história do movimento operário do Rio Grande.....	26
2.2.3. Dalcídio Jurandir, o poeta.....	27
<b>3. A RECEPÇÃO CRÍTICA DA OBRA DE DALCÍDIO JURANDIR.....</b>	<b>29</b>
3.1. A crítica sociológica.....	34
3.2. A crítica impressionista.....	41
3.3. A crítica estilística.....	46
3.4. Artigos diversos.....	50
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>
<b>6. ANEXOS.....</b>	<b>62</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### Canções de Alinhavo

Chove nos campos de Cachoeira / e Dalcídio Jurandir já morreu. / Chove sobre a campa de Dalcídio Jurandir / e sobre qualquer outra campa, indiferentemente. / A chuva não é um epílogo, / tampouco significa sentença ou esquecimento. / Falei em Dalcídio Jurandir / como poderia falar em Rui Barbosa / ou no preto Benvindo da minha terra / ou em Atahualpa. / Sobre todos os mortos cai a chuva / com esse jeito cinzento de cair. / Confesso que a chuva me dói: ferida, / lei injusta que me atinge a liberdade. / Chover a semana inteira é nunca ter havido sol / nem azul nem carmesim nem esperança. / É eu não ter nascido e sentir / que tudo foi roto para nunca mais. / Nos campos de Cachoeira-vida / chove irremissivelmente.

(Carlos Drummond de Andrade)

Ao se falar de escritores modernos brasileiros, muitos hão de se lembrar de nomes como Graciliano Ramos, Rachel de Queirós, Jorge Amado, José Lins do Rego, Erico Verissimo, João Cabral de Melo Neto, Clarice Lispector, João Guimarães Rosa, Ariano Suassuna, Lygia Fagundes Telles, Mário Quintana. Nomes que figuram na nossa literatura como grandes mestres.

Entretanto há um que merece nossa atenção e que deveria fazer parte dessa lista. Um nome que surge na literatura brasileira como um escritor de “um regionalismo menor, amante do típico, do exótico, e vazado numa linguagem que já não era acadêmica” (BOSI, 1997, p. 481–482). Ele ficou pouco conhecido devido a uma escassa divulgação de seu trabalho e também por motivos de que seus contemporâneos tiveram uma maior relevância dentro do cenário artístico-literário que se inicia em 1922, com a Semana de Arte Moderna e se estende até os dias presentes (MOISÉS, 1995, p. 347).

Esse nome é o de Dalcídio Jurandir, “o grande romancista moderno da Amazônia”, assim chamado por Josué Montello, em sua crítica, de 08/01/1958 (no anexo, p. 90). Jurandir é escritor paraense que nasceu em 1909, na Vila de Ponta de Pedras, região da Ilha do Marajó e faleceu em 1979, na cidade do Rio de Janeiro. Este romancista foi classificado como um escritor regionalista, mas seus romances sempre trataram de temas de caráter universal, muito embora seja repleto de imagens que lembram e relembra o cenário amazônida.

Dalcídio Jurandir foi alcunhado de “Romancista da Amazônia”, pelo pesquisador, também paraense, Benedito Nunes<sup>1</sup>, é considerado um dos grandes representantes da literatura do Pará e é “enfim, do mais complexo e moderno de todos, o marajoense Dalcídio Jurandir...” (BOSI, 1997, p. 481–482). Diante da sua atuação pública e de toda sua produção literária, justifica-se a realização de um trabalho a respeito da fortuna crítica de sua obra, especialmente daquela divulgada através da imprensa de Belém do Pará, e no Rio de Janeiro, locais em que viveu por maior tempo.

A obra de Dalcídio Jurandir reveste-se de um grande valor enquanto registro da cultura paraense. Intelectual e romancista atuante do século vinte, estreou na ficção com o romance *Chove nos campos de Cachoeira*, publicado no ano de 1941. Antes disso, em 1940, na cidade do Rio de Janeiro saiu vitorioso do concurso literário “Vecchi-Dom Casmurro”, promovido pelo jornal literário *Dom Casmurro*.

Nesse sentido, o período a ser focalizado neste trabalho está contido nos jornais e revistas em circulação nos anos de 1940 a 1980, época correspondente à divulgação do conjunto de sua produção literária mais significativa, inclusive a crítica realizada “post mortem”.

Assim, a feitura desta dissertação tem como objetivo primordial, a realização do levantamento nos diversos órgãos culturais, especificamente nas cidades já referidas, e o registro do acervo crítico ao que diz respeito ao conjunto de obras desse escritor paraense. Pois, dessa forma, acreditamos que o registro e a conservação da crítica a respeito do escritor marajoara servem como uma maneira documental de manter a sua obra viva, não só como parte da literatura paraense, ou regionalista, mas, sobretudo, como representante do cenário do

---

<sup>1</sup> “Benedito José Viana da Costa Nunes (1929–2011), ou apenas Benedito Nunes, nasceu em Belém, capital do Pará. Foi filósofo e escritor. Sua vida foi incessantemente dedicada à Filosofia e à Literatura. Desde os anos 50 atuou como professor na Universidade Federal do Pará, como titular de Filosofia, e em outras universidades brasileiras, francesas e norte-americanas, no campo da literatura. Um dos criadores da Faculdade de Filosofia do Pará, realizou seu mestrado na Sorbonne, em Paris, tendo a honra, então, de ser aluno de mestres como Merleau-Ponty e Paul Ricoeur. Sua obra é vasta, composta de livros, participações em criações coletivas e artigos inúmeros em edições especializadas. Sua primeira obra foi justamente uma análise do trabalho de Clarice Lispector - O mundo de Clarice Lispector, de 1966 -, sobre quem escreveria constantemente. Ele se especializou particularmente em discorrer sobre a ligação entre a literatura e a filosofia. Alguns de seus livros mais conhecidos são: O Crivo de Papel; O drama da linguagem - uma leitura de Clarice Lispector; Oswald Canibal; O tempo na narrativa; No tempo do niilismo e outros ensaios; entre outros. Especialista também em Guimarães Rosa, Kant, Heidegger e Nietzsche. Suas produções mais recentes foram Heidegger e Ser e Tempo, de 2002, e Crônica de duas cidades: Belém e Manaus, escrito em parceria com o escritor amazonense Milton Hatoum, de 2006”. Disponível em <<http://www.infoescola.com/biografias/benedito-nunes/>> e <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14s0/12.pdf>>. Acesso realizado em 09 de agosto de 2015.

modernismo literário brasileiro<sup>2</sup>. E conforme Gunter Karl Pressler (In: FERNANDES, 2007, p. 68):

A reminiscência a Dalcídio Jurandir caracteriza-se melhor como rememoração: tirar do esquecimento da História da Literatura Brasileira um autor chamado “regionalista menor”; nas palavras de Alfredo Bosi (1970/1994, p. 426): a “literatura regional amazônica (...) assume, nos casos mais felizes, um inegável valor documental”.

A maior parte da documentação pesquisada (cerca de 90%) está arquivada na “Fundação Casa de Rui Barbosa”, no Rio de Janeiro. Outras fontes encontram-se na “Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves”, em Belém, Setor de Periódico e Obras Raras. Encontramos as primeiras edições (originais) de cada romance no acervo mantido pela família do escritor na “Casa de Cultura Dalcídio Jurandir”<sup>3</sup>, situada na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro.

A pesquisa, situada no campo da crítica e da história da literatura, para além de proceder à análise do material recolhido, pretende reunir e transcrever os ensaios críticos sobre a obra do romancista paraense, atualizando-os linguisticamente para apresentá-los na forma de anexo e, nessa medida, disponibilizar para consulta aos pesquisadores interessados no estudo da literatura do Pará.

Dessa forma, apossamo-nos das palavras de Regina Zilberman (1989, p. 31): “não se trata de história [da Literatura], e sim de uma moldura para uma história...”, posto que servirá como material para os estudiosos da história e da crítica da literatura brasileira.

Esta pesquisa vale-se dos argumentos teóricos realizados por Enrique Anderson Imbert, em sua obra *A crítica literária: seus métodos e problemas* (1986), na qual ele discorre sobre suas pesquisas no campo da crítica literária, conceituando e caracterizando as diversas técnicas de realizar uma crítica literária.

Dentre os vários métodos enumerados por Imbert, para a realização desta dissertação, após a leitura das várias críticas, nos detivemos em três tipos que basicamente nortearam os

---

<sup>2</sup> “DENONIMA-SE *Modernismo*, em poesia, o movimento literário que se prolonga da Semana de Arte Moderna, até o meado do século. [...] Se costuma dividir o Modernismo em fases ou gerações: 1) a primeira, também chamada *Modernismo (stricto sensu)*, vai de 1922 até por volta de 1930: é a *fase de ruptura* com moldes anteriores; 2) a segunda estende-se de 1930 até 1945: os temas, antes circunscritos de modo geral à ambivalência brasileira, voltam-se para o homem e seus problemas como ser individual ou social [...]; 3) a terceira, a partir de 1945, traz a marca da disciplina e pesquisa no que diz com a expressão: trata-se da fase *esteticista*” (COUTINHO, 2004, p. 44).

<sup>3</sup> É importante salientar que a “Casa de Cultura Dalcídio Jurandir” se encontra no momento (janeiro/2016) em fase de organização de todo o acervo de Dalcídio Jurandir para que possa ser liberado ao público para consulta e pesquisa.

pontos de vista daqueles que examinaram os romances de Dalcídio Jurandir. Os três métodos que circundam os olhares analíticos das obras dalcidianas são: o sociológico, o impressionista e o estilístico. Essa metodologia será vista no capítulo três, onde faremos uma conceituação, e também verificaremos as características de cada método. Ainda nesse mesmo capítulo realizaremos uma análise a respeito dos artigos críticos pesquisados.

Também serviu como parâmetro argumentativo as proposições de Angélica Maria Santos Soares, presentes no livro *Manual de teoria literária* (1990, p. 90–128), organizado por Rogel Samuel, no capítulo 5, intitulado *A crítica*. A autora caracteriza e faz uma explanação da importância da crítica para os estudos literários. Segundo a pesquisadora (SOARES, 1990, p. 91): “A palavra crítica guarda a dupla significação de negatividade e positividade. [...] Cabe, portanto, à crítica literária desempenhar suas funções de caracterização da obra, através da distinção dos elementos que a compõem e a identificam na sua diferença”.

Para estudarmos o Modernismo, o teórico Afrânio Coutinho, com a obra *A literatura no Brasil: Era Modernista* (2004), foi a base para nossa pesquisa. Nesse trabalho, no capítulo 52, Coutinho faz uma minuciosa abordagem sobre o período modernista literário brasileiro e também realiza uma caracterização da crítica da literatura desde 1922 até 1970.

Diante desse panorama esta dissertação será organizada em três capítulos, conforme estrutura a seguir: o 1º. capítulo refere-se a uma introdução, apresentando o formato da pesquisa, os objetivos, bem como a fundamentação teórica; o 2º. capítulo tratará da biobibliografia de Dalcídio Jurandir em que faremos uma breve abordagem de seus trabalhos enquanto homem político e jornalista; e também a sua produção literária organizada cronologicamente.

A 3ª. parte abordará os conceitos e as características da crítica literária, em especial: a crítica de caráter sociológico, a crítica impressionista e a estilística; concomitantemente serão analisadas 32 críticas a respeito da obra dalcidiana, de acordo com esses três tipos de análises pesquisadas e mais 38 que tratam de modo geral da apresentação de resumos, de homenagens e dos prêmios que Dalcídio Jurandir ganhou. Entre os 70 artigos críticos pesquisados, estão arroladas 11 pequenas notas que também registraram algum parecer a respeito dos romances do escritor marajoara e merecem, também, algum destaque.

E por fim, está organizado um anexo em que constam todos os 70 trabalhos críticos arrolados nesta Dissertação, que foram publicados sobre a obra do escritor paraense na imprensa do Rio de Janeiro e em Belém, digitalizados e atualizados linguisticamente dos textos originais. Ressalte-se, que há, aqui, alguns artigos de outros lugares, como São Paulo (4

artigos) e Manaus (apenas um), que não representam um número significativo dentro do *corpus* por nós selecionado.

Dentre a documentação encontrada há um total, na Fundação Casa de Rui Barbosa, de cento e vinte e dois recortes de periódicos, e coletamos o maior número possível de documentos existentes, posto que muitos já apresentavam marcas do tempo, ausência de partes, como apenas fragmentos isolados, ou seja, vários aspectos que dificultavam a leitura e comprometiam a inteligibilidade do texto como um todo.

## 2 BIOBIBLIOGRAFIA DE DALCÍDIO JURANDIR

### 2.1 A ATUAÇÃO POLÍTICA E JORNALÍSTICA

Filho de Alfredo Pereira e Margarida Ramos, DALCÍDIO JURANDIR Ramos Pereira nasceu na Vila de Ponta de Pedras, situada na Ilha de Marajó, no estado do Pará, em 10 de janeiro de 1909. Em 1910, a família se transferiu para a Vila de Cachoeira, local onde o escritor viveu a infância e, como não frequentou a escola, sua mãe lhe ensinou as primeiras letras. Em 1916, começou a sua viagem pelo mundo da leitura, lendo os livros que compunham a estante de seu pai. Em 1935, Guiomarina Luzia Freire se tornou sua esposa e com ela teve quatro filhos (dos quais um morreu ainda criança e outro, aos vinte e quatro anos).

Na sua carreira política, não por ser político, mas no seu papel de cidadão-político, Dalcídio Jurandir atuou como auxiliar de gabinete da Interventoria do Pará, em Belém, em 1931. Ao mesmo tempo foi colaborador nos jornais *O Imparcial*, *Crítica* e no *Estado do Pará*. Por participar do Movimento da Aliança Nacional Libertadora<sup>4</sup> e por suas ideias esquerdistas, em 1936, se tornou preso político por dois meses, acusado de ser comunista. Em 1937, ocorreram mudanças políticas implantadas pelo governo de Getúlio Vargas (1930–1945), instituindo a ditadura do Estado Novo. Jurandir, afiliado do Partido Comunista, participou assim da campanha contra o fascismo e foi, por isso, novamente preso por mais três meses. Em 1938, após as prisões que sofreu, Dalcídio Jurandir retomou as suas atividades como jornalista e reassumiu seu trabalho como inspetor escolar em Belém.

Em vários momentos sua produção escrita para os periódicos foi influenciada pelo poder constituído e, em outros, luta contra os interesses desse mesmo poder, conforme suas próprias palavras em seu artigo a respeito do “Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores”, em 1945, intitulado “O Silêncio da Imprensa sobre o Congresso de Escritores”:

As lutas e as divergências eram naturais. Não se tratava de um congresso a favor ou contra o comunismo, mas de um congresso de escritores que refletiam o estado de espírito do Brasil atual no seu aluvião de ideias e tendências, nessa fermentação escura e dramática da qual devemos sair amanhã quando nos libertamos do atraso e da ignorância, da velha opressão semifeudal e dos bancos estrangeiros. [...] Os escritores comunistas participaram do Congresso e não foram obter pequenos e imediatos triunfos. Foram obter o triunfo, sim, de uma participação militante em defesa da liberdade. (NUNES, 2006, p. 84 – 85).

---

<sup>4</sup> A respeito do Movimento da Aliança Nacional Libertadora está registrado em seu romance *Linha do parque*. Como exemplo: “– Tu, então, vieste assistir à inauguração da Aliança Nacional Libertadora, não, seu dinamiteiro? Não estás contra? Teu sectarismo não protesta contra essa linha ampla? (JURANDIR, 1959, p. 277).

Dalcídio Jurandir não teve uma vida de luxo e riqueza como colaborador dos periódicos, muito pelo contrário, vivia lamentando a falta de dinheiro, conforme suas próprias palavras:

“É verdade que estou sem receber do jornal, que vivo mal, luto com mil dificuldades para sustentar-me no trabalho. João Sérgio voltou à crise, esperando que melhore.

Estou na esperança de ir aí, [a Belém] em fim de janeiro, caso obtenha passagem de ida e volta”. (Trecho da carta redigida a seu irmão, Ritacínio Ramos Pereira, em 1956, in: NUNES, 2006, p. 95).

E de acordo com Miguel Neiva (anexo, p. 170) Dalcídio Jurandir tinha como preocupação, “a política no mais elevado sentido na palavra, o ardente propósito de ajudar a causa da libertação do homem. Nesse rumo, com uma firmeza incomum, se orientou a sua atividade de jornalista e publicista”.

O envolvimento de Dalcídio enquanto político se mescla à função de jornalista, posto que ambos os papéis se prestam a descrever e emitir opiniões sobre os problemas da sociedade. Seus artigos jornalísticos sempre foram repletos pela ótica defensora das causas sociais, econômicas, políticas e intelectuais. Temas como problemas de Belém, do Rio de Janeiro e mundiais, bem como a luta pela liberdade de imprensa faziam parte de seus escritos.

Dalcídio Jurandir colaborou em diversos periódicos de Belém e do Rio de Janeiro. Em 1931, ao retornar a Belém, tornou-se colaborador dos jornais *O Imparcial*, *Crítica* e *Estado do Pará*. Em 1935 colaborou com as revistas *Guajarina*, *A Semana*, e com o jornal *Estado do Pará*. *Terra Imatura* e *Pará Ilustrado* em 1939. Ainda em 1939 exerceu o cargo de Inspetor Escolar em Oeiras e após em Salvaterra, ambas as cidades na ilha de Marajó, e ainda permaneceu escrevendo para os periódicos de Belém.

Em 1941, Dalcídio Jurandir mudou-se definitivamente para o Rio de Janeiro onde trabalhou arduamente como jornalista. Em 1942, escreveu para o jornal *O Radical*; foi redator de *Diretrizes* em 1943 onde escrevia uma coluna e foi repórter; no *Diário de Notícias* e no *Correio da Manhã* em 1944 e na revista *Leitura* (também em 1944). Fez parte da direção do jornal *Tribuna Popular*; redator de *O Jornal* e da revista *O Cruzeiro* em 1945. Colaborou no semanário *A Classe Operária* (1946) e também redator da *Tribuna Popular*. Trabalhou na redação do semanário *Para Todos* (1956), periódico que era dirigido por Jorge Amado.

No período de setembro de 1946 a outubro de 1948, Jurandir fazia parte do conselho de redação da revista *Literatura*, publicada mensalmente e durante todo esse período o romancista participou escrevendo sobre literatura e política.

Em vários dos seus artigos Dalcídio deixa claro seu conhecimento a respeito da obra de Karl Marx (*O manifesto do partido comunista*): “O Manifesto abriu-me o caminho da explicação que eu desejava e foi reconstruindo em mim uma confiança na vida e nos homens para uma atenta participação no meu tempo” (NUNES, 2006, p. 86). Sua luta em defesa da população mostra-se bem definida em relação aos conceitos comunistas; portanto, sua peleja, além dos objetivos práticos e de sua vivência em meio à classe pobre, era extremamente fundamentada teoricamente.

Segundo as palavras de NUNES (2006, p. 84): “O jornalista e o crítico literário são facetas do mesmo ser político...” Não há como desvincular uma função de outra: seus artigos são escritos como se estivesse fazendo Literatura, e da mesma forma eram suas críticas literárias, tudo entrelaçado ao caráter político. A seguir, um trecho de sua reportagem a respeito do confronto entre policiais e os trabalhadores rio-grandinos, em 01 de maio de 1950, que reflete essa mescla de jornalismo e literatura: “As bandeiras e os cartazes, as faixas e os corações clamavam pela paz. A passeata marchando era como uma primavera humana ao sol, em que a confiança no futuro e o sentimento da luta faziam cobrir de rosas vermelhas a rua cheia.” (JURANDIR, Dalcídio. O crime em Rio Grande. *Voz Operária*, 20/05/1950).

Dalcídio Jurandir viajou, em 1952, a Moscou, União Soviética, juntamente com um grupo de escritores brasileiros que eram adeptos do comunismo e faz o registro dessa viagem como um diário. Em uma passagem lemos que aos seus olhos o regime socialista era algo bom naquele país: “Ora, na União Soviética, o trabalho e o bem-estar do povo encontram oportunidades sem limites. De ano a ano, cresce a quantidade e a qualidade da alimentação” (NUNES, 2006, p. 104).

Em 1979, “após dez anos de dolorosa enfermidade, morre no dia 16 de junho, no Rio de Janeiro, consagrado como um dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos” (nota final dos dados biobibliográficos presentes na 2ª. edição de *Três casas e um rio – 1979*), aos setenta anos, com a doença mal de Parkinson, que o escritor mesmo considerava cruel, pois ele tinha “temor que ela lhe afetasse o que era sua riqueza única: o cérebro”<sup>5</sup>. Em homenagem ao escritor paraense seu nome foi dado, naquela mesma capital, a uma rua na Barra da Tijuca.

---

<sup>5</sup> De acordo com Miguel Neiva, em seu artigo de 19/06/1979, no jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro, no anexo deste trabalho, p. 170.

## 2.2 A PRODUÇÃO LITERÁRIA

Dalcídio Jurandir se tornou um nome da literatura paraense de grande destaque desde 1941, quando foi lançado no Rio de Janeiro, pela Editora Vecchi, o seu primeiro romance *Chove nos campos de Cachoeira*. Foi considerado o maior escritor da literatura amazônica, pelo pesquisador da obra dalcidiana, Gunter Karl Pressler<sup>6</sup> (BOLLE, 2010, p. 235):

DALCÍDIO JURANDIR (1909, Ponta de Pedras-Marajó–1979, Rio de Janeiro) é um romancista brasileiro, ou melhor, é o maior romancista da Amazônia do século XX. A realização da extensa obra, envolvida com o ideal da objetividade do estilo realista-naturalista, permite a comparação com os grandes narradores do século XIX (Honoré de Balzac, Charles Dickens e Émile Zola); pela sensibilidade ao mundo subjetivo e psicológico ela está próxima de Fiódor Dostoiévski e, pela complexidade narrativa, de *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust.

Foi em 1925, já em Belém, que Dalcídio iniciou sua trajetória literária como também jornalística, tornando-se membro da diretoria da revista *Nova Aurora*. A partir de 1927 tornou-se autodidata já que não pode frequentar o terceiro ano do Ginásio.

Em 1928 viajou para o Rio de Janeiro onde trabalhou inicialmente num restaurante como lavador de pratos e, algumas semanas depois, como revisor da revista *Fon-Fon*<sup>7</sup>, sem remuneração alguma. Em 1929 iniciou sua carreira como escritor literário, escrevendo a primeira versão do romance *Chove nos campos de Cachoeira*, na cidade de Gurupá (Pará). Em janeiro de 1931 concluiu este romance em que narra as lembranças da infância no Marajó.

O escritor passou a ser reconhecido a partir de 1940 quando venceu o concurso literário realizado pelo jornal literário *Dom Casmurro* (prêmio “Vecchi-Dom Casmurro”, no Rio de Janeiro, um dos mais importantes prêmios literários da época<sup>8</sup>) em conjunto com a

<sup>6</sup>Gunter Karl Pressler. Professor de Teoria Literária da Universidade Federal do Pará (Belém). Linha de pesquisa: História e Recepção da Literatura (brasileira), com os temas: Walter Benjamin; Dalcídio Jurandir e a Literatura da Amazônia; Teoria da Recepção e Narratologia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2. Pós-doutorado pelas Universidades de Osnabrück e Constança/Alemanha (2004/2005) com bolsa da Capes. <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142012000300031](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000300031)> Acesso em 16 de fevereiro de 2015.

<sup>7</sup> “O Fon-Fon!, revista simbolista publicada nas primeiras décadas do século XX, é um importante documento sobre a vida sociocultural do Brasil, no período inaugurado pela Abolição e pela República. O Fon-Fon!, uma das melhores revistas ilustradas da época, retratava a vida privada brasileira, refletia a visão de mundo da sociedade burguesa do início daquele século e influenciava o comportamento da elite carioca por meio de seus registros cômicos.” Texto retirado de: ZANON, Maria Cecília. *A sociedade carioca da belle époque nas páginas do fon-fon!*. São Paulo: UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.2, p. 217-235, jun. 2009, ISSN18081967, também disponível em <<http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108024/ISSN1808-1967-2009-4-2-217-235.pdf?sequence=1>>. Acessado em 02 de maio 2015.

<sup>8</sup> MALIGO, Pedro. *Ruínas idílicas: a realidade amazônica de Dalcídio Jurandir*. Revista USP, São Paulo, n. 13, mar./abr./maio 1992- ISSN 0103-9989. Disponível também em: <<http://www.usp.br/revistausp/13/06-pedro.pdf>>. Acesso em 26 de julho de 2015.

Editora Vecchi, em que concorria com quase cem escritores. Nesse concurso, Jorge Amado, Raquel de Queiroz, Oswald de Andrade e Álvaro Moreyra faziam parte da banca examinadora que deu o prêmio ao romancista. O curioso é que para concorrer Dalcídio Jurandir precisou que seus amigos fizessem uma “vaquinha” para o envio do romance para o Rio de Janeiro. Ele também não sabia que o amigo Abguar Bastos<sup>9</sup> enviara o romance *Marinatambalo*, seu segundo romance, para o mesmo concurso. Assim, Jurandir venceu o concurso com os dois romances: *Chove nos campos de Cachoeira* em primeiro lugar e *Marinatambalo* em terceiro (NUNES, 2006, p. 42).

Em 1972, recebeu o prêmio “Machado de Assis”, pelo conjunto da obra, concedido pela Academia Brasileira de Letras. Em 1973, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, lhe concedeu o título honorífico de Honra ao Mérito, pelos serviços prestados como escritor e jornalista. Em janeiro de 1979, recebeu uma medalha do Conselho de Cultura do Pará.

### **2.2.1. O CONJUNTO DA OBRA DO “CICLO EXTREMO NORTE”**

As dez obras a seguir foram publicadas no período situado entre os anos de 1941 e 1978, e ficaram conhecidas como obras do “Ciclo do Extremo Norte”, pois, segundo disse o próprio escritor, elas revelam “A vida paraense em termos de ficção” (PANTOJA, 2006, p. 6).

A primeira obra de Dalcídio Jurandir intitula-se *Chove nos campos de Cachoeira*, reescrito definitivamente em 1939. Em 1940, com esse livro, ganhou o concurso já mencionado e lançado pela Casa Editora Vecchi em 1941. A segunda edição foi publicada em 1976, pela Livraria Editora Cátedra, na cidade do Rio de Janeiro, em parceria com o Instituto Nacional do Livro. Em 1991, a editora Cejup, em Belém, colocou no mercado a terceira edição em comemoração ao cinquentenário de sua primeira edição. A quarta edição foi editada em Belém, pela editora Cejup, em 1995. O jornal paraense *A Província do Pará*, em 1997, em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura e a editora Cejup republicam-na e, no ano seguinte, a edição crítica de Rosa Assis, saiu em Belém, pela UNAMA (Universidade da Amazônia).

---

<sup>9</sup> Poeta nascido no Pará que fez parte do movimento modernista de 1922. Nas palavras de Afrânio Coutinho, Abguar Bastos fez parte do grupo de “Poetas de Estreia Tardia” no Modernismo brasileiro. Fundou no Amazonas um movimento chamado “flaminassu”, mas que não obteve destaque no país. (COUTINHO, 2004, p. 168).

O livro está dividido em 20 capítulos, e o enredo se passa em Cachoeira do Arari, local onde mora Alfredo, personagem que representa o povo paraense do meio rural, filho de mãe negra e pai branco. As demais personagens são pequenos proprietários de terra, pescadores, barqueiros, empregados das fazendas.

A narrativa é sobre Alfredo, menino que vai para a capital com o objetivo de continuar seus estudos e ter um futuro melhor. As diferenças entre Cachoeira do Arari (interior) e Belém (capital) se entrelaçam na memória do menino, numa mistura de sentimentalismo (memórias de sua terra natal) e a nova vida de cosmopolita.

Agora, menino solitário, ia criando prevenção contra o mundo. [...] Sentia-se só, distante, imaginando sempre. Só a bolinha tomava corpo de gente, era uma amiga. Era o corpo da imaginação! Bolinha fiel e rica de sugestão! Ela sugeria tudo, ele achava desde a salvação do Brasil até uma caixa de charutos Palhaço para sua mãe (JURANDIR, 1997, p 144).

A trama gira em torno de um caroço de tucumã (a bolinha que tomava corpo de gente), semente de palmeira nativa, que tem como significado a segurança que Alfredo precisa para viver na capital paraense, longe dos períodos das cheias de Cachoeira do Arari. O outro personagem de destaque é o irmão mais velho de Alfredo, chamado de Eutanázio, que não conseguiu realizar seus sonhos.

A segunda obra intitulada *Marajó*, foi editada pela Livraria José Olympio Editora em 1947. De acordo com suas próprias palavras “a primeira página de *Marajó* foi escrita no Pará, em 1932”<sup>10</sup> e concluída em 1939: “Em Salvaterra, Dalcídio termina [...] seu segundo romance, inicialmente chamado de *Missunga*, depois *Marinatambalo* (nome mítico indígena de sua ilha natal) e só mais tarde publicado com o título de *Marajó*. ” (NUNES, 2006, p. 40). A segunda edição foi publicada em 1978, pela Livraria Editora Cátedra em parceria com Ministério da Educação e Cultura (Instituto Nacional do Livro) e, em 1992, lançou-se a terceira edição em Belém, pela editora Cejup.

O historiador Luís da Câmara Cascudo (1898 –1986), (NUNES, 2006, p. 118–119) considerou esta obra como um registro importante sobre a sociedade e cultura paraenses: “Um dos volumes de boa e segura informação etnográfica é o romance *Marajó* do sr. Dalcídio Jurandir [...]. *Marajó* é um volume feito com a verdade cotidiana, com a paisagem exata, com as fisionomias possíveis de existência”.

Também o crítico Bruno de Menezes (NUNES, 2006, p. 120) realçou as qualidades literárias de *Marajó*: “Em *Marajó*, sem visar demagogias reacionárias, antes, inversamente,

---

<sup>10</sup> Palavras de Dalcídio Jurandir em carta a João Condé, seu amigo. (NUNES, 2006, p. 178).

dando a alma e o vigor necessários a um singular poema em ágil, rica e viril prosa incomum, tamanha é a sua justaposição da paisagem com os temas e imagens de um “surrealismo” impressionante [...]”.

*Marajó* é composto de 53 capítulos relativamente curtos. A ação se desenrola na vila de Ponta de Pedras, em várias fazendas no rio Arari, perto da vila de Cachoeira. O protagonista é Missunga, um observador participante, que deveria ser o sucessor dos negócios de seu pai, o Coronel Coutinho, que era um rico fazendeiro. Entretanto, não conclui os estudos e se entrega à uma vida de ociosidade. No decorrer da narrativa, com a morte do pai, se torna um opressor da sociedade. A seguir um excerto que mostra essa opressão, recheada de sarcasmo:

– Mas que sociedade têm os pescadores, meu filho? O que é que você anda sonhando. Onde se viu sociedade de pescadores... Você quer falar nas colônias de pescadores? Você sabe o que quer dizer uma colônia de pescadores no Arari? Brigas e roubalheiras. Só tem servido pra tirar dinheiro do pescador e mais nada. A história do Milico na presidência da colônia do Arari é uma delícia. Aquele, sim, soube ser protetor dos pescadores. Meteu todo o cobre no bolso e deu uma banana. E você deve saber que índio não tem instinto gregário ainda, vaqueiro é ainda índio, caboclo disfarçado em semi-civilizado, analfabeto, manhoso e pronto para cravar a garra (JURANDIR, 1978a. p. 199).

Entre as personagens há uma multiplicidade de tipos humanos que formam a sociedade da ilha de Marajó: seringueiros, pescadores, roceiros, vaqueiros, empregados domésticos que antes eram escravos, colhedores de açaí. Algumas personagens abandonam a ilha do Marajó em direção à capital do Pará com o intuito de conseguir trabalho, como consequência do desemprego e do subjugamento aos opressores.

O romance que tem por título *Três casas e um rio* é a terceira obra do escritor paraense, concluído em 1948 e publicado pela Livraria Martins Editora (São Paulo) em 1958. A Livraria Editora Cátedra, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro, em 1979 lançou a segunda edição e, em 1994, foi editada a terceira edição em Belém pela editora Cejup. Neste romance o protagonista, o garoto Alfredo, vive numa sociedade bem delineada pela divisão de classes, com suas frustrações, seus sonhos e descobertas. No trecho a seguir nota-se a angústia de Alfredo:

Entre os recentes terrores e visões, surgia-lhe Felícia: no caixão negro, com quatro pessoas e um cachorro, atravessa o campo no sol da tarde. Com a carga de defuntos, passavam montarias pelo rio, num ruído de remos que caminhavam com o dobre dos sinos. Ruído que continuava a bater no coração do menino e o fazia pedir, num pranto súbito, na cozinha: Mamãe, me leve pra Belém. Quero estudar, senão eu morro” (JURANDIR, 1979, p. 68).

Em *Três casas e um rio* apresenta-se a história de três casas às margens do rio Arari, na vila de Cachoeira, na ilha do Marajó. As casas são: o chalé do major Alberto, a casa de Lucíola, e a fazenda de Edmundo. O enredo é passado entre esses três moradores. Entretanto, o destaque maior é para o chalé do major, onde mora Amélia, mãe de Alfredo, a quem ele gostaria que fosse casada de fato com o major, seu pai, e não mais vivesse em situação de concubinato. As características do livro são apresentadas em meio à paisagem amazônica, em que há a valorização da cultura local, o registro da fala paraense, a forte influência religiosa na vida das personagens, bem como o folclore daquela região (com seus seres mitológicos e imaginários). Temos como temas que aparecem no romance, entremeadas às lembranças da ilha de Marajó, a descoberta da sexualidade, a vida de estudante.

A Livraria Martins Editora foi responsável por editar, em 1960, o quinto romance de Dalcídio Jurandir (pela ordem cronológica e o quarto do “Ciclo Extremo Norte”), o *Belém do Grão-Pará*. Com esse romance, o escritor paraense recebeu o prêmio Paula Brito, da Biblioteca do Estado da Guanabara e o prêmio Luíza Cláudio de Souza, do Pen Clube do Brasil. Sua edição portuguesa foi publicada pela editora Publicações Europa-América, em 1975. A segunda edição brasileira foi lançada em 2005 pela Fundação Casa de Rui Barbosa em parceria com a EDUFPA.

Nesse romance vê-se a história da família Alcântara que durante a alta exploração da borracha no Pará<sup>11</sup>, era de classe média e gozava de prestígio social, mas que decaiu. É o retrato de Belém dos anos 20. Por causa da decadência a família tenta viver de aparências. Na tentativa de manter a ostentação, a família muda-se da Avenida Gentil Bittencourt para um local onde moravam os ricos fazendeiros, na Avenida Nazaré. Entretanto vivem numa casa em ruínas, corroída pelos cupins e que a qualquer momento poderia cair sobre suas cabeças. Vejamos um trecho da obra que mostra uma dessas situações:

“Heim? Não te disse? O Cão me soprou. Vai arriar em cima da gente dormindo. Da gente uma osga, que eu azul. Me sumo. Tu não?”

Com pouco, Libânia ali na porta da alcova. Os dois até se espantavam. Tinha vindo no ar? Debaixo do braço, os panos do seu dormir. Sentou-se no chão, calada, repetindo mentalmente: “que cabeça deu de mudar da Gentil. Ao menos na Gentil os sapos serviam de escora. É aqui? Os cupins?” (JURANDIR, 2004, p. 511).

---

<sup>11</sup> “A mais importante atividade econômica da Amazônia Brasileira é, pois, o extrativismo vegetal. De fato, esta atividade contribui com cerca de 53% da renda regional, cabendo o restante sobretudo, à agropecuária.

Dentre os produtos fornecidos pela floresta amazônica é a borracha o mais importante, constituindo a sua extração o sustentáculo econômico da região; a borracha contribui com quase 30% do valor total da produção da Amazônia”. (SOARES, 1963, p. 137-138).

O quinto romance do “Ciclo” (e o sexto da cronologia) é *Passagem dos inocentes* (1963) cuja primeira publicação foi pela Livraria Martins Editora e a segunda, em Belém, pela editora Falângola, em 1984.

Esse é um romance que está inserido na terceira geração modernista brasileira (1945 a 1975), mas apresenta características do Realismo<sup>12</sup> uma vez que o autor faz uma espécie de denúncia a respeito do abandono que a região amazônica sofre, assim como a revelação da pobreza da sociedade belenense.

Dividido em nove partes: 1. “No Muaná o chalé separa-se”, 2. “No caminho da Mac-Donald”, 3. “Anos atrás na fuga a bordo”, 4. “Caminho do Barão”, 5. “D. Celeste a bordo”, 6. “Belerofonte é belo”, 7. “O passeio, a môsca e os anjos”, 8. “O jôgo” e 9. “Noite em Santana”. A história se inicia com Alfredo indo de Cachoeira a Muaná com a família: “O major Alberto, a d. Amélia e o filho vieram ao Muaná passar a festa da Conceição. No desembarcar, o Major e o chalé separaram-se, ela e filho para a barraca do pai e êle a casa legítima onde o esperavam as filhas de matrimônio e a antiga viuvez” (JURANDIR, 1984, p. 9).

No decorrer da história Alfredo volta a Belém para continuar os estudos e indo morar na casa de dona Cecé; esta vive atormentada por seu passado e Alfredo se decepciona com a Belém que havia idealizado. A seguir um parágrafo em que d. Cecé é despertada de suas recordações e outro sobre a decepção de Alfredo:

Nisto, justamente, bateram na porta da barraca. D. Cecé saltou, assustada, das suas recordações, da fuga a bordo, desembarca um momento do “Trombetas” para acolher aqueles dois, o Leônidas e o Alfredo.

[.....]

Assim o colégio, tão sonhado, feito de conta no jogo do carocinho na palma da mão, colégio ao pé da montanha, em cima da vista do mar, o colégio era uma vez. Já nem mais na Gentil, adeus Nazaré, Belém para quando, de novo, se isto aqui nem é mais Belém? [...] Por essas tantas coisas, é que Alfredo cada mais se encolhia na sua casca de pinto, sem nunca sair dela (JURANDIR, 1984, p. 99, 104).

Cronologicamente o sétimo livro de Dalcídio Jurandir, publicado em 1967, pela Livraria Martins Editora é intitulado *Primeira manhã*, e é o sexto do “Ciclo Extremo Norte”. Foi concebido inicialmente sob o nome *O ginásiano* (conforme entrevista do escritor à Eneida de Moraes, anexo, p. 122–124). Segunda edição foi lançado pela UEPA (Universidade Estadual do Pará), em 2009. O tema do romance é o da vida na escola. É a vida da

<sup>12</sup> De acordo com Massaud Moisés (1995, p. 427) *Realismo* é “genericamente, o vocábulo designa toda tendência estética centrada no ‘real’, entendido como a soma dos objetos e seres que compõem o mundo concreto. [...] Trata-se, porém, de atitude literária (...) encontrada lado a lado com tantas outras, em qualquer século ou literatura”.

personagem Alfredo, então com 16 anos de idade, que vai frequentar o 1º. ano do ginásio, na cidade de Belém; estando, portanto fora da idade escolar normal. Mas Alfredo está tão empolgado em estudar que vai parar, sem querer, na sala de aula errada, do 3º. ano (JURANDIR, 1967, p. 23).

O enredo é sobre a falta de adaptação de Alfredo na escola, e durante toda a narrativa é envolvido pelos conhecimentos que adquire na vida, na rua; e sua objeção pelos conhecimentos transmitidos no ambiente escolar em que nada tinham a ver com a vida prática:

Mas de onde vem esta, balançando as argolas , endureceu no estrado, uma estaca de gola gema de ovo, sapato alto, o dedo sobre a aula como um verme? Tôda ela é um giz de saia, o colo de tábuas, o catarro didático na voz que esganiça, ralha, corda solta, é francês, sim ou não? [...] (ah cheirosas e lentas professoras), [...] tentamos engolir no ar o pronunciar rouco, saltamos sôbre a prêsas, de goela no chão caímos, estala o francês da domadora. Present, present d`indicatif (JURANDIR, 1967, p. 239).

No fragmento acima vemos que aos olhos de Alfredo há uma arrogância no comportamento dos professores que transmitiam um saber que para ele era muito enfadonho.

Em 1971 *Ponte do galo* surgiu pela Livraria Martins Editora, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro. Dividida em duas partes dá continuidade à história de vida de Alfredo. A primeira parte é iniciada com ele de volta à Cachoeira do Arari, de férias da escola, e relembra a morte do irmão Eutanázio. Numa conversa com a mãe, ela quer saber da escola, pois se sente orgulhosa do filho estudar, e então ele tenta desmistificar-lhe tudo o que pensa sobre a escola:

– Sabe, mamãe, o Monsenhor, mestre de Moral e Cívica, aqui pra nós, mas...  
Desculpe lhe dizer. Nem tudo lá é o que a senhora pensa.

[.....]

– Pois eu tinha de fazer a prova de Moral e Cívica. Me faltava o livro. Fiz então de minha pura cabeça. Noutra aula, com a minha prova na mão, lá de cima do estrado, o Monsenhor falou pra tôda sala ouvir: É. Êste leu bem o compêndio (JURANDIR, 1971, p. 95).

No excerto acima o personagem protagonista, Alfredo, procura mostrar à mãe o quanto que sua vida escolar não é muito interessante, como se os professores tivessem apenas um conhecimento disfarçado, ou seja, tudo não passava de postura arrogante.

Na segunda parte Alfredo retorna à Belém indo morar no subúrbio de Belém, no bairro do Telégrafo. A partir daí ele começa a observar o comportamento das pessoas e tirar lições de vida sempre confrontando com os ensinamentos obtidos na escola.

O romance que teve a escrita concluída em 1967 e é o oitavo do “Ciclo” teve como título *Os habitantes* e lançado em 1976, pela Editora Artenova, no Rio de Janeiro. A seguir um trecho da obra que relata a provável febre da personagem Luciana:

- Que tu vieste fazer, Floremundo?
  - Aviar esta receita de um senhor que passou por lá, aconselhando homeopatia. Vou amanhã no Bacelar.
  - Isso de homeopatia eu sei de quem a invenção. Quem doente em casa? Papai? Mamãe? Felipa?
  - Tu sabes quem.
  - Aquela partiosa? A inventadeira de doença? De novo com as partes dela?
  - Deixei ela com bem febre.
  - A febre dela eu bem sei. Eu sei a febre.
- Luciana dada àquelas febres, a tal tonteira, umas dores de repente (JURANDIR, 1976a, p. 33).

Dando continuidade à saga de Alfredo, nesse romance ele penetra num mundo de “aflição por Luciana” (JURANDIR, 1976a, p. 54) cuja morte é cercada de mistérios. E Alfredo apesar de conhecê-la somente pelo que os outros falam, vive lamentando por ela não ter tido a oportunidade de estudar.

O penúltimo romance do “Ciclo Extremo Norte” cujo enredo se passa na periferia de Belém é *Chão dos lobos*, concluído em 1968 e publicado pela Distribuidora Record Editora, no Rio de Janeiro, em 1976. Logo no início do romance o narrador apresenta a personagem Rodolfo, que podemos fazer claramente uma analogia com o próprio Dalcídio Jurandir: “Estaria Rodolfo, no chalé, compondo o *Cachoeira Nova*? Neste, nunca impresso por falta de papel, o tipógrafo registra a vida de Cachoeira que ele faz de conta, acontecimentos que tão sonhava...” (JURANDIR, 1976, p. 8).

Em diversas passagens vemos o lado culto que Dalcídio possuía quando, por exemplo, cita os diversos livros que lera: “Do Eça tenho a *Relíquia* sim... Mas do Herculano escolho *O Bobo*. [...] – Do Camilo basta-me este *Amor de Perdição* [...]” (JURANDIR, 1976, p.77).

A presença do folclore paraense é bem marcante como as festas juninas. Vemos, por exemplo, a representação de “passar a fogueira”, a festa do Boi Bumbá, assim como as comidas típicas paraenses:

- Passaram fogueira, três vezes, São Pedro confirmou, bença, padrinho? [...] O Boi dá entrada no curral com trinta estrelas clareando na mão da tropa, estandarte, orquestra, a indiada com as suas plumagens saltando, sobe no palanque debaixo das palmas do terreiro aqui cheio de lama e serragem, barraquinhas de mingau, arroz-doce, casquinha de muçã, tacacá, cariru, cerveja paraense, pato no tucupi... (JURANDIR, 1976, p. 199).

A ideia de que se trata de autobiografia se encontra em diversas passagens do livro, como nas páginas 254–255, em que Alfredo diz que vai para o Rio de Janeiro, trabalhar em

jornal, e nessa mesma viagem “o companheiro levou os pratos à copa, ajudou a lavá-los...”<sup>13</sup> Entretanto Alfredo se desencanta com a nova cidade e volta para o seu Pará.

Fechando o “Ciclo do Extremo Norte” *Ribanceira* foi concluído em 1970, e publicado pela Distribuidora Record Editora, em 1978. Agora a personagem Alfredo, voltou do Rio de Janeiro, conforme sua fala à Magá: “– Lhe disser que venho do Rio, Magá, vai dizer que é meu farol. [...] Por pressa. Pois do Rio de Janeiro neste mesmo repente, sem mentira. Num instante me aborreci de lá” (JURANDIR, 1978, p. 11).

Alfredo, então, com 20 anos de idade, assume a função de Secretário da Intendência. A ação se passa em Gurupá (na ilha do Marajó), denominada no livro de ribanceira. A narrativa é repleta de lendas contadas pelas personagens em que há um grande registro da fala marajoara.

Com esses dez romances Dalcídio Jurandir encerrou o “Ciclo do Extremo Norte”. São romances que em suas essências revelam a alma do escritor paraense, numa quase autobiografia, pois revelam a infância sofrida de uma personagem, que transfigura a pessoa do escritor. E essa história de vida do escritor paraense, entrelaçada aos romances, podemos verificar, sobretudo, nos dois últimos livros do “Ciclo”.

### **2.2.2. UMA HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO DO RIO GRANDE**

Em 1950, Dalcídio Jurandir viajou para o Rio Grande do Sul como repórter do jornal *Imprensa Popular* com a finalidade de pesquisar sobre o movimento operário do porto do Rio Grande. Desse trabalho, obteve material para o seu quarto romance (cronologicamente), intitulado inicialmente de *Companheiros* e, concluído, com o título de *Linha do parque*.

Esse “é um romance pensado e escrito em várias temporadas feitas pelo autor 1950, 51 e 53, no Rio Grande do Sul” (palavras presentes na epígrafe da primeira edição do romance). E conforme suas palavras, quando foi entrevistado por Eneida de Moraes (anexo, p. 122–124): “...livro de muito amor e de uma definição, em termos de romance, que marca, sem rodeios e creio que por todo o resto de minha vida, o meu pensamento como escritor e como romancista”.

Essa é a única obra que não faz parte do “Ciclo Extremo Norte” e foi lançado no Brasil em 1959, pela Editorial Vitória, no Rio de Janeiro. Também foi traduzido para o russo

---

<sup>13</sup> Vale lembrar que Dalcídio Jurandir, em 1928, trabalhou como lavador de pratos.

em 1962, com apresentação de Jorge Amado e, em 1987, foi republicado pela editora Falângola. E segundo Carlos Roberto Cardoso Peres (2006, p. 8–9):

*Linha do Parque* é o romance mais político que Dalcídio Jurandir escreveu. Dividida em sete partes ou capítulos, que perfazem 549 páginas, a narrativa obedece a uma determinação cronológica e a um andamento diegético linear. Para atender ao seu projeto literário, o autor recompõe o ambiente histórico e contextualiza o desenvolvimento da organização operária rio-grandina, além de revelar os segredos da alma e do caráter de personagens fictícios e reais que viveram naquela época. É assim que *Linha do Parque* vem demonstrar, completar ou mesmo ampliar de forma distinta a história de luta dos trabalhadores e trabalhadoras das indústrias da localidade durante toda a primeira metade do século XX.

Utilizando-se do espaço urbano como palco das ações dos personagens, o autor consegue resgatar os valores, costumes e hábitos de seus moradores, trazendo ao presente o seu pensamento, as motivações e o imaginário que guiaram o desejo de mudança existente naquele pequeno universo, localizado no extremo sul do Brasil.

Antônio Olinto classificou *Linha do parque*, em sua crítica de 21/02/1959, em anexo, p. 116–119, de “romance político”, pois é um romance que narra as lutas da classe operária do Rio Grande do Sul, é o quadro do sofrimento causado pela exploração da mão de obra trabalhadora sob o domínio do Estado. Esta obra reflete também a posição de Dalcídio Jurandir enquanto cidadão engajado nas lutas em favor dos trabalhadores. As ações das personagens são permeadas pela luta do desejo de um bom reconhecimento financeiro da mão de obra trabalhadora, as lutas pela liberdade política e, conseqüentemente acabar com a opressão dos governantes e dos detentores da economia nacional.

### 2.2.3. DALCÍDIO JURANDIR, O POETA

Não podemos esquecer que Dalcídio Jurandir também escreveu poemas, mas que, infelizmente, não foram reunidos em livros para publicação; entretanto, Benedito Nunes (2006) conseguiu alguns desses poemas e estão no livro: *Dalcídio Jurandir: romancista da Amazônia*, aqui reproduzimos apenas um (NUNES, 2006, p. 38), e resolvemos manter a escrita original, sem atualizações linguísticas, tal qual como foi escrito pelo autor:

#### **Inocencia**

Si não me pertencerás  
 Se não te levarei para as minhas ilhas que a distancia encantou  
 si não poderei tocar-te  
 deixa que te veja correndo descalça na areia da praia  
 deixa depois que eu limpe os teus pés sujos de areia  
 deixa que eu os enxugue se ficarem molhados pelas minhas lágrimas  
 enxugarei os teus pés com as minhas mãos cheias de rosas

e si eu de subito beija-los  
 saberás que é por infinita humildade que os beijarei  
 E hei de acreditar que te levarei para as minhas ilhas azues  
 que a distância encantou, ilhas de lonjura onde plantei  
 minhas palmeiras  
 criei os meus passaros  
 construi meu pequeno barco de pesca  
 e armei a minha casa de palha...  
 Deixarás que eu limpe os teus pés sujos de areia?  
 Mas de si de subito beija-los saberás que...  
 ... Doçura de pensar que nem só os teus pés hei de beijar...  
 Inocencia de pensar que ficarás tão humilde  
 E pedirás uma grande noite sobre nós na areia da praia...

É perceptível as características do estilo romântico, uma vez que há uma supervalorização do amor, pois de acordo com os escritores românticos, o amor é a essência da vida; a mulher apresenta-se idealizada, um ser envolvido numa atmosfera de mistério e praticamente inalcançável. O eu lírico expressa seus sentimentos como um indivíduo subserviente ao amor, e tudo se realiza em seus sonhos. O estilo do escritor é pessoal, individual, rompendo, assim, com os modelos existentes no Classicismo e no Arcadismo.

Dalcídio também exerceu o papel de crítico literário nos diversos periódicos em que trabalhou. É de notar também que em seus textos críticos há também características poéticas. A seguir um excerto da sua crítica sobre a obra de Antônio Tavernard, por ocasião da morte deste escritor:

Mas Tony escrevia para escapar de si mesmo. Espécie de auto libertação impossível. Daí a sua arte mutilada, aos pedaços, luminosíssima em muitos aspectos, banal e artificiosa, de encomenda, em outros. Tudo por culpa de seu transbordamento romântico na solidão. Faltou-lhe mais ar, mais contato com a vida que há cá em baixo (JURANDIR, Dalcídio. Antônio Tavernard. *O Estado do Pará*. Belém, 11 de agosto de 1936. Também publicado na *Revista Amazônia*, Belém, maio de 1955, ano I, n.º 5).

Fizemos até aqui uma breve viagem pelo mundo da produção literária de Dalcídio Jurandir e um resumo de sua vida jornalística e política. Quanto às suas obras, quase sempre nos revelam a vida da sociedade paraense, que era composta pelos dissabores que acometiam a classe média do início até a primeira metade do século XX, assim como toda a enfermidade social por que passou o povo burguês, num conflito entre a vida rural e a vida citadina, culminado no seu declínio moral e social. Diverge dessas características apenas o romance *Linha do parque*.

Atualmente a “Casa de Cultura Dalcídio Jurandir”, com sede em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, está tentando uma reedição de todos os livros do escritor, em parceria com o governo federal, através da “Fundação Casa de Rui Barbosa”.

### 3 A RECEPÇÃO CRÍTICA DA OBRA DE DALCÍDIO JURANDIR

A crítica literária tem por objetivo analisar, interpretar e fazer julgamentos a respeito de um escritor e de sua obra. Para essa tarefa, o crítico sempre há de considerar os aspectos estéticos intrínsecos (por exemplo, o conteúdo, o tema) e extrínsecos (como a forma, o tempo). A apreciação de uma obra julgará o grau de literariedade, assim como sua importância para uma dada época. O crítico serve como um representante do leitor, pois, de acordo com René Wellek, “o crítico torna-se o intermediário, o secretário, quase servo do público”. Assim, devemos entender que o investigador crítico não pode unicamente ter como método de análise o seu gosto pessoal, suas paixões, uma vez que

A crítica requer uma certa sensibilidade artística: muitas formas de crítica exigem habilidade artística de composição e estilo; a imaginação tem sua parte em todo conhecimento e ciência. [...] A crítica é um conhecimento conceitual, ou visa a tal conhecimento. Deve em última análise tender a um conhecimento sistemático sobre literatura. (WELLEK, 1963, p. 14–15).

No início do Modernismo (de 1922 a 1940), praticamente não havia crítica literária referente ao Modernismo brasileiro. As análises dependiam dos valores individuais, seguindo padrões estéticos, filosóficos, religiosos e principalmente preferências literárias. Disse Coutinho (2004, p. 591) que: “Ocorre, então, nas origens do Movimento, um duplo paradoxo: por um lado, é um processo de *criação* realizado por espíritos críticos; por outro lado, nenhum desses espíritos críticos levou a efeito, no período heróico, uma notável tarefa crítica”. Dessa forma, havia críticas sem nenhum olhar teórico, apenas uma opinião pessoal, que não proporcionavam ao leitor uma visão clara da obra, uma vez que era um julgamento isolado, extremamente pessoal.

Ainda segundo Afrânio Coutinho (2004, p. 626–627), o método de análise crítica estética (ou literária) tem como fundamentação primordial o aperfeiçoamento intelectual no que diz respeito ao mundo das Letras:

Suas ideias essenciais podem ser assim resumidas: necessidade de criação de uma consciência crítica para a nossa literatura, o que somente será possível pelo estudo superior e sistemático de letras; reconsideração dos problemas técnicos da poesia, da ficção e do drama; especialização por parte da crítica inclusive em face dos próprios gêneros literários; defesa da perspectiva estético-literária na apreciação da literatura [...]; enfim, reconhecimento da autonomia própria da literatura e da crítica.

Os trabalhos de crítica estética, que surgem a partir de 1945, se devem ao crescimento e aperfeiçoamento intelectual dos que os fazem, pois antes desse período as análises literárias

eram feitas pelos próprios escritores e não havia critérios de julgamento, não havia métodos. Somente a partir de então, a orientação para a crítica literária seria de cunho estético, o que veio se firmar após 1950, superando, por conseguinte, as subjetividades jornalísticas e a análise literária passa a adotar uma postura de caráter reflexivo, adquirindo igualdade de conteúdo filosófico e científico. A crítica respeitada do período modernista

somente aparecerá na “terceira década”, ou seja, por volta de 1940. [...] De 1940 a 1950, surgem os críticos do Modernismo, isto é, não apenas os que farão necessariamente das suas obras a análise regular, mas ainda os que representam pessoalmente os pontos de vistas essenciais que o Movimento introduzira vinte anos antes. (COUTINHO, 2004, p. 593–594).

Nesse capítulo, faremos um percurso por três caminhos da crítica literária e suas características, para que se possa ter uma visão dos tipos de análises que a obra de Dalcídio Jurandir obteve ao longo de cinco décadas. Para essa finalidade, aplicaremos os conceitos, principalmente, dos teóricos Angélica Maria Santos Soares (1990) e Enrique Anderson Imbert (1986). Posto isto, perceberemos que as obras do escritor paraense foram percorridas por três metodologias de crítica, a saber: a sociológica, a impressionista e a estilística<sup>14</sup>.

A obra de Dalcídio Jurandir faz parte da segunda fase do modernismo brasileiro (de 1930 a 1945) – que se caracteriza pelos temas nacionalistas e onde se insere uma linguagem que reforça as marcas do povo brasileiro, estendendo-se pela terceira fase (1945 a 1975). Segundo COUTINHO (2004, p. 266), Dalcídio Jurandir, ao lado de nomes como Aluísio Azevedo, Visconde de Taunay, Monteiro Lobato, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Guimarães Rosa, Abguar Bastos, está classificado entre duas correntes modernistas que se interpenetram, chegando até mesmo a se confundirem, a saber: a corrente de tema regional, que pode ser um ambiente rural e urbano, de um lado, e “a análise psicológica e de costumes”, de outro. Nas palavras daquele crítico,

é a corrente regionalista ou regional, na qual, em sua maioria, o homem é visto em conflito ou tragado pela terra e seus elementos, uma terra hostil, violenta, superior às suas forças. Esse meio tanto pode ser as áreas rurais e campesinas, como as cidades, grandes centros urbanos, zonas suburbanas ou pequenos aglomerados [...]. Neste sentido, pode-se afirmar que a maior parte da ficção brasileira é de fundo regional. (COUTINHO, 2004, p. 264).

Ainda de acordo com Afrânio Coutinho (2004, p. 275–277), duas tendências fazem o romance brasileiro evoluir durante o movimento modernista: “a) corrente social e territorial” e

<sup>14</sup> De acordo com os estudos realizados por esses teóricos, há vários outros métodos de crítica, porém após a leitura das críticas encontradas, verifica-se que a obra de Dalcídio Jurandir foi analisada por somente as três aqui pesquisadas.

“b) corrente psicológica, subjetiva, introspectiva e costumista”. A primeira corrente também está dividida em dois grupos: o primeiro grupo (que nos interessa aqui) “é o grupo do documentário urbano-social realista” e é desse que Dalcídio Jurandir faz parte, juntamente com Erico Verissimo, Oswald de Andrade, Orígenes Lessa, Lígia Fagundes Telles, Carlos Heitor Cony, entre outros. Já “o segundo grupo é o do documentário regionalista, também neo-realista neo-regionalista”, que consiste nos temas que problematizam a vida tradicional de toda uma classe social como “os ciclos da seca, do cangaço, do sertão”, etc., é a caracterização do ser humano que está envolvido pelo ambiente em que vive.

No que se refere à segunda corrente, esta é resquício do “Simbolismo e Impressionismo, ligada também ao Neo-espiritualismo e à reação estética”, pois está relacionada a assuntos pertinentes à alma, a comportamentos de personalidade e caráter do homem. Seus temas são relativos à metafísica e conceitos morais, filosóficos e religiosos, sempre como análise de costumes e preceitos introspectivos.

Diante do quadro acima, Dalcídio Jurandir retrata o mundo amazônico, sobretudo a realidade paraense (a sociedade, a cultura, a linguagem) sendo um representante de estilo próprio de valor estético singular, pois sua literatura é sempre permeada por momentos de suas experiências pessoais, recheada de um lirismo propriamente amazônico. Lirismo esse que é caracterizado pelos espaços da vida simples da infância, das lendas, dos mitos, da religião, e não unicamente como um escritor regionalista, uma vez que seus temas assumem feição universal.

Acredita-se que a falta de sucesso do escritor paraense se deve ao fato de que seu trabalho foi pouco divulgado; além do que, a Amazônia com seu povo e com seu cenário singular, que povoava a imaginação do resto do Brasil, como sendo algo exótico (pensamento que também fazia parte do imaginário dos grandes intelectuais contemporâneos de Dalcídio Jurandir), fez com que a região fosse colocada sempre numa posição aquém das demais regiões do país. Por isso, quando é mencionado nas histórias da literatura brasileira, como, por exemplo, em Afrânio Coutinho (2004), Jurandir é sempre citado como um escritor regionalista de menor relevância e apenas seu nome é citado sem menção às suas obras.

A pesquisadora italiana Luciana Stegagno-Picchio (2004, p. 404) apresenta uma pequena nota com um olhar desmerecedor quanto às obras de Dalcídio Jurandir, bem como da região da ilha do Marajó, sempre fazendo comparações a outros escritores regionalistas:

Até Dalcídio Jurandir, natural da ilha de Marajó (1909-1979), cuja realidade continental e fluvial, marítima e terrestre, urbana e rural, com as palafitas e os campos alagados de Cachoeira, animais e homens, religiões e superstições, problemas sociais e língua “rústica”, revive um ambicioso afresco concebido em

nove volumes, de clara impostação socialista [...], uma Amazônia “diferente”, menos barroca e inferna, mas onde a pena quotidiana pode mais do que a natureza inimiga, nascer do homem, “outro” homem e também ele inimigo.

Edilson Pantoja (2006), ao se referir à recepção crítica da obra de Dalcídio Jurandir, afirma:

É bem verdade que a crítica inicial não lhe foi de todo simpática, beirando até mesmo a crueldade nalguns momentos. Pelo menos, é o que se percebe no primeiro trabalho crítico sobre *Chove nos campos de Cachoeira*, trabalho este realizado em 1942 pelo “mais consagrado crítico literário da época”, Álvaro Lins. As informações são de Ruy Pereira, presidente do Instituto Dalcídio Jurandir e sobrinho do escritor. (PANTOJA, 2006, p. 14).

Observa-se, então, que os meios de comunicação teceram críticas a respeito de Jurandir e julgaram a obra em conformidade com suas ideologias, conceitos e pré-conceitos, afinidades literárias e até mesmo com seus gostos pessoais, ou seja, não havia critérios bem definidos, nem isentos, impessoais e imparciais. Entretanto, em um artigo “afinal, Álvaro Lins depois falou, ainda que imprecisamente, bem da obra.” (PANTOJA, 2006, p. 23).

Embora tenha recebido vários prêmios, a propagação do trabalho de Dalcídio Jurandir foi ínfima. Essa ausência de difusão também é explicada pelo fato de que seus contemporâneos obtiveram destaque maior, a exemplo: Jorge Amado, Raquel de Queiroz, Oswald de Andrade, Álvaro Moreira da Silva, Graciliano Ramos, Clarice Lispector, Erico Verissimo.

Em 2006, sob a organização de Benedito Nunes, Ruy Pereira e Soraia Reolon Pereira, foi lançado o livro *Dalcídio Jurandir: o romancista da Amazônia (Literatura & Memória)*, o que propiciou uma maior divulgação de Jurandir. Este é um compêndio que trata da vida e obra de Jurandir. Em 2009, ano em que o escritor completaria 100 anos de vida, o governo do estado do Pará estabeleceu o “Ano Estadual Dalcídio Jurandir”, com essa homenagem Dalcídio Jurandir teve mais uma vez sua obra divulgada e seu público foi ampliado.

Também o governo do Pará, representado pela Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, em 27 de dezembro de 2007, através do Decreto 741, criou o “Prêmio Dalcídio Jurandir de Literatura”, cuja finalidade é o de premiar romances, contos, crônicas e poesias que sejam inéditos e em língua portuguesa.

Recentemente, novembro de 2015, o grupo paraense de teatro: “Usina Contemporânea de Teatro”<sup>15</sup>, através do diretor Alberto Silva Neto<sup>16</sup> e o ator Cláudio Barros<sup>17</sup>, fizeram uma

<sup>15</sup> [www.usinateatro.com.br](http://www.usinateatro.com.br) – acesso em 02 de novembro de 2015.

<sup>16</sup> E-mail: [netosilvaalberto@gmail.com](mailto:netosilvaalberto@gmail.com)

<sup>17</sup> [www.claudiobarrosator.com.br](http://www.claudiobarrosator.com.br) – acesso em 02 de novembro de 2015; E-mail: [cbt.barros@yahoo.com.br](mailto:cbt.barros@yahoo.com.br)

adaptação para o teatro do romance *Marajó*, como uma forma de homenagear e divulgar a obra do escritor paraense. O espetáculo chamado de “Solo de Marajó nos solos de outros brasis”, é um projeto que ganhou o “Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz 2014” e circulou por cinco estados: Ceará, Paraíba, Alagoas, Bahia e Rio Grande do Sul.

Diversas foram as formas de avaliar as obras de Dalcídio Jurandir; a seguir analisaremos alguns textos de acordo com a perspectiva crítica que cada um apresenta, para que se perceba de que modo a obra do escritor paraense foi vista pelos diferentes olhares críticos.

Entretanto, esclarecemos que as pessoas envolvidas no processo de elaboração das críticas, nem sempre eram portadores de conhecimento teórico e crítico sobre a Literatura, conforme já foi visto no início deste capítulo. Diante desse quadro, deve ficar claro que muito do que foi escrito a respeito das obras de Dalcídio Jurandir, se repetiu em vários outros momentos, com vários resenhistas; pois como bem disse Enilda Alves, para o jornal *O Estado do Pará*, em 17 de junho de 1979, anexo p. 162–163), os “dez romances sobre a Amazônia contêm variações em torno dos mesmos temas, dos mesmos personagens, das mesmas paisagens, seres e terras do Marajó e de Belém”. Logo, a maior dificuldade em se realizar a análise das críticas existentes consistiu basicamente por encontrar repetições de ideias entre os que tentaram escrever algo sobre Jurandir. E que poderia até mesmo se cometer o equívoco de dizer que alguns realizaram plágio, o que certamente não é o caso.

### 3.1 A crítica sociológica

O método sociológico é realizado a partir do momento em que se vê o escritor concebendo a sua obra como reflexo da sociedade em que vive. Nesse método verifica-se o que há de comum entre o escritor e a sua experiência enquanto participante da sociedade, e assim estará representando o meio ao qual pertence. Desse ponto de vista, o escritor estaria reproduzindo “fielmente a realidade” (IMBERT, 1986, p.71). Como disse Raymundo Souza Dantas (anexo, p. 147) a respeito do romance *Os habitantes*, que foi

Minuciosa e pacientemente construído, com muita arte e igual dose de observação do social e do humano [...]. Ocupando lugar de destaque, notadamente pela feitura e escrita, desdobra *Os habitantes* a temática amazônica através da mais perfeita harmonia entre o documentário e o depoimento pessoal, possibilitando visão realística dos dramas da humanidade que povoa este avassalador universo.

Esta mesma opinião é compartilhada também na crítica sobre *Chão dos lobos*, (no anexo, p. 148 pelo mesmo crítico.

Ligado profundamente ao ambiente em que nasceu e passou a sua infância, Dalcídio Jurandir perpassa ao leitor toda a paisagem paraense, pois ele “se apega às descrições que a gente fica com a impressão de que ele não tem força de apartar-se do seu povo e, preso a ele, disseca fibra por fibra dos sentimentos” (Gilvan Lemos, anexo, p. 153–154). Gilvan Lemos realiza nesse artigo uma breve caracterização das personagens representadas nas obras dalcidianas.

O que importa para a crítica sociológica é mostrar até que ponto o social influencia na produção da obra, ou seja, nesse tipo de análise procura-se ver como se dá a relação entre a sociedade, que está representada na obra, com a própria obra. Nas palavras de Antonio Candido (2014, p. 19), os estudos sociológicos

(...) procuram verificar a medida em que as obras espelham ou representam a sociedade, descrevendo os seus vários aspectos. [...] Consistindo basicamente em estabelecer correlações entre os aspectos reais e os que aparecem no livro. Quando se fala em crítica sociológica, ou em sociologia da literatura, pensa-se geralmente nessa modalidade.

O romance de linha sociológica responderia à pergunta de RALLO (2005, p. 100) “que importância tem a obra literária na criação das imagens e das representações sociais, por exemplo?” e acredito que Antônio José (anexo, p. 100) responderia com bastante propriedade utilizando como exemplo a obra *Chove nos campos de Cachoeira*: “Social não poderia deixar de ser um romance que desenrola entre personagens perdidos na Amazônia: social é de resto

todo romance, já que no romance vivem homens, e o homem como dizia mestre Machado de Assis, é um produto das relações sociais”.

Entre os críticos que abordaram a obra de Dalcídio Jurandir sob a perspectiva sociológica percebe-se sempre o conceito de que a obra é um reflexo da sociedade em que o escritor está inserido, e assim seria a própria voz do romancista por meio de suas personagens.

Mas o certo é que ele soube habilmente ver, sentir e descrever a realidade do meio, sem que o elemento humano se perdesse no painel da natureza; sem que se dissolvesse a ação do romance no puro descritivo da paisagem – física ou social. Há que se reconhecer em Dalcídio Jurandir o esforço que ele empregou no sentido de fixar uma atmosfera típica com a tonalidade precisa (Valdemar Cavalcanti, anexo, p. 107).

Há sempre uma comparação entre o romancista paraense e vários escritores contemporâneos seus, no sentido de que todos escreveram sobre a condição humana, sempre fazendo destaque a respeito da vivência paraense. Segundo esse ponto de vista, Dalcídio Jurandir descortina o ser humano e seus dramas, fazendo uma denúncia da realidade social marajoara, pintando um quadro onde se fundissem personagem e escritor, ajudando na (re)criação da realidade, do ambiente paraense, o que caracteriza sua denúncia:

Vejam, parece ele dizer, este homem também existe; está esquecido, é um trapo de homem, esmagado por forças enormes, mas é um homem e existe; e dentro dele, nos seus conflitos e nas suas histórias, há tanta grandeza e poesia, tanto esplendor e mistério e tanta graça também quanto nos outros homens (Moacir Werneck de Castro, anexo, p. 81–82).

E:

[Dalcídio Jurandir] constrói o romance com os valores polêmicos de quem encara a realidade social à luz de seus aspectos e problemas objetivos. [...] *Três casas e um rio* é o romance da maturidade de Dalcídio Jurandir. *Chove nos campos de Cachoeira*, seu primeiro livro, firmou estes dois pontos básicos da obra de Dalcídio: demarcou-lhe a geografia literária nos horizontes de sua terra natal e pôs em evidência a vocação do escritor para o romance social. Dalcídio é o grande romancista moderno da Amazônia, com a capacidade de fixar à terra e a gente, senão com um sopro épico, pelo menos com a intensidade do drama humano, que reflete o drama da terra (Josué Montello, anexo, p. 90).

Ressalte-se, ainda, que Josué Montello (anexo, p.112) produziu outra crítica, mas a respeito de *Linha do parque*, também de pensamento sociológico, destacando que o livro apresenta “o temperamento de ação política”, em que é relatada a falta de adaptação da sociedade diante dos problemas em que vive e a luta por uma vida melhor. Deste mesmo modo, falou J. Guimarães Menegale (anexo, p. 114–115), em sua crítica intitulada *Romance*

da *inquietação social*, sempre dando ênfase às diferenças de classes sociais, em que a categoria trabalhadora está cercada pela opressão causada pelas “classes favorecidas pelo dinheiro e pela política do Estado”, na opinião deste crítico Dalcídio Jurandir fez uma interrupção na sua obra de cunho regionalista, para tratar de assuntos que envolvem o social.

Verifica-se, então, que a crítica sociológica se refere a “fatos biográficos, políticos, econômicos, culturais [...], e [...] são meras condições da criação literária” (IMBERT, 1986, p. 34). Todos esses fatores entrelaçados contribuem de alguma forma no produto final da literatura, e sempre há se de tentar descobrir quais relações recíprocas existem entre um romance e a sociedade da qual ele surgiu. Com base nesses argumentos, Dalcídio Jurandir, então, ao retratar fielmente a realidade tal qual ele a vê, fixa

aspectos históricos, etnográficos e lendários das margens do rio Arari de mistura com as contradições da natureza humana. Em *Três casas e um rio* Dalcídio Jurandir “busca transmitir o que sabe das criaturas humanas, colocando-se dentro delas, servido por sua experiência de romancista e pelas múltiplas imagens com que interpreta o mundo e com que vem levantando, através da ficção, um panorama da vida social na Amazônia” (anexo, p.101, *Um romance da vida amazônica*, de autoria não identificada).

Para corroborar com essa ideia, Angélica Maria Santos Soares (1990, p. 110) afirma que

A obra literária não é o simples reflexo de uma consciência real e dada, mas a conscientização e concretização das tendências de um grupo social. A relação entre o pensamento coletivo e as criações artísticas não reside numa identidade de conteúdo, mas numa homologia de estruturas: o que se passa na sociedade é o que se passa no romance direta ou indiretamente.

Temos, então, mais um exemplo da crítica de pensamento sociológico do, também escritor, Jorge Amado (anexo, p.102–103) em que se vê que a perspectiva da criação literária pode surgir de fatos reais que aconteceram com o romancista; mesmo não tendo essa certeza, o crítico acredita que Dalcídio Jurandir criou o *Linha do parque* a partir da vivência no Rio Grande do Sul<sup>18</sup>:

[...] E isto porque vindo a conhecer essa nova área geográfica, sentiu decerto, de maneira imperiosa, a necessidade de transpor em termos de ficção o que ali presenciou e viveu. Não sabemos até onde subsiste algum conteúdo autobiográfico no romance. Mas Dalcídio Jurandir é desses romancistas que não inventam, limitando-se reconstruir artisticamente suas próprias experiências: *Linha do parque* possui, assim, um caráter documentário, sem que isto venha a colidir com o sentido artístico da obra. É um documentário do nosso tempo, vivo e humano.

---

<sup>18</sup> Vale a pena lembrar que Dalcídio Jurandir viajou ao Rio Grande como repórter do jornal *Imprensa Popular* de onde obteve material para escrever seu romance *Linha do parque*, ver na presente dissertação p. 26.

Alguns fatores, partindo do ponto de vista ainda de Enrique Anderson Imbert (1986, p. 34–35), podem contribuir para que a crítica sociológica considere em seu estudo, e analisará o papel que o escritor exerce dentro de seu meio social, que, de alguma forma, influenciará em sua escrita:

O prestígio do escritor; a sua posição ante o público. [...] Os hábitos de leitura segundo as classes, as profissões, os sexos, as idades; [...] o gosto e as modas; [...] os livros que maior influência exerceram sobre a evolução social. [...] O comportamento dos grupos literários; [...] instituições que intervêm nas atividades literárias, como academias, concursos literários. [...] As consequências que exercem sobre a literatura as alterações técnicas, económicas, políticas e religiosas. [...] Participação do escritor no poder político; os temas sociais – sexo, violência, corrupção – tal como os refletem os escritores [...].

Dalcídio Jurandir, então, será visto como um autor que está unindo sua vida à vida em sociedade, uma vez que ele sofrerá influências do contexto em que está inserido. Isto posto, as opiniões dos críticos valorizaram a utilização das descrições de ambientes, dos espaços físicos, como bem disse Guilherme Galliano (anexo, p. 97–98) que o escritor paraense escreve a partir de seu olhar da realidade, das suas experiências, e por isso reproduzia a “realidade mais crua”. Nelson Werneck Sodré (anexo, p. 85–86) disse mais:

O que distingue uma literatura, entretanto, não é apenas a língua, mas aquilo que as suas obras traduzem, e de que o idioma é mero instrumento, a vida, a terra, a gente, os seus problemas, os seus dramas, os seus anseios, as suas crenças, os seus sonhos e os seus tormentos. *Marajó*, em qualquer língua, é literatura brasileira. Mas não é apenas pela sua fidelidade ao ambiente que merece apreço; mas pela sua força descritiva, plena de verdade e de beleza, pela sua maneira de fazer viver a gente que povoa as suas páginas, pela realidade com que traduz os laços sociais que a dominam.

O escritor paraense descreverá de modo objetivo, tentando revelar tudo ao leitor. Heráclio Salles (anexo, p. 104–105) afirma em sua crítica sobre o romance *Três casas e um rio* que os símbolos surgem no livro de Dalcídio de forma natural da vida real dos habitantes de Cachoeira, descortinando para o leitor o “pequeno mundo” repleto de “sentimento humano”. Para esses críticos são detalhes de extrema importância que enriquecem os romances dalcidianos e classificam a obra como

um grande livro [referindo-se a *Marajó*], um grande romance que se insere entre os maiores da nossa atual literatura. Saudamos calorosamente nosso modesto Dalcídio, exemplo de incorruptível dignidade como intelectual, batalhador de primeira linha da causa da libertação do nosso povo, um artista de primeira grandeza e um mestre do romance brasileiro (Moacir Werneck de Castro, anexo, p. 81–82).

A obra, então, serviria para transformar a sociedade e não seria apenas um retrato desse meio, posto que de alguma maneira faria uma revolução na mente do leitor. O crítico, portanto, não deve fazer um julgamento dos objetivos do escritor, pois o olhar particular deste ficará em segundo plano, o que importa é a apresentação do momento em que a sociedade se enquadra. Por esse caminho, as críticas com base sociológica procuram “mostrar que o valor e o significado de uma obra dependiam de ela exprimir ou não certo aspecto da realidade (...), procurando-se mostrar que a matéria de uma obra é secundária, e que sua importância deriva das operações formais postas em jogo” (CANDIDO, 2014, p. 13). Logo, a interpretação de um romance deve levar em conta que o fator “externo” (a sociedade) influencia na constituição da obra, passando a ser um fator “interno”, isto é, a sociedade é elemento essencial para a feitura do romance.

As obras dalcidianas tratam de questões regionalistas e também da luta dos oprimidos contra seus opressores; dessa forma, o romancista paraense escreveu seus livros a partir de observações do mundo real, assim como fez, por exemplo, Jorge Amado. Dalcídio Jurandir observava a sociedade para depois, então, compor a sua obra, como se tivesse feito uma pesquisa, e retratasse também uma história de si mesmo e, assim, vemos os dramas vividos pelas personagens, numa constatação de luta pela sobrevivência, como uma autobiografia. Nas palavras de João Malato (anexo, p. 168–169): “Praticamente, toda a humanidade sofrida, estóica e viril que se agita ao longo do Arari [...], está dentro da obra de Dalcídio Jurandir, e intrinsecamente ligada ao seu próprio destino”. O autor sempre está realizando um exame detalhado da sociedade, com seus grandes entraves sociais e econômicos gerados da exploração da terra e conseqüente exploração da mão de obra trabalhadora:

A razão do êxito de Dalcídio Jurandir como romancista se explica desse modo: ele descreveu um ambiente que antes tinha vivido em todos os seus aspectos. Por isso é que encontramos em *Chove nos campos de Cachoeira* a vida com seus grandes dramas, seus casos de amor e seus conflitos econômicos e sociais. Isso tudo demonstra claramente que não é possível escrever-se um romance sem espírito de observação e análise dos caracteres humanos em função do meio e do ambiente em que vivem os personagens da história. [...]. Através da arte, Dalcídio Jurandir descreveu magnificamente a vida na ilha de Marajó. (Moacir Souto Mayor, anexo, p. 83–84).

O leitor é levado a perceber e fazer seus julgamentos sobre a opressão que aquela sociedade da região amazônica viveu, sobre hábitos, costumes e valores. “Região esquecida [...], grandiosa somente nas cartas geográficas”, e que tanto luta por uma “redenção tardia que os liberte” (Bruno de Menezes, anexo p. 87–88). As descrições do sofrimento do povo são narradas de maneira minuciosa, revelando sobretudo o desnivelamento social, e até mesmo

animalizando o ser humano, a tal ponto de o homem valer menos que os animais irracionais. Esse tipo de pensamento também é compartilhado por Álvaro Augusto Lopes (em seu artigo, anexo, p. 96), ao afirmar que o romance de Dalcídio Jurandir foi escrito “com riqueza de pormenores inéditos, bem observados”.

Dalcídio Jurandir, porém, continua a se afirmar o romancista que recompõe esse mundo marajoara, para mostrar aos sociólogos, na sua bruteza e no seu pauperismo, homens, mulheres e crianças, nem mesmo irmanados aos animais, aos bichos ferozes, porque a sua condição é tão ínfima, que aqueles valem mais do que estes (Bruno de Menezes, anexo, p. 87–88).

Em várias críticas há sempre uma valorização da paisagem amazônica (a fauna e a flora), mas numa visão notadamente como algo diferente e estranho das outras regiões do Brasil e até mesmo com um olhar discriminatório, e dando a entender que o escritor paraense teve que se desligar de sua própria região de nascimento para que viesse a ser reconhecido. Notamos tudo isso no primeiro parágrafo do texto de Moacir Werneck de Castro, anexo, p. 81– 82:

O “friúme por dentro”, o tremor e a comoção do poeta nos invadem agora, quando pela mão do romancista Dalcídio Jurandir penetramos no mundo da ilha de Marajó, com sua atormentada humanidade, brasileira que nem nós. No entanto, não é a sensação do exótico, nem essa espécie de pavor infantil que nasce da ideia dos grandes rios negros ou lodosos, dos animais estranhos que vivem em matos diferentes dos nossos. É sim, o encontro do homem, desentranhado do cartão-postal amazônico que temos visto até agora, e que o autor nos lança em rosto com uma violência dramática.

Há a valorização da maneira como o escritor utiliza a linguagem e a emprega sempre muito bem trabalhada, e onde se nota que há uma tradução de beleza linguística que encanta os críticos e ao mesmo tempo sem excesso de vocabulário, o que poderia fazer com que o escritor parecesse pedante:

A frase arrebatada com o seu poder verbal, a sua opulência e o gosto das imagens. Mas essa corrente é canalizada com tal arte que a última coisa que diríamos de Dalcídio Jurandir é que se trata de um escritor prolixo. [...]. Os achados verbais iluminam subitamente o romance, aqui e ali, com uma riqueza inesperada. [...]. E o diálogo é saboroso e vivo, refletindo particularmente o encanto das personagens femininas (Moacir Werneck de Castro, anexo, p. 81–82).

Portanto, o romancista será a voz representativa do grupo ao qual pertence, ele (o escritor) refletirá o comportamento do homem do seu tempo. “O escritor não é um gênio individual, mas o agente supra-individual que fala por todos os membros do seu grupo e reflecte a conduta dos homens na história da sociedade” (IMBERT, 1986, p. 73–74).

E ainda que o escritor sofra influências do seu meio social, e que revele manifestações daquilo que diz respeito à Amazônia e ao Pará não se pode negar “o crivo da individualidade criadora [de Dalcídio Jurandir]; e é essa individualidade criadora que interpreta, num registo predominantemente estético, uma visão do mundo colectivizada” (REIS, 1976, p. 91).

Sendo um romancista que trata de problemas que se passam na Amazônia, em meados do século XX, Dalcídio Jurandir relata temas universais, e é considerado por Josué Montello “o grande romancista moderno da Amazônia”.

Em todas as críticas é bem claro o reconhecimento, desde o seu primeiro romance, do grande potencial que ele tinha para se tornar um dos grandes escritores da literatura paraense e, conseqüentemente, da literatura brasileira. Na opinião de muitos, Dalcídio Jurandir não estaria (no futuro) entre os mestres de nossa Literatura, ele já se encontrava inserido desde o seu primeiro contato com o público em 1940.

### 3. 2 A crítica impressionista

Na linha de pensamento impressionista, vários críticos dizem que Dalcídio Jurandir descreve um passado de lutas e conquistas por meio da voz da personagem principal. Uma dessas comparações é feita por ocasião da entrevista que o romancista concedeu à revista *Dom Casmurro*, na época em que venceu seu primeiro concurso literário (Omer Mont`Alegre, anexo, página 68–69). Nesse artigo há a consideração de um olhar, de uma perspectiva de um leitor que admira os bons livros e de um olhar de quem também é um escritor. Há muito a valorização da paisagem paraense, o que reforça a ideia de romance regionalista.

O método de análise impressionista surgiu “no final do século XIX, numa perspectiva oposta à postura científica e objetiva” (SOARES, 1990, p. 94) e considera que toda a compreensão da obra depende, sobretudo, da subjetividade daquele que tece a crítica, o que intervém na obra é o prazer ou não que causa no leitor. Utilizando-nos das palavras de Enrique Anderson Imbert (1986, p. 147, 149), “Uma obra literária – dizem os críticos impressionistas – existe como experiência de um leitor [...]. A esta classe de crítica pertencem os que julgam que uma obra é estimável segundo o pranto ou as gargalhadas que produza em nós”. Em outras palavras, a análise de um texto será produzida a partir dos efeitos, das impressões que se fixarão no leitor/crítico.

A admiração, por exemplo, de Sérgio Milliet (anexo, p. 99) por Dalcídio Jurandir parte das descrições naturais e humanas, da região amazônica, que compõem os romances paraenses, e que lhe são totalmente “estranhas”. De acordo com sua crítica, Dalcídio descreve com minúcias de detalhes tudo o “que viu, ouviu ou viveu”. *Três casas e um rio* é um romance que se apresenta como “um panorama etnográfico e social da Amazônia, todo um levantamento dos seus traços culturais. É toda uma página de geografia humana”. Nada escapa à narrativa do romancista, o que certamente o torna, de certa maneira, um narrador verborrágico.

Maria R. Campos (anexo, p. 75–76) parte de uma visão sensivelmente particular e que é aguçada por seus sentimentos e diz que Dalcídio Jurandir escreve a partir do que vivenciou. A seguir, um trecho em que ela fala das personagens dalcidianas:

Porque os personagens desse livro, que é a descrição da vida real, sofrem. Uns mais outros menos. Os menos interessantes sofrem menos. Os que mais merecem nossa simpatia são os que mais sofrem. Eu sofro com os personagens. Sofro demais, certamente. E quando acabo de ler uma obra dessas, doe-me a alma e sinto-me mais fraca para enfrentar as dores reais, que a vida, cada vez mais me apresenta.

Assim também é o olhar de Renard Perez (anexo, p. 110–111), sua opinião é peculiar, própria de um leitor comum:

É um livro que se lê devagar, apaixonado pelos detalhes, pela linguagem limpa e a viva adjetivação, que completam a ideia de vigor, de primitivo, apesar de sua poesia e da mediocridade daquelas vidas. E é um livro, principalmente, que deixa uma impressão funda – daqueles que, ao encerrar-se continuam vibrando dentro de nós.

Porém, as características de questões que envolvem o comportamento humano, embora sem grandes aprofundamentos, merecem o destaque de romance universal, pois inclusive a linguagem é de fácil compreensão:

Os paladinos do romance documentário, do romance regional, terão em *Chove nos campos de Cachoeira* um documentário, um regional, que não perderá, no entanto, o sentido humano, o seu valor de romance se transportado para a China ou para a Suécia. E, fugindo à regra do romance amazônico, teremos um livro vindo da Amazônia que não necessitará de glossário para ser compreendido (Omer Mont`Alegre, anexo, p. 68–69).

A crítica sempre será um olhar muito particular de cada analista, posto que dependerá da vivência de cada pessoa enquanto leitor da obra; seguirá sempre as suas opiniões individuais, dando continuamente a sensação de que não há nenhuma metodologia de análise concreta que não seja seu ponto de vista. A forma como o livro será analisado considerará todo conhecimento empírico<sup>19</sup> e não, necessariamente, demonstrará erudição a respeito do fato literário. Mas

A crítica é, assim, como todas as outras manifestações artísticas e intelectuais, “cosa mentale”; nela, a intuição é dom fundamental. [...] Georges Renard observa, de seu lado, que a “história duma literatura não pode ser somente científica; precisa ser alguma coisa de mais flexível, de vivo, de literário”. Justificar o gosto com base na cultura e nos fatos estéticos parece o único mandamento do crítico literário; e se o gosto não exclui, naturalmente, o estudo e a pesquisa, que pode ser científica [...], menos ainda pode excluir o subjetivo que a interpretação necessariamente compreende (MARTINS, 2002, p. 90–91).

Considerar-se-á, então, que o valor estético da análise certamente perderá, de alguma forma, sua credibilidade, pois em conformidade com as palavras de Wilson Martins (2002, p. 89): “Impressionismo passou a ser, em crítica, sinônimo de diletantismo, argumento polêmico que nada significa como caracterização de uma família espiritual”. Então, esse tipo de análise crítica não será nada mais do que apenas um ponto de vista, que terá como base apenas as convicções subjetivas do censor. Vejamos um excerto de Virgínio Santa Rosa (anexo, p. 77–

---

<sup>19</sup> Empírico: [...] “1º Designa, em primeiro lugar, a espécie de saber que se adquire através da prática, através da repetição e da memória. Nesse sentido, corresponde ao significado 1º de experiência e opõe-se a *racional*, assim como a experiência se opõe à arte e à ciência” (ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 325).

78) em que se nota que sua crítica não preceitua um ponto de vista com características de metodologias explicitamente literárias. O próprio crítico se isenta dessa responsabilidade:

O romance é desigual, sem cuidados de planos e arquitetura de elaboração. Não apresenta resultado de mania estilista, em uma palavra, está livre de literatice e talvez mesmo de literatura. Um crítico exigente saberia encontrar nele muitos defeitos de confecção e gravíssimos senões de estilo; entretanto, nada disso importa, porque o romancista conseguiu atingir o supremo escopo do romance; a ressurreição da vida. A sensibilidade de Dalcídio Jurandir recolheu impressões vividas e a sua imaginação soube reconstituí-las revigorando-as e dando-nos a impressão de encadeamento e de movimento. Tudo isso foi feito com sinceridade, com energia e sem artifícios e daltonismo (destaque meu).

O perigo da crítica impressionista está em que se escreva algo que seja fruto do que possa ser deleitável para o ajuizador, ao invés de produzir uma crítica que tenha embasamento teórico acerca do fenômeno literário. Seu juízo de valor estará comprometido com “a fantasia, a inteligência, a vontade do crítico, o qual se põe a falar de si” (IMBERT, 1986, p. 150). A análise não terá como primazia a estrutura literária e linguística que o escritor utilizou em seu livro, mas será uma apreciação puramente sentimental e egocêntrica. Tudo dependerá das intenções subjetivas que o comentador tenha da leitura. Waldemar Batista de Sales (anexo, p. 120–121) deixa bem clara sua subjetividade: “Claro que nestes comentários despreziosos, não vamos fazer a crítica literária do livro, nem analisá-lo doutrinariamente. Estamos mostrando aos nossos leitores, residentes nesta cidade, o aparecimento de mais um livro de Dalcídio Jurandir, destinado ao mais franco sucesso” e ressalta que o romance *Linha do parque* apresenta conteúdo de tema sociológico.

Nas análises das obras de Dalcídio Jurandir, é dada ênfase ao registro da fala paraense e é constante também a descrição da paisagem amazônica, e assim os críticos vão dando suas impressões sobre os conflitos da sociedade paraense. São descrições da cultura do povo amazônico, inclusive dos costumes e das lendas daquela região, revelando assim toda a regionalidade de um povo. Esse regionalismo também é reforçado pela linguagem própria do paraense, que, embora circunscrita ao Pará, está ao alcance de qualquer leitor do Brasil, pois “não há rebuscamento estilístico, há depuração e verdade” (Sérgio Milliet, anexo, p. 99).

Enfim, ainda que sejam artigos de jornalistas e também escritores, verificamos que temos somente a apresentação panorâmica dos livros. Em várias críticas é feita apenas a descrição (uma espécie de resumo dos livros), ressaltando os problemas familiares enfrentados nas obras. Procuram mostrar ao leitor não uma análise crítica a respeito dos romances e sim uma leitura que é feita de paixão pessoal; suas opiniões revelam admiradores incondicionais de Dalcídio Jurandir. É o ponto de vista de leitores comuns:

Gostaria de levar o leitor a viajar mais demoradamente nesse romance paraense. Gostaria de ensinar com Dalcídio Jurandir nossas expressões, nossos hábitos, mas é melhor que os interessados vão direto à fonte, esse *Três casas e um rio*, panorama da vida social amazônica (Eneida de Moraes, anexo, p. 92–94).

Nesse tipo de crítica notam-se claramente as ideias pessoais do resenhista, sem nenhum teor crítico-literário, é apenas sua opinião a respeito dos romances do escritor paraense. De acordo com a visão impressionista, Dalcídio sofreu algum tipo de preconceito oriundo do “pensamento metropolitano”, posto que tivesse escrito a respeito da vida, desde a infância, do interior do Pará. Alguns enfatizam o pensamento de que Dalcídio Jurandir conseguiu escrever seus romances após sair da província para a metrópole, o que também demonstra um certo preconceito por parte dos críticos:

(...) de onde o escritor da província possa ver a sua nação, que uma visita, à metrópole, sobretudo quando esta é acompanhada pela “via crucis” da busca ao trabalho. Dá-se a purificação do conceito da vida vista e vivida e adquire-se a força humana que a cultura não nos pode fornecer... Permanecendo na província, o romancista não se exime dos preconceitos inerentes à vida provincial e perde quase sempre todo particularismo ao escrever o seu romance, pois acima dele está a sugestão do pensamento metropolitano (Omer Mont`Alegre, anexo, p. 68–69).

E em vista da saída do escritor da província para a metrópole, existe o reconhecimento do valor do romancista paraense:

os prós e contras que hão de aparecer em torno de *Chove nos campos de Cachoeira*. Neste romance os críticos acharão, segundo suas tendências, o muito bom e o muito mau; talvez que por causa dele se reacendam as lutas de literatura do norte e literatura do sul. O livro tem, no entanto, bastante força para resistir a toda dissecação e dele todos terão que tirar sempre uma média de bondade (Omer Mont`Alegre, anexo, p. 68–69).

Algumas críticas partem do ponto de vista de que a Amazônia era um mundo exótico, o que revela como era vista a região Norte no início do século XX. Muito embora a ilha do Marajó fosse uma parte do estado do Pará, os críticos nos dão a nítida imagem de como todo o Pará era visto. Segundo Dias da Costa, era um lugar

de imensuráveis proporções de terras e águas, de céus e de folhas, extraviando-se nos labirintos inextricáveis onde a vida humana parece uma impossibilidade [...], perde-se na paisagem, dissolve-se nas correntes das águas gordas, embarça-se nos cipoais das matas invioladas, atola-se na lama dos pântanos e se põe a emitir clamores de espanto, num misto de deslumbramento e pavor (Dias da Costa, anexo, p. 95).

Com essas palavras Dias da Costa nos mostra como era vista toda a sociedade paraense, pois, para a maioria das pessoas do Brasil, tudo parecia irreal, pois havia uma mistura daquilo que era real com o que era lenda, religião, mito. Ao manifestar sua opinião a

respeito dos romances de Dalcídio Jurandir, encontra neles algo que pode revelar ao leitor, uma sociedade com problemas específicos daquela “região primária, rude, espantosa e bárbara”.

Transparece, então, que não há em verdade uma posição crítica, apenas uma opinião particular em relação à obra de Dalcídio Jurandir, e até mesmo duvidosa do sucesso do livro muito embora se mostrem apreciadores da leitura dos romances dalcidianos. Todos concordam que o escritor marajoara conseguiu captar todo um cenário da Ilha do Marajó. E parafraseando Sérgio Milliet (anexo, p. 99), são romances produzidos por alguém que possui talento e, conseqüentemente, seus livros são importantes para a literatura brasileira.

Entretanto, não havemos de nos esquecer que, novamente, nos reportamos às palavras de Wilson Martins (2002, p. 90), mesmo que uma crítica seja feita conforme a preferência subjetiva, de acordo com as escolhas individuais de cada analista, não há de se fazer uma crítica de uma obra sem que este fator não seja levado em consideração.

Destacamos agora o artigo de Antônio Olinto (anexo, p. 116–119). Ele escreveu uma crítica relacionada ao romance que narra a história da luta dos operários no Rio Grande, e o rotula como um “romance do proletariado”; ele destaca o valor de Dalcídio Jurandir enquanto romancista e faz um breve resumo do enredo. O crítico, entretanto, destaca o que ele considera “um defeito do livro”, pois o romance dalcidiano deveria deixar clara a diferença entre “redenção espiritual”, que se relaciona a conceitos referentes ao destino de cada indivíduo, e “redenção econômica”, que corresponde àquilo que é realizado coletivamente. Fica claro que Dalcídio Jurandir, ao descrever as lutas dos operários rio-grandinos, deixa transparecer seu posicionamento que é a busca pela “redenção econômica”, em vista da luta de cunho político, em detrimento da “redenção espiritual”, que se esvai durante a narrativa.

De acordo com Antônio Olinto, o romance *Linha do parque* apresenta problemas, porque na busca ao poder há uma “desintegração que acaba por atingir a narrativa”; no entanto, no que se refere à “busca da justiça”, o romance ganha outra dimensão e ganha o “status” de excelência de tese. Ao analisar os personagens, Antônio Olinto arrisca-se a dizer que “às vezes se fundem um no outro”, e assim Dalcídio construiu, como consequência, uma ação que resulta numa continuação, pois os personagens, na verdade, não são vários e sim os mesmos, posto que lutam pelas mesmas coisas e têm a mesma finalidade. A mensagem do escritor não é narrar, descrever a vida das personagens e sim a luta que elas vivem, é como se nem Marcela nem Iglézias tivessem morrido na trama. Para Olinto, apesar dos problemas apontados, o romance serve apenas para reforçar Dalcídio Jurandir como um escritor competente, pois “*Linha do parque* resiste aos seus próprios defeitos”.

### 3.3 A crítica estilística

Esse tipo de crítica, também chamado por Karl Vossler de “estilística ou crítica estética” (SOARES, 1990, p. 99), leva em consideração o estilo individual do escritor. Estilo, segundo Enrique Anderson Imbert, (1986, p. 127), “é a fala individual com valor estético”. O crítico analisará a obra sob o ponto de vista de que está diante do novo, de uma nova modalidade de escrita, em que o escritor está lançando uma maneira própria de produção, um estilo que lhe é único. Com esse pensamento Mário Barata (anexo, p. 160–161) atestou o romance *Ribanceira* como a “criação literária que ficará como um dos exemplos de linguagem nova, de ritmos curtos, numa sonoridade que envolve de encanto o leitor, em nosso idioma”.

Há de se verificar o uso que a sociedade faz da língua evidenciando a particularidade de cada grupo social. O escritor estará, portanto, registrando uma linguagem original, com características singulares de uma determinada comunidade linguística. O método de análise estilística valorizará uma investigação da língua que foi escolhida e validada pelo escritor. Dessa forma Rosa Coelho de Assis (anexo, p. 185–187), ressalta a importância da escrita dalcidiana em que é valorizada a fala paraense no romance *Passagem dos inocentes*, o que o torna um escritor diferenciado e que deixa em seus livros um material riquíssimo sobre a língua falada no Pará, e que é também um registro dos costumes do povo paraense:

Assim também, o autor utiliza outros recursos de expressão, visando ressaltar a feição extremamente brasileira e paraense da língua “falada”, dando a cada passo de seu romance um tom de conversa interiorana, e, em menor escala, de conversa suburbana. Com isso o romance nos surpreende a cada nova página pela presença marcante de nosso caboclo, pois Dalcídio Jurandir falando por eles, e com eles, nos coloca defronte deles, num contato próximo e puro da linguagem.

Os críticos de fundamentação crítica estilística têm como premissa iniciar sua crítica a partir “da intuição e da sensibilidade” (SOARES, 1990, p. 100) e, por essa razão, suas análises são de cunho, sobretudo, linguístico. Como bem vemos em Miécio Tati, anexo, p. 108–109:

De qualquer forma, aos modismos vocabulares do autor, preferimos as construções especiais da fala viva do povo, com que enriquece a sua história, sempre expressivas e espontâneas: “queriam porque queriam ver o menino morto”, “tão sem bondades era, que dava gosto”. “Delabençoe... Delabençoe...”, “ver a pororoca grande é contar uma história massenhora história”, “ele até que levou queixa de mim, mea mana” “me mandazinho um cheiro desse teu colégio”, “caiu tão pouco mas tão bastante, tão doendo em seu coração”, “e foi surpreendê-lo, tamanha uma hora da tarde”; ou a frequência do processo de duplicação dos termos, com vistas a uma intensificação de sentido: “bancos lisos-lisos”, “julgou-se bôbo-bôbo”, “estou

achando a minha filha mole-mole”, “os pais abençoaram muito-muito o filho que partia”, “quebrara a pucarina nova-nova”, “meu filho está frio-frio”, “não tem coragem pra nada-nada”, “andava impossível, dona-dona do chalé”, “mexeu-mexeu com a colher de pau”, “arraia grande-grande”.

Várias críticas sobre Dalcídio Jurandir foram fundamentadas em ideias literárias, isto é, “em valores exclusivamente estéticos” (COUTINHO, 2004, p. 620, 624), por isso fazem uma análise do ponto de vista unicamente de base estética do romance. São julgamentos, algumas vezes, incisivamente negativos, levando em consideração apenas a estrutura externa da obra, muito embora encontrem algum traço literário e admitam que no futuro Jurandir pode vir a ser reconhecido como um bom escritor.

A crítica estilística “não se propõe explicar, mas descrever. Não nos dá o *porquê* de uma obra, mas o *que é e como* está constituída [...]. À estilística diz respeito o que desemboca no processo criador da arte” (IMBERT, 1986, p. 133). Esse tipo de análise literária perceberá tudo que está inserido na obra quanto à vida do autor, desde o seu ambiente familiar até o seu conhecimento educacional; no entanto, culminará no que é o mais importante na obra, naquilo sobre o qual o escritor se debruçou por muito tempo e despendeu sua atenção: o uso da linguagem (ou o tipo de linguagem) na obra literária. Assim, nas palavras de Osvaldo Lopes de Brito (anexo, p. 155–156), ao comentar a obra *Marajó*, afirma que

o romancista se renova no interior de seu velho tema. No apurado estilo e na forma de abranger e de analisar a terra e o homem, a questão socioeconômica, o drama telúrico, e o centro espantoso (sob certos ângulos) de civilização que é a cidade de Belém do Pará. [...] Dalcídio, contudo, desfruta de mais um crédito: a linguagem atrevida, inovadora.

Entretanto, o romancista paraense é “discriminado”, algumas vezes, por essa mesma linguagem, como por exemplo, na visão de Álvaro Lins (anexo, p. 70–74): “o mau gosto da expressão é um destes aspectos mais constantes, pois o Sr. Dalcídio Jurandir insiste num recurso que nunca domina inteiramente: a utilização da linguagem popular”. Segundo este crítico, essa linguagem estaria indicando um dos aspectos para a sua não-literariedade, que seria a utilização da fala típica do paraense, pois assim o escritor estaria representando unicamente o seu próprio mundo, como se fosse a escrita de si mesmo.

Ainda na crítica de Álvaro Lins, seu posicionamento desmerece o romance de Dalcídio Jurandir, pois ele afirma que tem o “caráter de literatura efêmera, transitória, accidental [...]. Não sendo um romance de valor, sobretudo de valor literário”, pois uma obra literária não sobrevive quando a subjetividade do escritor se põe à vista no romance (e entenda-se subjetividade aquilo que o escritor de alguma forma tenha posto na obra a respeito

de sua vida pessoal: lembranças da infância, por exemplo). Entretanto, nota-se claramente na opinião desse crítico um paradoxo, pois ao mesmo tempo afirma que o que falta ao romancista paraense “é a realização literária, é o domínio do material romanesco, é a consciência mesma da sua obra”, e que ele é “um romancista que ainda não se realizou (...), e que também “não sendo um romance de valor (...), mas revela indícios de um romancista”. Ou seja, de acordo com Álvaro Lins, Dalcídio Jurandir não tem consciência de sua própria arte literária.

Então, no âmbito da crítica estilística, se fará uma análise com conhecimento da língua, sobretudo da língua que foi utilizada pelo escritor no momento da composição da obra; diante dessa proposição, exigirá do crítico um conhecimento sincrônico da linguagem relacionado à época da produção do texto do autor. Isso possibilitará ao crítico realizar comparações com outros escritores anteriores ou contemporâneos ao escritor em análise. Será analisada, ainda, a originalidade, sempre considerando a “exposição dos recursos idiomáticos de que dispõe determinado autor” (IMBERT, 1986, p. 134).

O método estilístico apreciará, também, momentos que expressem a linguagem e o pensamento individual ou de um grupo social. São exemplos:

os processos de metáfora, a alegoria, a simetria, o monólogo interior;[...] a experiência do tempo nos modos verbais; [...] as alusões sutis; os ritmos da fala; a realidade representada, a arquitetura racional, o uso caprichoso das possibilidades idiomáticas, as dissonâncias entre as categorias gramaticais e as psicológicas (IMBERT, 1986, p. 134–135).

Entre todos esses modos de expressão, o que mais atrairá o crítico de pensamento estilístico será a visão que o escritor deixará transparecer para o leitor a respeito da similitude entre sua percepção de mundo e o seu estilo; ou seja, o crítico será extremamente atraído pelos princípios que formam o modo estético do escritor.

Ao realizar a dissecação de uma obra, o crítico dará ênfase aos aspectos emocionais, do uso por parte das personagens, dos diminutivos, das peculiaridades dos tempos verbais, da maneira singular da utilização da forma plural, da fala individual e afetiva que são próprios da sociedade a qual essas personagens pertencem, pois, as preferências linguísticas são relativas aos pensamentos que se fazem presentes no interior da obra.

A crítica estilística há sempre de recorrer aos estudos linguísticos com a intenção de deixar registradas a fala, ou falas, das personagens que o escritor procura gravar em sua obra como forma de manter viva uma determinada sociedade da qual certamente fez parte. Essa obra conservará “uma estrutura objetiva imutável” (IMBERT, 1986, p. 138) posto que será a

manutenção de um fato comportamental e linguístico e eternizará não só o autor, como, é claro, toda uma sociedade.

É, como disse Álvaro Lins, “o ambiente exterior é um círculo fechado dentro do qual o romancista se movimenta sem a capacidade ou sem a intenção de ultrapassá-lo. Trata-se de uma limitação que é a do personagem principal, mas que acaba por incidir sobre o próprio romancista”. Em outras palavras, o personagem principal é o próprio escritor.

Em Literatura, então, será preciso sempre lembrar que nem tudo que se vê e se sente merece ser transmitido. Existe uma arte do “silêncio”, mais fina e mais penetrante do que qualquer outra. Por seu intermédio é que se atinge a capacidade de sugerir mais do que definir – o que é o segredo mesmo da obra de arte (Ávaro Lins, anexo, p. 70–74).

Para os críticos de ideias unicamente estilísticas, o romancista deve apenas sugerir a realidade e não descrevê-la e registrar tudo que vê ao seu redor. Eis outro motivo para que Dalcídio Jurandir seja desmerecido. Álvaro Lins ainda diz que “todo o romance *Chove nos campos de Cachoeira* revela uma espécie de anarquia espiritual que pode conduzir a uma grande criação literária”. E nessa mesma linha de pensamento Miécio Tati faz comentários sob a ótica de algo como se fosse inimaginável, como se a realidade da região da ilha do Marajó fosse uma “realidade de mistura com um clima fundamente fantástico” (Miécio Tati, anexo, p. 108–109), embora afirme que o romance de Dalcídio Jurandir seja o “modelo dos melhores da literatura da Amazônia”.

### 3.4 Artigos diversos

Iniciamos este ponto com as palavras de Roland Barthes (2010, p. 19): “Se aceito julgar um texto segundo o prazer, não posso ser levado a dizer: este é bom, aquele é mau. Não há quadro de honra, não há crítica, pois esta implica sempre um objetivo tático, um uso social e muitas vezes uma cobertura imaginária.” Confirmando essas palavras, chegamos aos 38 artigos que não se enquadram em nenhuma das linhas de críticas pesquisadas, posto que apenas trataram de fazer resumos das obras, ou somente se ocuparam em fazer homenagens à arte literária de Dalcídio Jurandir; ou ainda, houve unicamente a citação das obras publicadas. Não há julgamentos críticos ou uma opinião clara a respeito dos livros. E de acordo com Tzvetan Todorov, em sua obra *Crítica da crítica* (2015, p. 142) em que ele explicita uma questão levantada por Frye sobre qual o objetivo da crítica e responde que “é o melhor conhecimento das obras. [...] Devemos praticar a hipótese e a verificação”. Conclui-se, portanto, que “a ciência literária é, ao mesmo tempo, sistemática e interna”. Diante dessa proposição, vários artigos não observaram esses critérios. Como, por exemplo, Bruno de Menezes, no anexo, p. 79–80:

Não se pode fazer um livro comum, ao agrado daqueles que não sabem o que é miséria, quando as chuvas, ao contrário de privilegiadas zonas marajoaras, intumescem os rios e insulam as palhoças e chalés.

Daí, *Chove nos campos de Cachoeira* se apresentar um tomo de fixação de tais quadros. Nós todos, que somos a maioria dos sofridos, estamos ali dentro, contracenando com muitas daquelas figuras.

Nesse trecho, Bruno de Menezes salienta as características das personagens que se apresentam no romance e inclui o leitor naquela categoria, como se fosse um participante do enredo. Da mesma forma se coloca o crítico, nominado de E. S. (anexo, p. 91): “Seus personagens não são títeres, mas se movimentam como seres humanos de vida própria, desprendidos do cordão umbilical de que se originaram na mente do ficcionista”. Nessas críticas como um todo, percebe-se tão somente uma homenagem feita a Dalcídio Jurandir.

Manuel Bandeira (anexo, p. 89) traz um artigo em que, num único parágrafo, Dalcídio faz uma autocrítica a respeito de seu posicionamento enquanto partidário do Comunismo. E, na opinião de Bandeira, Dalcídio Jurandir apenas seguiu as ordens do partido ao se retratar.

Outras críticas, como a que está no anexo, p. 106, de um autor não identificado, falando sobre o romance *Três casas e um rio*, há apenas um pequeníssimo resumo daquela obra, comparando-a a uma “crônica sentimental” e destacando o êxito que Dalcídio Jurandir obteve após vencer o seu primeiro concurso literário. Também o artigo da página 113,

apresenta um micro resumo do romance *Linha do parque*, sempre enfatizando o caráter político e social da obra.

No anexo, página 122–124, não há uma crítica e sim uma entrevista que Dalcídio Jurandir concedeu a Eneida de Moraes, em 1960, no Rio de Janeiro. Ali ele fala sobre como seus livros foram concebidos e editados, confirmando sempre que o acúmulo de suas experiências, pesquisas, e memórias lhe serviam como material para compor seus romances. Fica claro que suas obras revelam uma escrita autobiográfica, que é “um processo de descrição que procurava explicar elementos da obra, através da vida do autor...” (SOARES, 1990, p. 93). Assim, as personagens que fazem parte dos seus romances são todas criadas a partir do seu mundo real, pessoas que faziam parte do seu círculo social.

Álvaro Augusto Lopes, em seu artigo para o periódico *A Cigarra*, de 1960 (anexo, p. 125–126), faz uma síntese do romance *Belém do Grão-Pará*, destacando os aspectos físicos, psicológicos, sociais e econômicos das personagens, então, em decadência em Belém, e em cujo meio vive Alfredo. O destaque maior recai sobre Alfredo e os problemas pelos quais passa junto à família Alcântara. Também é dada uma ênfase especial à linguagem regional do Pará que, segundo Lopes, é um “regionalismo inconfundível”. Ainda sobre a linguagem, Dalcídio Jurandir é apresentado como um escritor que escreve com erros ortográficos propositais e vocabulário singular, com a intenção de desnudar a fala paraense, o que faz dele um escritor de estilo único. A culinária e a cultura paraense também ganham destaque para Lopes. Vemos que em 15/06/1968, o jornal *Diário de Notícias*, publicou um artigo chamado “Encontro matinal: *Primeira manhã*”, cuja autoria não foi encontrada, anexo, página 143–144, que ressalta, da mesma forma que Álvaro Augusto Lopes, a fala paraense e a culinária local; e se limita a afirmar, apenas, que o estilo de Dalcídio Jurandir “sofreu grandes modificações”.

Na mesma linha de opinião de romance regionalista, posiciona-se um artigo sob o título de “Humanidade paraense”, anexo página 137–138, de autor não identificado. O autor salienta que embora *Passagem dos inocentes* seja um romance ambientado em Belém, não se caracteriza como “romance urbano”, pois todo o cenário é repleto de imagens da Amazônia, no artigo denominada de “Hileia”, pois são imagens “exóticas e pitorescas, estranhas e não assimiláveis...”; contudo, os pormenores que poderiam aclarar essa ideia não são manifestados.

Dalcídio Jurandir é considerado um “documentarista” para Adonias Filho, anexo, p. 127–128, pois o romance *Belém do Grão-Pará* origina-se da realidade amazônica. Assim, Adonias Filho nomeia a obra dalcidiana de “novelística documentária”. De acordo com a

visão desse resenhista, a própria cidade de Belém figura como personagem, opinião também compartilhada por Álvaro Augusto Lopes. Para ele, *Belém do Grão-Pará* oscila entre o “romance de costumes”, o “romance social” e o “romance psicológico”, entretanto, para por aí e não esclarece mais nada.

Ao contrário do que aconteceu em seu artigo, em anexo, p. 95, de 1958, sobre *Três casas e um rio*, em que Dias da Costa escreve sobre sua impressão a respeito daquele romance, em 1960, conforme o anexo p. 129–130, ele faz um resumo da obra *Belém do Grão-Pará*, repleto de trechos do livro. A ênfase maior é sobre a decadência da sociedade em consequência da queda do poder governamental e da economia estadual. Falando, ainda, a respeito “da desordem econômico-social”, Rodrigues de Melo (anexo, p. 139) externa seu olhar sobre o romance *Passagem dos inocentes* e também considera a obra “como a própria crônica do povo”; o olhar de Melo parte da comparação do escritor paraense com o escritor gaúcho, Erico Verissimo, no sentido de que ambos escreveram com o mesmo objetivo, a mesma razão: revelar as vivências de seus povos.

Ary Vasconcelos (anexo, p. 140–141) escreve excertos do livro *Primeira manhã*, e o que sobressai, na opinião deste resenhista, é “uma surpreendente evolução estilística do autor” e que agora alcança “seu ponto de excelência”. No mais, ele enumera as obras de Dalcídio até então publicadas, e as que esperam seu momento de lançamento. Seguindo este modelo, H. H. (anexo, p. 142) também escreve sobre o mesmo romance. Assim também, dá uma amostra das dez obras dalcidianas, e faz uma microbiografia, o artigo de 17/06/1979, de autor não identificado, anexo, p. 164–165.

Nas páginas 131–132, do anexo, temos três notas, do *Diário de Notícias*, de 1961. A primeira nota critica os erros que vários livros apresentam; entre eles, o *Três casas e um rio*, que em sua primeira edição, por conta da falta de revisão para publicação, contém trechos ilegíveis. A segunda nota refere-se ao prêmio “Luíza Cláudio Sousa” que Dalcídio Jurandir ganhou com o livro *Belém do Grão-Pará*. E a terceira nos traz a opinião de Dalcídio sobre os melhores romances de amor por ele selecionados. Uma outra nota presente na página 133, de nosso anexo, também menciona o prêmio “Luíza Cláudio Sousa”. Temos também outra na página 145, que ressalta Dalcídio como o “maior romancista da Amazônia”. Ainda, falando sobre o “Prêmio Machado de Assis” temos em outra nota, no anexo, página 146.

Stella Leonardos considera Dalcídio Jurandir um dos “romancistas-mores do Brasil”, em seu artigo no anexo, p. 134–135; e julga o romance *Três casas e um rio* “uma obra-prima”, mas nos dá apenas uma breve amostra do que trata o romance, realizando uma pequena viagem por suas páginas, citando trechos da obra.

Um outro pequeno artigo, de 1963, intitulado “Romance e crítica”, anexo na página 136, destaca a linguagem e os costumes paraenses na obra *Passagem dos inocentes*, e diz que Dalcídio Jurandir exagerou no caráter estilístico, mas o resenhista não identificado, não dá nenhum detalhe a respeito.

Enilda Alves, em seu artigo, anexo, p. 162–163, escreveu uma breve apresentação das obras dalcidianas. Nesse artigo lemos algo que merece destaque: o que a autora do artigo nomeia de “fantástico”; mas não nos deteremos minuciosamente aqui, tendo em vista que não é a natureza desta Dissertação. No artigo é dito:

Em *Três casas e um rio*, uma de suas melhores obras, coexistem lado a lado a narrativa ideológica e fantástica. Em 1958, Dalcídio Jurandir introduzia em sua obra este tipo de narrativa que fez sucessos somente a partir de 1971 com *Cem anos de solidão*, de Gabriel Garcia Marquez. Em *Três casas e um rio*, Alfredo, o personagem central de toda a série se lança ao imaginário através de um carocinho de tucumã. Jogando-o para o alto, ele foge, através da imaginação, daquela vida miserável e consegue penetrar em um “outro mundo”.

Nesse livro existe também Marinatambalo, fazenda quase cidade, onde vivem ou viveram alguns de seus personagens, temida pelos que habitavam na vila de Cachoeira por ser mal-assombrada. Marinatambalo corresponderia a Macondo onde Marquez situou seus personagens em *Cem anos de solidão*. Os aspectos das duas são bem semelhantes, porque Macondo é fundada graças ao personagem que fala com fantasmas e em Marinatambalo existe a velha Mariana que também fala com as visagens que lhe aparecem para contar os seus sofrimentos e o quanto lhes fizeram padecer os donos daquela fazenda. Em Macondo, a destruição final da cidade é feita pelo seu último descendente, cuja história se parece em uns momentos com a de Edmundo, último descendente de Marinatambalo que desaparece no mondongo montado num búfalo e nunca mais dele se ouve falar. Ele que é o próprio fantástico por ser comparado pelas moças do lugarejo com boto, “cavaleiro fantástico, homem cobra, homem vira-bicho da sucuba”.

Entretanto, de acordo com os estudos realizados por Tzvetan Todorov em *Introdução à literatura fantástica* (2012), sabemos que as ações sobrenaturais presentes numa obra devem fazer parte do mundo “real” das personagens. Nas narrativas fantásticas, os ambientes, as personagens, as ações, nada parece real. O texto deve causar no leitor uma hesitação, e tudo só poderá ser explicado no mundo interno do próprio texto. Todos os acontecimentos presentes na obra só podem ser explicados pela ótica do fantástico, pois “o fantástico produz um efeito particular sobre o leitor – medo, horror, ou simplesmente curiosidade –, que os outros gêneros ou formas literárias não podem provocar” (TODOROV, 2012, p. 100).

Mas o que se vê em *Três casas e um rio* são apenas fragmentos dessas ações e que não passam de imaginação das personagens; ou seja, não são cenas que constituem o enredo, fazem parte tão somente do mundo de determinadas personagens, que de alguma forma tentam fugir do seu próprio mundo, e nada mais é do que somente o entrelaçamento das lendas e superstições da vida paraense. Em conformidade com as palavras de Miécio Tati

(anexo, p. 108–109), *Três casas e um rio* “transmite-nos uma ambiência de realidade de mistura com um clima fundamentalmente fantástico, de lendas de tal modo entrelaçadas ao destino dos homens que se fazem personagens atuantes; joga admiravelmente com toda uma riqueza de vocábulos da linguagem local” (destaque meu).

Finalmente, para encerrar esta parte, somos levados a acreditar que muitos dos resenhistas aqui apresentados não nos dão uma visão crítica da obra dalcidiana por serem, em sua maioria, meros leitores comuns, amantes da literatura, professores e, alguns são mesmo escritores, mas que não possuem em seu espírito, um conhecimento intelectual e suficientemente aprofundado sobre o fenômeno literário, ao que se refere à crítica; razão pela qual muitos se entretiveram em realizar resumos e citações dos romances. Como mais um exemplo, Victor Giudice, anexo páginas 149–152, escreveu dois artigos publicados em datas distintas, 15/08/1976, no Rio de Janeiro e 12/09/1976, em Belém. Nos dois artigos o resenhista, que também foi escritor, cita as várias obras de Dalcídio Jurandir e faz um resumo de *Chão dos lobos*, se eximindo, claramente, de realizar a crítica e deixa essa tarefa para os que têm formação para tal. Para ele, Dalcídio Jurandir “é um dos romancistas que merecem maior interesse dos pesquisadores literários”. Ressalte-se, ainda, que os dois artigos são o mesmo, apenas o segundo apresenta algumas linhas a mais do que o primeiro.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final de nossa pesquisa e o objetivo não foi o de emitir opinião se uma crítica contribuiu ou não para o engrandecimento de Dalcídio Jurandir, e sim realizarmos o levantamento dos trabalhos críticos referentes a ele, e assim adicionar um pouco mais a presença de tão respeitável escritor ao cenário literário brasileiro, especialmente no paraense.

Embora tenha sido chamado por Josué Montello como “o grande romancista moderno da Amazônia”, e Alfredo Bosi o tenha identificado como o que “foi um mais complexo e moderno de todos” no Pará, Dalcídio Jurandir está classificado como um escritor regionalista menor e ainda é desconhecido do meio literário nacional. Assim, nosso trabalho é uma maneira de ampliar a divulgação de sua obra e incluí-lo na lista dos nossos grandes mestres literários como foram seus contemporâneos: Graciliano Ramos, Rachel de Queirós, Jorge Amado, José Lins do Rego, Erico Verissimo, João Cabral de Melo Neto, Clarice Lispector, João Guimarães Rosa, Ariano Suassuna, Lygia Fagundes Telles, entre outros.

Dalcídio Jurandir, a despeito de ser pouco conhecido dos leitores brasileiros, recebeu, ao longo de sua vida produtiva, uma série de prêmios, entre os quais se destacam os seguintes: em 1940, prêmio “Vecchi-Dom Casmurro”; em 1960, recebeu o prêmio “Paula Brito”, da Biblioteca do Estado da Guanabara e o prêmio “Luíza Cláudio de Souza”, do Pen Clube do Brasil com o livro *Belém do Grão-Pará*; em 1972, recebeu o prêmio “Machado de Assis”; em 1973, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, lhe concedeu o título honorífico de Honra ao Mérito, pelos serviços prestados como escritor e jornalista; em janeiro de 1979, recebeu uma medalha do Conselho de Cultura do Pará.

Nosso caminho teve início ao levantarmos as seguintes questões: 1. Qual o espaço destinado à crítica literária nos jornais em que se deu a recepção da obra de Dalcídio Jurandir? 2. Com que frequência os periódicos abriam espaço para a crítica literária? 3. Quais as características do exame crítico a que foi submetida a obra de Dalcídio Jurandir? 4. Qual o posicionamento estético-ideológico dos críticos que escreveram sobre a obra de Dalcídio Jurandir?

Essas indagações foram sendo vistas ao longo de toda a escritura do texto. Contudo, nem todas tiveram uma resposta clara, posto que tal empreendimento demandaria muito mais tempo para a feitura da dissertação e exigiria uma verificação com maior rigor, sobretudo no que diz respeito às questões de número 1 e 2, uma vez que não havia como saber, por exemplo, com que periodicidade eram feitas as publicações dos artigos críticos e nem o espaço pré-definido naqueles periódicos. As questões de número 3 e 4 foram sanadas ao

utilizarmos os pressupostos teóricos desenvolvidos na dissertação, especialmente aqueles vinculados aos estudos desenvolvidos por Angélica Maria Santos Soares (1990), Enrique Anderson Imbert (1986) e Afrânio Coutinho (2004).

O caminho mais trabalhoso foi, sem dúvida, o de pesquisar, fotografar e recolher em arquivos as cópias dos periódicos que continham alguma crítica a respeito das obras dalcidianas. Encontramos a maior parte da documentação na “Fundação Casa de Rui Barbosa”, no Rio de Janeiro, onde se encontra, praticamente, tudo o que se refere a Dalcídio Jurandir. A pesquisa estendeu-se, também, à “Casa de Cultura Dalcídio Jurandir”, em Niterói, onde tivemos acesso às primeiras edições de todos os romances do romancista paraense. Após realizado o trabalho de recolha de todos os artigos e notas críticas, foram os mesmos atualizados linguisticamente e, por fim, reunidos e organizados cronologicamente.

No desenvolvimento desse percurso, realizamos a leitura da produção romanesca completa de Dalcídio Jurandir, que é constituída pelas seguintes obras: 1. *Chove nos campos de Cachoeira* – 1941; 2. *Marajó* – 1947; 3. *Três casas e um rio* – 1958; 4. *Linha do parque* – 1959; 5. *Belém do Grão-Pará* – 1960; 6. *Passagem dos inocentes* – 1963; 7. *Primeira manhã* – 1967; 8. *Ponte do galo* – 1971; 9. *Os habitantes* – 1976; 10. *Chão dos lobos* – 1976; 11. *Ribanceira* – 1978. A leitura da produção ficcional do autor permitiu-nos constatar que, no seu conjunto, os romances voltam-se preferencialmente para o cenário da região amazônica, que é vista, via de regra, a partir de uma perspectiva memorialista. Além disso, as obras caracterizam-se por abordar os problemas sociais vividos pela região, apresentando-os a partir de uma representação de natureza realista, muito próxima daquela utilizada pelo chamado romance de 30.

O fato de a maior parte da obra do romancista paraense apresentar um mesmo cenário, povoado pelas mesmas mazelas de ordem social, talvez seja o responsável por uma recepção crítica de natureza repetitiva, uma vez que pautada pela emissão dos mesmos juízos. Essa circunstância – a da reiteração dos mesmos juízos – constituiu-se, também, num dos problemas que tivemos de enfrentar. A única obra que não faz parte desse conjunto é *Linha do parque*, que tem por cenário a cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, onde Dalcídio Jurandir fez a cobertura jornalística do movimento operário em curso na cidade.

Como já foi dito, esta pesquisa encontra-se no campo da crítica e da história da literatura, e o objetivo primeiro foi o de reunir e transcrever os ensaios críticos sobre Dalcídio Jurandir, formulados entre as décadas de 1940 e 1980, e apresentá-los como anexo, além de redigir uma biobibliografia do escritor paraense.

Ao analisarmos, os artigos e as notas críticas recolhidas, verificamos que três métodos críticos foram os mais utilizados pelos analistas:

1. o **sociológico** – neste tipo de análise, verificamos que os críticos levaram em consideração a influência que o meio social exerceu sobre Dalcídio Jurandir; assim, o autor estaria criando romances a partir de sua vida pessoal, estaria reproduzindo tudo o que vivenciou na infância, adolescência e juventude. Seria, então, o retrato da sociedade a qual pertencia.

2. o **impressionista** – Dalcídio Jurandir foi analisado segundo o gosto pessoal do resenhista. “O critério era a sensibilidade e o gosto do crítico. [...] Seu critério de apreciação é o do gosto, apurado ou não, experimentado e cultivado, ou não” (COUTINHO, 1977, p. 193 – 194). Assim, a opinião se a obra era boa ou não, por exemplo, dependia unicamente do efeito que causava no leitor.

3. o **estilístico** – este critério levava em consideração a linguagem individual do escritor, considerada como um estilo único e até mesmo inovador. Segundo Elvo Clemente (1977, p. 83), “através dos elementos fonológicos, morfológicos ou sintáticos, o artista da palavra vai manifestando os traços de sua arte e os processos de seu estilo. Cada artista tem sua linguagem. [...] A linguagem dele apresenta-se como um sentido novo”. Nesse método, o que era considerado, sobretudo, era a linguagem utilizada pelo escritor.

Para além desses três métodos, há um conjunto de notas críticas que se limitam a noticiar o lançamento de alguma obra do romancista, ou chamar atenção para algum aspecto de sua escrita que merecesse ser investigado pela crítica literária.

O exame do material crítico recolhido permitiu que fosse possível traçar um perfil das linhas críticas que permearam os olhares dos analistas da obra de Dalcídio Jurandir, reunindo-os segundo o método crítico por eles utilizado. Nesse sentido, de um total de 70 textos, entre artigos e notas críticas, temos o seguinte: 1) 18 artigos de cunho sociológico; 2) 5 artigos de feição estilística; 3) 9 impressionistas; e 4) 38 artigos diversos. A quarta classificação se deve ao fato de se serem artigos que tratam apenas de homenagear o autor, apresentar traços de sua biografia, ou ainda resumos de suas obras.

Por outro lado, constatamos que a crítica literária sobre a obra de Dalcídio Jurandir é extremamente repetitiva, isto é, quase todos os críticos tecem as mesmas considerações quando se debruçam sobre os seus romances. Há casos, inclusive, de publicação de textos que, a despeito de serem sobre romances diferentes, constituem um único e mesmo texto. Este é o caso, por exemplo, de trabalho realizado por Victor Giudice, que publica o mesmo texto duas vezes, embora ‘examinando’ romances diferentes. Tal constatação é reveladora de que a

obra de Dalcídio Jurandir, quer por sua extensão, quer por sua qualidade, ainda não mereceu, por parte da crítica brasileira, um olhar mais atento e profundo sobre sua significação e valor. Nesse sentido, esperamos que o presente trabalho, além de contribuir para a divulgação da obra do romancista paraense, motive os novos críticos a preencherem uma lacuna que se faz presente no âmbito dos estudos literários brasileiros.

## 5 REFERÊNCIAS

- ALONSO JÚNIOR. Wenceslau Otero. *A obra de Dalcídio Jurandir e o romance moderno*. Belém: Paka-Tatu, 2012.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- BOLLE, Willi. (org.). *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 13<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Câmara Cascudo e Mário de Andrade: cartas 1924–1944*. 1<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Global, 2010.
- CLEMENTE, Elvo. Abordagem estilística poética de Paulo Corrêa Lopes. In: *Momentos de crítica literária: Atas do IV Congresso Brasileiro de Crítica Literária*. Campina Grande: A União – Cia. Editora, 1977. (p. 79 – 86).
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil: era modernista (vol.5)*. São Paulo: Global, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A literatura no Brasil*. (vol.2). Rio de Janeiro: Sul Americana, 1955.
- \_\_\_\_\_. A crítica literária no Brasil. In: *Momentos de crítica literária: Atas do IV Congresso Brasileiro de Crítica Literária*. Campina Grande: A União – Cia. Editora, 1977. (p. 171 – 208).
- FERNANDES, José Guilherme dos Santos; CORRÊA, Paulo Maués (org.). *Estudos de literatura da Amazônia: prosadores paraenses*. Belém: Paka-Tatu/EDUFPA, 2007.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4<sup>a</sup>. ed. Curitiba: Positivo, 2009.
- IMBERT, Enrique Anderson. *A crítica literária: seus métodos e problemas*. Coimbra: Livraria Almedina, 1986.
- JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. 2<sup>a</sup>. ed. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: FCRB, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Chão dos lobos*. Rio de Janeiro: Record, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Chove nos campos de Cachoeira*. Ed. especial. Belém: Cejup/Secult, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Linha do parque*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1959.

\_\_\_\_\_. *Marajó*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra; Brasília: INL, 1978a.

\_\_\_\_\_. *Os habitantes*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976a.

\_\_\_\_\_. *Passagem dos inocentes*. Belém: Falângola, 1984.

\_\_\_\_\_. *Ponte do galo*. São Paulo: Livraria Martins Editora; Rio de Janeiro: INL, 1971.

\_\_\_\_\_. *Primeira manhã*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.

\_\_\_\_\_. *Ribanceira*. Rio de Janeiro: Record, 1978. Livro em formato e-book disponível em: <[http://baixargratis.meximas.com/adm/images/e-book/ebook\\_gratis\\_dalcidio\\_jurandir/JURANDIR-Dalcidio-Ribanceira-Rio-de-Janeiro-Record-1978.pdf](http://baixargratis.meximas.com/adm/images/e-book/ebook_gratis_dalcidio_jurandir/JURANDIR-Dalcidio-Ribanceira-Rio-de-Janeiro-Record-1978.pdf)>— Acesso em 18 de novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. *Três casas e um rio*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Cátedra / Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.

LIMA, Jacqueline. *Intelectuais e política: o exemplo de Dalcídio Jurandir*. Belém: Novos Cadernos NAEA, vol. 15, n.º. 2, p. 247–260, dez/2012, ISSN 1516-6481. Também disponível em <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/730/1524>>. Acesso em 15 de agosto de 2015.

MALIGO, Pedro. *Ruínas idílicas: a realidade amazônica de Dalcídio Jurandir*. *Revista USP*, São Paulo, n. 13, mar./abr./maio 1992- ISSN 0103-9989

MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. Vol. 1, 3ª. ed. atualizada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Tradução Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Martin Claret, 2014.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1995.

\_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira. Vol. III (Modernismo)*. São Paulo: Cultrix, 2001.

NUNES, Benedito; PEREIRA, Ruy; PEREIRA, Soraia Reolon. *Dalcídio Jurandir: romancista da Amazônia*. Belém: SECULT; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Instituto Dalcídio Jurandir, 2006.

PANTOJA, Edílson. *O “extremo-norte”: finitude e nihilismo em Dalcídio Jurandir*. Livro digital, Belém, 2006. Disponível também em: <<http://www.dalcidiojurandir.com.br/pdf/extremo.pdf>>, acessado em 27 março 2015.

PERES, Carlos Roberto Cardoso. *Linha do parque, de Dalcídio Jurandir: romance histórico, social e proletário (a gênese do movimento operário no Extremo Sul do Brasil)*. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em História da Literatura). Faculdade de Letras, Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 2006.

PORTELLA, Eduardo. *Teoria da comunicação literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

RALLO, Élisabeth Ravoux. *Métodos de crítica literária*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REIS, Carlos António Alves dos. *Técnicas de análise textual: introdução à leitura crítica do texto literário*. Coimbra: Almedina, 1976.

ROSÁRIO, Ubiratan. *Cultura brasileira*. 2ª. ed. Belém: Cejup, 1993.

SOARES, Angélica Maria Santos. *A crítica*. In: SAMUEL, Rogel (org.). *Manual de teoria literária*. 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

SOARES, Lúcio de Castro, *Amazônia*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1963.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. 7ª. ed. São Paulo: Difel, 1982.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da literatura brasileira*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *Crítica da crítica: um romance de aprendizagem*. São Paulo: Unesp, 2015.

\_\_\_\_\_. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

WELLEK, René. *Conceitos de crítica*. São Paulo: Cultrix, 1963.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

### **Internet**

<http://www.casaruibarbosa.gov.br> - site oficial da Fundação Casa de Rui Barbosa.

<http://dalcidiojurandir.com.br/home/> - site oficial da Casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

[http://www.pluralpluriel.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=389%3Abiobibliografia-de-dalcidio-jurandir-gunter-karl-pressler&catid=55%3Areste&Itemid=1](http://www.pluralpluriel.org/index.php?option=com_content&view=article&id=389%3Abiobibliografia-de-dalcidio-jurandir-gunter-karl-pressler&catid=55%3Areste&Itemid=1). Acessado em 23 janeiro 2015.

[http://www.gelne.ufc.br/revista\\_ano4\\_no2\\_27.pdf](http://www.gelne.ufc.br/revista_ano4_no2_27.pdf) - acesso em 01 julho 2015

# **6. ANEXOS**

## NOTA:

É importante destacar que no presente anexo constam 70 artigos e notas críticas a respeito da obra dalcidiana, tanto da imprensa do Rio de Janeiro/RJ quanto de Belém/PA, foram digitalizados e atualizados linguisticamente dos textos originais de acordo com ortografia atual e estão apresentados por data de publicação.

Foi coletado o maior número possível de documentos existentes, pois muitos já apresentavam marcas do tempo, ausência de partes, apenas fragmentos, ou seja, vários aspectos que dificultavam a leitura para a inteligibilidade do texto como um todo. Os originais encontram-se atualmente na “Fundação Casa de Rui Barbosa” (as visitas devem ser marcadas com antecedência pelo site <http://www.casaruibarbosa.gov.br/>).<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Endereço da “Fundação Casa de Rui Barbosa”: Rua São Clemente, 134 – Botafogo - 22260-000 - Rio de Janeiro, RJ - Tel.: (21) 3289-4600.

## SUMÁRIO DOS ANEXOS

1.	Omer Mont` Alegre.....	68
2.	Álvaro Lins.....	70
3.	Maria R. Campos.....	75
4.	Virgínio Santa Rosa.....	77
5.	Bruno de Menezes – <i>Chove nos campos de Cachoeira</i> .....	79
6.	Moacir Werneck de Castro.....	81
7.	Moacir Souto Mayor.....	83
8.	Nelson Werneck Sodré.....	85
9.	Bruno de Menezes – <i>Marajó e o nosso romance</i> .....	87
10.	Manuel Bandeira.....	89
11.	Josué Montello – <i>O romance</i> .....	90
12.	E. S. – <i>Três casas e um rio</i> .....	91
13.	Eneida de Moraes – <i>Três casas e um rio</i> .....	92
14.	Dias da Costa.....	95
15.	Álvaro Augusto Lopes.....	96
16.	Guilherme Galliano.....	97
17.	Sérgio Milliet.....	99
18.	Antônio José.....	100
19.	não identificado - Um romance da vida amazônica.....	101
20.	Jorge Amado.....	102
21.	Heráclio Salles.....	104
22.	não identificado - <i>Três casas e um rio</i> .....	106
23.	Valdemar Cavalcanti.....	107
24.	Miécio Tati.....	108
25.	Renard Perez.....	110
26.	Josué Montello – <i>Areia do tempo: três romances</i> .....	112
27.	Não identificado – O livro do mês: <i>Linha do parque</i> .....	113
28.	J. Guimarães Menegale.....	114
29.	Antônio Olinto I e II.....	116
30.	Waldemar Batista de Sales.....	120
31.	Eneida de Moraes – <i>Belém do Grão-Pará</i> .....	122
32.	Álvaro Augusto Lopes.....	125
33.	Adonias Filho.....	127
34.	Dias da Costa.....	129
35.	Não identificado - 1. Erros de revisão. 2. <i>Belém do Grão-Pará</i> : prêmio Luíza Cláudio. 3. Romances de amor.....	131
36.	Não identificado – Prêmio Luíza Cláudio de Sousa.....	133
37.	Stella Leonardos.....	134
38.	Não identificado - Romance e crítica.....	136
39.	Não identificado - Humanidade paroara.....	137
40.	Rodrigues de Melo.....	139
41.	Ary Vasconcelos.....	140
42.	H.H. – Primeira manhã em Belém.....	142
43.	Não identificado - Encontro matinal: <i>Primeira manhã</i> .....	143
44.	Não identificado.....	145
45.	Não identificado - Dalcídio premiado.....	146
46.	Raymundo Souza Dantas – <i>Os habitantes</i> .....	147
47.	Raymundo Souza Dantas – <i>Chão dos lobos</i> .....	148
48.	Victor Giudice – [ <i>Chão dos lobos</i> ].....	149
49.	Victor Giudice – Dalcídio Jurandir e a saga de Marajó.....	151
50.	Gilvan Lemos.....	153
51.	Osvaldo Lopes de Brito.....	155
52.	Wanilton Cardoso Affonso.....	157
53.	José César Borba.....	158
54.	Mário Barata.....	160
55.	Enilda Alves.....	162

56. Não identificado – Dalcídio morre longe do Marajó.....	164
57. Não identificado.....	166
58. João Malato.....	168
59. Miguel Neiva.....	170
60. Pereira Neto.....	171
61. Nazaré Vieira.....	173
62. Luiz Negrão.....	176
63. Sultana Rosenblatt.....	179
64. Isaías Caminha.....	181
65. Não identificado – Relembrando Dalcídio.....	183
66. Evaristo Cardoso.....	184
67. Rosa Coelho de Assis.....	185
68. João Carlos Pereira.....	188
69. Ronaldo Bandeira.....	190
70. Paulo Nunes.....	192

## **SOBRE AS ATUALIZAÇÕES LINGUÍSTICAS DOS ARTIGOS ORIGINAIS**

Este anexo está composto por 70 artigos e notas críticas a respeito das onze obras escritas por Dalcídio Jurandir, pelos mais variados olhares críticos e estão ordenados por data de publicação. Como as críticas são desde 1941, algumas necessitaram de atualizações linguísticas; e como nosso trabalho não está situado no campo da Linguística ou da Gramática, tratamos este assunto de forma generalizada, isto é, não veremos, em particular, em cada um dos artigos críticos esta atualização, como vemos a seguir:

\* troca da letra “y” pela letra “i” tônica, por serem palavras proparoxítonas, como nos exemplos: *symbolo* > *símbolo*; *typicas* > *típicas*; *lyrico* > *lírico*, assim como em palavras paroxítonas: *estyllo* > *estilo*.

\* troca do “á” por “à”, como em “que uma visita á metrópole” > “que uma visita à metrópole”.

\* a utilização das aspas em palavras de origem estrangeira, onde não há esta marcação.

\* retirada do acento diferencial, como em “pôde” > “pode”.

\* retirada de letras que não fazem parte do vocábulo, como a letra “h”: *inherentes* > *inerentes*; *exhuberante* > *exuberante*; *thermômetro* > *termômetro*, e também letras duplicadas: *delle* > *dele*; *differe* > *difere*; *naquillo* > *naquilo*; *aquelle* > *aqule*; *sabbado* > *sábado*, *litterario* > *literário*; *apparecer* > *aparecer*.

\* modificação dos nomes das obras que estavam escritas todo em letras maiúsculas, como *CHOVE NOS CAMPOS DE CACHOEIRA*, para o padrão ABNT: *Chove nos campos de cachoeira*.

\* retirada da letra “c”, existente somente no português de Portugal, ou que havia somente no português arcaico: *objectividade* > *objetividade*; *lucta* > *luta*; *reacção* > *reação*.

\* atualizações ortográficas diversas: quaze > quase; atravez > através; idea > ideia; originaes > originais; constitue > constitui; quizerem > quiserem; cousa > coisa; contestura > contextura; focalisadas > focalizadas; comsigo > consigo, tucunam > tucumã.

\* atualização do “ph” pelo “f” : biographico > biográfico.

\* retirada de acento circunflexo de diversas paroxítonas: êrro > erro; nêsse > nesse; interêsse > interesse; êste > este; êle > ele; êsse > esse; sôbre > sobre; aspéctos > aspectos; nêle > nele; dôres > dores; defêsa > defesa.

\* acréscimo da letra “s” nos dígrafos “sc”: inconciência > inconsciência; conciente > consciente.

\* alguns vocábulos proparoxítonos foram grafados sem a devida acentuação gráfica, aqui corrigidos, como em: altíssima, crítico, ângulos, gráficos, caleidoscópica, análises, idêntico. Também foi verificado essa ausência de acento gráfico em palavras paroxítonas: irresistível, influência, água, eminências, instantâneos, minúcias, existências, decadência.

Entretanto, quando os críticos transcreveram trechos das obras, é importante salientar que mantivemos a escrita original dos romances.

Autor: Omer Mont`Alegre

Título da crítica: Dalcídio Jurandir: um romancista da província

Periódico: não identificado

Local e data: local não identificado, 1940

Não há melhor ângulo – em sentido figurado, como símbolo geométrico, é verdade – de onde o escritor da província possa ver a sua nação, que uma visita, à metrópole, sobretudo quando esta é acompanhada pela “via crucis” da busca ao trabalho. Dá-se a purificação do conceito da vida vista e vivida e adquire-se a força humana que a cultura não nos pode fornecer... Permanecendo na província, o romancista não se exime dos preconceitos inerentes à vida provincial e perde quase sempre todo particularismo ao escrever o seu romance, pois acima dele está a sugestão do pensamento metropolitano.

A entrevista dada por Dalcídio Jurandir, de Belém do Pará, a *Dom Casmurro*, que este hebdomadário publicou em sua edição de sábado passado, explica completamente a segurança com que fez *Chove nos campos de Cachoeira*, livro que, no concurso de romances promovido pelo jornal citado e mais por Vecchi Editor, conseguiu o prêmio de cinco contos de réis, o maior prêmio literário de 1940. Dalcídio Jurandir esteve no Rio, caminhou o mesmo caminho que tem sido palmilhado por tantos outros, soube através de tudo não perder a objetividade de seu espírito: de cá, certamente, viu melhor o seu passado, o drama da sua infância humilde, o drama da sua mocidade cheia de aspiração sem recursos, fixou a passagem da sua ilha das povoações típicas, do seu mar, da sua chuva. E, nesse romance, o seu segundo romance efetivamente, o que vem é um quadro seguro onde todas as suas possibilidades foram chamadas a prestar o seu contingente de fixação. O dramático e o lírico; o cético e o exuberante. O estilo do romance não difere muito do estilo da entrevista. E o drama do autor para inscrever o seu original no concurso, a sua resistência ante os obstáculos dá uma ideia nítida da confiança do homem em si próprio.

A mim, modesto escritor de dois romances – um editado e outro a bom caminho do prelo – e mais uma tentativa de ensaio biográfico – nada impressiona tão mal quanto a angustiada expectativa de um homem que nos convida para ouvir a leitura de um maço de originais para depois lançar a terrível pergunta: “Que tal?” Lendo as palavras de Dalcídio Jurandir sobre a luta com que *Chove nos campos de Cachoeira* foi, à última hora, enviado para tomar parte no concurso “Dom Casmurro–Vecchi Editor”, sente-se que Dalcídio é destes que confiam naquilo que fazem e que uma opinião adversa, um obstáculo natural, imprevisto ou premeditado, não faz em absoluto aluir a confiança depositada naquilo que pensou e executou.

Creio que de todos aqueles que leram os originais premiados ninguém tem mais curiosidade de vê-los lançados do que eu: talvez seria a sensação de quem pela primeira vez iniciou como juiz numa prova semelhante, esta vontade de ver a reação do público em face daquilo que entre uma multidão relativa foi escolhido como o melhor, o mais perfeito. Demais, pelo valor dos prêmios dados a livros inéditos, estes dois originais, o de Dalcídio Jurandir e mais o de Clóvis Ramallete, transcendem a tudo quanto ultimamente se tem feito no Brasil em matéria de concurso literário. Uma, a responsabilidade de julgar um livro publicado com termômetro da reação do público, outra a de escolher um original inédito, por acaso de um autor absolutamente desconhecido, preparar a curiosidade do público, para depois publicá-lo.

Por isto mesmo imagino os prós e contras que hão de aparecer em torno de *Chove nos campos de Cachoeira*. Neste romance os críticos acharão, segundo suas tendências, o muito bom e o muito mau; talvez que por causa dele se reacendam as lutas de literatura do norte e

literatura do sul. O livro tem, no entanto, bastante força para resistir a toda dissecação e dele todos terão que tirar sempre uma média de bondade. Os partidários da reação romântica acharão em Dalcídio Jurandir o istmo que há de mantê-los ligados aos pós-modernistas do romance de 1930 – 1938. Os paladinos do romance documentário, do romance regional, terão em *Chove nos campos de Cachoeira* um documentário, um regional, que não perderá, no entanto, o sentido humano, o seu valor de romance se transportado para a China ou para a Suécia. E, fugindo à regra do romance amazônico, teremos um livro vindo da Amazônia que não necessitará de glossário para ser compreendido.

Perante os demais membros do júri que compareceram à reunião final do concurso, falando sobre *Chove nos campos de Cachoeira* e *Marinatambalo* disse da minha suspeita de que fossem os dois romances oriundos de um mesmo autor; não só o ambiente os identificava, como também o estilo, o modo de narrar, os vícios de linguagem. Houve dias em que pensei que *Marinatambalo* deveria ou poderia ser o primeiro classificado, depois fixei-me em *Chove nos campos de Cachoeira*, por uma razão: volto ao começo do artigo: *Marinatambalo* trazia a marca de um grande preconceito do romance feito apenas com o pensamento de provinciano, e este preconceito transfigurava-se instamente no final: este era torcido para servir ao autor para ridicularizar um confrade mais velho. Todo o exausto trabalho de quase quatrocentas laudas, para mim foi eliminado ali; o romance poderia terminar sem as cinquenta páginas finais. E entre ele, com este defeito, e *Chove nos campos de Cachoeira*, preferi este aqui; mais novo, na sua confecção, se bem que o autor confesse que as notas são antigas. Talvez o livro tenha ganho com esta maturação do argumento apontado com muita literatura e posto a dormir no fundo de uma gaveta. Houve a decantação e o bom ficou acima, sobrenadou.

Muitas vezes me tenho feito a pergunta: “Qual é o argumento de *Chove nos campos de Cachoeira*?” É uma coisa bastante difícil falar-se do argumento de determinados romances; dentro das muitas páginas, movimentam-se quase sempre enredos que fogem à compreensão para ser explicada rapidamente. Tenho respondido quase sempre que, no grande livro de Dalcídio Jurandir, um livro forte, dominador corre o drama de uma decadência. É a triste descida de Eutanázio na sua obsessão por Irene, a Irene má, perversa, tão diferente daquela Irene que, no milagre da reprodução da espécie, aparece como que redimida diante de Eutanázio à morte no final do livro, cena fixada magnificamente. A Irene má “estava mansa, sorria para ele com um sorriso de ser fecundado, de criatura que renova em si mesma a vida”. É o drama da pobre Felícia, personagem que rouba o romance. A prostituta miserável, doente, na casa de quem Eutanázio vai encontrar.

Autor: Álvaro Lins<sup>21</sup>

Título da crítica: Romances de concurso

Periódico: não identificado, publicado na coluna: “Crítica literária”

Local e data: local não identificado, 1941

Depois de um concurso mais ou menos rumoroso, o jornal literário “Dom Casmurro”, e o editor Vecchi ofereceram, no ano passado, dois prêmios de romances. Um deles, o primeiro, recaiu sobre a pessoa de um autor do Pará que era até então, inteiramente desconhecido. Antes mesmo do conhecimento dos romances, o resultado do concurso se apresentava muito simpático por essa circunstância de haver dado o primeiro prêmio a um autor desfavorecido, a um autor sem influências literárias e sem qualquer outro recurso que não fosse o seu próprio livro. Conclui-se, portanto, que [...] pode ter havido erro intelectual, mas nunca um erro moral. Quero dizer: houve um julgamento desinteressado e com a intenção de exprimir um critério de justiça literária. Acredito que o mesmo espírito tenha determinado o júri na escolha do segundo prêmio, que recaiu num autor que não era igualmente desconhecido (no concurso, aliás, todos deviam ser desconhecidos...), que tem uma posição literária como secretário de uma revista, onde o seu nome aparece habitualmente. Agora, um ano depois do resultado do concurso, a publicação dos dois romances (*Chove nos campos de Cachoeira*, do Sr. Dalcídio Jurandir, e *Ciranda* do Sr. Clóvis Ramallete), vem nos dar a oportunidade de colocar o nosso julgamento ao lado do julgamento oficial do júri que decidiu o resultado final. Aliás, não me cabe confirmar ou contestar o julgamento do júri, no que logo estaria impedido pela circunstância de me serem desconhecidos os demais romances que disputaram os prêmios ao lado dos vitoriosos. Também ignoro qual dos dois critérios (ambos lícitos), o júri seguiu: se o de premiar os melhores romances, ou se premiar os menos ruins dos que se apresentaram... Contudo, levo muito em conta a circunstância do concurso que veio dar aos dois romancistas uma publicidade em grande estilo e uma evidência que se calcula pelo noticiário e anúncios dos jornais, pelos comentários dos meios literários e até pelas vitrines enfeitadas das livrarias. E essa circunstância do concurso é que me leva a dar aos dois romances uma atenção mais demorada e um exame mais desenvolvido do que estariam a merecer em condições normais de aparecimento.

O que se pode logo sentir tanto em *Chove nos campos de Cachoeira* como em *Ciranda* é o caráter de literatura efêmera, transitória, accidental, que os domina de uma maneira ostensiva. Vemos logo que nem chegarão a ter a duração de uma moda porque não apresentam a originalidade que faz da moda um elemento transitório no tempo que passa, mas permanente no tempo que se imobiliza. É que nenhuma moda verdadeira será inteiramente efêmera. Lembro-me de que nesse ponto mesmo é que se concentrou a principal teoria estética da obra de crítico de Baudelaire. O poeta se impressionou com uma constante da história literária que veio a ser uma espécie de exercício para a sua argúcia de crítico. A qualquer um de nós, aliás, logo impressionará que no meio de várias obras que parecem vitoriosas e estabilizadas, numa determinada época, umas se prolonguem pelo futuro e se

<sup>21</sup> Álvaro Lins (1912–1970)– “foi, entre 40 e 60, um dos nossos críticos mais ativos e percucientes...” (BOSI, 1997, p. 546) e “crítico eminentemente pós-modernista” tinha um modo de julgar as obras literárias em que não havia nenhuma visão social ou outro critério que fosse de encontro às suas ideologias políticas, pois estas davam embasamento para as suas críticas literárias. Dessa forma, a literatura não poderia ser analisada por alguma configuração de caráter que fosse “estranha à literatura”. Seus exames literários eram entremeados pelos conceitos de estética e por sua consciência política. A voz de Álvaro Lins não representava um grupo, era uma voz “consciente e voluntária” contra a maneira como o grupo de 1930 a 1940 adotava a crítica literária (COUTINHO, 2004, p. 596, 620-621, 624)

continuem sempre, enquanto outras não suportam sequer alguns anos de existência. Partindo desta impressão, Baudelaire concluiu que há em todas as obras uma série de elementos puramente do seu tempo. Elementos exteriores, acidentais, efêmeros. Trata-se de uma contribuição inevitável à moda. As grandes obras, porém, trazem outros elementos que transcendem o tempo. Elementos espirituais, estéticos, permanentes. Trata-se da segurança de toda grande obra artística. Impossível imaginar, assegura Baudelaire, um só quadro, ou um só livro que tenha se firmado sem o concurso e sem a conjunção desses elementos aparentemente contrários. Só teoricamente poderemos imaginar uma obra de arte composta apenas por elementos eternos e extra temporais. Pode constituir um sonho de artista, mas nunca uma realidade, pois a presença do artista dentro do mundo já implica a excelência de atributos acidentais e exteriores, aos quais nunca poderá fugir inteiramente. Qualquer obra prima da literatura contém um elemento de “moda” que envelheceu, mas que está valorizada pela força do outro elemento [...]. De nenhuma maneira, a obra de Shakespeare será vista e sentida por um inglês de hoje como o fora por um inglês da sua época.

O romance, então, mais do que qualquer outro gênero, está destinado, pela sua categoria de expressão social, a conter o maior número possível de elementos efêmeros. É o gênero que mais dificilmente se salva da tirania da moda e também o que mais dificilmente se salva do esquecimento e da morte. Em qualquer romance de Balzac, por exemplo, várias páginas já morreram ou apresentam hoje um interesse simplesmente histórico. Contudo, o elemento “moda” torna-se imprescindível para que se verifique a presença dos outros elementos que o sustentam fora do tempo. Porque, ao contrário dos elementos eternos, os elementos efêmeros podem se movimentar sozinhos para a formação de uma obra que não será de arte, mas que poderá simular este caráter durante um período relativamente longo. A vida literária está cheia de livros desta espécie; livros que até alcançam sucesso e dão prestígio social aos seus autores. A história literária é que os ignorará para sempre. Mais uma vez poderemos repetir que são muitos os chamados e poucos os escolhidos. Entre a vida literária e a história literária, a proporção numérica, num cálculo otimista, é de um para cem. Cada vez se torna mais difícil aquela harmonia entre elementos externos e elementos efêmeros que garante a perpetuidade da obra de arte, pela vitória dos primeiros contra os segundos. Cada vez se torna mais fácil a exclusividade dos elementos efêmeros que faz do livro um objeto que se usa num dia e se esquece para sempre no dia seguinte.

Estas reflexões me acompanham toda a leitura dos romances *Chove nos campos de Cachoeira* e *Ciranda*. Não pude dominar a impressão de que me achava diante de dois livros que não são propriamente da moda, porque todos os grandes livros o são igualmente, naquele sentido da interpretação de Baudelaire. Que são, porém, de um momento que passa, de uma moda isolada do elemento de duração que a completa. No Sr. Dalcídio Jurandir, a moda é de um estilo de romance; no Sr. Clóvis Ramallete, a do romance em si mesmo. No Sr. Dalcídio Jurandir não será difícil sentir um romancista que ainda não se realizou; no Sr. Clóvis Ramallete, ao contrário, logo sentiremos uma absoluta dissociação entre o autor e o gênero literário em que está trabalhando. O que falta ao livro do Sr. Dalcídio Jurandir é a realização literária, é o domínio do material romanesco, é a consciência mesma da sua obra. Não sendo um romance de valor, sobretudo de valor literário, *Chove nos campos de Cachoeira* revela indícios de um romancista. Bem diferente é a situação do Sr. Clóvis Ramallete. Ele conhece, pelo menos superficialmente, as formas de romance, os seus arranjos, os seus truques. Usou tudo isso com uma certa habilidade manual e dessa combinação surgiu o “romance” *Ciranda*. Mas não são suficientes, embora necessários, o conhecimento racionalista e a habilidade manual para a criação de um romance. E por isso é que *Ciranda*, da primeira à última página, constitui uma confissão de incapacidade para o romance, na mesma proporção em que *Chove nos campos de Cachoeira* exhibe um romancista na mais absoluta inconsciência literária, na mais absoluta ignorância de sua arte.

Parece-me que foi uma crueldade desnecessária juntar ao volume a entrevista que o Sr. Dalcídio Jurandir enviou para o jornal *Dom Casmurro* logo depois do resultado do concurso. Não sei de documento mais anti-literário e mais insensato do que esse em que um autor vem contar as suas intimidades pessoais numa linguagem terra-a-terra. Estaria tentado a falar em ridículo se não estivesse certo de que ingenuidade é que é a palavra mais exata para explicar uma confissão daquela natureza. Essa entrevista, agora ligada ao volume, poderá justificar o gesto de um leitor irritado atirando o romance para um depósito de inutilidade. Mas a verdade é que a entrevista não representa o romance do Sr. Dalcídio Jurandir, embora explique os seus defeitos mais consideráveis. Explica realmente um autor mais ou menos ingênuo, quase infantil em vários aspectos provincianos em todos os sentidos, (no bom e no mau sentido), muito sincero, muito espontâneo, muito natural. A ideia que me dá o Sr. Dalcídio Jurandir é a de um escritor ainda primário, todo instintivo, um orador às avessas do romance. Contudo, o seu livro revela uma espécie de força espiritual que deve ser devidamente considerada. Uma força ainda bárbara e caótica, mas que poderá um dia apresentar resultados surpreendentes. Alguma coisa de essencial que atravessa subterraneamente o seu livro está a me indicar que certas condições de ambiente ou de idade ou de exercício literário serão capazes de fazer do Sr. Dalcídio Jurandir um romancista de alta categoria. Mas também é possível que o romance nada mais seja do que impulso isolado de um entusiasmo literário de mocidade. Qualquer profecia seria arbitrária. O que sei é que certas páginas soltas de *Chove nos campos de Cachoeira* me surpreenderam agradavelmente, embora a impressão do conjunto tenha me transmitido uma certa sensação de desencanto. É que o romance vai transmitindo sempre uma espécie de expectativa. Até o último instante de leitura vamos esperando alguma coisa que afinal não se encontra.

De uma maneira geral, o romance começa bem; começa de um modo que deixa o leitor na esperança de uma obra de poderoso desenvolvimento. As primeiras páginas são firmes, afirmativas, densas, tanto nas palavras como no seu sentido interior. Logo adiante, porém, assistimos uma queda impetuosa como de um décimo andar ao solo. Até o fim estas que deverão se repetir com uma pontualidade irritante. Parece até que o Sr. Dalcídio Jurandir se acha empenhado no propósito de ostentar repetidamente os aspectos mais frágeis da sua personalidade, que em outras ocasiões se apresenta muito inteligente e muito exuberante.

O mau gosto da expressão é um destes aspectos mais constantes, pois o Sr. Dalcídio Jurandir insiste num recurso que nunca domina inteiramente: a utilização da linguagem popular. É um dos mais difíceis e delicados recursos da arte literária, embora à primeira vista se mostre tão fácil e sedutor. Raros os nossos romancistas modernos que conseguem vencer essa sedução e essa facilidade; que conseguem essa ciência sutil e muito pessoal de fazer com que a linguagem popular se ajuste à linguagem literária. O que muitos pretendem é a transposição para a literatura de toda e qualquer gíria, sem nenhum exame, sem nenhuma seleção, sem nenhum discernimento. Confundem a linguagem popular que tem um caráter de vitalidade com uma outra que nada significa dentro de um livro. Nesta confusão é que se debate constantemente o Sr. Dalcídio Jurandir. Ele não conseguiu apreender a verdadeira mobilidade de uma língua, as inovações naturais e necessárias que uma linguagem livresca pode suportar por efeito da linguagem falada habitualmente. Aliás, todo o romance *Chove nos campos de Cachoeira* revela uma espécie de anarquia espiritual que pode conduzir a uma grande criação literária, mas que também pode a nada conduzir, extinguindo-se nos próprios estertores. É uma anarquia que resulta, por sua vez, de uma espécie de tirania do meio sobre a personalidade do autor. Uma tirania que se exerce em todas as direções: na linguagem, no assunto, na realização romanesca. O ambiente exterior é um círculo fechado dentro do qual o romancista se movimenta sem a capacidade ou sem a intenção de ultrapassá-lo. Trata-se de uma limitação que é a do personagem principal, mas que acaba por incidir sobre o próprio romancista. Por isso, uma nota dominante deste romance é a monotonia. Repetem-se sempre –

e não se trata de uma técnica consciente de repetição, da qual seria possível extrair os melhores resultados – os mesmos motivos, as mesmas cenas, as mesmas situações. O que provoca, no entanto, um efeito mais considerável não é essa descritividade, esse inventário de costumes de uma pequena cidade, situação na qual o Sr. Dalcídio Jurandir insiste com um empenho absorvente. Talvez que os seus recursos mais positivos estejam no monólogo, na introspecção, na análise psicológica. A essa hipótese me levaram algumas páginas isoladas sobre o personagem principal. E o que o Sr. Dalcídio Jurandir mais necessita, para se realizar nessa direção, é o entendimento da oportunidade e do valor do “silêncio” numa obra de arte. Ele parece dominado pela ambição de tudo contar, de tudo narrar, de tudo reduzir às letras. Esta ambição pode ser fecunda para um cientista, mas não propriamente para um artista. Em Literatura, então, será preciso sempre lembrar que nem tudo que se vê e se sente merece ser transmitido. Existe uma arte do “silêncio”, mais fina e mais penetrante do que qualquer outra. Por seu intermédio é que se atinge a capacidade de sugerir mais do que definir – o que é o segredo mesmo da obra de arte. Pois o destino de transformar as realidades do mundo em conceitos, é o da ciência; o da arte, é o de transformar essas mesmas realidades em percepções.

Absolutamente diferente de *Chove nos campos de Cachoeira* é o romance *Ciranda*, do Sr. Clóvis Ramalhete. Romance? Acho que só a etiqueta da casa editorial será capaz de sustentar esta referência. Bem sei que houve uma tão ampla revolução no conceito desse gênero literário que será sempre prudente hesitar antes de se negar a uma obra o título do romance. Mas no caso do Sr. Clóvis Ramalhete, estou certo de que nenhuma dúvida se levantará: o livro *Ciranda* não é um romance e seu autor não é um romancista. E nem mesmo apresenta qualquer possibilidade para indicar que o possa ser algum dia. Em *Ciranda* não encontraremos qualquer elemento que indique a presença de um romance: nem episódios, nem personagens, nem estrutura, como no romance tradicional; nem também aquela sensação de vida, aquele tumulto interior, aquelas forças subterrâneas e desordenadas que podem constituir um romance contra as aparências de fórmulas e de conceitos já antigos e estabelecidos. O que se pode afirmar do Sr. Clóvis Ramalhete é que é um cronista; e um cronista de segunda categoria. Todo o seu livro é um conjunto de pequenas crônicas sobre as pensões do Catete. Veja-se este tema: a vida da pequena burguesia das pensões. Como está velho, esbatido, surrado! Ele quase que a mesma idade da literatura brasileira. Voltar a um assunto dessa espécie só se explica pela capacidade de renová-la inteiramente, de dar-lhe uma nova fisionomia e uma nova realidade, de apresentá-lo com novas e excitantes condições de vida. O Sr. Clóvis Ramalhete, porém, só faz repetir o que antes centenas de cronistas cariocas já observaram e fixaram nas mais diversas ocasiões. Atravessam o seu livro as mesmas figuras de estudantes e de mocinhas, os mesmos namoros, as mesmas pequenas complicações, os mesmos insignificantes sentimentos. Nem sequer existe uma certa continuidade de narração e uma certa ligação entre os personagens que fossem capazes de criar para o livro um caráter de integridade. Ao contrário: todas as páginas são crônicas esparsas e ligadas artificialmente. A impressão de um capítulo (fiz a experiência) será a mesma numa leitura isolada ou no conjunto do volume. É uma prova esta que nenhum verdadeiro romance suportará. Alguns capítulos, aliás, parecem que não têm outra finalidade senão a de ajudar a composição gráfica do volume. Exemplo: o que se intitula “Presença de Deus”. Nada significa. Outro exemplo é o “Intermezzo ao luar”, um arranjo de palavras pretendendo um efeito poético. Mas um efeito poético que não se afirma porque fica inteiramente abafado pelo jogo sentimentalista e simplesmente vocabular de uma falsa literatura.

O Sr. Clóvis Ramalhete entregou-se de corpo e alma ao mais vago sentimentalismo. E estou certo de que o sentimentalismo constitui um obstáculo contra a literatura. O sentimento é uma força da obra de arte, mas o sentimentalismo, não. O sentimentalismo é a deturpação do sentimento; é a sua corrupção, a sua doença, a sua caricatura. O sentimentalismo é a morte de

uma obra de arte; é o veneno que faz nascer morta uma sonhada obra de arte. Todas as páginas de *Ciranda* revelam esse sentimentalismo fatal. E talvez que o Sr. Clóvis Ramalhete não o tenha procurado dominar porque o confundiu com a capacidade de sentir poeticamente. Mas esta é toda uma outra coisa. O sentimento poético não desce nunca para o pieguismo, para a banalidade, para as frases melosas. Algumas frases que assinalei em *Ciranda* marcam exatamente o que chamo o sentimentalismo do Sr. Clóvis Ramalhete. Repare-se nessa pequena descrição: “Um sol louro (?), de manhã de junho, entra pela janela, brilha nas folhas das árvores, que têm um verde tenro apontado no alto da copa”. A fim de fazer uma personagem dizer “Sou eu”, o Sr. Clóvis Ramalhete prepara a frase com essa advertência: “Ditinha convoca para a laringe uma meiguice de oferta”. Mais adiante esta imagem de um gato: “Arqueia o dorso e boceja sob o grande sol”. Ainda esta frase sobre uma outra personagem: “havia um nimbo imaterial em seus cabelos iluminados da cor de mel”. Outros elementos indicativos: “Mesmo a sua cabeça adorada de ventoinha tudo que vem dela é como um fluído morno e bom, a remexer folhas mortas “insuspeitadas” no peito de Peixoto”. [...] “As figuras que caminham ao lado de Sílvio deslizam trêmulas – como letras, deformando-se sob um pingão d`água.”

Estou certo de que nada existe de comum entre o Sr. Clóvis Ramalhete e uma figura de romancista. A sua estreia neste gênero foi um equívoco. Uma simples sedução da moda (o romance é o gênero da moda) que ele não quis ou não soube vencer. A sua habilidade e o seu gosto pela literatura encontrarão, talvez mais tarde, uma melhor aplicação e um caminho mais de acordo com as suas tendências. É possível que venha a se revelar proximamente como um ensaísta, sobretudo se conseguir vencer o sentimentalismo que o coloca nas portas da sublitteratura. Lembro-me mesmo que um seu estudo sobre Eça de Queiroz deixou-me uma impressão muito favorável das suas possibilidades de escritor. Prefiro, pois, o ensaísta de “Eça de Queiroz” ao pretendido e malogrado romancista de *Ciranda*. É que do ensaio sobre Eça de Queiroz ainda hoje me lembro. Do “romance” *Ciranda* estou certo de que não me lembrarei mais nunca, ao fechar, como o faço agora, a sua última página.

Autor: Maria R. Campos  
 Título da crítica: *Chove nos campos de Cachoeira*  
 Periódico: não identificado  
 Local e data: local não identificado, 1941

---

Dizer alguma coisa a respeito do livro de Dalcídio Jurandir não é para mim trabalho fácil. Por quê? – Porque os personagens desse livro, que é a descrição da vida real, sofrem. Uns mais outros menos. Os menos interessantes sofrem menos. Os que mais merecem nossa simpatia são os que mais sofrem. Eu sofro com os personagens. Sofro demais, certamente. E quando acabo de ler uma obra dessas, doe-me a alma e sinto-me mais fraca para enfrentar as dores reais, que a vida, cada vez mais me apresenta.

Que hei de fazer se o demônio do romantismo me deixou no fundo da mente, ou do coração, se quiserem, alguma coisa ingênua que quer embalar-se ainda em um pouco de bem e de alegria, ver uma nesgazinha cor de rosa no céu brumoso da vida?

Mas há um gosto pessoal, e há um gosto artístico. A este o livro satisfaz sem dúvida. E não posso hesitar em dizer que é um grande livro. O seu primeiro prêmio do Concurso foi bem ganho, foi vitoriosamente ganho.

Jurandir descreve a vida com firmeza notável. As páginas de seu livro são quadros de pintor minucioso, são fotografias quase, ou melhor, são trechos de filme. Mesmo quando têm o vago e impreciso da técnica moderna. Não imaginamos. Não pensamos ao lê-las: vemos. Vemos o que se passa em suas mínimas particularidades. O próprio Eutanázio em toda confusão de seus sentimentos de quase psicopata, é de tal modo apresentado que com clareza notável lhe percebemos a contextura moral e intelectual em que as dúvidas, as hesitações e as incompreensões de si mesmo, são dúvidas, hesitações e vacilações do personagem de espírito mal definido, mas não do leitor que o observa perfeitamente, que o sente viver diante de si. É uma figura de recalques e de sofrimento. Figura simpática, dentro da sua quase abjeção.

Romance de costumes, realista. Romance da vida da gente pobre, cheia de mazelas físicas e morais. A descrição de cenas tem, de quando em quando, cruezas que certamente não seriam indispensáveis: são pinceladas vivas de realidade que poderiam, talvez, ser um tanto abrandadas, sem que perdesse em força a vivacidade do quadro traçado. Ainda questão de simples ponto de vista. Ainda, talvez, um pouco de romantismo...

Lamento que, de quando em quando, no tocante à linguagem surjam o que são falhas para os que amam a pureza do nosso idioma. E por que, em quem o maneja em geral tão bem, tão firmemente com tamanha expressão e naturalidade? Serão senão involuntários. Serão manifestações propositais e mórbidas de “língua brasileira”.

Voltando ao entrecho, não posso me furtar ao prazer de fornecer a quem ainda não teve o gosto de ler o grande livro de Dalcídio Jurandir, este trechozinho, verdadeiro cromo, tão singelo e encantador, tão cheio de cor local e de vida, tão natural na diferenciação de linguagem entre os dois interlocutores: Alfredo, filho do major Alberto e Henrique, o moleque, o garoto abandonado das ruas e dos campos:

    Não, não gostava dos moleques sujos que matavam os passarinhos à baladeira. Um moleque não tinha talvez o valor dum passarinho. Ainda ontem viu Henrique balar um passarinho que caiu na calçada da casa do coronel Bernardo. Henrique riu, apanhou o pobre morto e disse:

    – Vou te comê de espeto.

    – Se come então um passarinho desse?

    – Se come. E no espeto. Não sabe o que é bom. Prá que tenho baladera. Tu não gosta?

- Eu não.
- O que tu perde. E é um branco...

.....  
– Tu é moleque...

– Quem tem com isso? Sei balá um passarinho. Tu não bala. Vamo um dia no campo, tu arruma uma liga velha ou então me dá um cruzado. Tira do teu pai. Tira escondido. Não te incomoda que tu não come o passarinho que tu bala. Eu como.”

O realismo, muitas vezes cru, de *Chove nos campos de Cachoeira* é, daqui e dali cortado por trechos de extrema poesia, como este:

“E debruçou-se na janela. A manhã punha uma suavidade de ninho no sossego da vila. O ar parecia tecido de asas. Onde passava tanto pássaro? Um raio de sol bateu bem na testa do major e Mariinha pulou de contente ao ver um passarinho entrar pela varanda atordoado e logo sair para sentar no ingazeiro.”

Livro brasileiro. Livro forte. Como primeiro livro é, sem dúvida, uma revelação. Parece de autor consumado... E é.

Autor: Virgínio Santa Rosa  
Título da crítica: *Chove nos campos de Cachoeira*  
Periódico: não identificado  
Local e data: local não identificado, 1941

---

O romance de Dalcídio Jurandir é um livro, sincero, forte, desigual e tumultuário. É obra escrita em altíssima tensão de nervos e, desde as primeiras páginas, é irresistível e empolgante a influência da sensibilidade do autor. Profundamente emotivo, ao primeiro contato ele contagia e conquista o leitor, perturbando-lhe o senso crítico e obrigando-o, mesmo a contragosto, a encarar de frente vidas e realidades, focalizadas sob ângulos de incidência que salientam aspectos e intimidades até então desdenhados.

A pena do romancista perpassa pelas páginas de *Chove nos campos de Cachoeira* como uma enxurrada, com a força e a gravidade de grandes massas de água em redemoinho e tumulto. Ela arrasta consigo os tipos e as situações numa grande descida, num resvalar incessante e impetuoso. Ela destrói eminências e atulha baixos e arranca da intimidade do solo e do fundo da vasa preciosidades ocultas. E como enxurrada, resolve e mistura o puro e o impuro, e o belo e o nauseabundo.

O romance é desigual, sem cuidados de planos e arquitetura de elaboração. Não apresenta resultado de mania estilista, em uma palavra, está livre de literatice e talvez mesmo de literatura. Um crítico exigente saberia encontrar nele muitos defeitos de confecção e gravíssimos senões de estilo; entretanto, nada disso importa, porque o romancista conseguiu atingir o supremo escopo do romance; a ressurreição da vida. A sensibilidade de Dalcídio Jurandir recolheu impressões vividas e a sua imaginação soube reconstituí-las revigorando-as e dando-nos a impressão de encadeamento e de movimento. Tudo isso foi feito com sinceridade, com energia e sem artifícios e daltonismo.

O processo criador do romancista é puramente fotográfico e caleidoscópica. Ele aponta instantâneos da realidade ambiente, com toda a crueza e o vigor da veracidade, sem demorar em análises de minúcias e na introspecção de sentimentos, reavivando-os depois em quadros rápidos, movimentados, esboçados com pinceladas largas e enérgicas. Liga-os ao mesmo tempo numa cadeia sem fim, num fluxo e refluxo de vida, agitando-os com suas impressões, suas experiências, as dores e alegrias colhidas na existência quotidiana. E o leitor sente, vibra e volta os olhos e o coração para as criaturas do romance e os problemas que elas encarnam.

*Chove nos campos de Cachoeira* é o romance de uma decadência. É a decadência de uma cidade do interior paraense que desliza para o desmoronamento através do marasmo, da doença e da pobreza. Drama idêntico a centenas de outros dramas que desenrolam diante de nós.... É a decadência dos homens, como Eutanázio, Major Alberto e Dr. Campos, paralisados na vontade e na inteligência, corrompidos nos caracteres, repetindo outros dramas que todos assistimos e só não são entrevistados pelos cegos de espírito. Essa decadência do homem e si mesmo e de sua obra terrena é realçada pela sua mesquinhez diante da natureza exuberante, inclemente e imperturbável no ritmo certo de suas estações, trazendo consigo as chuvas e as cheias que aceleram a derrocada das obras e o enervamento das almas.

No livro só vivem os que aceitam essa realidade inexorável e se curvam a ela com docilidade. Só os que beijam a terra, que amam e acatam a natureza, só esses encontram a salvação. O ambiente primitivo domina-os e eles se adaptam passivamente, sem gestos de enfado e reação, sem aspirações mais altas. Eles aceitam o meio físico e o meio social com a simplicidade calma e risonha com que Irene aceitou a maternidade. Os que reagem, os que voltam o olhar para além da decadência que os cerca, esses são os torturados, os infelizes, os

insatisfeitos e abúlicos que não possuem a simplicidade necessária à acomodação nem a coragem indispensável para enfrentar a realidade. Os que aspiram, os que olham para certas eminências da vida, sentem peso nos pés quando querem voar e caem mais baixo que todos os primitivos. A natureza conspira contra os sonhos com toda a pujança de suas armas e os espíritos incompletamente diferenciados não podem fugir à magia de suas leis e ao feitiço dos seus encantos. Eles vivem sob o acicate dos instintos genésicos e resvalam os abismos da corrupção, conscientes e envergonhados daquilo que os primitivos realizam com toda pureza dos instintos.

O drama do homem ainda intruso na terra, incapaz de dominá-la em suas exuberâncias e de furtar-se aos seus encantamentos ressalta nítido, sóbrio e desesperado das páginas do romance. O autor não o acentua: deixa-o latente com uma grande sombra que cobre o livro e dá-lhe luz e vida. É uma luz difusa que banha as reconstituições de vida obscuras e preguiçosas, cheias de renúncias e tristezas. Muitos acharão o quadro demasiado pessimista, mas eu me inscrevo entre aqueles que o julgam verídico, repleto da nossa realidade ambiente. E acredito que, pela primeira vez, o drama do homem amazônico foi retratado cruamente e que essa angústia encontraria eco em muitos corações.

O escritor não coloca a sua esperança na geração que, agora, entra na vida. Dalcídio Jurandir parece não esperar muito da sua geração. Ele acata essa geração, respeita-a no seu descontentamento do cotidiano e no seu desejo de fugir a ele. Alfredo é seu símbolo, com sua aspiração constante de sair de Cachoeira, de ir para o Colégio Anglo-Brasileiro, no Rio de Janeiro. Mas essa geração entra a abdicar de seus desejos diante da realidade. Alfredo compreende logo o irrealizável dos seus sonhos. Não pode realizá-los, mas não quer abandoná-los. E passa a viver a vida do faz-de-conta, fugindo à realidade ambiente num caroço de tucumã.

Se os novos fogem é à realidade ao invés de enfrentá-la e lutarem para vencê-la, qual é a solução do drama amazônico? Dalcídio Jurandir põe toda a sua fé e a sua esperança no filho de Irene. Ele coloca a chave do problema na geração vindoura e tudo espera da Irene que viveu a plena vida dos instintos, sincera e forte, sem trair-se a si própria. A Irene que agiu naturalmente, livre de recalques, isenta de complexos – aquela que aceitou a vida – e, aceitando-a, venceu-a – é toda sua esperança e toda sua crença.

“Irene é o princípio do mundo” é o título do capítulo final do romance. É, ao meu ver, o seu capítulo culminante e eu admiro naquelas páginas a mais pura beleza literária. Irene é o princípio do mundo em gestação na planície amazônica. Irene, a instintiva, a implacável, a sincera. Aquela que não se curvou à adoração de Eutanázio e que se entregou ao Resendinho, sem cautela e sem defesa. Aquela que caminhou sorrindo para a maternidade diante dos dichotes e das malquerenças de uma sociedade mexeriqueira. É com o filho de Irene que o escritor espera ver surgir um mundo novo na Amazônia. Ele a despertará, ele a levantará para a vida, realizando as grandes núpcias do homem com o solo onde ele vive.

*Chove nos campos de Cachoeira* é um romance que marcará época. Na literatura amazônica ele representa um grande marco e repercute como um grito de alerta. Outros ouvirão esse grito e certamente ele nascerá na alma do filho de Irene quando a criança avistar a luz do sol.

Autor: Bruno de Menezes

Título da crítica: *Chove nos campos de Cachoeira*

Periódico: não identificado

Local e data: local não identificado, 1941

---

Todo e qualquer romance amazônico que pretenda viver a realidade ambiente e o conflito humano da terra, terá de ser desnorante como *Chove nos campos de Cachoeira*.

Os livros que inutilizaram tantas gerações malogradas, desta região sem escritores, praticaram esse delito, porque ficcionavam com exagero, mentiam à finalidade de sua função histórica.

O volume que aspire uma tentativa de veracidade do nosso drama, não será nunca sobrecarregado de paisagem, nem de almas líricas e essencialmente românticas. Tem de fugir à fantasia literária, à apresentação de falsos tipos, à forma e ao trecho da obra desenhada.

Submissos a esta natureza, que o mais animoso, e só admite o fracassado, só aceita o que se acomoda com sua grilheta de venado, o que não reage, passivo e sem ambições, aos imperativos do meio, assim, sob o esmagamento de tamanhos complexos, jamais poderemos servir de modelos para personagens bem-acabados.

Por isso é que, observado e sentido o mundo que nos estrangula, vemos que o homem deste quadrante ainda é uma criatura orfanada, debatendo-se no seu próprio desânimo, encarando as situações de precariedade alimentar e pobreza, com uma aparente revolta feita de ironia e de sarcasmo.

O meio subjuga e enerva, os instintos procuram fugas, as paixões se desmoralizam e as almas que são levadas de roldão nesse torvelinho, se atolam nas intermitências dos seus desequilíbrios morais.

Até mesmo o amor, brutalizado e necessário, a ternura de certos corações não atingidos nem contaminados de indiferença e pessimismo, vigos sentimentos espirituais absurdos, todo esse encadeamento de motivos, que poderiam concretizar uma esmola de ventura, estiolam e não medram no ambiente onde os que o povoam, vivem e morrem à míngua de um ideal.

Não é outro, que não este, o plano e o desdobramento, a que se deveria subordinar, como o fez, o romance de Dalcídio Jurandir. Desunido no equilíbrio de sua estrutura, erçado de contrastes na sua densidade humana, impetuoso, agressivo, clamante no que de sincero se nutrem as suas páginas, *Chove nos campos de Cachoeira* é o livro oportuno, que as penas mais autorizadas da Amazônia não tiveram a coragem e a consciência de escrever.

A “Rua das Palhas” e os seus casebres acoitando a vagabundagem do prazer; as habitações familiares transformadas em palco de tragicomédias domésticas; as grandes enxurradas alagando cemitérios; uma vida de canoieiros e infelizes se amando debaixo das pontes; caboclos se embebedando; crianças vadias comendo passarinhos balados e investigando como e por onde a gente nasce; – é o realismo constrangedor, mas fiel, Dalcídio Jurandir transplantou para os seus capítulos.

Não se pode fazer um livro comum, ao agrado daqueles que não sabem o que é miséria, quando as chuvas, ao contrário de privilegiadas zonas marajoaras, intumescem os rios e insulam as palhoças e chalés.

Daí, *Chove nos campos de Cachoeira* se apresentar um tomo de fixação de tais quadros. Nós todos, que somos a maioria dos sofridos, estamos ali dentro, contracenando com muitas daquelas figuras. Perpassamos nas entrelinhas como destroços, como palhaços de nós mesmos, caricaturados, postos a nu, pela sátira do romancista.

Tudo, não há de fugir, é aquilo. Se a impressão de miserabilidade e desconexão, entre repulsas e conformismos, dos seres que circulam em todo o livro, é a que sobrepuja e surpreende o leitor, é que se pode criar superficialmente, quando as raízes descem com profundidade ao meio da terra.

As mulheres que giram dentro de *Chove nos campos de Cachoeira* são exemplares da mais eloquente feminilidade. Eles se animam, nos seus ignorados recalques, nos seus supostos defeitos, nas suas inocentes virtudes de amantes, nos seus sacrifícios maternos.

Enquanto os homens se entregam ao marasmo e à inércia, uns, maníacos, a folhear catálogos; outros encervejados, a elaborar artigos de doutrina cristã; este evadindo-se do seu EU, na mística doentia de um caroço de tucumã; aquele adiante, fecundando donzelas e raparigas, com a irresponsabilidade de um poldro à solta; outro ainda, achacado pela idade, inútil para impor a sua triste paternidade, dentro das paredes do seu lar, – enquanto os homens assim se abatem, as silhuetas femininas se engrandecem, caritativas e desprendidas, renunciadas e esquecidas, aureoladas na sua cegueira, desambiciosas da sua carne, aceitando a consumação de sua queda, como o fogo calcinando os campos, as águas do inverno trazendo doenças.

Mas não quer isto dizer, que, sendo um autêntico filme desse cenário e dessas existências, *Chove nos campos de Cachoeira* se incorpore aos romances dissolventes, áridos de ideias altruísticas, de intenções honestas, despido de expressão emotiva. É que a finalidade da obra investe e rompe com a vulgaridade dos tabus.... Descoroçoá, causa arrepios à sensibilidade dos virtuosos literatismo...

Muito ao contrário, Dalcídio Jurandir deixou fluir num jorro de imagens e frases novas, em determinadas páginas, pensamentos altos, sugestões de liberalismo, e até uma natural jovialidade sem escândalos.

Eis porque o volume se torna chocante, na sua condensação de tantos personagens aglomerados, cuja ação no romance, só havia jeito de se processar como num “meeting”...

Quanto à fisionomia das águas fortes que emolduram as descrições, as introspecções psicológicas, ela está trançada com nitidez flagrante, desde as chuvas prolongadas, engordando a terra, o Arari avolumando o leito e amolecendo barrancos, os mururés florindo em touças variegadas, a desolação da planura a perder de vista, sem a mancha de uma rês, e os desejos mais justos e puros, dos moços que anseiam deixar aquele emparedamento, tombando, desiludidos, como “borboletas mortas”...

Autor: Moacir Werneck de Castro<sup>22</sup>

Título da crítica: No mundo de *Marajó*

Periódico: não identificado, publicado na coluna: “Leitura”

Local e data: local não identificado, 1947

Não vê que me lembrei que lá do norte, meu Deus! muito longe de mim,  
 Na escuridão ativa da noite que caiu,  
 Um homem pálido, magro, de cabelos escorrendo nos olhos,  
 Depois de fazer uma pele com a borracha do dia,  
 Faz pouco se deitou, está dormindo.  
 Esse homem é brasileiro que nem eu.

Mário de Andrade

O “friúme por dentro”, o tremor e a comoção do poeta nos invadem agora, quando pela mão do romancista Dalcídio Jurandir penetramos no mundo da ilha de Marajó, com sua atormentada humanidade, brasileira que nem nós. No entanto, não é a sensação do exótico, nem essa espécie de pavor infantil que nasce da ideia dos grandes rios negros ou lodosos, dos animais estranhos que vivem em matos diferentes dos nossos. É sim, o encontro do homem, desentranhado do cartão-postal amazônico que temos visto até agora, e que o autor nos lança em rosto com uma violência dramática. Vejam, parece ele dizer, este homem também existe; está esquecido, é um trapo de homem, esmagado por forças enormes, mas é um homem e existe; e dentro dele, nos seus conflitos e nas suas histórias, há tanta grandeza e poesia, tanto esplendor e mistério e tanta graça também quanto nos outros homens.

Foi esta a revelação que Dalcídio Jurandir empreendeu com artes de romancista consumado, se beneficiando da experiência, que já vai para tantos anos, do regionalismo nordestino. Não há neste livro *Marajó* a preocupação do regional como centro de interesse, nem do “social” como receita para fáceis conchavos do autor com os personagens. Não nos emaranhamos através dele nos cipós literários do exotismo, nem no rol de bichos e plantas em que se comprazem, com ócios de colecionador, escritores de terras menos luxuriantes.

Fugindo a esses perigos, o romance cresce impelido pela sua própria força, em torno de um personagem central, filho de um grande fazendeiro marajoara. Curiosamente, o rapaz, que é a bem dizer o único “civilizado” no livro, entra naquela galeria de fracassados da literatura nacional, de que falava Mário de Andrade. Indeciso e fraco, ele arrasta uma vida de amores frustrados, incerto de seu destino, até que a morte do pai o liberta das dúvidas para lhe impor a consciência de dono das terras e da gente. Em redor dele se movimentam, em mil histórias, tipos fortemente marcados, unidos por uma solidariedade primitiva, pela angústia e pelo desespero de sua condição misérrima.

O que há de empolgante no livro é principalmente a força com que o romancista penetra essa sub-humanidade, fazendo-a viver em profundidade e intensamente, tanto quanto vive o branco que serve de fio condutor naquele mundo sombrio. Sem abandonar o seu patético realismo para fazer essa penetração, onde a análise se enriquece muitas vezes de toques de poesia, Dalcídio Jurandir como que vislumbra uma solução nova, novos caminhos para o romance brasileiro. Com efeito, até aqui temos vivido mais ou menos empurrados entre

<sup>22</sup> Moacir Werneck de Castro (1915-2010) iniciou sua carreira profissionalmente como redator da *Revista Acadêmica e Diretrizes*, em 1934. Ingressou na ABI (Associação Brasileira de Imprensa), em 1945. De 1945 a 1954, foi redator dos jornais *Tribuna Popular* e *Imprensa Popular*. Em 1955, foi um dos fundadores do jornal *Para Todos*. De 1957 a 1971, redator-chefe de *Última Hora*, e até 2010, escrevia para os jornais *Jornal do Brasil* e *Jornal da Tarde*. Escreveu e traduziu diversos livros. Pesquisado também em <http://www.abi.org.br/o-adeus-a-moacir-werneck-de-castro>. Acessado em 23 junho 2015.

os extremos de um naturalismo cru e de uma introspecção no abstrato, com o que se perdem preciosos elementos de romance. É sintomático que nos tenha vindo das vastidões amazônicas, onde a presença do meio é incontrastável, uma síntese tão poderosa e tão carregada de sentido humano como esta de Dalcídio Jurandir. Este “índio sutil”, como o apelidou Jose Lins do Rego, trata da sua rude gente com uma arte literária refinada, que ela desenvolveu na cidade, pacientemente, sem pressa, com uma comovente humildade. E o resultado é que surpreendemos no “homem brasileiro que nem nós” a vida bulindo, profunda e misteriosa, com aquela mesma palpitação secreta que alguns autores pretenderam aqui ser privilégio do seu gênero noturno e de seus personagens deslocados no tempo e no espaço, sem idade nem sexo nem pátria.

E que força de estilo! Não me ocorre outro autor nacional contemporâneo que seja dono de tamanha veemência de expressão e saiba tão bem contê-la dentro de uma forma literária límpida e rigorosa. A frase arrebatada como seu poder verbal, a sua opulência e o gosto das imagens. Mas essa corrente é canalizada com tal arte que a última coisa que diríamos de Dalcídio Jurandir é que se trata de um escritor prolixo. Não sei que singular reflexo da terra haverá no seu estilo (“mestre telúrico” lhe chamou Sérgio Milliet, num artigo onde há, entretanto, uma pronunciada má vontade sectária), mas como não sentir um rugido de amazonas subterrâneos em tantas das suas páginas? (Eu citaria, como exemplo, a descrição da folia, na pág. 154.) Os achados verbais iluminam subitamente o romance, aqui e ali, com uma riqueza inesperada. (Não esqueço frases como esta: “Enormes frades fosforejavam entre o faiscar das facas e a raiva dos cabanos, cujas dentuças escorriam lodo e ouro...”). E o diálogo é saboroso e vivo, refletindo particularmente o encanto das personagens femininas.

Enfim, um grande livro, um grande romance que se insere entre os maiores da nossa atual literatura. Saudamos calorosamente nosso modesto Dalcídio, exemplo de incorruptível dignidade como intelectual, batalhador de primeira linha da causa da libertação do nosso povo, um artista de primeira grandeza e um mestre do romance brasileiro.

Autor: Moacir Souto Mayor  
Título da crítica: *Marajó*  
Periódico: não identificado  
Local e data: local não identificado, S.d.

---

Quando Dalcídio Jurandir estreou em 1941 com o romance *Chove nos campos de Cachoeira* a crítica apreciou e enalteceu devidamente suas qualidades literárias destacando sobretudo a sua natural vocação de romancista, que podemos encontrar nas páginas de seu primeiro livro, onde vemos também vida, drama, arte e poesia, obedecendo a certas condições que a arte de Tolstoi impõe. O mundo em formação que é a Amazônia, a vida dos fazendeiros na longínqua ilha de Marajó, a luta entre os vaqueiros e pescadores contra os vigias dos coronéis, esses são os motivos de que Dalcídio Jurandir usou para formar seu romance. O autor de *Chove nos campos de Cachoeira* não é desses bichos da seda que extraem tudo de si mesmos, de que fala Manoel Bandeira: ele observa a vida, colhe o material como Jorge Amado e traz todos esses elementos para a sua história, condicionando sempre a vida em determinada região, aos fatores econômicos.

Com esse romance Dalcídio Jurandir obteve o primeiro lugar no concurso promovido pelo semanário *Dom Casmurro* e pela editora Vecchi; principiou a colaborar em nossos grandes suplementos literários, conseguiu enfim criar nome, pois suas qualidades literárias o credenciam como um dos valores mais afirmativos de sua geração. De sua província, que é o Pará, ele se revelou um escritor perfeito, com um estilo inconfundível e, além disso, com uma espontânea maneira de contar histórias que nada possui de enfadonha. A vida existe nas páginas densas de *Chove nos campos de Cachoeira*; seus personagens parecem vivos e quando convivemos com vaqueiros humildes e potentados coronéis, parece que os encontramos em nosso caminho. Dalcídio Jurandir não realiza uma obra de arte sem primeiro conhecer o ambiente em que ela se está formando e conviver longamente com seus personagens simples. Por isso pode realizar um romance com uma estrutura psicológica bem fundamentada, um denso conteúdo artístico, habilmente arquitetado e um estilo simples e agradável.

A arte do romance exige do romancista um conhecimento enorme do medo e dos personagens que o cercam. A não observação dessa minha afirmativa implica no insucesso e por esse motivo é que vemos grandes escritores fracassar no gênero que imortalizou um Balzac, um Joyce etc. A razão do êxito de Dalcídio Jurandir como romancista se explica desse modo: ele descreveu um ambiente que antes tinha vivido em todos os seus aspectos. Por isso é que encontramos em *Chove nos campos de Cachoeira* a vida com seus grandes dramas, seus casos de amor e seus conflitos econômicos e sociais. Isso tudo demonstra claramente que não é possível escrever-se um romance sem espírito de observação e análise dos caracteres humanos em função do meio e do ambiente em que vivem os personagens da história.

Como em seu livro de estreia Dalcídio Jurandir com *Marajó* se acha ligado ainda mais aos grandes escritores, Graciliano Ramos e Jorge Amado pela maneira que segue em abordar os temas humanos subordinando-os ao fator social. *Marajó* é uma afirmação de que se pode realizar uma bela obra de ficção dentro da literatura, obedecendo-se aos choques econômicos e conflitos sociais. Dalcídio Jurandir conseguiu focalizar a vida na região marajoara, girando em torno dos grandes fazendeiros como o coronel Coutinho, o velho Nelson e tio Guilherme, que dentro de suas fazendas não respeitam leis nem códigos, que servem unicamente de armas contra seus inimigos. A presença de Missunga, filho do coronel Coutinho, naquele meio rústico, traduz a hostilidade de que os senhores feudais se acham possuídos, quando convivem

com um elemento quase revolucionário, que usa processos novos de negociar, de explorar a terra, etc.

A força do romancista de que fala Álvaro Lins, quando escreveu sobre *Chove nos campos de Cachoeira*, se acha dentro de uma fórmula e de um princípio. Através da arte, Dalcídio Jurandir descreveu magnificamente a vida na ilha de Marajó e lendo-se com atenção seu segundo romance, parecemos estar vivendo o drama que agita seus personagens na luta pela vida. Em nossa terra foram Graciliano Ramos, Jorge Amado e José Lins do Rêgo os escritores que renovaram o romance nacional, transformando-o daquele hermetismo que constituía a principal característica dos romancistas de antes de 22 (salvo algumas exceções) para um retrato fiel da vida, para uma análise dos grupos humanos em função do estado social. Com a presença de Dalcídio Jurandir em nosso romance, podemos constatar uma inteira vocação de romancista ao lado de um admirável talento de escritor.

Comparar Dalcídio Jurandir a Jorge Amado creio que é lugar comum incompatível com a experiência nova que realizou em *Marajó*, mas, se dizer que ele possui além de uma natural maneira de contar história, um formidável talento de escritor, isso será o maior elogio que poderemos fazer ao autor de *Chove nos campos de Cachoeira*.

Autor: Nelson Werneck Sodré<sup>23</sup>  
Título da crítica: Um romance da Amazônia  
Periódico: *Argumentos*  
Local e data: Rio de Janeiro, 1948

---

Se a função puramente julgadora da crítica, na qual muitos querem ver a sua essência, em suma, ou a sua função principal, jamais nos preocupou muito, a constatação da ausência de senso de seleção, em nosso meio literário, ou as deformações sucessivas que ele vem sofrendo, admitida a sua existência, não deixa de ser um fenômeno curioso e característico de fase de transição, em que os recursos individuais se concentram, defensivamente, para a salvação daquilo que lhes parece merecedor de apreço. Em toda época de transição, quando os padrões permanecem ainda bastante apegados ao passado, sem que o futuro tenha definido precisamente as suas cores, e tendências, os padrões de julgamento decaem, por razões muito naturais. Não tivemos, entre nós, em tempo algum, critério selecionador que só os meios densamente trabalhados pela cultura podem elaborar e manter. Que o pouco existente, nesse terreno, se tenha amesquinhado a ponto de verificar-se a redução da atividade literária a um quase monótono exercício verbal, e que o critério de valor, quase sempre impreciso, se tenha confinado aos despautérios das injunções pessoais e de grupo, não é, pois, de espantar. O homem teme a verdade – e teme-a tanto mais ela está em choque com aquilo que é dominante, ou generalizado, ou ao menos privativo dos bem-aventurados. Enquanto o público, por mais entorpecido que ainda se encontre, vem melhorando gradativamente o seu nível de cultura, e, portanto, a sua capacidade de julgamento, apesar das distorções de uma propaganda travestida de literatura, e da fraqueza de valores de marca literária que são apresentadas como autênticas representações qualitativas, – os meios especializados permanecem presos a deficiências de que não conseguem se emancipar. Mais precisamente enquanto o leitor comum melhora o seu critério de julgamento, a crítica permanece, ou mesmo decai.

Para nós, que admitimos crítica literária como coisa muito mais complexa do que o simples ato de julgar e de aconselhar leituras, isso não tem, no fim de contas, muita importância, e o declínio crítico assinala apenas um sintoma a mais, no quadro de conjunto de uma fase de pausa literária que todos verificam e que tem os seus motivos em razões de ordem extra-literária. Mas há problemas em que o critério de julgamento deve entrar, eles se constituem precisamente em torno desse critério e não podem fugir à sua subordinação, à finalidade específica de classificar e de conferir valores. Entre tais problemas – que admitimos, desde logo, como extra-literários –, está aquele que se constitui nos concursos. Enquanto em passado bem próximo, tais concursos, reduzidos e esporádicos, eram privativos de associações pretensamente literárias, como as academias, nos dias atuais eles vêm se multiplicando, através de doações pessoais. Para o fim de julgar as obras apresentadas, constituem-se, por isso mesmo, comissões de escritores, ou de gente que se presume, ou que outros presumem, dotada de critério literário. A finalidade, no caso, pois, o fim específico, é o de julgar, e não há como fugir dele. Através desses julgamentos temos visto, entretanto, mais alguns sintomas da fase de pausa que vamos atravessando, de declínio do mérito literário, e de aumento correspondentemente, de critérios outros, que não vem ao caso apreciar porque não

---

<sup>23</sup> Nelson Werneck Sodré (1911-1999) escrevia para o *Correio Paulistano*, no período entre 1931 a 1933, e era o início de sua carreira como escritor. Como crítico e historiador literário, publicou *História da literatura brasileira*, em 1938, onde ele discorre a respeito das relações entre literatura e os conflitos sociais. Em 1956, colabora com o jornal *Última Hora*, escrevendo sobre literatura. Consultar também em <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson\\_werneck\\_sodre](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_werneck_sodre)>. Acessado em 25 de maio de 2015.

são precisamente temas literários, embora sejam processos manejados por homens de letras. A falsidade manifesta, e algumas vezes repetida, desses julgamentos, a constância com que incidem nas mesmas falhas, representam, embora como fator extra-literário, uma característica a mais do momento que passa.

Não é hábito da crítica militante ocupar-se de obras lançadas há muito, e cujo caminho já foi por assim dizer percorrido. Elas estão feitas, foram já examinadas, alisadas e apreciadas, enquanto outras obras, recentes e ainda não submetidas à crítica, esperam o seu momento, o início de sua existência efetiva. Certo é que, por várias vezes, temos assistido, entre nós, obras como as de Tostói, de Stendhal, de Balzac serem submetidas à crítica, como se tivessem sido lançadas ontem. Não nos referimos, é bem de ver, ao trabalho crítico que através dos tempos, e sem pausa, se faz em torno de obras imperecíveis e que acabam por se constituir em verdadeiros cursos autônomos. Referimo-nos, bem frisantemente, à crítica militante, à crítica pretensamente julgadora, à crítica do momento, aquela que busca situar a obra. Esta é que só se pode ocupar de gente daquele porte como uma extravagância, ou uma falta de senso de proporções e de compreensão de suas finalidades.

Só a constatação de que os julgamentos literários, entre nós, nos últimos tempos, aqueles julgamentos que, especificamente, deveriam ser mais ajustados ao verdadeiro valor, têm falhado – pelo menos a nosso ver –, é que nos obriga a retomar um livro aparecido no ano passado, e já aparentemente compreendido e medido pela crítica. Trata-se do romance do Sr. Dalcídio Jurandir, *Marajó*. O último grande concurso do gênero, acabou por deixá-lo de parte. Não vamos discutir, aqui, o critério que presidiu um julgamento tão singular, nem o mérito das obras que tiveram melhor sorte, mesmo porque não merece debate aquilo que é fato consumado e que apenas denuncia coisas que todo o mundo conhece. O que resta a debater é o mérito do romance que não obteve classificação, e que poderia ter alcançado um lugar de destaque, entre as obras do gênero, no ano passado, ano, anote-se de passagem, de vacas magras, como vêm sendo, desde já algum tempo, todos os que se vêm sucedendo, para contrariar a opinião dos que esperavam verificar, agora, a retomada daquele impulso que, desencadeado por volta de 1930, acabou por lançar os fundamentos de uma literatura brasileira autônoma.

Porque *Marajó* é, sem dúvida, um excelente romance, e mais do que isso, um excelente romance brasileiro. Não vamos debater aqui, a propósito desse romance, o largo e controverso problema literário do regional e do universal. O que está fora de dúvida é que, nas páginas que Dalcídio Jurandir escreveu, o que existe, presente em todas elas, impregnando-as a fundo, é a terra e a gente de Marajó. Há romances que pertencem à literatura brasileira apenas por terem sido escritos em português. Se tivessem sido escritos em chinês, pertenceriam à literatura chinesa. O que distingue uma literatura, entretanto, não é apenas a língua, mas aquilo que as suas obras traduzem, e de que o idioma é mero instrumento, a vida, a terra, a gente, os seus problemas, os seus dramas, os seus anseios, as suas crenças, os seus sonhos e os seus tormentos. *Marajó*, em qualquer língua, é literatura brasileira. Mas não é apenas pela sua fidelidade ao ambiente que merece apreço; mas pela sua força descritiva, plena de verdade e de beleza, pela sua maneira de fazer viver a gente que povoa as suas páginas, pela realidade com que traduz os laços sociais que a dominam. Tudo isso é literatura da melhor espécie, e resta lastimar que não tenha merecido uma atenção melhor num concurso em que não podia deixar de figurar como das obras mais representativas.

Autor: Bruno de Menezes<sup>24</sup>

Título da crítica: *Marajó* e o nosso romance

Periódico: *O Estado do Pará*

Local e data: Belém, 11 de abril de 1948

---

Quando se termina a leitura de *Marajó*, o romance que Dalcídio Jurandir escreveu e agora editou no Rio, sobre a ilha sem lei, somos induzidos a rememorar Jorge Amado, Lins do Rego, Graciliano Ramos, Viana Mog, Ivan Martins, Abguar Bastos, Sandoval Lage, Ferreira de Castro, Carlos Vasconcelos, Rômulo Galegos, Pearl Buck, e outros autores, que tratam em suas obras da paisagem influenciando no campo humano.

*Marajó*, de fato, é desconcertante no seu bárbaro ficcionismo, porque a realidade condensada em seus capítulos está emoldurada pelo estilo nevrosado, esboçando a vida de certas figuras femininas deambulantes em suas páginas, os complexos de Missunga, a personalidade feudal do coronel Coutinho, o tipo padrão do versatilismo nacional sintetizado em Lafaiete, a administração escravagista do capataz Manoel Raimundo, as festas dos santos-fetiches, a mística aterrorizante da Cabanagem.

Qualquer escritor que hoje se volte para os temas de miséria e desajustamentos coletivos é envolvido pela assimilação de suas ideias com o ambiente, e, quando não é traído nos seus pontos de vista, nos dá livros torturados, com teses discutíveis ou antiprosélicas.

Dalcídio Jurandir, porém, continua a se afirmar o romancista que recompõe esse mundo marajoara, para mostrar aos sociólogos, na sua bruteza e no seu pauperismo, homens, mulheres e crianças, nem mesmo irmanados aos animais, aos bichos ferozes, porque a sua condição é tão ínfima, que aqueles valem mais do que estes.

Parece estranhável que os painéis e o socialismo regional de *Marajó*, como alguns desejam entender, revelam o que de trágico se opera no rudimentarismo da natureza amazônica e na humanidade submissa a interesses individualistas, que enche de horror, de cinismo, de conflitos morais, de impunidade, de conformismo, a região esquecida que o escritor focaliza.

É que, não fora a força descritiva, a orquestração vocabular, a identificação de paisagens com a existência dos vaqueiros, dos pescadores, dos canoieiros, das autoridades – caciques, das raparigas de todo homem, heróicas nos seus infortúnios, na sua humildade asiática, no seu desprezo de si mesmas, com que Dalcídio adornou, poeticamente dramático, esse caos arrepiante, então teríamos rubros cenários de revolta, com seres irracionalizados clamando por uma redenção tardia que os liberte, que lhes traga auspícios de vagas promessas de reivindicações oportunas, nessa *Marajó* grandiosa somente nas cartas geográficas.

Quem é que poderá acoimar a um escritor de apreciar roteiros ideológicos, quando o material de que se serve é lama, fome, injustiças, ignorância, doenças, superstições, baixa religião, rios mefíticos, onde os peixes morrem aos montes e os homens famintos são proibidos de pescar?

Em que nas fazendas, latifúndios recebidos de escrituras suspeitas, os empregados são expulsos pelos feitores ensoberbados, seguindo a rotina disciplinar de seus patrões? Um meio no qual o amor perde o mínimo sentimento de dignidade, para se tornar um instrumento de egoísmo, de satisfação carnal, sem ao menos a reciprocidade biológica, como fazem os

---

<sup>24</sup>Bruno de Menezes (1893-1963) nasceu em Belém, escritor paraense que publicou seu primeiro livro de poesias em 1920. Em 1923 fundou a revista literária *Belém Nova*. Entre 1956 e 1957, foi presidente de Academia Paraense de Letras. Pesquisa também realizada em <<http://www.escritas.org/pt/biografia/bruno-de-menezes>>. Acessado em 22 de abril de 2015.

touros e as vacas, os cavalos e as bestas, que pastam em ruidosas manadas, nos campos sem fim?

Que vida desalentadora a de Missunga, com a obsessão da imagem materna, e o enfatuado conservadorista que se mostra seu pai, o tronco robusto dos Coutinhos. Que vida útil, amarga, destemida, a de Gaçaba, a de Ramiro e que enojante torpeza a de Calilo, a de Isaac. Que vida romanesca a de Alaíde, a de Guíta e de Orminda, esta entorpecedora como um tóxico, dando-se nos bailéus das geleiras, nos balseados de canaranas floridas, no chão das beiradas, nas gramas dos campos luarescidos, nas palhoças cai-não-cai, até na torre de igreja, onde as linhas de seu corpo modelado ficam desenhadas nas tábuas poeirentas. Que vida a das criaturas perdidas, amadas de Missunga, umas lhe enlutando a alma de tédio e de renúncia, outras procuradas aflitadamente para as fugas de seus recalques. Que vida regalada, como as das cobras sonolentas, a de seu Nelson, a do tio Guilherme. Que viver-morrendo o das crianças opiladas, comidas de vícios, nascidas dos impulsos do sexo, da embriaguez, das “atuações” nas pajelanças das noites de farra e pescarias do Arari, nas orlas do Pacoval, nos caminhos das derrubadas entre estalos de ramos secos, gemidos de quem está morrendo, pavores de visagens noturnas.

Há livros de autores celebrados que nos empolgam pelo que a sua estrutura nos denuncia como tragédia humana ligada à terra, às águas, à selva, à exploração do subsolo, enfim, obras em que o processo construtivo é universalista, refletindo problemas virtualmente nossos, isto é, amazônicos.

Em *Marajó*, sem visar demagogias reacionárias, antes, inversamente, dando a alma e o vigor necessários a um singular poema em ágil rica e viril prosa incomum, tamanha é a sua justaposição da paisagem com os temas e imagens de um “surrealismo” impressionante, Dalcídio Jurandir nada insinua relativamente aos programas dos líderes, nem das massas esfaimadas, porque é apenas o intérprete do que de real existe, com evidência clamorosa, sob um céu cristão, cobrindo o primitivismo e a servidão.

O certo é que o nosso espírito se toma de assombramento com os “trabalhos” de mestre Jesuíno, pajé do Marauacá, com as visões do lago Guajará – toda a fantasmagoria do capítulo 51 –, com a louca Orminda, grudada no subconsciente de Ramiro com a triste sina de um vaqueiro errante, que troteia como um duende pelos pastos solitários.

Voltei da viagem que fiz em *Marajó* com a sensação da mais profunda realidade dominando-me os nervos. Porque a maioria de seus quadros, à Portinari, é familiar à minha visão desde a “Rua das Palhas”, na cidade de Cachoeira, à praia da Mangabeira, em Ponta de Pedras, a travessia de Joanes para Salvaterra, os campos do Rosário para Condeixa e Monsarás, a navegação para o Camará, como também sei da vida lacustre no Genipapo, em Santa Cruz, onde o detentor da lei é seu Doca.

Regressei dessa excursão intelectual satisfeito, porque Dalcídio não olvidou os seus avatares ameríndios, não perdeu a sua arguta penetração dos problemas assoberbantes de uma região do globo, em que se nasce e morre anfíbio. Em que Missunga, com a sua ilustração, o seu fastio de civilizado, os seus novos métodos agrícolas, não conseguiu vencer as hostilidades do meio, terminando vencido e fracassado, pior do que o hanseano Ciloca.

O ficcionismo plétórico de Dalcídio redoura e adoça a agressividade violenta da terra, tira-lhe as arestas e as cruzezas excessivas, filmando, sem efeito extras, o panorama de angústias irremediáveis, envolvendo todo o romance num subjetivismo que embeleza o realismo flagrante, realça-lhe o sentido lendário, os costumes e usanças campestres, as heranças hereditárias de seu povo.

O caso literário da Amazônia é puramente local e humano. Daí, só um livro em tintas fortes, como é *Marajó*, resistir aos pronunciamentos da crítica, no aglomerado de seus personagens, nos seus fenômenos sociais, que ali se transformam em opulento instrumental de símbolos, que as novas gerações desta gleba orfanada saberão interpretar um dia.

Autor: Manuel Bandeira<sup>25</sup>  
Título da crítica: Autocrítica  
Periódico: *Revista da Semana*  
Local e data: Rio de Janeiro, 1956

---

Anteontem, dia de finados, pensei por um momento na falecida Associação Brasileira dos Escritores. Quando ela foi fundada, em 1942, aceitei ser o seu primeiro presidente porque imaginei que se quisesse criar para os escritores em geral, um órgão de amparo material e moral, à semelhança do que era e continua a ser para os autores teatrais a S. B. A. T. Desde logo, porém, se viu a intenção política predominando sobre qualquer outro interesse da classe. Tudo, entretanto, correu bem até 45, porque por aquela época todos os intelectuais, salvo, bem entendido, os getulistas, estavam unidos em frente única no combate à ditadura. Mas deposto Vargas, dissolveu-se a frente, os comunistas começaram a fazer o seu jogo dentro da ABDE<sup>26</sup>, mas, não se sentindo ainda bastante fortes, temporizavam, e foi assim que até 1949 as eleições decorreram em paz, resultando em diretorias onde havia elementos comunistas e não comunistas. Eis que, naquele ano, quiseram eles forçar a mão e duas chapas disputaram a eleição, uma inspiração comunista. Segundo as instruções eleitorais, seriam apurados os votos enviados por procuração, decisão proposta por membro comunista da diretoria e aprovada unanimemente. No dia do pleito a maioria presente era comunista, mas os votos por procuração davam maioria à chapa adversária. Que fizeram os comunistas? Impugnaram a eleição para vencer contra o que eles mesmos haviam decidido, isto é, queriam que se apurassem tão somente os votos dos presentes. E no dia da transmutação de posse à nova diretoria organizaram uma baderna, que foi uma traição e uma vergonha. Coisa inominável: não só acabou a instituição (porque o que existe hoje com o mesmo nome é um fantasma) como cavou um fosso intransponível entre os homens de letras do país, com prejuízo sobretudo para o próprio comunismo.

Relembro esses fatos, porque vejo agora na imprensa a autocrítica do comunista Dalcídio Jurandir, na qual confessa ele a culpa sua e dos seus companheiros naquele triste episódio. Suas palavras textuais: “Houve naquela ocasião, erro de parte a parte. Mas do nosso lado, confundíamos divergência com luta corporal, pré-estabelecíamos o rancor e o xingamento sistemático. Parecíamos tomados de uma fria e monótona fúria sectária. E, como o mais responsável pelo que aconteceu na ABDE, quero afirmar que aquilo foi uma vergonha e a culpa decerto cabe a mim unicamente, pois me utilizei do meu cargo na associação para provocar a baderna”.

Cabe-nos dizer agora: ficam-lhe muito bem esses sentimentos, mas é-nos, lícito duvidar de sua espontaneidade e sinceridade. Tudo parece indicar que a atual conduta dos autocríticos agora como em 1949, foi ditada por ordem do partido – ordem de fora, a que os autômatos de dentro obedecem com a invariável docilidade.

---

<sup>25</sup> Este artigo refere-se a Dalcídio Jurandir fazendo uma autocrítica sobre seu posicionamento político.

<sup>26</sup> ABDE – Associação Brasileira de Escritores (In: NUNES, 2006, p. 89).

Autor: Josué Montello<sup>27</sup>

Título da crítica: O romance

Periódico: *O Globo*, publicado na coluna “Em balanço”

Local e data: Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1958

– Se Guimarães Rosa não nos deu este ano um novo livro, nem por isto seu nome deixou de estar em foco, com a excepcional importância de suas obras anteriores, uma das quais inspirou a M. Cavalcanti Proença um pequeno volume de admirável análise literária: *Trilhas no grande sertão*, na linha dos estudos de interpretação do romance mais famoso da moderna literatura brasileira. O romance, que nos restituiu a presença de Jorge Amado, com *Gabriela, cravo e canela*, deu pretexto ao regresso de Dalcídio Jurandir, com *Três casas e um rio*, e de Ascendino Leite, com o *Salto mortal*. Estes dois romancistas orientam-se por uma linha diferente no plano da ficção: enquanto o primeiro constrói o romance com os valores polêmicos de quem encara a realidade social à luz de seus aspectos e problemas objetivos, é para o mundo subjetivo que se volta o segundo, mais interessado nos conflitos humanos que nos conflitos de classes. *Três casas e um rio* é o romance da maturidade de Dalcídio Jurandir. *Chove nos campos de Cachoeira*, seu primeiro livro, firmou estes dois pontos básicos da obra de Dalcídio: demarcou-lhe a geografia literária nos horizontes de sua terra natal e pôs em evidência a vocação do escritor para o romance social. Dalcídio é o grande romancista moderno da Amazônia, com a capacidade de fixar à terra e a gente, senão com um sopro épico, pelo menos com a intensidade do drama humano, que reflete o drama da terra. *O salto mortal* é o segundo romance de Ascendino Leite. O primeiro, *A viúva branca*, revelou-nos a linha de introspecção em que o romancista criava figuras e cenas, com o propósito de pintar o coração humano. Neste segundo romance, essa linha de introspecção se aprofunda nas três personagens que lhe elaboram o conflito: as duas universitárias e o grande poeta. O romance interior não requer vocabulário rico: reclama, isto sim, vocabulário exato, como o de Stendhal e Machado de Assis. E é esse vocabulário preciso que Ascendino Leite domina ao longo de seu romance, criando-lhe a atmosfera dramática que nos envolve durante a sua leitura. Outro regresso ao romance é o de Nestor Duarte. O autor de *Gado humano* retorna à ficção com *Tempos temerários*, em que busca refletir, com as experiências profundas que a vida lhe proporcionou em cerca de vinte anos de silêncio do romancista, as angústias e perplexidades do mundo contemporâneo, nos seus reflexos humanos.

<sup>27</sup> Esse maranhense foi romancista, crítico, ensaísta, biógrafo, teatrólogo, membro da Academia Brasileira de Letras. De acordo com Afrânio Coutinho (2004, p. 467), Josué Montello “é um dos mais versáteis escritores brasileiros”, entre seus trabalhos estão as críticas literárias. <<http://www.patrimonioslz.com.br/pagina989.htm>> neste sítio, acessado em 15 março de 2015, se encontra a biografia de diversos escritores maranhenses, trechos de obras, bem como um pouco da história do Maranhão.

Autor: E. S.

Título da crítica: *Três casas e um rio*

Periódico: *Última Hora*

Local e data: São Paulo, junho de 1958

---

Trata-se de um dos melhores romances publicados ultimamente, *Três casas e um rio* (Martins Editora), do escritor Dalcídio Jurandir, que já havia dado ao público *Chove nos campos de Cachoeira e Marajó*, o primeiro tendo levantado o concurso (1ª. colocação) de “Dom Casmurro” e que projetou o escritor nos meios intelectuais do país.

*Três casas e um rio* é uma espécie de “suíte” da obra cíclica que Dalcídio vem escrevendo sobre a região e os problemas da Amazônia. Pessoalmente, lemos os originais do livro, que acaba de sair com capa de Cândido Portinari, há mais de cinco anos, ainda datilografado. Podemos afirmar que a ficção brasileira se enriquece com um dos seus melhores livros. Dalcídio Jurandir se afirma, aí, entre os vigorosos criadores da literatura em nosso país.

Seus personagens não são títeres, mas se movimentam como seres humanos de vida própria, desprendidos do cordão umbilical de que se originaram na mente do ficcionista.

Estamos diante de um romancista que caminha para se colocar entre o que restará de duradouro em nossa literatura. E quem viver verá se estamos errados.

Mais de uma vez temos recomendado este livro de Dalcídio pela poderosa força humana dos seus personagens, no meio dos quais se incluem alguns animais, principalmente uma jiboia e um búfalo.

Os que o lerem terão enriquecido sua sensibilidade e sua biblioteca.

Autor: Eneida de Moraes<sup>28</sup>

Título da crítica: *Três casas e um rio*

Periódico: *Amazônia*: revista da planície para o Brasil, ano IV, nº.42, p. 171

Local e data: Belém, 30 de junho de 1958

O novo romance de Dalcídio Jurandir levando o leitor a uma região marajoara para viver problemas sociais e humanos de uma vida dominada por um rio.  
Reportagem Literária de Eneida

*Três casas e um rio* e entre eles, neles, um mundo de personagens que se agitam, vivem, morrem, fracassam. “Situada num teso, entre os campos e o rio, a vila de Cachoeira, na ilha do Marajó, vivia de primitiva criação de gado e da pesca, alguma caça, roçadinhos aqui e ali, porcos magros no manival miúdo e cobras no oco dos paus sobrecados. O rio, estreito e raso no verão, transbordando nas grandes chuvas, levava canoas cheias de peixe no gelo e barcos de gado que as lanchas rebocavam até a foz ou em plena baía marajoara”.

Dalcídio Jurandir, o autor desse romance que a Livraria Martins Editora acaba de lançar, com uma bela capa de Portinari, *Três casas e um rio*, pode ser chamado o único romancista paraense contemporâneo preocupado com o destino daquele trecho da Amazônia. Quando apareceu com seu primeiro romance *Chove nos campos de Cachoeira*, que obteve em 1941 o Prêmio Vecchi do jornal literário *Dom Casmurro*, já trazia para os leitores de todo o Brasil, a história dolorosa, agitada aqui, morna ali, das populações marajoaras. Fiel à sua terra, à sua gente, a tudo que viu, viveu, sentiu em Cachoeira, a vilazinha da ilha do Marajó, volta Dalcídio Jurandir, agora, contando-nos a vida de um menino de cor – Alfredo – querendo estudar e não podendo, querendo sair de casa, partir, para ser alguém e olhando Belém, a capital do Pará, como um porto seguro e certo para se tornar um homem.

Rio – aquele Arari – e menino se amavam e se odiavam. Alfredo, quando o rio enchia, pescava ou fingia que pescava por uma fenda do assoalho da casa paterna. Quando o rio secava, quando a enchente passava, Alfredo patinhava em lama, vivendo sempre o mundo de faz de conta, viajando para Belém, capaz de sustentar a mãe preta, que vivia ali com o pai branco.

Histórias, lendas, costumes “entram no romance como parte inseparável das personagens. Cruzam-se enredos vários em que o romancista procura estudar o homem nas suas contradições, nos seus aspectos de comédia e tragédia, nuanças e visões amplas da existência humana” diz a orelha de *Três casas e um rio*.

Minutos passam “lentos como aranhas” na vida de Alfredo, o meninozinho marajoara que viajava o mundo com um caroço na mão, brincava com carretéis que “lhe recordavam rodas dos carros da cidade, viajando para a praia ou a montanha onde deveria estar o colégio tantas e tantas vezes desejado e pedido”.

<sup>28</sup> Eneida de Moraes nasceu em Belém do Pará em 23/10/1903, foi jornalista e escritora. Em 1930, mudou para o Rio de Janeiro onde viveu e faleceu em 27/04/1971. Colaborou com os jornais: *Estado do Pará*, e no Rio de Janeiro com *Para Todos*. Atuou também no Pará nas revistas *Guajarina*, *A Semana* e *Belém Nova*. Eneida fez parte de vários grupos e associações de intelectuais, tanto em Belém como no Rio de Janeiro; e publicou o livro de poemas *Terra Verde* (1930). Como jornalista profissional trabalhando em periódicos claramente partidários, assim como naqueles de grande circulação (a “grande imprensa”), Eneida exerceu as funções de cronista e repórter, e simultaneamente publicou onze livros e realizou várias traduções. [http://www.ufpa.br/projetogepem/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7&Itemid=7](http://www.ufpa.br/projetogepem/index.php?option=com_content&view=article&id=7&Itemid=7). Acesso realizado em 28/abril/2014.

Tio Sebastião viu a pororoca, viu muito, mas de muitas coisas não podia lembrar “era bem jitinho”; Dalcídio Jurandir não perdeu as expressões paraenses, se bem que às vezes (não sei por que) coloque algumas delas entre aspas. Alfredo pedia que o tio lhe contasse uma história, mas queria uma “senhora história”, o que significa uma história bem grande, direita, bonita.

Há Malagueta, personagem sem importância, se bem que muito “esparapantada”, há Sebastião passando a roupa a ferro para os “isquetes” de sábado, há muito “disque” (o nosso querido faz de conta), tão usado pelo caboclo paraense, como o “eras”, o “axi”, e outras palavrinhas que despertam na gente uma bruta saudade daquela terra, da voz do caboclo cantando coisas da vida.

A mãe de Alfredo não era casada com o major Alberto, seu pai; Alfredo sabia que ela era apenas a “esposarana” e isso muito o feria, pois para ele, mesmo quando a mãe deu para beber, a figura máxima era aquela preta alta, limpando os dentes brancos com charuto. “O menino insistia nas suas indagações: que faltava para que sua mãe fosse uma senhora? Ir aos bailes? Assinar o nome do Major? A cor?”

“Mea” mana, “seu degas”, fala paraense andando em todas as bocas, enquanto assistimos o carnaval de Cachoeira e depois a chegada de um boi-bumbá com os índios, o pai Francisco, o padre, o tuchaua, “Caprichoso” de um lado, “Garantido” do outro: “Estava ali o ‘Caprichoso’ diante do ‘Garantido’ com a tranquila certeza de que era um autêntico boi-bumbá”.

Vai-se lendo *Três casas e um rio* com um interesse que cresce a cada passo. A irmãzinha de Alfredo, Mariinha, morrerá cedo, mas Andreza ficará. Andreza tumultuária, sem pais, sem carinho, vítima de uma família de prepotentes senhores de terra, os Menezes, que lhe mataram o avô, o pai e deram sumiço num irmão. Andreza sem pão para comer, sem futuro e sem presente, correndo descalça e esfarrapada pelas ruas lamacentas de Cachoeira, amando Alfredo, querendo-o não porque era um menino ou um homem, mas porque precisava de alguém para amar, um irmão, alguém igual a ela, que nada possuía de seu.

Foi depois de assistir aquela terrível cena entre o pai e a mãe que Alfredo fugiu. Não podia ir para Belém, mas conheceria ao menos Marinatambalo, a fazenda cercada de mistério: Marinatambalo “era um nome antigo dado à ilha do Marajó pelos espanhóis ou holandeses – sabia-se lá – quando andavam pela Amazônia e aproveitado pelo dr. Menezes para batizar sua fazenda”, que ele chamava o Reino de Marinatambalo. Andreza falava dela como uma fazenda “morada de lobishomem”. (– Foi por causa dela que meu pai morreu. Meu avô também e meu irmão sumiu).

Na fazenda em ruínas, hipotecada, pronta para passar a outras mãos, d. Elisa, louca e velhíssima, pretendia ressuscitar um passado de riqueza quando a ruína comia casas e prados, enquanto Marciana, a velha cozinheira, conversava com todos aqueles que tinham sido vítimas da crueldade e da prepotência dos Menezes e que vinham nas noites encher de risos e soluços a fazenda onde haviam sido assassinados e tanto haviam sofrido.

Lucíola só desejava no mundo ser mãe de Alfredo; vira-o nascer, tratara dele pequenino, e não podia compreender porque o menino amava somente sua mãe verdadeira, a preta Amélia, tão boa e tão digna que o álcool estava liquidando. Dera para beber e enchia de ódio Alfredo, o menino que queria ser alguém. Lucíola que disse “não” na hora do casamento quando estava prestes a casar com Edmundo Menezes, o último da família dos prepotentes, educado em Londres, mas tão miserável quanto Andreza e Alfredo, se bem que os dois pequeninos tivessem como fortuna o rio correndo, as ruas lamacentas, toda uma vida a ser vivida.

Muitos personagens, muitas lendas, histórias de jacarés e cobras, as frutas paraenses, as comidas, tudo estava vivo em *Três casas e um rio*, de Dalcídio Jurandir. Gente morre, gente desaparece, o rio leva pessoas para longe, traz outras, até a partida afinal de Alfredo

para Belém, para os estudos, a mãe se sacrificando, rompendo amarras, só para dar aquele filho todo bem que jamais possuiu.

Gostaria de levar o leitor a viajar mais demoradamente nesse romance paraense. Gostaria de ensinar com Dalcídio Jurandir nossas expressões, nossos hábitos, mas é melhor que os interessados vão direto à fonte, esse *Três casas e um rio*, panorama da vida social amazônica.

Luís da Câmara Cascudo – considerou o segundo romance de Dalcídio Jurandir – *Marajó* – uma “boa e segura fonte de informação etnográfica”. “O documento humano – diz mestre Cascudo – não foi empurrado e comprimido para caber dentro de uma tese, mas vive livre e natural, na plenitude de uma veracidade verificável e credível”.

Assim também pode ser definido esse *Três casas e um rio*, romance da terra paraense, da vida amazônica. Dalcídio Jurandir nele se reafirma o romancista apaixonado pela terra onde nasceu, o único romancista paraense realmente preocupado com a paisagem, os hábitos, a vida daquele trecho do Pará. Bravos a ele.

(Este artigo foi publicado anteriormente no *Diário de Notícias*, de 16/06/1958).

Autor: Dias da Costa

Título da crítica: *Três casas e um rio*: um romance autêntico

Periódico: não identificado, publicado na coluna: "Leitura"

Local e data: Rio de Janeiro, 1958

---

Apesar de toda literatura produzida sobre o mundo bárbaro que é a Amazônia, em verdade pouco, muito pouco, era o que, de fato, fixava com realismo, com serenidade, com profundidade, sem arroubos, sem retórica, sem adjetivações de espanto, aquele universo de águas e de matas, onde o homem se apequena na paisagem, mas se agiganta na luta pela simples sobrevivência.

Perdido o senso de perspectiva diante das imensuráveis proporções de terras e águas, de céus e de folhas, extraviando-se nos labirintos inextricáveis onde a vida humana parece uma impossibilidade, a maioria dos que tem tentado captar aquele infinito, apanhando o todo, querendo abranger o conjunto, perde-se na paisagem, dissolve-se nas correntes das águas gordas, embarça-se nos cipoais das matas invioladas, atola-se na lama dos pântanos e se põe a emitir clamores de espanto, num misto de deslumbramento e pavor.

Ao que nos parece, a única maneira da literatura poder transmitir com verossimilhança o que de real existe no mundo fantasmagórico da Amazônia é tomar uma posição de humildade, fugindo à pretensão de captar o conjunto para se limitar a fixação de frações infinitesimais do todo. Só assim será possível evitar as distorções, as deformidades, o aberrante, o inverossímil, os deslumbramentos.

Podemos afirmar que sempre nos pareceu muito mais viva, verdadeira, "possível", a Amazônia no romance sem retórica do lusitano Ferreira de Castro, que viu *A selva* através das reações pessoais de um imigrante adolescente, e em pequenos contos despreziosos de Peregrino Júnior do que em toda a literatura clorofilada dos "infernos verdes", do "país das pedras verdes" dos mundos aluviais, das selvas misteriosas, das amazonas, das lendas, das boiúnas, do boto, dos jacarés monstros, do rio-mar.

Daí encontramos neste romance de Dalcídio Jurandir, denominado simplesmente *Três casas e um rio*, tal como já encontráramos nos anteriores, *Chove nos campos de Cachoeira* e *Marajó*, aquilo que nos parece o caminho certo, seguro, para fixar, captar, transmitir a vida, os problemas, os aspectos, a paisagem, tanto humanos como físicos, daquela região primária, rude, espantosa e bárbara. Não foi por outro motivo que o crítico Sérgio Milliet pode encontrar elementos para dizer, falando de *Marajó* também passado no mesmo cenário, pequeno e primitivo, de um lugarejo da ilha que deu nome ao romance: *Marajó* é um belo romance, pois ninguém melhor que Dalcídio Jurandir nos comunica a sensação de deserto, do lodo, do calor deliquescente, daquela imensa solidão de nuvens baixas e verdes malhadas que é Marajó. O estilo empolga, com as suas asperezas, seus regionalismos, suas soluções poéticas de um primitivismo expressivo, suas ausências de malícia.

Pegando apenas uma cédula viva daquele organismo imenso, isolando um glóbulo naquele sangue de glóbulos tão escassos, pode o autor, tal como o laboratorista, examiná-lo em todos os seus aspectos, mantê-lo sob a pesquisa poderosa de seu microscópio. E, como cada célula, é uma síntese do conjunto.

Autor: Álvaro Augusto Lopes  
 Título da crítica: *Três casas e um rio*  
 Periódico: *Tribuna de Santos*  
 Local e data: Santos, 1958

---

*Três casas e um rio* – romance – Dalcídio Jurandir –  
 Livraria Martins Editora – São Paulo

Este romance *Três casas e um rio*, com os dois outros anteriores, *Chove nos Campos de Cachoeira* e *Marajó*, constitui trilogia novelesca a respeito da gente e da terra da ilha marajoara, que o Sr. Dalcídio Jurandir vem escrevendo, com riqueza de pormenores inéditos, bem observados. É, como bem fez notar o crítico Floriano Gonçalves, “uma contribuição nova para o romance no Brasil”. Permite-nos aditar que essa renovação se faz mister na hora em que os temas cíclicos, à feição dos nordestinos, parecem definitivamente esgotados.

Enamorado pela natureza daquela região, este escritor paraense é um visual que sabe realçar a minúcia pitoresca, peculiar do rincão descrito. Contudo, não abusa do regionalismo, não exhibe excessos de cor local, nem deforma a fisionomia dos tipos apresentados, com o seu linguajar adequado. Pintando costumes, crenças, “tabus” ou tradições nutridas do mais genuíno documentário folclórico, evita o artifício fato episódico, fabricado para armar efeito. As suas criaturas, assim, se apresentam simples, humanas, bastante naturais, dentro de situações perfeitamente verossímeis.

As três figuras centrais – o menino Alfredo, a mãe e Lucíola – impõem-se logo à nossa simpatia e interesse, passando a viver ante nossos olhos como pessoas conhecidas. Com elementos singelos, sem complicações de urdidura novelesca, o autor nos escreve pequeno drama familiar, a evoluir levemente para um desfecho a que não falta a beleza de simbolismo delicado. O ambiente rural duma fazenda, emoldurado pela beleza da paisagem grandiosa, concorre para impregnar a narrativa com certa poesia sutil, a que não é estranho o estilo plástico e rítmico do ficcionista.

Crendices e práticas supersticiosas pontilham o relato das ocorrências triviais, amenizando-lhes a possível monotonia, com um pouco de mistério, esbatendo os contornos duma realidade muito crua. Mas o rio da região, espécie de nume tutelar e entidade caprichosa, ao mesmo tempo, com suas insídias traiçoeiras – águas em que se ocultam monstros ou duendes travessos – é convite para o sonho, para a evasão do devaneio, cujo contágio o jovem Alfredo experimenta, numa ânsia constante de ir para longe, ver outras margens, outros sítios por ele banhados. Para aquele povo crédulo, os fenômenos inexplicáveis, como a “pororoca” assumem aspectos nítidos de manifestações animistas. Os próprios bichos, como o búfalo doméstico, se transformam em seres protetores, que se veneram, à maneira das vilas distantes da Índia.

Evocando talvez reminiscências autobiográficas, o autor atingiu, neste livro, a plena maturidade mental, com o aperfeiçoamento duma técnica sóbria e equilibrada. Desapareceram cacoetes e baldas dos livros precedentes, dominando a linguagem com segurança, para vestir pensamentos sempre claros. Tem ao alcance da arte criadora, o opulento material que é o estudo da vida rústica do Extremo-Norte do país – e assim, não lhe minguando vontade nem tempo, há de nos propiciar a leitura de livros fortes e saborosos, como este de agora.

Autor: Guilherme Galliano  
 Título da crítica: *Três casas e um rio*  
 Periódico: não identificado  
 Local e data: local não identificado, 1958

---

Após longo período de inatividade literária, Dalcídio Jurandir retorna à ficção, com um novo romance da vida marajoara. Bem recebido pela crítica em sua estreia, *Chove nos campos de Cachoeira*, como também aplaudido em seu segundo livro *Marajó*, o escritor paraense veio agora confirmar definitivamente as suas possibilidades com este novo romance, *Três casas e um rio*, recentemente lançado pela Editora Martins.

Voltando ao tema de seus livros anteriores, Dalcídio Jurandir mostrou não ter esgotado a sua reserva de reminiscência da terra natal. Está ainda presente em seus olhos o drama das populações ribeirinhas, a existência amarga daqueles que se debatem entre os fantasmas de uma vaga esperança no futuro. Observador arguto e minucioso da realidade, o autor pode, apesar disso, trabalhar o material bruto de suas experiências humanas e moldá-lo à sua vontade em páginas de autêntica ficção. Nisso, talvez, resida a principal qualidade de *Três casas e um rio*. Romance evidentemente elaborado para transmitir uma mensagem “participante”, em nenhum dos seus capítulos encontramos qualquer deslize ou concessão que se aproxime ao panfleto político, tão comum em livros desse gênero. Não há dúvidas que *Três casas e um rio* é um romance “interessado” na existência social do homem, mas o seu “protesto” afasta-se das fórmulas e soluções pré-estabelecidas, bafejando-se de sentimento verdadeiro ao entrar em contato com os personagens mais simples.

Mas, para que isso fosse obtido, acreditamos ter o romancista realizado um esforço que demandou tempo. Somente a maturidade intelectual e a meditação sobre a arte e os destinos da literatura, poderiam determinar a pureza de tratamento que o escritor chegou a alcançar nesta última obra. Ao verificar que a sua mensagem extravasava os estreitos limites de uma solução literária específica – pois transbordava a rigidez de um objetivismo simplório, ao mesmo tempo que se condensava ante a amplitude de um complexo subjetivismo – resolveu adotar uma atitude eclética. Ao elaborar o seu romance, mesclou várias técnicas conhecidas. Foi desde o romance sociológico até o psicológico, para reforçar os “objetos” que pretendia descrever. E assim o fez, sem afastar-se nunca da realidade mais crua.

O elemento de tradicional realismo é outro traço a ser apontado em *Três casas e um rio*. Logo às primeiras páginas somos introduzidos ao ambiente que nos acompanhará por todo o livro. Descrições de locais, figuras e acessórios, colocam o leitor na posição ideal de quem tudo vê e tudo sabe na complexidade do drama que se desenrola. Mas isso não quer dizer que não vivamos a intensidade dos problemas apresentados. Rio e casas, homens e bichos, comovem com a ação dos seus menores movimentos, sempre condicionados à terrível paisagem exterior que os domina.

O velho major Alberto, Edmundo e seu búfalo, Alfredo, Lucíola, o rio Arari e a presença constante da morte, são personagens igualmente verídicas, autênticas em força e expressividade. Elas surgem com naturalidade do panorama triste e simbólico de Cachoeira, em lugar onde se vive na presença de algo que já “passou” e que, contudo, ainda impede o acesso ao “futuro”. Nada acontece por fatalidade em Cachoeira, as situações são impostas pela existência de um sistema social atuante embora retrógrado e degenerado.

Uma única observação faríamos a este bom romance de Dalcídio Jurandir (um dos melhores lançamentos do ano). É o que diz respeito à minuciosa descrição de certos trechos, obsoletamente desnecessária no conjunto do livro. São momentos em que temos a impressão de que o autor, satisfeito, confere mesmo pela abundante anotação, deixou-se levar pelo

detalhe, esquecendo a unidade do todo, muito mais importante e muito mais rica de sugestão e contundência.

Autor: Sérgio Milliet<sup>29</sup>

Título da crítica: *Três casas e um rio*

Periódico: *O Estado de São Paulo*, publicado na Coluna: “Vida intelectual”

Local e data: São Paulo, maio de 1958

Sempre apreciei os romances de Dalcídio Jurandir pelo seu sabor regional. *Marajó e Chove nos campos de Cachoeira* deram-me outrora uma ideia muito nítida da vida no Amazonas, ideia que vai confirmada bem mais tarde ao visitar o Norte. Solidão, homens perdidos na lama, e animais como que se liquefazendo entre a água imensa e as nuvens baixas ameaçadoras. Nesse mundo em decomposição, ocorre uma vida obscura em lenta e confusa borbulhagem, alicerçada, toda, em reações psicológicas estranhas a nossos olhos sulinos.

Dalcídio Jurandir é um observador agudo e cuidadoso, a quem nada escapa e que sabe contar tudo que viu, ouviu ou viveu. Talvez até se lhe possa censurar a excessiva preocupação com o pormenor, o desejo de não perder uma cena, por insignificante que seja, do drama de seus personagens. Isso o induz a uma prolixidade prejudicial ao enredo embora do maior interesse para a criação da atmosfera amazônica.

Em *Três casas e um rio*, seu novo romance, às atribuições do menino Alfredo, herói principal da narrativa, juntam-se as histórias assaz complicadas de outras muitas personagens e, mais ainda, lendas e costumes da região. É todo um panorama etnográfico e social da Amazônia, todo um levantamento dos seus traços culturais. É toda uma página de geografia humana.

A ação é lenta e soturna, com rasgos repentinos de violência. As paixões amadurecem de repente, mas os atos tardam às vezes para se desencadear com maior força após longa espera do momento azado.

O estilo de Dalcídio Jurandir vale como expressão autêntica do meio. Sem se valer em demasia de um vocabulário regionalista, antes escrevendo numa língua ao alcance de qualquer leitor, consegue Dalcídio Jurandir os efeitos mais adequados ao objetivo de mostrar-nos com fidelidade o homem do “Extremo Norte” dentro de seu habitat. Seu esforço literário não se apoia propriamente na riqueza da frase e do vocábulo, mas na sugestão das situações. Não há rebuscamento estilístico, há depuração e verdade. O pitoresco de que poderia tirar partido (o caso da jiboia, por exemplo, ou do búfalo, domado pelo fazendeiro) é usado com discrição, em nenhum momento o supérfluo se sobrepõe ao essencial.

Cumprir ainda frisar que, podendo explorar com acentos demagógicos o drama da miséria e do abandono em que vivem os seus heróis, nunca sai o romancista de sua sobriedade. Seu realismo não descamba jamais para a retórica em que se espojaram numerosos de escrever “romances sociais” impressionantes...

*Três casas e um rio* é um bom romance de um escritor honesto, talentoso, e que vem realizando uma obra importante. S. M.

<sup>29</sup> “Sérgio Milliet (1898-1996)[...] estreou como poeta de formação e língua francesa, já moderno antes de 22 [...]. Mas foi como crítico de poesia e pintura que se fez presente na vida cultural do país (BOSI, 1997, p. 424-425).

Autor: Antônio José  
Título da crítica: Bilhete carioca  
Periódico: *Última Hora*  
Local e data: São Paulo, junho de 1958

---

Há muitos romances de que somos tentados a contar a história secreta. Aqui está um deles diante de nós. Chama-se *Três casas e um rio* e seu autor é Dalcídio Jurandir. Mas não, leitor curioso, não vamos devassar excitantes mistérios literários. Apenas, para erguer uma ponta do véu que encobre essas sagradas intimidades da criação, diremos que é um livro intensamente sofrido, e que a sua história, a série de obstáculos que o autor precisou de enfrentar, não deriva apenas de vicissitudes pessoais, mas participa dos dramas e tormentos da consciência social em nossa época.

– Então, mais um livro social? – Perguntará o leitor distraído.

Esperem um pouco! Social não poderia deixar de ser um romance que desenrola entre personagens perdidos na Amazônia: social é de resto todo romance, já que no romance vivem homens, e o homem como dizia mestre Machado de Assis, é um produto das relações sociais. Não é ao tema ou ao conteúdo desse romance que nos referimos, mas à participação do seu autor nas inquietações sociais da época.

Dalcídio Jurandir, escritor é homem “engagé”, trazia consigo a missão de contar à gente brasileira as suas histórias do “Extremo Norte”, as histórias de sua infância, do rio e das lendas daquela humanidade obscura. Sua atividade como jornalista e publicista o desviou por algum tempo dessa “encomenda” irrecusável. Atendeu a outras encomendas, cuja premência lhe parecia maior. Subestimou, talvez, a sua mensagem íntima. Foi procurar como romancista, inspiração em acontecimentos e choques sociais mais diretos, mas sobre os quais a sua garra não se fixaria com a mesma força. Um grande tempo perdido.

Contar o drama do “Extremo Norte” era para Dalcídio Jurandir uma inelutável necessidade de recuperação. E assim é que um dia ele se voltou para o seu tema interrompido. Voltou-se com uma paixão comovente, com uma fúria de não querer enxergar mais nada em redor. O resultado foi esse livro que aí está. Um romance minuciosamente trabalhado, feito com ardor e rigorosa consciência artística; um testemunho autêntico: uma obra que nasceu para ficar incorporada à literatura brasileira.

Autor: não identificado  
Título da crítica: Um romance da vida amazônica  
Periódico: *Folha da Manhã*  
Local e data: São Paulo, 6 de junho de 1958

---

O terceiro romance de Dalcídio Jurandir fixando o homem e o meio ambiente na vida amazônica acaba de ser publicado pela Livraria Martins Editora, com capa de Portinari, sob o título de *Três casas e um rio*. Este novo romance amplia e aperfeiçoa, como documento humano e literário, o caminho iniciado pelo autor com os romances *Chove nos campos de Cachoeira* (Prêmio Vecchi do Jornal “Dom Casmurro”, 1941), e *Marajó*, fixando quadros e episódios da vida amazônica, com o objetivo de realizar uma série de obras sobre o “Extremo Norte” brasileiro. A crítica já observou, quando do aparecimento dos dois primeiros livros, e particularmente quanto ao segundo, que Dalcídio Jurandir não apenas é um ficcionista que cria livremente. Atem-se à verdade da paisagem que enquadra em seus livros, proporcionando dessa forma, também, segura informação etnográfica. Assim é que Luís da Câmara Cascudo pode dizer que *Marajó* que era um volume construído “com a verdade cotidiana, com a paisagem exata”. O novo romance de Dalcídio Jurandir, *Três casas e um rio*, retomando alguns personagens de *Chove nos campos de Cachoeira*, mantém-se fiel ao espírito dos livros anteriores, fixando aspectos históricos, etnográficos e lendários das margens do rio Arari de mistura com as contradições da natureza humana. Em *Três casas e um rio* Dalcídio Jurandir “busca transmitir o que sabe das criaturas humanas, colocando-se dentro delas, servido por sua experiência de romancista e pelas múltiplas imagens com que interpreta o mundo e com que vem levantando, através da ficção, um panorama da vida social na Amazônia”.

Autor: Jorge Amado  
Título da crítica: Livros a mãos cheias  
Periódico: não identificado  
Local e data: local não identificado, 1958

---

Há muito dias um grande editor paulista afirmou que jamais se vendeu tanto livro no Brasil, jamais se publicou tanto. Multiplica-se cada dia o público, cresce em força a literatura brasileira. Constatação alegre, verdade de que nos orgulhamos. Com o crescimento do país, cresce a cultura, a sede e a fome de leitura, criam-se as condições para as tarefas da literatura e da arte. Estamos no mês de setembro, faltam ainda quatro para terminar o ano. E, no entanto, já podemos afirmar que 1958 é um ano excepcional em nossa literatura.

Ano do romance sobretudo, dizem os críticos. Realmente o romance, que parecia afogado sob a maré de volume de contos, retornou triunfante. Basta citar alguns títulos. Dalcídio Jurandir, após doze anos de silêncio, publica *Três casas e um rio*, onde nos traça um panorama amazônico cheio de grandeza e doçura, com águas profundas, florestas, mulheres e homens e sonhos de crianças, admiráveis crianças. Com mistério e verdade. Esse romance lembra-me certas músicas tocadas em órgãos, lentas e profundas. Uma romancista de São Paulo, Maslowa Gomes Venturi, que vem se afirmando a cada livro, dá-nos um romance de qualidade: *Terra de Deus*. Breve e belo é o romance de Ascendino Leite, *O salto mortal*, livro perturbador e denso. Volta ao romance Nestor Duarte, o mais baiano dos baianos, com *Tempos temerários*, tentando deslindar um drama de nossa época, João Felício dos Santos aborda em *João Abade* o tema ambicioso de Canudos. Pode-se não estar de acordo com a visão do drama do cangaço exposta pelo romancista, mas não se pode negar o muito que ele traz de novo e surpreendente, e duvido que alguém largue o livro depois de iniciar sua leitura. Que elogio maior para um romancista? Novos romances de Otávio de Faria, de Ondina Ferreira, de Geraldo Santos, primeiros romances de Rossine Camargo Guarniere, de Ribamar Gaiza, de Carlos Heitor Cony. Além da reedição em um volume, feita por Aguilar, dos quatro romances de Cornélio Pena e a reedição tão necessária de *Safra*, de Abguar Bastos. Realmente um ano excepcional em nosso romance. Sem falar nos livros ainda anunciados...

Ao lado da afirmação espetacular do romance, temos em 1958 igualmente um ano de teatro. O público de teatro cresce não só nas bilheterias, mas também nas livrarias. A Editora Agir publica uma excelente coleção de peças, onde *O Auto da compadecida* brilha como uma revolução em nossa literatura teatral. Rachel de Queiroz publica sua segunda peça: *A beata Maria do Egito*, um dos livros mais belos já nascidos no Nordeste. Não sei de cena de amor mais densa e patética que a da posse de beata pelo tenente. Zora Seljan mergulhou no mundo poético dos negros baianos e revelou com as *3 Mulheres de Xangô* algo de novo em nosso teatro, peças que têm drama e poesia, balé e música, algo profundamente brasileiro e original. Penso que, quando qualquer dessas peças acontecer num palco, teremos um sucesso enorme a registrar. Meus filhos deliciam-se com o *Teatro infantil* de Lucia Benedetti e com ele delicio-me também. Pola Rezenda, escultora conhecida, reúne em livro suas peças de teatro. Heloísa Maranhão, após o sucesso no palco do Municipal, dá-nos em volume sua magnífica *Paixão da terra*. E para não falar somente de peças de mulheres registremos aparecimento em volume de *Vila de prata*, de Edmundo Moniz, infatigável trabalhador do nosso teatro, dono de todos os conhecimentos do gênero.

Ano também de bons livros de viagem. Outra escultora mundialmente famosa, Maria Martins, foi à China e nos trouxe esse esplêndido *Ásia maior* onde desvenda para os brasileiros o mistério do “planeta China”. Um moço baiano, Flávio Costa, publica um livro delicioso, crônica do cotidiano e viva reportagem nas terras *Além das torres do Kremlin*.

Jurema Yari Finamour, autora de um livro de sucesso sobre a China, publica agora um volume sobre a distante Coréia, feito de ternura e admiração.

Livro também de ternura e de amor, é o de Darwin Brandão e Mota e Silva sobre nossa cidade de Salvador. Carlos Bastos iluminou, com sua arte, esse guia das formosuras da Bahia. Onestaldo de Penafort, eminente poeta, publica um pequeno grande livro, obra prima de memorialista, *Um rei da valsa*. E por falar em memórias, Gilberto Amado cresce ainda mais com o quarto volume de suas memórias: *Presença na política*. Escritor de extraordinária juventude, um mestre da vida e da alegria de viver.

Citei apenas uns quantos livros, muitos escaparam-me, sem dúvida. E entre eles importantes reedições. Termino com a publicação do monumental *Ciclo do carro de bois no Brasil*, de Bernardino de Souza. Mestre Bernardino! Com que saudade o recordo! A ele devo muito do meu irredutível amor ao Brasil e à Bahia, e o revejo em meus dias de infância, no ginásio Ipiranga. Seu grande livro o traz novamente vivo e eu o fito com saudade.

---

#### **LINHA DO PARQUE**

De romance para romance, Dalcídio Jurandir vem apurando a sua técnica da criação romanesca. É um trabalhador honesto, empenhado em vencer as dificuldades que o gênero apresenta, sobretudo para quem se aventura em largos painéis. E é justamente em largo painel que devemos falar ante o seu último romance *Linha do parque*, ao qual se pode aplicar, sem exagero, a classificação de “roman-fleuve”. Depois de *Chove nos campos de Cachoeira*, obra de estreia, laureada num concurso instituído pelo semanário *Dom Casmurro*, em 1941; depois de *Marajó e Três casas e um rio*, romances cuja ação decorre na Amazônia, região que o autor conhece muito bem, já que ali nasceu e viveu até a primeira mocidade, ei-lo a transportar-nos para um ambiente completamente diverso: o Rio Grande do Sul. E isto porque vindo a conhecer essa nova área geográfica, sentiu decerto, de maneira imperiosa, a necessidade de transpor em termos de ficção o que ali presenciou e viveu. Não sabemos até onde subsiste algum conteúdo autobiográfico no romance. Mas Dalcídio Jurandir é desses romancistas que não inventam, limitando-se reconstruir artisticamente suas próprias experiências: *Linha do parque* possui, assim, um caráter documentário, sem que isto venha a colidir com o sentido artístico da obra. É um documentário do nosso tempo, vivo e humano. (Editora Vitória)

Autor: Heráclio Salles

Título da crítica: *Três casas e um rio*

Periódico: Revista *Mundo Ilustrado*, publicado na Coluna: “Literatura”

Local e data: local não identificado, julho de 1958

Reencontramos neste novo livro do Sr. Dalcídio Jurandir, *Três casas e um rio* (Livraria Martins Editora), as melhores qualidades apontadas nos dois anteriores, acrescidas de experiência nova e de uma impressão de maturidade atingida pelo escritor em dez anos de meditação sobre a arte e o destino do romance. Digo “arte” e não “técnica”, porque o romancista não se contenta, aqui, com uma determinada técnica, preferindo um tratamento múltiplo do material romanesco que resulta na fusão de várias técnicas; a do romance “sociológico” de “boa e segura informação etnográfica” como queria o Sr. Luís da Câmara Cascudo, anotando *Marajó*, a do romance “psicológico”, voltado para análise isolada do indivíduo, a do romance “de costumes”, com a reconstituição linear da vida coletiva, e também do romance dito “neorrealista”, em que se produz a integração da personagem entre os “objetos” que condicionam a sua realidade exterior. Os sinais dessa última são evidentes no curso do romance. O rio Arari, a impressora do major Alberto, os bichos e até o assoalho da casa plantada nos aguaçais adquirem condições de vivências e disputam com as pessoas o primeiro plano do livro: “Menino e rio continuam se espiando” na página 11. E na página 13: “O impressor olhou o teto por acaso e deu com os ratos que o espiavam. Nesse momento, eles admiravam-lhe a calva semelhante ao queijo visto há dias no armário de despensa”.

À página 68, de uma beleza imprevista e macabra, até os cadáveres, tão numerosos na vilazinha dominada pela presença da morte, voltam a circular na imaginação do menino Alfredo: “Por certo os cadáveres saíam pelo portão, dispersavam-se pelo campo, chocando-se nas cercas do dr. Lustosa. Procuravam voltar às suas casas, batendo embaixo do soalho, ganhando o rio, rodando no redemoinho da corrente, atacados pelo cardume das piranhas, enrolados pelas sucurijus, repelidos pelos jacarés. Encontravam botos que se afligiam para salvá-los e se esforçavam em atirá-los no mangal da beirada. “Um dos elementos que poderiam ser pesquisados neste livro é justamente a presença da morte, não como signo do destino último do homem, nem como resultado de reflexões metafísicas, mas a morte “determinada” pelas condições de existência de uma comunidade abandonada aos “misteriosos elementos da água e da selva” – a morte que lhe recolhe o protesto da vida.

Símbolo desse protesto é o episódio pungente em que uma mulher grávida vai procurar a parteira com o filho agonizante nos braços: “Na tolda, enquanto o filho mais velho, de 12 anos e nu, empurrava a montaria a vara, nhá Porcina sentiu a primeira dôr do parto e estava imensa como a chuva que caía. Quando chegaram à barraca, d. Amélia, pisando o jirau já com o defuntinho no braço, sob a chuva, mandou de volta a montaria para buscar nhá Bernarda a fim de pegar a tempo a criança que ia nascer”.

O romance está carregado de símbolos, embora o Sr. Dalcídio Jurandir tenha o bom gosto de não os impor nem forçar o seu aparecimento. Eles surgem naturalmente do quadro complexo e real da vida de Cachoeira, plantada no meio do tempo, entre um “passado” próximo e um “presente” ainda retido por ele, na dependência de sua destruição. Sobrevivências do período patriarcal entopem as vias de acesso ao futuro. A Casa Grande de Marinatambalo ergue-se como um espectro na paisagem humana da vila, inundada pelo rio que tudo engole e pelas lembranças do domínio de uma família que foi tragada pelo tempo mais ainda resiste, porque o tempo que a dispersou na lavoura e na morte, ainda não completou a sua obra. A população de Cachoeira, isolada do presente pela falta de progresso, continua dominada pelo espectro da Casa Grande. As “montarias” que sobem e descem o

Arari sugerem aos meninos a fuga para Belém, como única solução para o desespero da vida estagnada na febre e no desconforto dos aguçais. Este é, entretanto, apenas o “material” de que lançou mão o romancista para construir o seu novo romance. Não lhe deu tratamento de sociólogo, etnógrafo ou pregador político. Deu-lhe um sopro de vida, animou-o na nossa presença, indo aos extremos da verdade sem perder de vista a dignidade literária.

Fez um romance “interessado” no sentido mais nobre da expressão: interessado no destino do pequeno mundo que retratou, tocado de sentimento humano, de piedade e até de protesto, mas um protesto que não se traduz em termos de panfleto político, senão em termos de romance, um protesto que não é gritado pelo romancista, porém insinuado pela vida das personagens ao espírito, à sensibilidade e à compreensão estimulada do leitor. Tecnicamente seria lícito desejar que o Sr. Dalcídio Jurandir despojasse o livro de muitos episódios miúdos e desnecessários, que até de certo ponto comprometem o seu interesse nuclear e quase sacrificam a sua unidade interna, como seria desejável a eliminação das notas de rodapé de página, nas quais se esclarece, desnecessariamente, à maneira de verbetes de dicionário, o sentido de certas expressões peculiares à sua gostosa linguagem regional.

Autor: não identificado

Título da crítica: *Três casas e um rio*

Periódico: *Correio da Manhã*

Local e data: Rio de Janeiro, 5 de julho de 1958

---

Dalcídio Jurandir não é um romancista que viva cortejando o êxito em busca de um sucesso fácil. Sente-se nos seus romances, em primeiro lugar, uma arquitetura sólida, que não trai a improvisação; depois, uma indiscutível autenticidade. Filho da ilha de Marajó, conserva no espírito toda a herança telúrica do ambiente onde nasceu e onde viveu até a primeira mocidade. Pois muita gente há de recordar-se: foi em 1941, quando ainda se achava na província distante, que Dalcídio Jurandir escreveu o seu primeiro romance: *Chove nos campos de Cachoeira*, obtendo o Prêmio Vecchi, instituído pelo *Dom Casmurro*, e tornando-se, assim, de um momento para outro, conhecido em nosso ambiente intelectual. Desde então, vem ele trabalhando sem pressa, ao contrário de muita gente que se empenha em escrever um livro por ano. Daí o acabamento que se sente no seu romance hoje publicado, *Três casas e um rio*, no qual se coloca na mesma direção, fazendo uma espécie de crônica sentimental e social da vida amazônica. Com razão a considerava Câmara Cascudo o segundo romance de Dalcídio Jurandir *Marajó*, uma boa e segura fonte de informação etnográfica. Mas não se vá concluir por isso, que a obra do romancista paraense superestime o documento; ao contrário, o que nela prevalece, acima de tudo, é o “romance”, queremos dizer, o sentido estético, através do qual se manifesta o social. Em *Três casas e um rio*, temos várias histórias entrosadas de maneira a oferecer-nos uma espécie de rapsódia romanesca da ilha de Marajó. Como são várias as histórias, são também vários os personagens, conseguindo o autor movimentá-los numa sequência de episódios ritmados por aquele rio sempre a rolar, indiferente aos dramas que ao lado se consumam: a própria imagem da vida no seu fluxo eterno. Sem revelar inquietações de renovação técnica, este romance não deixa, entretanto, de oferecer-nos algo de novo.

Autor: Valdemar Cavalcanti

Título da crítica: *Três casas e um rio*

Periódico: *O Jornal*, publicado na Coluna: “Jornal Literário”

Local e data: Rio de Janeiro, 25 de julho de 1958

---

Não é só ao leitor comum de romance, mas também ao sociólogo e ao estudioso de problemas da vida brasileira que gostaria de chamar a atenção para o último livro de Dalcídio Jurandir, *Três casas e um rio* (Editora Livraria Martins). Um livro que, sendo de ficção, nos transmite imagens nítidas e fiéis da vida na área amazônica. Não é que o autor tenha tido em vista o plano de dar-nos um “documentário”, com critério rígido de objetividade interessado em fixar os seres, os bichos e as coisas, no ambiente próprio, com as cores, as linhas e os movimentos exatos, em prejuízo da parte inerente à obra de ficção e, portanto, da sua contribuição pessoal. Mas o certo é que ele soube habilmente ver, sentir e descrever a realidade do meio, sem que o elemento humano se perdesse no painel da natureza; sem que se dissolvesse a ação do romance no puro descritivo da paisagem – física ou social. Há que se reconhecer em Dalcídio Jurandir o esforço que ele empregou no sentido de fixar uma atmosfera típica com a tonalidade precisa, nunca procurando carregar a mão num ou noutro traço de drama, nem se intrometendo na teia da história. E isso com uma simplicidade e um senso de medida que é preciso louvar, já que em matéria de literatura amazônica sempre ocorre o perigo das pororocas – as pororocas literárias, que em geral vitimam antes os autores que os leitores.

Na ânsia de gravar melhor, como a água-forte, certos quadros, episódios ou fisionomias humanas, reconheço que às vezes Dalcídio Jurandir exagera um tanto na minúcia, quase a ponto de prejudicar o élan da narrativa, que é em geral intensa e forte. Tudo para que uma lenda, um hábito, uma peculiar maneira de falar, adquiram a necessária projeção como traços essenciais de um mapa etnográfico singular, tudo pelo empenho de autenticidade. Mas isso é quase nada diante da densidade de substância humana que caracteriza tantas de suas páginas nesse livro, cuja posição já pode ser definida na geografia literária do país.

Autor: Miécio Tati

Título da crítica: *Três casas e um rio*

Periódico: *Correio da Manhã*

Local e data: Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1958

---

Dalcídio Jurandir, silencioso, como romancista, desde 1947, ano da publicação de *Marajó*, volta agora com *Três casas e um rio* ao convívio do público, através de novo livro de tema marajoara, a que deverão seguir-se outros, já no prelo. Que não tardem esses romances de escritor de tanto mérito, se estiverem o mesmo encanto deste *Três casas e um rio*, modelo dos melhores da literatura da Amazônia.

*Três casas e um rio* é obra que nos atrai por diversas de suas facetas: apresenta-nos tipos humanos característicos da região em que geograficamente se situa, inadaptáveis a outros climas, romance de habitantes das margens dos rios e dos campos alagados, afeitos à convivência com uma fauna impossível (mulheres que admitem em suas casas jiboias enroscada nas traves do telhado), pés fincados nos tijucos, meio índios, meio negros, meio brancos, viventes de igarapés, transeuntes de caminhos encharcados e de areias gulosas; transmite-nos uma ambiência de realidade de mistura com um clima fundamente fantástico, de lendas de tal modo entrelaçadas ao destino dos homens que se fazem personagens atuantes; joga admiravelmente com toda uma riqueza de vocábulos da linguagem local, imprimindo à maneira literária do livro um acentuado e pitoresco colorido folclórico.

A este último propósito, consideramos dispensáveis as notas de pé de página em que o autor explica ao público não familiarizado com o vocabulário especial de Extremo-Norte uma ou outra palavra que emprega; a fazê-lo de modo completo teria de estender-se num não acabar de observações de tipo semelhante, no transcurso das quatro centenas de páginas do romance, recheadas de expressões regionais, de difícil entendimento para os leitores de outras zonas geográficas. A palavra “varanda”, por exemplo, vem justificada no correr do próprio texto: “... nome que se dá ao Extremo-Norte às salas de jantar” (o termo, todavia, com este mesmo sentido, aparece em outras zonas do Brasil, figurando, inclusive, no *Dialeto caipira*, de Amadeu Amaral). O sistema é condenável: não compete ao artista a explicação de seus processos de composição; cumpre apenas aplicá-los bem, de maneira a atingir os objetivos de expressão visados pelo autor. Que adianta explicar que “caturra” é um “pequeno besouro dos campos”, ou que “muçu” é uma “espécie de enguia”, “urutaí” uma ave noturna”, “pixuna” um “fruto silvestre”, se outras várias palavras emprega o romancista, que não sabemos o que significam? À primeira leitura, sem consulta a um glossário, que será “manival, moruré, malinando, xerimbabo, muruci, pipo, embuá, pupunha, biribá, bacobaco, paxiúba, brincar de juju, jitinho, pirizal, isguete, murumuru, apipinações, muxinga, mundiar, entonada, cú, falância, sajica, zuruó, pripioca, mutamba, baladeira, bagana, curica, matinta pereira, mondongo, terroadal, meuã, guíto, cuíra, pimbinha, tão zinha”, etc.? Tudo isso, pelo menos para os cariocas, é pouco mais que estrangeiro. Reconhecemos, não obstante, que Dalcídio Jurandir se utiliza desses termos, certamente comuns na linguagem local do Pará, com bastante habilidade, sem sacrifício da compreensão geral dos trechos em que figuram.

De qualquer forma, aos modismos vocabulares do autor, preferimos as construções especiais da fala viva do povo, com que enriquece a sua história, sempre expressivas e espontâneas: “queriam porque queriam ver o menino morto”, “tão sem bondades era, que dava gosto”. “Delabençoe... Delabençoe...”, “ver a pororoca grande é contar uma história mas senhora história”, “ele até que levou queixa de mim, mea mana” “me mandazinho um cheiro desse teu colégio”, “caiu tão pouco mas tão bastante, tão doendo em seu coração”, “e foi surpreendê-lo, tamanha uma hora da tarde”; ou a frequência do processo de duplicação dos

termos, com vistas a uma intensificação de sentido: “bancos lisos-lisos”, “julgou-se bôbo-bôbo”, “estou achando a minha filha mole-mole”, “os pais abençoaram muito-muito o filho que partia”, “quebrara a pucarina nova-nova”, “meu filho está frio-frio”, “não tem coragem pra nada-nada”, “andava impossível, dona-dona do chalé”, “mexeu-mexeu com a colher de pau”, “arraia grande-grande”.

Um dos achados de Mário de Andrade consistiu justamente em estilizar essa linguagem viva e dengosa do povo, chegando à verdadeira criação de toda uma “gramatiquinha da língua portuguesa”, que por sinal, dado o excesso cacoetes e seus imensos artifícios, não vingou. Dalcídio Jurandir, em algumas passagens do seu livro, lembra um pouco a maneira de contar e de fazer diálogos do autor de *Macunaíma*: “Como o rapaz pediu, a moça fez. Deixe estar que havia outra moça, de apelido Miúda, acompanhando todinho o namoro. Viu o jeito, já muito na vista, deles dançarem etc.” Momentos desse sabor não são raros em *Três casas e um rio*; frases e soluções literárias que seriam facilmente subscritas pelo pontífice maior de nosso Modernismo.

Dalcídio Jurandir é escritor brasileiríssimo e moderno: num estilo valorizado de surpresas, conta os casos de sua gente, aprofunda a psicologia de seus personagens (alguns deles verdadeiramente endiabrados, como a garota Andreza, espécie de malazartezinho de saias e o próprio menino Alfredo, figura central do romance – ambos, como tipos infantis, estranhos e meio adultos, certamente por influência da vida que são forçados a levar); entremeia em seu enredo principal episódios preciosos do fabulário regional ou cenas de notável valor folclórico (entre outras um boi-bumbá e uma cena de fogueira de São Marçal). Uma leve intromissão de problemas estranhos ao lugar e ao tempo em que se desenrola a trama (“bolchevismo” e “greves” distantes), reduzia a referências ocasionais, nem de leve compromete a autenticidade do quadro social e geográfico que o romancista traçou: tão só, por inoportuna, poderia dispensar-se. O principal é que o menino Alfredo lutará por libertar-se das miseráveis contingências da vida do chalé, encharcado de rio e envolvido no mistério e encantamento da natureza inculta circunstante. A tendência a essa fuga (que reflete o problema social do êxodo às regiões desfavorecidas do vasto interior amazônico) e o drama de Marinatambalo (fazenda em ruína), como o de Lucíola (maternidade frustrada), formam o âmago do livro – três casas em que vivem Lucíola, Edmundo, e Alfredo, todas elas dominadas por este outro personagem, fabuloso e real, implacável e onipresente, que é o “rio”. Com fundamento nesses temas centrais, Dalcídio Jurandir escreveu um dos melhores romances da literatura amazônica, e, pelo significado universal dos problemas humanos aí focalizados, um grande livro da moderna literatura brasileira.

Autor: Renard Perez

Título da crítica: *Três casas e um rio*

Periódico: *Diário de Notícias*

Local e data: Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1958

---

A impressão provocada pela leitura do terceiro romance de Dalcídio Jurandir – esse belo *Três casas e um rio* – lembra muito a que nos deixou o seu primeiro livro – *Chove nos campos de Cachoeira*, há doze anos atrás. É verdade que lemos agora o escritor com outros olhos, com bem mais serenidade, e não sabemos se hoje aquele romance de estreia teria ainda, sobre nós, o mesmo poder. Mas deste *Três casas e um rio*, nos vem idêntica sensação de força, de algo luxuriante e tropical, e ao mesmo tempo opressivo. Como em *Chove nos campos de Cachoeira*, a paisagem amazônica nos sugere com a sua desolada grandeza. E, como nele, as personagens, transcendem a sua aparente insignificância.

O livro conta a história de três casas à beira-rio (o Arari), no longínquo vilarejo de Cachoeira, em Marajó: o chalé do major Alberto, a casa de Lucíola, e a fazenda de Edmundo – e a intriga se processa na ligação que existe entre os seus moradores. Mas são nas figuras do chalé, que o escritor se detém com mais comovida ternura, principalmente na do pequeno Alfredo, e tudo gira em torno de sua vida – aquela detalhada reconstituição de uma infância – nas revelações, para ele, dos mistérios do mundo. E é no chalé ainda, que vive a grande personagem do romance – Amélia – figura rica, cheia de seiva, o próprio símbolo da cabocla amazônica: a mãe que Alfredo adorava, que era bela (embora o menino preferisse que fosse menos preta), com seus cheiros de infusões, obstinada e orgulhosa na sua condição de amásia do major Alberto.

O autor se aprofunda no estudo das almas da pequena família: o major e sua tipografia, dona Amélia, Mariinha, Alfredo com seus sonhos de ir embora para Belém, estudar no colégio. Detém-se nas histórias do preto Sebastião – tio de Alfredo e figura lírica aos seus olhos – que conhecia o mundo, viajara em gaiolas no Juruá, vira a pororoca, e que falava do universo mágico que se estendia além do pequeno rio. Descreve, amorosamente, a vida naquele pobre chalé – pobre para os outros, mas para o menino (e para o escritor) cheio de grandezas, porque tudo tinha seu poder e sua importância.

Em torno dessas personagens, desfilam os figurantes: dr. Bezerra, o intendente; Rodolfo, o tipógrafo; dona Violante, a costureira; Doduca - figuras pitorescas que se fixam com seus hábitos curiosos, suas ridículas discussões sobre uma política distante e, principalmente, Edmundo, Andreza e Lucíola, com o seu amor maternal por Alfredo, personagens cheias de vida, cujos pequenos dramas são poeticamente captados. E, como cenário, a presença da Amazônia, as águas do rio, as casinhas trepadas sobre estacas, a beleza semibárbara daquelas solidões de fim de mundo.

Numa bela linguagem Dalcídio Jurandir vai nos revelando o seu pequeno e modesto mundo, valorizando insignificâncias, enriquecendo o romance com as descrições dos festejos folclóricos [...].

A narrativa se desenvolve num crescendo suave, numa deliberada lentidão. Sem necessitar da utilização de truques, atinge o escritor momentos dramáticos, menos pela violência dos episódios, a se processarem quase com a naturalidade, do que pela atmosfera que os envolve. Toda a história é simples – como o são as personagens – e na completa “compreensão” daquela simplicidade é que está sua grandeza. E nos últimos capítulos quando o romance adquire uma maior intensidade na sequência progressiva da trama, esse clima alcança, então, o seu apogeu: a ida do menino para a fazenda, a tentativa de fuga para Belém, e os episódios finais – do casamento malogrado de Lucíola e de seu suicídio – e a mudança do

menino, enfim para Belém com a mãe – que é o fim do romance e de uma fase – mas não o fim de uma história, que será retomada em livros futuros.

É um livro que se lê devagar, apaixonado pelos detalhes, pela linguagem limpa e a viva adjetivação, que completam a ideia de vigor, de primitivo, apesar de sua poesia e da mediocridade daquelas vidas. E é um livro, principalmente, que deixa uma impressão funda – daqueles que, ao encerrar-se continuam vibrando dentro de nós.

Autor: Josué Montello  
Título da crítica: *Areia do tempo: três romances*  
Periódico: não identificado  
Local e data: local não identificado, 1959

---

São três romances sobre minha mesa: *A imaginária*, de Adalgisa Néri; *Linha do parque*, de Dalcídio Jurandir, e *O salto mortal*, de Ascendino Leite.

O primeiro e o terceiro, de feição introspectiva; o segundo, de expressão revolucionária, em termos de convulsão social. Um traço comum nos três livros: o desajustamento de seus personagens em face da vida.

Só o livro de Dalcídio Jurandir se distende num horizonte de esperança – a esperança de uma redenção coletiva, que é menos uma solução do romance que uma fórmula, por força de sua condição de ordem política.

Página a página, o romance de Adalgisa Néri ajusta-se à frase de Ibsen, que lhe serve de epígrafe: “O homem forte é o que fica só”. Neste livro, a solidão está longe de ser simples expediente romanesco; é a própria condição do destino pateticamente vivido que se reflete nos movimentos da narrativa. Há qualquer coisa de canto de pássaro cego no drama de *A imaginária* – canto de alguém que a vida cegou e que sai de si mesma na alegoria de seu canto.

Ascendino Leite pôs a imaginação onde Adalgisa Néri deixou a recriada em forma literária. E daí, em *O salto mortal*, a serenidade do narrador em visita à alma de seus personagens. O romancista assiste ao tormento dessas almas inquietas, mas o sofrimento a que assiste não é o seu próprio sofrimento. O ofício do narrador restringe-se ao papel de intermediário entre o drama do romance e a curiosidade do leitor. E Ascendino se desobriga desse nobre ofício com o senso da expressão exata que lhe dá ao período literário o sabor da forma vigilantemente depurada.

*Linha do parque* desloca Dalcídio Jurandir de seus horizontes amazônicos para as docas de Porto Alegre. No romancista paraense, o temperamento de ação política impõe-lhe à pena um claro rumo revolucionário. A rebelião está no seu espírito; o gosto da literatura romanesca, na sua vocação de homem de letras. A conciliação dessas duas direções – a política e a literária – está no sopro de insubmissão que lhe percorre os romances com a violência de uma rajada.

É Tácito quem conta, no livro primeiro de suas *Histórias*, que as tropas aguerridas de Fabius Valens irromperam em gritos de alegria ao ver uma águia docemente voando por cima dos batalhões em marcha. Havia ali – pensaram os soldados radiantes – um presságio infalível de vitória.

Soldado da revolução destacado na tropa literária, Dalcídio Jurandir vê a águia de Tácito voando sobre o seu batalhão. E é para contar-nos os acidentes da marcha de seus companheiros é o augúrio de esperança que os anima, que o romancista escreveu este seu novo livro.

Autor: não identificado

Título da crítica: *O livro do mês: Linha do parque*

Periódico: não identificado, publicado na coluna: "Leitura"

Local e data: Rio de Janeiro, 1959

---

Lançado pela "Editorial Vitória" com uma bela capa e planificação gráfica do pintor Carlos Seliar, *Linha do parque*, o novo romance de Dalcídio Jurandir, iniciou o ano literário no campo da ficção de maneira a mais auspiciosa. Romance de grande dimensão, social e gráfica (550 páginas), *Linha do parque* retrata personagens políticos e a vida revolucionária do porto internacional de Rio Grande, no Extremo-Sul, num período que abrange mais de 50 anos. Levanta-se nele todo um panorama da luta de ideias vivida por pessoas do povo, desde o anarquismo do fim do século passado até o comunismo, com suas lutas mais recentes, tudo isso na pequena cidade gaúcha com um reflexo do que vai pelo mundo. E não obstante a ingratidão do tema, Dalcídio Jurandir, soube e pode dar ao seu livro um sopro de vida, fixando com mestria as lutas, os problemas, a inquietação, os sonhos de justiça e de um mundo melhor que animam aquele punhado de pessoas perdidas num pequeno porto do Brasil.

Abstraindo o sentido político desta obra que pode sofrer controvérsia pelos que não o aceitam. *Linha do parque* é, literalmente, um livro maduro, um excelente romance. Pela linguagem, pelo romanesco, pelo levantamento e fixação de tipos. Deixando o seu "habitat" literário, que é a Amazônia, para ir ao extremo sul do país. Dalcídio Jurandir saiu-se muito bem, *Linha do parque* o demonstra.

Autor: J. Guimarães Menegale  
Título da crítica: Romance da inquietação social  
Periódico: *Revista Leitura*  
Local e data: Rio de Janeiro, 1959

---

Livro impressionante, *Linha do parque*, de Dalcídio Jurandir: pela motivação, pela triangulação, pela efabulação, pela narração. Seria torpeza intelectual qualificá-lo de obra sectária. Só a suspicácia policial (que não se confunde com perspicácia) farejada, nas quinhentas e tantas páginas do romance, literatura de compromisso, arte dirigida ou esforço de proselitismo. O ficcionista tomou de uma experiência histórica (um fenômeno, se lhe dermos a acepção kantiana) e explorou-a artisticamente. Fora plausível, até explicar que simplesmente a descreveu, se a obra de arte não implicasse mais que a operação reprodutora. Preconcepção ideológica – se é que há – não avassalou a efabulação. Tal é, com efeito, a objetividade do tema e sua exposição, que os menos suscetíveis de tendências revolucionárias, desde que apercebidos de sensibilidade e capacidade de observação, não desdenhariam, por princípio, desenvolvê-los em direção idêntica. Não se negará (seria tolice) a simpatia do autor pelos personagens, pela índole de sua participação nos acontecimentos ou pela significação humana que os acontecimentos encerram. Tanto quanto possível, contudo, a simpatia – quer dizer, a comunicação de ideias e de caracteres entre o romancista e seus figurantes – não lhe obstou a isenção. Pretendo, em suma, que autor algum, ao criar e elaborar *Linha do parque* ou seu equivalente, lograria fidelidade à própria obra se a criasse e elaborasse, de modo fundamentalmente diverso. Ora, tal sinceridade, garantia de seu merecimento, exclui intenções rebuçadas.

A inquietação social no Brasil manifestou-se, em fins do século passado, por assim dizer inconscientemente. Apenas a vida subalterna, aflitiva dos operários punha em contraste a existência regalada dos patrões, das classes favorecidas pelo dinheiro e pela política do Estado, forças gêmeas da opressão, a essa disparidade, agravada com a indiferença dos ricos pela sorte dos pobres, começou a assoprar no fundo das almas amarguradas a brasa da revolta. Por intermédio de adventícios – Iglézias, no romance – também operários, germinaram timidamente, logo rebentaram nas consciências, ainda que esparsas, ideias de vida melhor. Qualquer mudança valeria, se capaz de extinguir aquele sentimento de degradação da condição humana. Não eram então (exprimindo-nos com mais rigor) ideias: eram impulsos. Careciam de organicidade. Flutuou, enfim, na penumbra, uma bandeira de cores indecisas: a do anarquismo. Essa foi a cristalização inicial da ansiedade generalizada – e ainda assim, para a despreparação dos escravos do capital, constituía antes um apelo à reação contra o destino do que a implantação de uma doutrina. Os anarquistas madrugaram, pois no movimento social do Brasil, a um tempo em que não se definia sequer, entre nós, a noção de “massa”. Principiava a alastrar-se de tal jeito o apostolado individual, na ação de cada homem e de cada mulher, se bem que expansiva e comunicativa, com a pregação dos pioneiros, em geral iletrados, vagamente informados do romantismo social de Kropotkin, do neo-evangelismo de Tolstói, ou já da técnica soreliana. Mas vocações ardorosas e intrépidas, animadas na certeza da luta e do sacrifício. Não se conceberia entre eles, aquela época de bravura inocente, a repulsiva excrescência dos “pelegos” e mesmo a “politização” (ó palavra abominável!), que sobreveio na segunda fase, com a substituição do anarquismo pelo comunismo, não tinha ainda efeito de induzir os proselitistas ao abandono da forja, da escada do pedreiro ou da manipulação dos teares. Lutavam ao pé da máquina. A conspiração veio depois.

Dalcídio Jurandir, com poderoso senso das medidas da história, desmarcou a longa, turbulenta evolução do movimento social do país – eco inevitável dos fenômenos do mundo

contemporâneo – demarcou-a entre os prelúdios do século e os dias que passam. Veja-se, todavia, que não delineou ostensivamente o caminho das ideias: reproduziu, pode-se dizer dia a dia, ao longo de duas gerações, a tragédia anônima dos operários em choque com a exploração do trabalho humano. O caminho não é, logo se vê, de ideologias, senão de sofrimento, de heroísmo e de martírio. Comove ao extremo a resistência, o valor dos operários – homens e mulheres – humildes e humilhados, em conflito cotidiano, de fogo e sangue, com a sociedade opressora e, diretamente, com a polícia, função do Estado, a serviço, desde que o Estado é Estado, dos grupos ou castas dominantes. Dramatiza-o o romancista, sem a preocupação de teatralizar, e perpassam de onde em onde, da primeira à última página, toques de lirismo natural, porque os operários como quaisquer outros, amam e cultivam flores... Os personagens de Dalcídio Jurandir não são símbolos, são translações da realidade exterior para o mundo da ficção. Toda a grandeza humana, que se opõem à natureza e à sociedade, se personifica, de tal sorte, em criaturas pequeninas.

Como simples livro de ficção, *Linha do parque* tem a seu favor o talento do romancista, que interrompeu o ciclo nordestino de sua obra literária para uma diversão na área da questão social, sempre às voltas, assim, com o problema dos párias. Qualquer leitor se empolgará por essa história, que é a de uma tentativa obstinada de redenção humana, fervendo em corações rudes e valorosos. O friso das figuras – e são numerosos – embebe-se na retentiva da gente; a sequência, difícil pela extensão e acúmulo dos episódios, isto é, das partes do romance, é fluente, segura e lógica; a linguagem, banhada em fontes menos impuras do nacionalismo, está isenta dos indefensáveis abusos escatológicos, com que nos desagradam os corifeus do neorrealismo do Nordeste. Na parte final, rugem acordes de orquestração wagneriana, – é a marcha das operárias inermes, engrossada de rua em rua, em direitura à sede da União, com a intenção simplória de reabri-la, e destroçada a meio caminho pela ferocidade policial que se emboscara. Mas a metralha cessa, e o romance termina com uma gota de orvalho de fresca simplicidade, de lirismo amoroso, de fé ingênua no ideal, da bondade religiosa e eterna, sobre farrapos e poças de sangue. Termina, digo mal, a impressão é de que o romance não termina, – continua pela vida dura. Dalcídio Jurandir não se propôs testemunhar o sucesso ou fracasso de um movimento; evidentemente preferiu fixar o heroísmo da revolução e, em sua hipótese, para a obra de arte, não são as possibilidades de êxito que contam, mas aquilo que o movimento condensa de negação a um destino sem justiça imposto ao homem pelos homens.

Autor: Antônio Olinto

Título da crítica: *Linha do parque I e II*

Periódico: *O Globo*, na coluna: “A crítica da semana”

Local e data: Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1959

### *Linha do parque I*

O romance panorâmico não tem sido uma constante na ficção brasileira. Talvez porque nos falta maior perspectiva em relação a um país de grandes espaços vazios, de geografia ainda não conquistada. A arremetida de Erico Verissimo, em *O tempo e o vento*, constitui uma exceção em nosso estilo de romance. Devo chamar a atenção para o fato de que não é apenas panorâmica a narrativa que atravesse épocas e pessoas. Um Livro como *A barca dos sete lemes*, de Alves Redol, é panorâmico, apesar de ser a história de praticamente um único personagem. Costuma haver certa confusão entre adjetivos “panorâmico” e “social”, quando aplicados a romance. Os dois não são necessariamente sinônimos. “Panorama” se refere à visão, ao ângulo sob o qual determinada pessoa vê as coisas. “Social” já implica um enquadramento de interpretação. O francês usa a expressão “roman-fleuve” para assinalar âmbito mais largo de campo narrativo. O romance *The octopus*, de Frank Norris, publicado em 1901, um ano antes da morte prematura desse escritor norte-americano, constitui um bom exemplo de romance a um tempo panorâmico e social, na história da luta dos fazendeiros de trigo da Califórnia contra a estrada de ferro que os sufocava (a “Pacific Southwestern Railroad”).

Existe outro aspecto do romance que é o que me interessa aqui. Refiro-me à “literatura do mujique”, representada na Rússia pelos “romancistas do povo”, grupo de que Gorki foi o arauto. Há quem prefira classificar esse tipo de narrativa como “romance do proletariado”. Este é o primeiro rótulo que se pode colocar sobre *Linha do parque*, o mais recente romance de Dalcídio Jurandir. Quê faz aí o romancista paraense? Conta meio século de lutas de operários, no porto do Rio Grande. Desde os anarquistas de fins do século passado até os comunistas de depois da II Grande Guerra, o que aparece no romance é um choque de classes e a gradativa conquista de alguns direitos.

Dalcídio Jurandir, ao abandonar os temas amazônicos e buscar o outro extremo do país para lhe historiar as lutas sociais, revelou um denodo que não é próprio do romancista rotineiro. Somente um narrador de traços firmes conseguiria erguer esse mundo de lutas numa terra estranha à sua experiência. Esta, a primeira qualidade do novo livro de Dalcídio Jurandir.

O sentido panorâmico de *Linha do parque* é obtido através de descrições corridas, numa cavalgada de cenas e pessoas que dá, ao romance, um ritmo de larga beleza. Quando Iglézias chega ao Rio Grande, é o Brasil da época que o narrador faz reviver. A febre amarela no Brasil, a revolta da esquadra, as confusões dos primeiros anos da República, tudo isto se integra na vida do anarquista espanhol, que entra logo em contato com carroceiros, operários, estivadores, para o combate à pobreza. A técnica de narrativa de Dalcídio Jurandir se revela, na parte do romance que vai até às vésperas da revolução de 1930, de extraordinária objetividade. O estabelecimento da organização anarquista possui um sabor de coisa bem contada que põe, de súbito, esse trecho do livro num dos pontos mais altos que o nosso romance tem atingido. A fundação do grupo teatral, as discussões dos revolucionários, as primeiras greves, tudo isto se junta num bloco de estrutura solidamente erguida.

Há, contudo, desde o início de *Linha do parque*, um elo que falta. Na correria a que se atirou, Dalcídio Jurandir ficou detido em algumas contradições de concepção do romance. Talvez se possa explicar com mais precisão isto que considero um defeito do livro através da

distinção entre “redenção espiritual” e “redenção econômica”. Há valores morais ligados ao indivíduo, à pessoa humana, que estão em estreita união com os temas do destino do homem. Os grandes saltos, os gritos, do homem dentro do tempo, surgem desse bojo pessoal em que as experiências desejam superar a certeza do fim do corpo, e encontrar significados para a vida. A “redenção econômica”, geralmente de caráter coletivo, tem de assumir, num romance, tom de tese. É difícil fugir a essa condição. Se a “redenção econômica” exige armas e combates, precisa também de palavras de incentivo, de linhas de ação, de diretrizes organizadas.

O que Dalcídio Jurandir pretende é a “redenção econômica”. Sua gente segue, por isso, direções demasiadamente determinadas. Na parte em que faz história, a contradição de *Linha do parque* existe, mas se dilui num grupo de personagens bem nítidos. O anarquismo tinha muito de romântico. O início de *Linha do parque* consegue, assim, esconder os caminhos que o romancista deixa de fora. Os movimentos operários do porto do Rio Grande em fins do século passado, já ganharam aspecto de romance. Quando, porém, se aproxima do nosso tempo, a visão do romancista fica menor. É que aí os aspectos de “redenção espiritual” que, fracos, mas presentes, estavam na história de Iglézias e seus companheiros, deixam de existir nos momentos de ação política mais partidária.

Essa contradição – e as fraquezas a que o romancista é por ela levado – não chegam a destruir a força de *Linha do parque*. Quis acentuar o que acho o lado negativo do romance, porque, assim, o caminho que percorrerei no estudo de outros ângulos do livro ficará mais claro. Numa visão panorâmica de meio século, a partir de uma cidade do sul do país, Dalcídio Jurandir mostra, literariamente, a força da unidade do Brasil. O que conduz o romancista é uma ideia, um princípio de luta, e, para caracterizá-lo vai historiando trechos do avanço dessa ideia num tempo. O tom de tese poderia ter abalado os alicerces da narrativa. O simples fato de que o romancista tenha vencido, em inúmeros momentos do livro, o político, já torna válidas as arrancadas de *Linha do parque*.



### *Linha do parque* – II

O romance político está cheio de problemas. Talvez por existir, na caça ao poder, um germe de desintegração que acaba por atingir a narrativa. O outro lado da política seria o da busca da justiça e é aí que se situa o cerne do livro de Dalcídio Jurandir, *Linha do parque*. Justiça implica generosidade, mas nem sempre amor. E amor falta nesse romance. Não me refiro, naturalmente, ao amor convencional dos romances comuns. Martin Turnell possui um estudo sobre as relações entre amor e política, nos conflitos de ficção, e nele fala sobre as dificuldades de que os dois se misturem harmoniosamente. Vamos, contudo, supor que o romancista pretenda, apenas, prestar um depoimento, reconstituir, dentro dos princípios do romance panorâmico, uma época, e mostrar as excelências de uma tese. Talvez não precisasse, então, ir além dos movimentos de luta e de avanço de um grupo de personagens empenhados na defesa de uma filosofia política.

Nada existe, porém, sem o homem total. A velha interrogação de Sófocles, em *Édipo rei*, mantém hoje a mesma força de antigamente: “De que vale a nave, de que vale a torre, sem homens dentro, que as habitem?”. Querera isto dizer que a descrição de um movimento político fique despida, pelo simples fato de ser política, da força maior que um romance deva ter? Não. É que, no afã de realçar aspectos particulares da doutrina, o romancista esquece o homem, em sua busca – mais permanente – de um motivo para a vida. O romance católico,

por exemplo, também sofre às vezes desse mal, quando levado para o campo exclusivamente catequético ou dogmático. No caso de um François Mauriac – ou de um Graham Greene – o catolicismo existe, mas é muito forte nesses romancistas a fidelidade ao homem para que suas narrativas se subordinem à linha que seus autores procuram manter na vida.

Graham Greene chegou a dizer, num congresso de bispos realizado na Bélgica, que, para eles, não teria a menor importância o desaparecimento da Igreja visível de Cristo, porque isto não atingiria a verdade. Era o mesmo que um romancista político afirmar, num congresso realizado em Moscou, que a derrota do socialismo não atingiria a verdade da vida. Essa elasticidade de um homem dentro da sua tese influi no modo como ele realiza uma obra de arte. A palavra, aliás, não é bem “elasticidade”, o que daria a ideia de concessão, de compromisso com o oposto. O que aí acontece é uma tal certeza do homem nas forças da vida que não sente medo de que um inesperado da realidade venha abalar a linha de ação que se propôs.

Mesmo como depoimento, *Linha do parque* se cingiu a uma só direção. Passou do anarquismo ao comunismo e não registrou um movimento de tanta importância no Brasil com o trabalhismo, ou melhor, as reformas trabalhistas levadas a efeito exatamente por um político do Rio Grande do Sul, lugar em que decorre a maior parte da ação do romance. Aí, porém, não se pode dar regras ao romancista. Não é sobre o que ele não fez que o crítico pode entrar em longos comentários, porque isto seria, segundo a expressão de Huxley, discutir a “lana caprina” de um rebanho inexistente. O que me interessa é o que Dalcídio Jurandir fez. E como.

Talvez se encontre, em Stendhal, a mais segura tentativa de romance político. Porque *A cartuxa de Parma* é sem dúvida alguma, um livro de fundo político. A própria vida de Stendhal, de diplomata interessado em política, o levava ao terreno. Contudo, o criado de Julien Sorel era, acima de tudo, um estudioso do amor, um analista. E não podia deixar de sublinhar, no meio da mais intensa intriga política, a presença integradora do sentimento (contra a desintegração da política). Outro romance de Stendhal talvez seja exemplo mais nítido de seu modo de unir os lados da paixão humana. É *Lucien Leuwen*, em que a política francesa do próprio tempo de Stendhal aparece numa série de belas e seguras análises. A explicação, disto está, provavelmente, no fato de que Stendhal era um homem sem partido. Interpretando um trecho de *Lucien Leuwen*, que Stendhal compara dois políticos, afirma Martin Turnell que, para o romancista, “os políticos são aborrecidos e medíocres”. As eleições que Stendhal descreve são acontecimentos importantes na vida francesa de então, mas o romancista não abdica de seu poder de crítica para se entusiasmar pelo assunto.

Dalcídio Jurandir se aproxima, em partes do seu livro, de Stendhal. A técnica de descrição panorâmica (Fabrício na batalha de Waterloo, em *A cartuxa de Parma*), tem-na Dalcídio Jurandir em grau elevado (Iglézias na greve da cidade do Rio Grande, Osório em atividade nas ruas de Porto Alegre, Euclides no final do livro). O romancista não perde de vista o mundo particular que tenta colocar em palavras. E fica de fora. Embora muito dentro do romance, faz questão de não aparecer, de ser o romancista-câmara, o contemplador de uma série de acontecimentos. A sobriedade stendhaliana (particularmente difícil de ser mantida num romance revolucionário) também existe nesse romancista brasileiro. Depois de páginas e mais páginas conduzindo Iglézias pelas ruas da narrativa, um narrador menos vigoroso cairia na tentação de se estender sobre a morte do personagem ou, pelo menos, de tornar mais ostensivas as suas circunstâncias. Dalcídio Jurandir, não. Quando Iglézias morre, o leitor nem sente. Talvez seja preciso que avance mais algumas páginas, para se lembrar de que o personagem não mais existe. Então, voltará para descobrir como foi que Iglézias desaparecera.

Os personagens de *Linha do parque* às vezes se fundem um no outro. Maria parece continuar Joana, mas também se confunde com Marcela. É possível que Iglézias-Osório-

Euclides seja uma linhagem de ação que o romancista tenha querido manter no livro. Será um mal essa descaracterização dos personagens? Em geral, sim. No caso de *Linha do parque*, porém, Dalcídio Jurandir conseguiu, com ela, um belo efeito de continuidade. Os personagens se confundem, porque, no fundo, são os mesmos, desejam coisas parecidas, lutam pelo mesmo fim. É como se Iglézias não tivesse morrido. Nem Marcela. Nem outro personagem qualquer, porque o romancista não desejou apenas fixar gente, mas luta.

O problema da “literatura responsável” agita de vez em quando os escritores. Nos períodos de crise – econômica, política ou de inteligência – o homem tenta pôr limites a si mesmo. Inventava, então, que o escritor precisa de ser “responsável” pelo seu tempo, e deve retratar a realidade, e tem necessidade de se subordinar a determinados dogmas estéticos, e assim por diante. O romance de Stendhal provocou discussões assim. A literatura de Flaubert também. O importante, contudo, é sempre que o escritor supere as limitações do seu tempo. É na obra de arte que o homem se liberta das camadas demasiadamente temporais que o prendem, para as preocupações maiores do destino da humanidade. E o romancista consegue vencer o seu tempo retratando-o com força e verdade. Numa ordem diferente de considerações, podemos assinalar semelhanças entre *Linha do parque* e o *Doutor Jivago*. São romances que narram mais de meio século de vida de um país. Enquanto, porém, na Rússia, Pasternak procurava fugir às esquematizações e criar um personagem livre de compromissos com a política dominante, e preocupado com a liberdade espiritual do homem (é o caso da “redenção espiritual” de que falei sábado passado), Dalcídio Jurandir deseja apenas a “redenção econômica” e não dá, a seus personagens, os conflitos do homem, só, diante do nascimento e da morte.

*Linha do parque* é a mais séria tentativa já feita no Brasil de ser colocado em romance um movimento exclusivamente revolucionário. Com esse livro, Dalcídio Jurandir tornou a provar sua força de romancista. O que me parece defeito no romance vem mais de uma condição da tese que o autor procurou mostrar do que deficiência do romancista. *Linha do parque* resiste aos seus próprios defeitos.

Antônio Olinto

(*Linha do parque*, romance, Dalcídio Jurandir – Editorial Vitória, capa de Seliar, 1959, 549 páginas.)

Autor: Waldemar Batista de Sales  
 Título da crítica: *Linha do parque*  
 Periódico: não identificado  
 Local e data: Manaus, 19 de abril de 1959

---

O título não é muito sugestivo, mas nos dá a sensação de grandeza e extensão. Trata-se, na verdade, do último romance de Dalcídio Jurandir, da Editorial Vitória.

O escritor, nome conhecidíssimo nas letras nacionais, é paraense e vive, há muitos anos, no Rio de Janeiro. O autor de outros livros famosos, como *Chove nos campos de Cachoeira* e *Marajó*, está classificado entre os intelectuais progressistas do Brasil, escrevendo temas palpitantes, espelhando as lutas sociais e políticas do país.

Há em Dalcídio Jurandir, sem favor, aquela beleza de escritor enamorado da natureza, exprimindo sua sensibilidade com arte e elegância, mostrando aos leitores uma interpretação diferente da vida.

Literariamente, conforme explica a editora, *Linha do parque* é um romance “pensado e escrito em várias temporadas feitas pelo autor em 1950, 1951 e 1953. No Rio Grande do Sul”.

Disse antes, que Dalcídio Jurandir sabia expor suas ideias com arte e elegância. Criado no ambiente amazônico e acostumado às maravilhas da natureza, seus romances trazem o colorido das paisagens, mostrando o meio físico em que os personagens de suas histórias se movimentam, lutam, sofrem e vivem.

Sendo que, agora, conseqüentemente, a paisagem é a do Rio Grande do Sul, com xales, panos cardados, mulheres belas... E, entre mulheres belas, a luta do ser humano por melhores dias, melhores destinos, melhores salários. Na verdade, a luta do ser humano, à face da terra, não tem outro objetivo senão o de tornar a vida mais amena, suave, amenizada e suportável. Isto se não houvessem exploradores e explorados, capitalistas e assalariados.

Mas a conversa aí seria outra. E estamos apreciando, simplesmente um romance bonito, moderno, em linguagem acessível ao povo, mostrando as lutas do proletário no Brasil, suas vitórias e derrotas, seus avanços e recuos, diante dessa mesma sociedade em que vivemos e procuramos interpretar.

Dalcídio Jurandir, em *Linha do parque*, retrata as lutas nas fábricas e nas oficinas do trabalhador nacional, nos seus anseios de conquistar um lugar ao sol. E narra, p. 193: “Foi na casa de Iglézias a reunião. Por entre as velhas plantas do jardim, as violetas, as rosas amarelas, entravam os convidados. Sôbre o portão, na sombra fria, os jasmineiros constelavam-se de cachos e seu aroma entrava pela janela onde se debatia ao vento um resto de cortina. De chinelos, protegido por um colête, mostrando o ventre cheio, muito calvo, o velho recebia-os. Os convidados examinavam a sala, a estante com um volume de título bem visível “A origem das espécies”. Entre os retratos, via-se o de uma mulher com um laço de fita no cabelo. Seguia-se outra da mesma pessoa, agora de corpo inteiro, junto ao jarro de violetas. Adiante novamente a senhora, o busto negro, o rosto muito branco num penteado antigo. Sôbre a pequena mesa, o retrato do casal”.

A seguir o autor descreve outros pormenores, em linguagem cuidada e limpa, espelhando os anseios humanos nas fábricas, os trabalhadores organizando-se em sindicatos, procurando reivindicar direitos, dentro desta democracia liberal.

Claro que nestes comentários despretensiosos, não vamos fazer a crítica literária do livro, nem analisá-lo doutrinariamente. Estamos mostrando aos nossos leitores, residentes nesta cidade, o aparecimento de mais um livro de Dalcídio Jurandir, destinado ao mais franco sucesso. Sucesso não somente em consequência de sua imaginação fértil e criadora, como também pelos temas apresentados de reivindicações sociais no desenrolar do romance.

E o romance muitas vezes, é o espelho da própria vida.

Autor: Eneida de Moraes

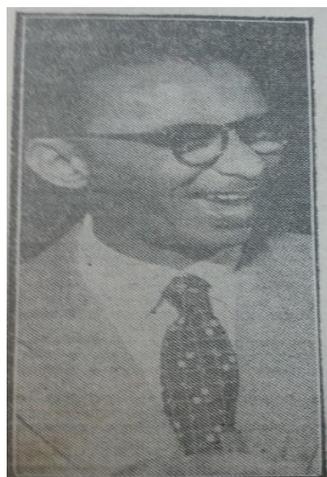
Título da crítica: *Belém do Grão-Pará*, de Dalcídio Jurandir

Periódico: *Diário de Notícias*, publicado na coluna: “Suplemento literário”

Local e data: Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1960

Uma conversa difícil – Nada de exército do Pará – A série de romances da terra natal – Afirmções (Entrevista literária de Eneida)

Dalcídio Jurandir veio do Pará e – sem ter a menor patente no Exército criado por Ovalle, Sérgio Buarque de Hollanda e Manuel Bandeira – tornou-se um romancista conhecido. Acaba de publicar neste momento, editado pela Martins de São Paulo (toda a obra de Dalcídio Jurandir é editada pela Martins) um romance intitulado *Belém do Grão-Pará*. É a história de uma família, os gordos Alcântaras que caíram quando caiu um oligarca paraense e que passaram a viver humildemente, eles que sabiam viver luxuosamente. Não falarei do enredo do livro; o leitor que procure conhecê-lo. Transmito hoje aqui uma conversa com Dalcídio Jurandir. Antes devo declarar que foi o que se pode chamar um bate papo difícil. Dalcídio Jurandir não acredita em propaganda de livro, não gosta de falar de si mesmo e quanto a dar seu retrato para ilustrar a entrevista, isso não!



Dalcídio Jurandir nunca viu esse retrato que pertence aos guardados da repórter. Ouviu uma história e deu a gargalhada, coisa rara nele.

**Vamos à conversa. Dalcídio Jurandir começou dizendo:**

– Toda a série de romances que estou escrevendo não é nada mais que o desenvolvimento dos temas apresentados ou esboçados em *Chove nos campos de Cachoeira*, aparecido em 1941. O plano da obra, já no sexto volume, e que deve ir ao décimo, é um pensamento da mocidade. A primeira versão do *Chove*, foi feita aos 20 anos. *Marajó* é dos meus 24 anos, reescrito aos 32, aqui no Rio. *Três casas e um rio*, foi escrito em 1948, sete anos sem editor. Em 1955, foi levado por Jorge Amado e José de Barros Martins que aceitou o risco e me estimulou o trabalho, agora ininterrupto. Fiz ainda, entre 1951 e 55, o *Linha do parque*, sobre trabalhadores da cidade do Rio Grande, onde passei umas temporadas, livro de muito amor e de uma definição, em termos de romance, que marca, sem rodeios e creio que por todo o resto de minha vida, o meu pensamento como escritor e como romancista.

**Difícil a entrevista. Puxa daqui e dali Dalcídio Jurandir continuou:**

– Há mais de trinta anos venho recolhendo e acumulando experiências, anotações, estudos, pesquisas, memória, imaginação, indagações, o faço ou não faço, no sentido da obra. Para um escritor pobre, que vende de mil a mil e quinhentos exemplares, sem vagares e ócios remunerados, o esforço é, às vezes de desesperar, de tão braçal e tão de graça, mas é ao mesmo tempo uma delícia, uma forma de satisfeita revolta contra o magro ganha-pão, o sucesso fácil, a cômoda posição pessoal no mundinho. Olho as pastas, os cadernos, o que tenho ainda a escrever, a domar, é um barro bruto, a quantidade.... Desanima. E logo fascina, dá o êxtase da concepção, de que falava Balzac, volto à febre numa espécie de severa e minuciosa ambição de levantar um quadro, pelo menos extenso, de trinta anos de Amazônia. Será um simples desperdício de papel e tinta, desalento e entusiasmos?

**A repórter conhece de há muitos anos o romancista Dalcídio Jurandir; sabe de seu amor pela sua terra e sua gente. Força-o a contar mais:**

– Todo o meu romance, distribuído, provavelmente, em dez volumes, é feito, na maior parte, da gente mais comum, tão ninguém, que é a minha criaturada grande de Marajó, Ilhas e Baixo Amazonas. Fui menino de beira rio, do meio do campo, banhista de igarapé. Passei a juventude do subúrbio de Belém, entre amigos nunca intelectuais, nos salões da melhor linhagem que são os clubinhos de gente da estiva e das oficinas, das docas e brabinhas namoradas que trabalhavam na fábrica. Um bom intelectual de cátedra alta diria: são as minhas essências, as minhas virtualidades. Eu digo tão simplesmente: é a farinha d'água dos meus beijos. Sou também um daqueles de lá, sempre fiz questão de não arredar o pé de minha origem e para isso, ou melhor, para enterrar o pé mais fundo, pude encontrar uma filiação ideológica que me dá razão. A esse pessoal miúdo que tento representar nos meus romances chamo de aristocracia de pé no chão. Modéstia à parte, se me coube um pouco de dom de escrever, se não fiquei por lá, pescador, barqueiro, vendedor de açaí no Ver-o-Peso, o pequenino dom eu recebo como um privilégio, uma responsabilidade assumida, para servir aos meus irmãos de igapó e barranco. As poucas letras que me cabem, faço tudo por merecê-las. Entre aquela gente tão sem nada, uma pequena vocação literária é coisa que não se bota fora. Se posso tocar viola, mesmo de orelha, tenho de tocar com ou por eles. A eles tenho de dar conta do encargo, bem ou mal, mas com obstinação e verdade. O leitor que acaso folheie um dos meus romances pode logo achar o estilo capenga, a técnica mal arranjada, a fantasia curta, mas tenha um pouco de paciência, preste atenção e escute um soluço, um canto, um gesto daquelas criaturas que procuro interpretar com os pobres recursos de que disponho.

– Em *Belém do Grão-Pará*, está muito do meu primeiro amor à cidade e um pouco do meu desprezo e enjoo pelo que a enfeia. Utilizei uma expressão, vamos dizer, mais limpa, mais aproximadamente adequada ao que tento comunicar. Em *Passagem dos inocentes* e *O ginásiano*<sup>30</sup>, àquele na editora e este já na metade, falo de Belém suburbana e assim são cidades diferentes que vejo e imagino.

**– Teus romances sempre tomam partido?**

Meus romances, sim, tomam partido. Sou pequeno escritor de estritos, indeclináveis compromissos. Estes me dão a liberdade, que necessito, pois ser um pouco livre é muito difícil. Minha visão do mundo não se inspira em Deus nem no demônio nem no bem nem no mal, mas nesta vida em movimento, em que há classes sociais em luta, etc. Precária e miúda, seja, mas me ajuda a ver homens, coisas, paixões, a História, o quotidiano anônimo, o efêmero, a eternidade... Eu me prezo, honradamente, de ser bem parcial. Objetividade, imparcialidade olímpica, não há, o Olimpo se mete em tudo, é só ver na *Ilíada*, ou na *Bíblia*, os deuses são da política mais rasgada, do puro campanário. Todo romancista não é político?

<sup>30</sup>O *ginásiano* foi publicado com o nome de *Primeira manhã*. (Nota minha).

O exemplo vem dos grandes, sempre interessados pelo homem, pelo destino da sociedade, por mil e uma formas ou aspectos da conduta do indivíduo e do homem. Três grandes políticos no romance moderno sob a absoluta aparência de artistas puros ou puros visionários: Kafka, Joyce, Faulkner. Já é uma banalidade dizer que é impossível a um romancista, o menos intemporal dos artistas, fugir do seu tempo. E intemporal, uma palavra, ela existe? Atrás dela pode estar o paraíso, ou a evasão mais sem vergonha. O que existe é o homem, terrestre, temporal como diabo, e está aí a sua grandeza.

**Em *Belém do Grão-Pará*, Dalcídio Jurandir dá além dos hábitos e costumes paraenses, o próprio linguajar de nossa gente. A conversa vai caindo nesse assunto, mas Dalcídio Jurandir está apressado, encerra a entrevista dizendo:**

– Tenho um tio em Cachoeira, no Marajó, barbeiro e cozinheiro, que se preza de um prato de sua apaixonada especialidade, o “picado fradesco”. Não tenho no romance as manhas e perícias que tem meu tio, na cozinha, mas vou fazendo a meu modo o meu picado fradesco.

É que meus amigos e meus companheiros muito me ajudam.

Autor: Álvaro Augusto Lopes  
Título da crítica: À margem dos livros  
Periódico: *A Cigarra*  
Local e data: Juiz de Fora, outubro de 1960

---

*Belém do Grão-Pará* – romance – Dalcídio Jurandir – Livraria Martins Editora – São Paulo.

O romance em cadeia, em série, ou seja, “cíclico”, tem no sr. Dalcídio Jurandir, escritor fecundo e vigoroso, um representante situado na extremidade setentrional do Brasil. Começado com o denominado *Chove nos campos de Cachoeira*, há quase duas décadas, prosseguido com o *Marajó*, a descrever mariscadores e vaqueiros da ilha marajoara, depois *Três casas e um rio*, *Linha do parque*, afinal o ciclo vem confluir neste que traz o nome da capital paraense, talvez para mais acentuar a mudança gradativa de ambiente, cada vez mais próximo da embocadura do rio-mar. Porque, em síntese, de livro para livro, perpassa a região da bacia amazônica, justificando o romance-fluvial – “le roman-fleuve” – que o ficcionista vem compondo, com a pertinência dum geógrafo ou ecólogo metucioso, cronista pitoresco e observador atento de costumes locais.

Da pacata e atrasada cidadezinha, onde chove continuamente, no inverno, causando inundações nas ruas tortuosas, essa “Cachoeira” inaugural da sequência romanesca, poucas reminiscências nos traz este volume tão nutrido com os precedentes, com exceção do personagem supérstite da história relatada ali – o Alfredo, o menino que partilhou com o quarentão Eutanázio, a honra de protagonista do relato do início. Porque, em síntese, ali havia duas histórias paralelas, a do garoto e a do adulto, oscilando ambas no entrelaçamento de episódios, movimentados com numerosa comparsaria masculina e feminina. Melhor se diria que os dois se perdiam, no meio de tanta gente, a falar, a discutir, a vibrar emotivamente, a pensar com agudeza, em meio dum clima tropical, ardente, ainda afastado da civilização litorânea.

Alfredo agora aparece, na próspera capital nortista, assombrado com o que vai descobrindo nesse novo mundo de progresso inaudito, para a sua mentalidade maleável como cera plástica. Vem de encomenda para a casa dos tios Alcântaras, família de burocratas cuja existência “classe-média”, – abastada, sem altos problemas econômicos, em tempo de vida barata e mesa farta, – se evidencia na obesidade coletiva dessa parentela. São todos gordos, alarmantemente destinados a arrebentar de apoplexia, por excesso de banhas ou acúmulo de tecidos adiposos, nos corpos disformes, redondos, ridículos.

Alfredo vem para o meio deles, com a sua timidez, seus recalques, para continuar estudos secundários. Os Alcântaras, oriundos de opulência em declínio, arrotam grandezas, através de alusões a bons tempos de prestígio e destaque social, quando os oligarcas Lemos cederam o poleiro do caciquismo a outros valores, tão venais e tacanhos quanto eles.

Na casa enorme, solarenga, onde rolam as enxundias do tio Virgílio, empregado na alfândega do Pará, da tia Inácia, boa senhora, mas de “maneiras” soltas, no linguajar típico, e a prima Emília, filha de ambos – o nosso Alfredo enceta vidinha nova, sob a opressiva lembrança da figura materna, que lhe amimara a infância. Mas a saudade não lhe impede a iniciação nas primeiras experiências fatais do sexo, no convívio com rapazes de sua idade, no grupo escolar, onde ingressa com interesse e curiosidade nos passeios sobre os trilhos do trem de ferro – seu prazer desconhecido em Cachoeira – no bulício movimentado da multidão em Ver-o-Peso.

O romance é longa debulha de cenas no lar e em torno das atividades sociais dessa família pequeno-burguesa paraense, em cujos segredos e intimidade o rapazinho provinciano mergulha. A época era de transição política e, naquele recanto longínquo do país, mais perto, por mar, de Lisboa do que do Rio de Janeiro, reboava a luta mesquinha produzida pelas misteriosas “cartas falsificadas”, atribuídas a Arthur Bernardes, em que se chamava de “sargentões” aos conspícuos generais do exército nacional. A revolta do Forte de Copacabana (1922), seria atualidade palpitante, para conversas ociosas – mas não teria outra repercussão naquele ponto afastado e remoto do centro. Assunto apenas para o bate-papo do comadrio caseiro, notando-se maior indignação por parte das mulheres, d. Inácia à frente.

Romance caudaloso, inçado de fatos miúdos, tem a particularidade singular da fala “brasileira” daqueles sítios, com seu sabor de regionalismo inconfundível, a contaminar o estilo do próprio autor. À feição dos anteriores, pululam os termos peculiares, nada encontradiços ao Sul do Brasil, característicos da fauna, flora, acidentes topográficos, peculiaridades culinárias, mesinhas, objetos, utensílios de uso doméstico, etc.

Nos solilóquios meditativos do personagem, com seu típico sotaque, repleto de solecismos crespos, o ficcionista dissimula-se, ausenta-se, deixando-o exprimir no seu vasconço natural. Eis um exemplo: “Sim, a madrinha-mãe talvez dispusesse de maiores, melhores e astuciosos recursos de tempêro, receita e alimentos, mais desembaraçada no preparo dum jantar de cerimônia, ganhando nos pratos finos. A mãe, porém, valha-nos Deus, que peixe o seu, a pescada desfiada no arroz, sem uma espinha, e no coco D. Inácia fazia igual? E meu São Benedito, os tucunarés assados, o acari de brasa dormido no tucupi, a dourada frita com farinha d’água? No pirão de farinha seca, naquele cozidão cearense, tinha sabedoria, algo secretamente da madrinha-mãe, dela só, e isso da parte de Alfredo merecia um respeito e um apetite de benza-te Deus. Nas comidas, d. Inácia mostrava o seu avêso, o manso, o acolhedor, a maciez de dentro dela, que ocultava, mas temperado com os seus caprichos, gôsto de ganhar no bicho, saudade do Lemismo, a orgulhosa satisfação de servir bem, exhibir competência. Seu Alcântara que o dissesse. O gordo comia como se boiasse a própria mulher.” ( p. 89).

O estilo do autor afina assim pelo subdialeto manco dos personagens, com erros crassos, propositais, como “levou êle”, “chamou ela”, “eivem o homem”, de envolta com os vocábulos dum glossário especial, que se omite, tais como xarão, maraximbé, tacacá, sururiju, carimó, molongo, etc. Superstições, credices, festas religiosas, procissões tradicionais, mesclam-se com aquele burburinho de existências obscuras, de que se destacam vários tipos bem acentuados de linhas, como a diabólica “Libânia”, o “Furacão”, “Mãe Ciana”, a tentadora “Dolores”, o velho “Lício” e outros.

O pedido de noivado de Emília, a longa desfilada processional, pela estrada de Nazaré, cheia de incidentes cômicos, no meio do povaréu beato – são trechos descritivos talvez algo estirados e cansativos, mas quadros perfeitos de vivência e verossimilhança, a pintar caracteres e paisagens, com mestria, em que se compraz a técnica pessoal deste escritor derramado, pouco sóbrio, mas bastante natural, espontâneo e humano. Afinal, neste *Belém do Grão-Pará*, elo duma grande cadeia romanesca, o personagem principal é a própria cidade nortista, com os seus aspectos paisagísticos, a intensidade urbana e trepidante de costumes, em que três raças diferentes se entrecruzam.

Autor: Adonias Filho  
Título da crítica: *Belém do Grão-Pará*  
Periódico: não identificado  
Local e data: local não identificado, 1960

---

O romance de um menino e uma cidade, e se a pergunta fosse feita, eu diria de *Belém do Grão-Pará*, de Dalcídio Jurandir. Parte de um ciclo novelístico, embora dispondo de autonomia, esse novo romance do “Extremo Norte” pode nos convencer de que o documentário é a consequência imediata da matéria ficcional. O documentarista, que há de figurar ao lado de Inglês de Souza, Gastão Cruls, Ferreira de Castro e Peregrino Júnior no círculo da temática amazônica, não tem como evitar a matéria ficcional na explosão de toda uma realidade. Costumes e condições sociais, situações humanas e normas de vida são captados, e na base mesma da matéria ficcional, sem que o documentário anule o romance em sua configuração própria.

A colocação exata, e o exemplo de que sempre ocorre com a novelística documentária – e não esqueçamos a ficção de guerra, o neorealismo norte-americano, o romance nordestino –, se traduz na fusão do documentário com o romance sem que este, sendo documentário, perca suas características de romance. É o romance, abstraindo o documentário, o que me interessa em *Belém do Grão-Pará*. O romance de um menino e uma cidade.

O menino descobre a cidade, pouco a pouco, hoje um jardim e uma rua, amanhã uma praça, como se se obstinasse em não ser a personagem exclusiva. Entre ele e a cidade – e Belém do Pará, talvez tenha aí seu melhor retrato –, no encontro que tantas vezes nos ocorre, o que se estabelece é uma narrativa cheia de vida, na base mesma da carga episódica. Nessa narrativa, e consequência das relações do menino com a cidade, o romance se faz numa espécie de círculos em intercurso. Em um círculo precisamente o da caracterização psicológica, o menino à sombra de toda sua humanidade refletida em pequenos problemas cotidianos. Em outro círculo, precisamente o descritivo, a cidade à sombra de toda sua aparição plástica em quadros paisagísticos. Seria fatal que a representação resultasse da fusão de dois círculos: o menino e a cidade.

E, se permanecermos atentos à representação para buscarmos o romancista, não tardaremos em identificar o autor de *Chove nos campos de Cachoeira* e de *Três casas e um rio*. O artesão não alterou a preocupação pelo detalhe, tudo registrando sem pressa, a montagem se erguendo sobre o mínimo. É quase um cronista com o propósito de não perder, na apreensão da vida provinciana, o menor pedaço ou o acontecimento mais oculto. Na linguagem que se enriquece com a própria fala do povo, em sua expressão tão direta quanto incisiva, percebe-se o romancista que trabalha com todos os sentidos numa distribuição igual de reações. Há cor, som e relevo na cidade que o menino descobre como “um aprendiz do mundo”. Em toda essa expansão, porém – que a ação episódica impede se converta em fotografia –, no coração mesmo desse espaço exterior, será inútil acrescentar ser o lado humano que domina. Basta dizer-se que é através dos olhos do menino, imagens por vezes oníricas em seus olhos, que vemos a cidade.

A cidade, é evidente, não subsistiria sem o menino. Em sua configuração como personagem, animando-o lentamente e situando-o a fundo como raiz e vértice do romance, Dalcídio Jurandir não ignora que, frente à cidade, há uma percepção infantil. Esse menino, que vale como um caráter, move em suas relações humanas com os valores infantis mais flagrantes. Vê-lo nos episódios é apanhar toda a sua percepção. O romancista, aliás, em *Belém do Grão-Pará*, se entremostra uma preferência, esta é pela criança. Andreza, apenas sugerida na evocação do menino, é um exemplo. E outro exemplo é Libânia, sua vivacidade nos

conquistando, tão presente em seu “rosto agressivo nas suas amêndoas, nas sobrelhas crispadas, a boca de índia que comeu cristão”.

Mas, se o menino é de fato “a personagem” – através dele se refletindo a cidade –, é possível que o seja em função de certos dados que o caracterizam. Em Alfredo, o menino, não temos como ignorar a adaptação em frases progressivas. Os novos hábitos, a alteração do comportamento, as reações provocadas pela mudança do meio. No menino, em um modo de ser que se estabelece, é a percepção que domina o interesse de Dalcídio Jurandir. O romancista, em verdade, necessita conformar essa percepção – e conforma-a na carreira episódica –, mostrá-la em sua inconsistência, para que possa atingir a oscilação emocional (em casa da família Alcântara, na escola e principalmente nas ruas). É nessa percepção gravitando, de cena a cena, que o menino se encontra com a cidade.

Em sua projeção episódica, em determinadas áreas um “romance de costumes” e era outras áreas um “romance social”, esse *Belém do Grão-Pará* – sempre a crônica documentária de uma cidade – tem muito de um “romance psicológico” em consequência do menino. A verdade, porém, é que por inteiro o menino o ocupa, sobressaindo-se, e de tal modo que diríamos ter sido inevitável o domínio da personagem sobre o cenário. E, se preferirem, o domínio do romance sobre o documentário. Não a superação do cenário ou do documentário, temos que esclarecer, mas tão somente o domínio do romance e seu personagem. Repete-se aqui, e de certa maneira, uma das mais constantes consequências na ficção documentária: o romance se isolando, como a proteger-se, no fundo do mesmo do documentário. E, para que não saíamos da moderna ficção brasileira, citaremos como exemplos *Fogo morto* de José Lins do Rego, *Jubiabá*, de Jorge Amado e *Marafa*, de Marques Rebelo.

Confesso finalmente que, e se a pergunta fosse feita, diria de *Belém do Grão-Pará*, de Dalcídio Jurandir, ser o romance de um menino e uma cidade. É no romance do menino, com o menino vivendo, que amamos sua cidade.

Autor: Dias da Costa

Título da crítica: *Belém do Grão-Pará* – Dalcídio Jurandir

Periódico: Revista Leitura

Local e data: Rio de Janeiro, 1960

---

“Com a queda do velho Lemos, no Pará, os Alcântaras se mudaram da 22 de Junho para uma das três casas iguais, a do meio, de porta e duas janelas, n.º. 160, na Gentil Bittencourt. Era no trecho que passava o trem, atrás do quartel do 26 de Caçadores. O toque de alvorada acordava o seu Virgílio para a Alfândega.”

Neste primeiro parágrafo, em três períodos secos, enxutos, oferece Dalcídio Jurandir ao leitor, numa condensação impressionante, o tema de seu romance *Belém do Grão-Pará*, que se integra na série dos livros que vem publicando para fixar, na qualidade de ficcionista, vasto panorama da vida na região do Amazonas, em épocas diversas.

Em verdade, o que constitui o material utilizado para a feitura de *Belém do Grão-Pará*, é o fim de uma era política e econômica do estado paraense, na transição de uma prosperidade precária, nascida da exploração da borracha, em seus áureos tempos, para a pobreza mesquinha, reles, dramática em sua vulgaridade, impressionante no vazio do cotidiano sem horizontes.

Acabou-se o império do senador Lemos, senhor de baração e cutelo do Pará, a marcar-se no poderio político do déspota, com as exhibições ridículas, “... as festas em Palácio, pagas regaladamente com a borracha e os empréstimos do estado no estrangeiro, as cerimônias cívicas e escolares do Bosque e do parque Batista Campos, em que se cobria de flores e discursos o Senador.” Com o caso daquele sol de fantasia, dourado de latão muito mais do que de ouro, desmoronam-se as falsas prosperidades, ruem as fortunas sem base, derrocam-se prestígios de satélites que perderam o centro de gravitação.

Entre os que desceram na vazante, estão os Alcântaras, pai, mãe e filha, ou antes, por ordem de importância, mãe, pai e filha: Dona Inácia, Virgílio e Emília.

É principalmente através dessa família que o autor transmite aos leitores, na construção segura de seu romance, a visão do mundo onde estão situados, refletindo-o, revelando-o, mais do que isso explicando-o, através de suas ações e reações individuais.

A casa de porta e duas janelas, da rua Gentil Bittencourt, a sessenta mil réis de aluguel e mais seis de taxa d'água, “sem platibanda, meia vidraça, persianas, passeio ralo na frente e algum carapanã...” com seus habitantes ainda desarvorados pela transição da queda econômica e social, vale como um símbolo que dá a medida exata do amplo quadro de uma decadência se esperanças em que se precipitou toda uma sociedade.

Da mesma maneira que José Lins do Rego nos dá, em *Fogo morto*, a perfeita interpretação da transição porque passou o Nordeste com a rendição do senhor do engenho ante a ofensiva da usina e as consequências da libertação dos escravos, levantando, como ficcionista, a vida numa “Casa Grande” de decrépito “banguê”, o romancista Dalcídio Jurandir, com a crônica de uma família, nos retrata, segura e fielmente, o drama sem grandeza da derrocada sofrida pela economia da borracha no “Extremo Norte” utilizando, como elemento sugestivo, seres humanos arrastados no enxurro, na vazante do rio de ouro que fluía do leite escorrido das seringueiras.

Creemos que não é demais insistir na importância do processo de comunicação utilizado pelo autor uma vez que ele é executado com rara mestria a constituir-se um fator preponderante para que o conjunto da obra se apresente como um todo harmônico, acabado, legítimo, convincente e comovente em sua autenticidade.

Convincente e comovente no amargor de Dona Inácia, a relembrar os bons tempos de antes, com o senador Lemos por cima, brilhando e mandando, e mandando quando oficiais de gabinete afirmavam que o Guajará era o Adriático e o mandachuva era o Doge; comovente e convincente na passividade morna de Virgílio, suportando a mesmice do empreguinho reles na alfândega, depois das alturas do cargo de administrador bajulado; convincente e comovente na mocidade sem beleza da gorda Emília, martelando no piano antigas lições que não chegou a terminar; convincente e comovente até o fim, quando o próprio 160 começa a ruir, como ruiu a honestidade sem convicção de Virgílio.

Como ruiu tudo, na mesquinhez de um mundo apoiado em bases falsas, alimentado de enganos e erros, desorientado e superado.

E a ter como epitáfio a frase de Dona Inácia, dirigida à filha, mas que poderia valer a sociedade toda que a cerca:

– Te desmancha logo, filhinha, volta ao pó que és, que somos nós, cozinha do rei! Castelo dos Alcântaras, te despenha, teu dia chegou, desaba! Castelo dos Alcântaras, Castelo dos Lemos, Castelo dos falsos donos do mundo, construídos imbecilmente em areia movediça. A desabar torvamente, porque o dia chegou.

Para que se possa varrer o pó das ruínas e, então, num chão limpo construir de novo.

Autor: não identificado

Título da crítica: 1. Erros de revisão (1958). 2. *Belém do Grão-Pará*: prêmio Luíza Cláudio. 3. Romances de amor

Periódico: *Diário de Notícias*

Local e data: Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1961

---

### 1. Erros de revisão (1958)

O livro deve merecer, da parte de quem o edita e de quem o imprime, cuidados especiais. Não se compreende, por isso, o que acontece, de vez em quando, com algumas edições brasileiras, em que os desleixos chegam ao ponto de prejudicar a leitura. Citemos três exemplos recentes. O romance de Dalcídio Jurandir, *Três casas e um rio*, editado pela Livraria Martins e impresso na oficina gráfica da *Revista dos Tribunais*, de São Paulo, tem trechos ilegíveis, por causa de erros de revisão. A editora é responsável por isso. A impressora também. Houve tempo, em que a *Revista dos Tribunais* era considerada das melhores oficinas do Brasil. Hoje, naturalmente, espera que as editoras se responsabilizem por problemas tais como o da revisão. Se, por sua vez, resolvem as editoras descarregar esse trabalho (que é para especialistas) em cima do autor, então é o fim de nossas organizações editoriais. O livro de Dalcídio apresenta erros no nome de personagens que desconcertarão o leitor menos atento. Ainda da *Revista dos Tribunais*, saiu recentemente o livro de poesia de Fernando Mendes Viana, *Marinheiro no tempo e construção no caos*, em que os erros de revisão poderiam fazer parte de uma antologia do assunto. A edição esteve, aí, sob responsabilidade da Simões. Mas não é só a *Revista dos Tribunais* que comete esses erros. A oficina gráfica da Edipe, de São Paulo, que tão bom trabalho vem realizando para a Cultrix, não faz o mesmo com a Distribuidora Paulista de Livros, Jornais, Revistas e Impressos, que editou a versão brasileira de *Chocolate pela manhã*, de Pamela Moore. Falta de pontuação, palavras ininteligíveis, tudo acontece nessa versão do livro da jovem Pamela. Culpa da editora e da impressora, naturalmente, que aí não puderam lançar mão da autora para uma coisa que autor não deve fazer: revisão. Esperemos que a Martins, a Simões e a Distribuidora – bem como a *Revista dos Tribunais* e a Edipe – se convençam de que livro é mesmo importante.



### 2. *Belém do Grão-Pará*: ganhou prêmio Luíza Cláudio Sousa

O Pen-Clube do Brasil acaba de conceder o prêmio “Luíza Cláudio de Sousa” ao escritor Dalcídio Jurandir, pelo seu romance *Belém do Grão-Pará*, publicado em 1960 pela livraria Martins Editora. Esse prêmio visa a distinguir o autor da obra mais importante de cada ano, de qualquer gênero. Os laureados anteriormente foram Gastão Cruls, *De pai a filho*; Gilberto Amado, *Minhas memórias de infância*; Antônio C. Calado, *Madona de cedro*; Jorge Amado, *Gabriela cravo e canela* e Brito Broca, *A vida literária no Brasil – 1900*.

De acordo com o regimento do prêmio, foram consultados 33 críticos e colunistas literários de vários pontos do país, havendo cada um deles indicado três obras a seu ver de destaque na produção bibliográfica de 1960. Feita a apuração dos votos manifestou-se a

respeito, uma comissão especial do Pen-Clube, que resolveu homologar o resultado do balanço, considerando o mérito do romance *Belém do Grão-Pará* e a projeção nacional de seu autor.

A comissão estava assim constituída: Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça, Diná Silveira de Queiróz, Elmano Cardim, Jaime Adour da Câmara, Marcos Almir Madeira, Paschoal Carlos Magno, Peregrino Junior, Raimundo Magalhães Junior, Rodrigo Otávio Filho e Valdemar Cavalcanti.

Outras obras que obtiveram expressiva votação, por parte dos críticos e colunistas, foram: *Terra de Caruaru*, de José Condé; *Montanha russa*, de Cassiano Ricardo e *Laços de família*, de Clarice Lispector.

A entrega do prêmio “Luiza Cláudio de Sousa” deverá realizar-se na próxima semana, em data e hora a serem oportunamente anunciados.



### 3. Romances de amor

Em breve, uma vez publicados os depoimentos já recebidos sobre os melhores romances de amor da literatura brasileira da série o “Porto”, a nova pesquisa. A resposta de hoje é do autor de *Três casas e um rio*, Dalcídio Jurandir. Quais dos romances brasileiros, que melhor tratamento deram ao tema amoroso? O romancista da Amazônia fixou sua escolha em três livros do século passado e em apenas um de geração posterior a 1930:

- 1 – *Iracema*, de Alencar
- 2 – *A Moreninha*, de Macedo
- 3 – *Inocência*, de Taunay
- 4 – *Mar Morto*, de Jorge Amado

Autor: não identificado  
Título da crítica: Prêmio Luiza Cláudio de Sousa  
Periódico: não identificado  
Local e data: local não identificado, 1961

---

Conforme já se esperava, foi concedido ontem ao romancista Dalcídio Jurandir, pelo seu excelente romance *Belém do Grão-Pará*, o “Prêmio Luiza Cláudio de Sousa”, de 1961, do Pen-Clube do Brasil. Comissão julgadora: Jorge Amado, Valdemar Cavalcanti, Peregrino Júnior, Dinah Silveira de Queiroz, Rodrigo Otávio Filho, Ana Amélia Carneiro de Mendonça, R. Magalhães Jr. e Paschoal Carlos Magno.

Autor: Stella Leonardos

Título da crítica: Escritores paraenses

Periódico: *Jornal do Comércio*

Local e data: Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1962

---

Antes de tudo, um abraço em Eneida por esse *Banho de cheiro*, poesia, em louvor a sua cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, “para suas ruas e praças, suas manhãs claras e noites perfumadas de jasmim bogari; para os igarapés e os igapós, para os canteiros dos jardins públicos hoje, abandonados, outrora morada de rosas-meninas; para sua cidade e toda sua paisagem; para sua cidade, sua gente de Pedreira, do Umarizal, Jurunas; para a gente de São Jerônimo, Nazaré e Independência. Para sua cidade tão pobrezinha agora, mas tão cheirosa sempre a pau-de-Angola e patchuli”. Um abraço em Eneida pelo *Banho de cheiro* onde, fiel a sua terra e a seu povo, traz ao leitor fluídas memórias, águas cheirosas de uma gente fragrante Amazônia. A cabocla Sabá das histórias maravilhosas, íntima dos vegetais, vendedora de “chêro cherôso”. O curumim enamorado do mar e do rio, “o grande rio, aqui azul, ali verde, mais distante negro, barrento além, límpido mais adiante”; o admirável indiozinho que à força de coragem se tornou no comandante Guilherme Joaquim da Costa, do dólmã de zuarte azul, andando pelo seu palacete como se estivesse a bordo. A moça bonita chamada Júlia (por que as Júlias são sempre bonitas e inteligentes?) Dona Hilda professôra do anel da pedra vermelha: a “tão simples e tão boa Dona Hilda, formada em Direito, mas preferindo ser professôra”.

Trechos do livro de Eneida rescendem a lenda. – “Um dia precisavas visitar o mais belo e mais estranho igarapé. Chama-se Joana Angélica e fica na contracosta de Marajó, perto do rio Tartarugas. Quando se entra no igarapé é espantoso o trescalante cheiro de baunilha. Chega a impressionar. Contam os caboclos que naquele igarapé, morava uma cunhã chamada Joana Angélica, cheirosa, limpa, boa, acolhedora, simples. Como a terra. Joana Angélica morreu, mas para que ninguém a esqueça, deixou no lugar onde morava, nas margens do igarapé, o cheiro de seu corpo, seu corpo que rescendia a baunilha”.

BANHO DE CHEIRO. De Belém do Ver-o-Peso “manchado de velas de todas as cores”. Das frutas de toda espécie. “No inverno: pupunha, bacuri, taperebá, cupuaçu, murici, uxi, umari, abios, araçás, maracujás, tantas e tantas outras”. Das comidas suculentas: “pato no tucupi, casquinhas de caranguejo, casquinhas de muçã, tartaruga preparada de muçã, tartaruga, maniçoba”; tacacá com camarões de dona Joana. Belém do curioso Mulato Rico. Do pequeno e imprevisto campeão de natação. Do velório tragicômico. Belém, sobretudo, da garota personalíssima da açuceneira debruçada no quarto de dormir, das gordas mangueiras, da multidão de árvores como vivas. Garota das travessuras inesquecíveis e ideias diferentes: estudar a geografia amazônica [...]. Livro de amor esse *Banho de cheiro* (uma edição da Civilização brasileira)

Entre os romancistas-mores do Brasil há um paraense: Dalcídio Jurandir. Dentre os romances de Dalcídio Jurandir há uma obra-prima chamada *Três casas e um rio* (Livraria Martins, capa de Cândido Portinari). Visitar essas três casas e esse rio é experiência, emoção que se grava para sempre. As casas, de vivência incomum, ficam em Marajó. O rio, chamado Arari, é o símbolo vida, a voz confiança e o reflexo poesia de Alfredo. Quem é Alfredo? Um garoto que só pensa em estudar em Belém e ter lugar ao sol. Humaníssimo irmão de milhares de brasileirinhos filhos de pai branco e mãe preta. Criança extraordinária na sensibilidade e inteligência que pesca (peixes e sonhos) através de uma fenda do piso (o chalé à beira-rio é “apenas um barco encalhado, à espera de maior inundação para poder seguir e nunca mais ancorar naquele porto”. No chalé vive o Major Alberto (secretário da Intendência,

às voltas com seu prelinho de pitoresca oficina tipográfica) e a “esposarana” dona Amélia, criatura espontânea bondade, alegria e mistério da raça negra. Ou melhor: a mãe de Alfredo e Mariinha. Na segunda casa vive Lucíola dos pobres sonhos burgueses, um mundo de frustrações e uma jiboia comedora de ratos. Quanto à terceira das casas é a sede de Marinatambalo, fazenda das histórias de fantasma, moradia da velha senhora louca, dona de caleche antiga, avó do louríssimo Edmundo – remanescente desesperançado de uma aristocracia rural em decadência.

Do conflito dos moradores das três casas e do sofrimento de Alfredo com os conflitos no chalé (tudo de ordem social) consegue Dalcídio Jurandir a psicologia de uma região inteira. Para tanto se vale da paisagem vista com olhos de arte e benquerença. Os bois-bumbás coloridos. As embarcações de vária sorte; o linguajar amazônico – jeito de moruré, gosto de fruta brava. Os férteis tons-lendas. As abusões bonitas. E, sobretudo, uma ternura imensa pelos humildes. Sebastião das peripécias de assombro, as histórias de Curupira, pororoca, caça aos jacarés, Andreza, a orfãzinha que atira as chaves do carcereiro fora e vive a atrás de Alfredo. Mariinha dengosa e papa-mel.

Impossível, num comentário lisonjeiro, dizer o que é essa beleza de romance, elo na cadeia novelística do paraense de fôlego. Só os aspectos trágicos e simbólicos, os tipos como que bíblicos, dão grandeza invulgar à obra. Há páginas de uma seiva tão força e um mistério tão fundo que se tem ideia que o mundo começou em Marajó e Marinatambalo é, de fato, um paraíso perdido: “E sob o orvalho, aos poucos, como uma esponja embebida de sangue, a claridade cresceu. As árvores adquiriam vida animal, faces, cabeleiras, peitos e braços, mexiam-se e espreguiçavam-se, saindo de um sono de séculos e de uma misteriosa existência sem memória”. As cenas do enterro de Mariinha e da fuga do menino são das melhores que conhecemos em literatura nacional: “... a noite se tornou clara e Alfredo, andando vagarosamente, encontrou à beira do caminho uma pixuneira em flor. Tinha a copa redonda e exalava um aroma que nunca havia aspirado nas pixuneiras. Em breve estaria carregada de frutinhas roxas. Os lábios de Mariinha estavam roxos no caixão como se ela tivesse comido pixuna. Sem tocar em uma só flor da pixuneira, o menino julgou tão súbita e misteriosa aquela afloração que acreditou nalguma menina a enfeitar a árvore, nalgum gênio dentro daquele tronco e animando aqueles galhos, exalando bondade e consolo través daquelas flores que o orvalho fazia desabrochar suavemente”.

Alfredo é assim, de voos fantasia. E que dizer do amor filial por sua mãe, de uma fidelidade mais bela que essas asas sutis?

Autor: não identificado

Título da crítica: Romance e crítica

Periódico: não identificado

Local e data: local não identificado, 1963

---

O interesse de *Passagem dos inocentes*, de Dalcídio Jurandir, reside, sobretudo, na ambientação da narrativa. Nesse novo tomo da série romanesca, iniciada com *Chove nos campos de Cachoeira*, o autor pinta novamente o sugestivo mundo das velhas cidades do Pará, com seus casarões de azulejos refletindo-se no rios, o aroma dos cajueiros invadindo quintais, ruas e bairros adormecidos. De novo entramos em contato (na segunda parte do romance) com a própria Belém do Grão-Pará, com o colorido dos sobrados imperiais, o vozerio do mercado de Ver-o-Peso, as silenciosas ruas de areia, onde os chalés se escondem entre o arvoredo. É nesse mundo que tornamos a acompanhar os lances da vida de Alfredo, Bibiana, o velho major, do pobre tecedor de cestos, da portentosa Tia Ciana e outros personagens já conhecidos através dos livros anteriores da série. Aqui encontramos, também, reafirmada, a capacidade de Dalcídio Jurandir na captação da luminosidade, dos aromas, da singular beleza do Pará. Com o delicioso linguajar da sua gente, com seus costumes, índole e filosofia de vida. Da mesma maneira, volta-se a encontrar aqui, o traço que, a nosso ver, vem constituindo séria barreira entre Dalcídio Jurandir e o público leitor em geral. Referimo-nos à sua por vezes excessiva preocupação estilística. A obsessão da originalidade na solução dos problemas técnicos toma, às vezes, neste livro, dianteira ao próprio desenvolvimento da narrativa, comprometendo-lhe o equilíbrio como romance. Em muitos capítulos o leitor é obrigado a deixar a estrada principal do tema para enveredar por labirintos de experiências de colocação do assunto. É claro que a literatura conta dezenas de casos desse tipo. Bastaria citar, entre nós, o do saudoso Jorge de Lima, com seus dois romances, ou, para lembrar exemplos de importância universal, o de Faulkner, sobretudo em *Absalom! Absalom!*, e o de Durrell, com seus quatro romances que tem Alexandria por cenário. No presente caso, porém, o fenômeno está muito acentuado. Chega a nos fazer recear que termine criando entraves à repercussão que *Passagem dos inocentes* merecia obter pela honestidade artística do autor. (Editora Martins. Capa de Percy Deane).

Autor: não identificado  
 Título da crítica: Humanidade paroara  
 Periódico: não identificado  
 Local e data: local não identificado, 1963

---

Noticiando na minha última “quinta faixa” deste S.L.<sup>31</sup> o romance de Dalcídio Jurandir, *Passagem dos inocentes*, aproximei-o de *A selva*, de Ferreira de Castro. Claro, não se superpõem nem se confundem e a aproximação lembrada ficou tão somente no plano temático. A diferença entre os dois está em que Dalcídio viu a Amazônia de dentro para fora, partiu de sua intimidade, trabalhou-lhe a essência para dali elaborar uma forma literária. Ferreira de Castro, ao contrário, partiu de uma percepção formal, embora afirmando-se como bom impressionista comprometido com certo vernaculismo, mas sem ter aquela condição sensível que permita ao artista nativo projetar-se além das formas, das cores, da mímica, dos episódios transfiguráveis numa obra de ficção. Seu comportamento é o mesmo de Kipling diante do jângal, isto é, uma sensibilidade vitoriana agitada diante daquilo que os forasteiros prezam como exótico e pitoresco. Longe de mim propor qualquer diminuição aos dois escritores. O que desejo dizer é que se Kipling fosse indiano e conservasse as mesmas qualidades de escritor teria ficado na literatura como o Homero do universo dos bichos e o *Livro de jângal* seria e sua grande Odisseia. E, acrescento, seguindo este rumo de considerações: faltaram a Ferreira de Castro os olhos nativos de Dalcídio Jurandir.

Não é o espírito de Humboldt, nem é o espírito de Kipling quem está presente na obra do escritor paraense: é *Cobra Norato* da criação de Raul Bopp, uma figura literária viva em todos os planos do romance e sua fala de meio do rio, à beira da doca de Ver-o-Peso aberta para o mundo, ou confinada entre quatro paredes miseráveis é a própria voz da Hileia toda, em toda sua exuberância. A prosa do autor de *Passagem dos inocentes* – como o ceramista marajoara na análise de Schmidt – “tem horror ao vazio”, não admite espaços livres inaproveitados pelo artista em seu artesanato. E nesta comunicação da presença do denso, do maciço reclamados pelo autor em sua criação artística o que marca melhor o romance é sua capacidade de transpor da paisagem real para a paisagem de ficção aquela mesma virgindade essencial da Hileia que abrasou o geógrafo alemão na Amazônia brasileira.

Este livro é um grande romance de Belém do Pará que não lembra condições de romance urbano, por mais citadinos sejam seus cenários, seus munícipes, suas instituições. Nele, há transbordamento fácil de vivências amazônicas que descaracterizam o conceito de polis, de burgo, de bairro (não estará ali a Vila dos Inocentes?), dos povoados e que levam o leitor a concluir que o que ali existe mesmo é o universo da Hileia atravessando o homem e sua cultura, ainda que protegido em sobrados de fachadas de azulejos portugueses ou ajoelhados diante de imagens importadas pelos colonizadores. E a grandeza da selva, é *Cobra Norato* ocupando a cidade e impregnando tudo de sua presença mágica. Neste mundo literariamente reconstruído por Dalcídio Jurandir há, evidentemente, aderências metropolitanas, estas sim: exóticas e pitorescas, estranhas e não assimiláveis, tangenciando apenas a realidade paroara. Porque a selva que cerca a cidade não está como sentinela da aventura e do mistério, mas como proprietária daquele mundo onde o autor movimentou personagens que são tipos universais.

Em *Passagens dos inocentes* vive-se um estilo de vida heróico – e estou empregando esta palavra desejando-lhe o quanto possível um lugar próximo do significado semântico que lhe conferiam os gregos da época clássica. – E sem que o autor o denuncie, seus heróis seriam

---

<sup>31</sup> “S. L.” - creio significar “semanário local”. Nota do autor deste trabalho.

melhor aceitos se cercados de interesses interpretativos recomendados pelas lições da Etnologia, porque, em suas páginas, sobrevivências culturais afloram verdolengas e castas testemunhando um passado indígena e africano ainda muito recente. E é seguindo esta direção etnológica que o autor alcança em cheio o popular e o autêntico em sua criação literária nos depoimentos, na documentação, na inflorescência da imagística, na esperança, no conformismo e na revolta cuja elaboração estilística o incluem na pequena família dos grandes escritores.

Autor: Rodrigues de Melo

Título da crítica: *Passagem dos inocentes*

Periódico: não identificado, publicado na Coluna: "Gazetinha literária"

Local e data: local não identificado, 5 de novembro de 1963

---

Com impressionante capa de Percy Deane a Livraria Martins Editora lança mais um romance paraense de Dalcídio Jurandir. Trata-se de *Passagem dos inocentes*, romance, história, retrato sociológico, poesia de desamparo, saga de pobreza e desventura, crônica de uma família que se decompõe à ação do tempo e da miséria, e que é como a própria crônica do povo todo e como o retrato de toda a região do "Extremo Norte", em meio a qual contemplativa Belém do Grão-Pará, de há muito conformada, se situa como um bonzo impassivo...

Dalcídio Jurandir, nesta obra, atinge o ponto mais significativo de sua carreira, como analista da alma de sua gente, como cronista da vida de um povo, que primeiro conheceu o terrível impacto da desordem econômico-social, que, transcorrido meio século, somente agora bate fatalmente às nossas portas, depois de se haver alastrado tragicamente por todo o norte e nordeste brasileiro.

Assim, Dalcídio Jurandir, modestamente, realiza no "Extremo Norte" o que Erico Veríssimo realizou no extremo sul, com a sua obra monumental *O tempo e o vento*. O sentido, o objetivo, a razão da obra do escritor nortista é idêntica ao do romancista gaúcho; apenas diverge no triste conteúdo amargo das vidas que perpassam pelas páginas de Dalcídio Jurandir como fantasmas da pobreza e da fome, e que têm no suportá-los, estoicamente, a única história, o único heroísmo de que ainda são capazes... São esses angustiados fantasmas, trapos de gente, que encontramos em *Chove nos campos de Cachoeira*, em *Marajó*, em *Três casas e um rio*, em *Belém do Grão-Pará*...

O tempo também não é o mesmo, por isso que, se na obra gaúcha vemos o transcorrer de séculos amalgamando gerações bravias, na obra nortista há apenas o desenrolar de alguns anos de sofrimento, desamparo e miséria reduzindo um povo a uma massa combalida e uniforme... Quanto ao *Vento*... que varre as lembranças e as decepções e espalha novas esperanças e semeia desgraças novas, o *Vento* que sopra na obra de Dalcídio Jurandir deve ser o mesmo... E pensar-se que tais histórias, tão contrastantes e desconexas, aconteceram e acontecem dentro de um mesmo país...

Registre-se ainda que na obra de Dalcídio Jurandir a criança, o adolescente, o menino da rua tem presença amargurada, mas generosa e constante, o mesmo acontecendo na obra de Candido Marinho da Rocha, o contista paraense de *Terra molhada*, e cuja volta já se prenuncia com romance *Vila Pedrona*. É que esses homens – duas expressões vigorosas do ficcionismo regional do "Extremo Norte" – veem na criança que sofre, que mendiga, que passa fome, que morre, o próprio povo, a própria cidade, a própria pátria que agoniza e que morre...

Autor: Ary Vasconcelos

Título da crítica: Fala-se de livros - *Primeira manhã*

Periódico: não identificado

Local e data: local não identificado, 1967

“Quando as chuvas voltavam, então era que D. Amélia sentia mais desejos de levar Alfredo para Belém. Já está crescido, êle, mas tudo pode acontecer com aquelas águas que iam e vinham mornas e silenciosas. Os jijos vinham nas águas, e para Alfredo não pareciam peixe, pareciam filhos de sapo e de cobra. No chalé não se comia daquele peixe porque era como se comesse lama. Mas Alfredo gostava das grandes chuvas. Podia ter medo, mas era enorme a sensação de ouvir, uma noite, o ronco dum jacaré debaixo da casa”.

“De dia – que sol nas janelas! O folhudo apuizeiro sôbre o inacabado casarão de Penitenciária cravava as suas ventosas não no tijolo, mas nesta barriga da perna, nesta suculenta preguiça, andar não podia mais, apitavam os vapores do Guajará, matinal de regatas, “rowing”, lia nos cronistas, os remos no alto, gaiolas embandeiradas, baile no capitânea, ganhou a Tuna. A mãe, no chalé, lhe falava daqueles portugueses, cedinho-cedinho, acompanhado nas suas balieiras, o navio alemão que arriava o ferro, e quantas vêzes campeão de remo não era o Rubilar? E agora, um remador daqueles, da Tuna, ser”.

Dois parágrafos, dois estilos, um mesmo escritor, um mesmo ciclo de romances: Dalcídio Jurandir e sua “Série Extremo Norte”, um dos mais importantes da moderna literatura brasileira. O primeiro é de 1951 e pertence ao 1º. livro da série: *Chove nos campos de Cachoeira*, o outro, do 6º., *Primeira manhã*, recentemente lançado. Os elementos comuns, ligando os dois trechos, são escassos: talvez só a referência a um certo chalé, evocado pelo mesmo menino Alfredo em *Primeira manhã*. Esse chalé constitui, aliás, um dos “leit-motivs” da obra e a ele retorna sempre, em reminiscências, o pensamento do menino Alfredo, que vai crescendo ao longo do ciclo: não talvez em *Marajó* (1947) que é também uma verdadeira ilha da série, onde vivem outros personagens, mas em *Três casas e um rio* (1958), (*Linha do parque*, de 1959, não pertence a esse conjunto, e sua ação transcorre no Rio Grande do Sul), *Belém do Grão-Pará* (1960) e *Passagem dos inocentes* (1963). As diferenças explicam-se muito mais do que pelo fato, em si irrelevante, dos quase vinte anos entre as duas obras extremas da série, do que por uma surpreendente evolução estilística do autor que, acentuando-se em *Passagem dos inocentes*, atingiu neste, *Primeira manhã* seu ponto de excelência.

O menino Alfredo penetra, neste livro, mais fundamente, os mistérios da cidade de Belém do Grão-Pará, onde veio estudar. Vai assistir sua primeira aula, mas engana-se de sala e ouve uma lição de Química do 3º. Ano. A arte de capturar o diálogo ao vivo, colhendo a fala ainda quente e pulsante, é um dos segredos da arte de Dalcídio. O diálogo entre Alfredo e Ludica constitui-se em um “show” de virtuosismo: “... Sabe, eu queria ser uma errante”. “Porque não?” Já, não é? “Errante, seu malicioso, não é o mesmo que cair num êrro. Então para caçoar da gente é êle... “Que adivinha é? Falei torto?” “Te veste de anjo, olha olha as asinhas dêle, vôa, vôa logo. Lá vaizinho ele...” Esse diálogo se estende nesse tom por 13 páginas. Ainda mais deliciosa é a viagem de Alfredo pelas ruas de Belém em companhia de duas mulheres, Abigail e Ivaína, que buscam seus respectivos maridos. Abigail fala ininterruptamente: “Ivaína, quem faz calar-me a boca é aquela que encaixota a gente para pasto das minhocas. Eu desde pixota o meu vício é falar muito. Em criança, minha avó fez pinto piar na minha bôca”. São personagens inesquecíveis: Ivaína, Brasileira, o Coronel Bráulio Boaventura.... Como o próprio romance, enfim, rico de perspectivas. Sociológicas, fisiológicas, estilísticas, folclóricas, etc., e que merece uma releitura enquanto não chegam os

três últimos livros da série, programada para nove volumes: *Os habitantes*, *Chão dos lobos* e *Ribanceira*. – Ary Vasconcleos.

Autor: H. H.

Título da crítica: *Primeira manhã* em Belém

Periódico: não identificado

Local e data: local não identificado, 1967

Na cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará (conta Dalcídio Jurandir em *Primeira manhã*, seu romance mais recente, edição da Martins), uma penca de verdes ginásios, empapados de calor e tédio, escutam sem interesse à agressiva preleção do professor de Geografia sobre os rios do mundo.

“– Inundeí os senhores de rios da Europa e aí estão os senhores, secos, seus selvagens. De civilização nunca se molham?

Batia as abas do paletó, caiu-lhe o leque das mãos, a aluna apanhou.

– E eu aqui, ensopado, ensopado. Trinta anos de bacias e estuários. Trinta – Amparou-se na mesa do estrado, vacilou, concentrou-se, e avançou, como se fizesse um gesto intrépido, sobre o carvão do Ruhr, canais, castelos, levadiças, e logo traçou um curso; em letras fluviais escreveu, como se o giz desaguasse: Ródano.

E mediu nos alunos o efeito de sua proeza. Numa voz surda, lá se foi, sòzinho, para a Itália, bêbedo de afluentes, voltou depressa e calou-se à beira de um congelado rio da Rússia.”

Este é o acre sopro de monção que varre páginas e páginas deste sétimo romance do ciclo amazônico de Dalcídio Jurandir. Mas ninguém se iluda com a ressonância da sátira à galega, reminiscência, talvez, de um Eça de Queiroz lido e amado na juventude; ou, quem sabe? De um Graciliano Ramos que invectivava a nossa bacharelize, e gozava, em *São Bernardo*, nosso complexo umbilical ante uma Europa de tãmisas e torres Eiffel de cartão-postal. Por traz da severa construção e da fidelidade narrativa e de ambiente desse novo romance de Dalcídio Jurandir, o que transparece da figuração do personagem, Alfredo, é um homem amazônico, adolescente e já marginalizado do mundo e de seu país. Estudando os rios da Europa, olhos voltados para uma Europa de atlas e de quadro-negro, costas voltadas para o seu Amazonas que batia nos degraus de pedra do cais do Ver-o-Peso, eis a alegoria do romance de Dalcídio Jurandir, retrato de um Brasil que foi o de sua adolescência em Belém do Pará, como foi o de sua infância, em *Marajó*. Retrato de um país que, em certos aspectos, continua não sendo...

Dalcídio Jurandir é talvez o nosso romancista que mais perturba certo tipo de crítica e de leitor ideológico, inclusive “de esquerda”. Seco e solitário, preocupado em não dissipar seu tempo e sua verdade, é uma pena que se finja ignorar um livro como *Linha do parque*, único romance proletário, digno desse nome, aparecido neste país de engajamentos lítero-discursivos. Lidando com o complexo de terras e gentes ainda não incorporadas à paisagem social e econômica do país, os personagens de Dalcídio Jurandir são apenas tolerados. Mas uma coisa é certa: ele é o nosso Zola – áspero, duro, honesto. Mas um Zola amazonicamente fraterno, como uma vitória-régia ou compota de fruta do Pará.

H. H.

Autor: não identificado

Título da crítica: Encontro matinal: *Primeira manhã*

Periódico: *Diário de Notícias*, na 2<sup>a</sup>. Seção, p. 3

Local e data: Rio de Janeiro, 15 de junho de 1968

Quem não conhece Dalcídio Jurandir e sabe do seu encaramujamento (posso usar essa palavra Nestor de Holanda?) ficará espantado – é claro que estou falando dos chamados colonistas literários – em não ter recebido o romance de Dalcídio Jurandir lançado pela Martins de São Paulo e que faz parte do seu ciclo de romances paraenses *Três casas e um rio*, *Belém do Grão-Pará*, *Passagem dos inocentes*, todos da mesma Editora). Afinal os colonistas literários anunciam o livro e – digam o que disserem – promovem a venda. Até agora ninguém falou do último romance de Dalcídio, porque a ninguém foi mandado. Eu? Comprei-o, sim senhores, por uma razão ou duas: sinto-me na obrigação de ler, tudo que for publicado sobre minha terra e depois porque considero Abguar Bastos e Dalcídio Jurandir os dois melhores romancistas paraenses. Tinha curiosidade, portanto, dobrada em ler este livro que a editora e o autor não se dignaram mandar para as colunas especializadas. *Primeira manhã*, é um novo romance belíssimo, trazendo-nos um novo Dalcídio Jurandir. Digo novo porque sua linguagem, ou melhor, seu estilo sofreu grandes modificações. Continuamos vivendo a vida de Alfredo. O paroara que sai de Cachoeira, para estudar em Belém, mas não é mais aquele apresentar de fatos e sim as lutas de Alfredo com seus monólogos interiores, suas dúvidas, interrogações, misturando presente com o passado, sem esquecer que há um futuro. Diremos: *Primeira manhã* é do melhor Dalcídio, mesmo sendo um livro mais difícil (digamos assim), de leitura do que os demais. Como nos outros, guarda Dalcídio o falar paroara (aquele “seu cabuloso” me deu saudade da terra) os “axis” os “era mais acabou-se”, etc. Lá estão as nossas comidas, os nossos cheiros, as nossas busões. “O açaí não saía dos bagos do alguidar, mas dela, dos braços, dos peitos em cima do alguidar”. D. Abigail, contando... “eu menina me assanhando de moça”. Tudo tão Pará com “êsse bom cheiro de senhores bons”. *Primeira manhã*, um novo Dalcídio Jurandir, mas sem fugir de sua terra e sua gente. Apenas Alfredo está um homem. Chegou a hora de terminar com o “faz-de-conta”. Agora é o Ginásio, e com ele a compreensão de muitos problemas até então difíceis de serem compreendidos. Alfredo e uma nova luta. Ficamos devendo – principalmente, nós, paraenses – a Dalcídio Jurandir mais um belo romance que nos fala de nossa terra e nossa gente. Lamentável que a Editora Martins, não se preocupe com a difusão deste livro.

### ENGENHARIA DO CASAMENTO

Foi lançado pela Editora Record mais um romance de Esdras Nascimento. É este o seu quarto romance e em todos, Esdras Nascimento se empenha em mostrar a sociedade que vivemos no conturbado mundo de hoje. Apesar de moço, Esdras é um cético, ou melhor, um pessimista. Seus personagens em nada creem afora o sexo, e a tudo atacam com violência: os chamados colonistas literários, a crítica literária, o jornalismo, as mulheres, os homens. Nada escapa. Para melhor ataque, Esdras Nascimento nos dá neste romance a notícia do que aconteceu no mundo e no Brasil já que seu livro é em forma de diário. Então podemos rememorar o que houve de grave em 1966, em 1961, em 1964 e em 1967 (mantenho datas que marcam os capítulos) e como reagiram ou viveram seus personagens nessas épocas tão tristes do mundo. O livro traz um estudo introdutório de Amariles Guimarães Hill (*Romance em torno da sociedade*), professor de literatura brasileira na Pontifícia Universidade Católica desta cidade, que considera *Engenharia do casamento* “um livro estranho”. E chama-o

“romance de informação”, afirmando que “A imprensa é a falsa verdade”. (Será justa esta afirmativa?). A editora diz que o livro é a “história de um casamento na classe média carioca”. Aliás, é na classe média que Esdras Nascimento se apoia em todos os seus romances. O livro mesmo com todo o seu pessimismo, é de leitura agradável como tudo que escreve Esdras Nascimento. Um romance urbano com essa pobre pequena burguesia.

**PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E DE CÍVISMO:** – Esta enciclopédia que deu muita dor de cabeça ao seu organizador Fernando Bastos de Ávila S. J. e da qual foi coordenadora Alfredina de Paiva e Souza, até de subversiva foi acusada. Felizmente liberada, está à venda nas livrarias. Leio devagar e até o momento presente não vi nada que pudesse abalar qualquer regime. É muito bem-feita, com verbetes claros e precisos. Ainda há a louvar a apresentação gráfica de melhor qualidade.

Autor: não identificado

Título da crítica: -----

Periódico: *O Liberal*, publicado na coluna: Repórter 70

Local e data: Belém, 14 de agosto de 1970

---

Nunca foi prestada qualquer homenagem ao maior romancista da Amazônia. Dalcídio Jurandir, na Guanabara, continua esquecido da terra paraense, que é presença obrigatória nos seus livros, todos publicados pela Livraria Martins Editora, de São Paulo, e com a aceitação crítica do que melhor existe no pensamento brasileiro.

Autor: não identificado  
Título da crítica: Dalcídio Premiado  
Periódico: *Jornal do Comércio*  
Local e data: Rio de Janeiro, 18 de maio 1972

---

Nosso Serviço de pesquisa selecionou a matéria abaixo, considerada de seu interesse, publicada na página 10 do Caderno 2 do *Jornal do Comércio*, em sua edição do dia 18 de maio de 1972.

A Academia Brasileira de Letras, em uma de suas últimas sessões, conferiu a sua mais alta láurea, o Prêmio Machado de Assis, para conjunto de obra, ao romancista Dalcídio Jurandir, autor de uma série de romances sobre a Amazônia, sua região, que ele transporta para sua obra com rara mestria e de uma maneira global, fixando a terra (o rio) e especialmente o homem, toda aquela humanidade miúda que vive às margens e nas ilhas. Na série amazônica Dalcídio já publicou *Chove nos campos de Cachoeira*, *Marajó*, *Belém do Grão-Pará*, *Três casas e um rio*, *Passagem dos inocentes*, *Primeira manhã* e o último *A ponte do galo*, este ano. Todos foram editados pela Martins de São Paulo. Fora da série amazônica, Dalcídio Jurandir escreveu o romance *Linha do parque*, que se passa no extremo sul, no porto de Rio Grande, e conta as lutas operárias daquela região desde o princípio do século.

O prêmio ora conferido a Dalcídio Jurandir vem fazer justiça a um dos mais operosos e sérios ficcionistas brasileiros, que pôs o seu talento a serviço de sua terra, incorporando a Amazônia à literatura brasileira, ao lado de Peregrino Junior, Raimundo de Moraes, Abguar Bastos e outros.

Autor: Raymundo Souza Dantas<sup>32</sup>

Título da crítica: O romancista concentra os seus recursos

Periódico: *O Globo*, publicado na coluna: “Livros”

Local e data: Rio de Janeiro, 27 de junho de 1976

---

JURANDIR, Dalcídio. *Os habitantes*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976. (160 páginas, Cr\$ 30,00, cotação: 5 estrelas).

Dando prosseguimento ao ciclo iniciado a mais de trinta e cinco anos, com *Chove nos campos de Cachoeira*, acaba Dalcídio Jurandir de publicar *Os habitantes*, oitavo da série, que será completada, conforme plano do escritor, com mais dois romances, já anunciados. Minuciosa e pacientemente construído, com muita arte e igual dose de observação do social e do humano, pode este ciclo ser considerado como um daqueles de maior alcance na evocação dos mais diversificados aspectos de uma região, no caso a do “Extremo Norte”. Ocupando lugar de destaque, notadamente pela feitura e escrita, desdobra *Os habitantes* a temática amazônica através da mais perfeita harmonia entre o documentário e o depoimento pessoal, possibilitando visão realística dos dramas da humanidade que povoa este avassalador universo.

Restaura, *Os habitantes*, o fio autobiográfico do ciclo, desta vez, porém, temperado com o recordar e o exame das vivências de criaturas que já transitavam nos livros anteriores, mas agora como que vistas através de novas lentes, digamos assim. De mistura, pois, com hábitos e costumes da região, quer do mais adentrado interior amazônico, quer das cidades e da própria Belém, o drama humano sobrepõe-se aos demais, dando o romancista maior densidade ao tratamento dos casos de cada um, numa surpreendente concentração de recursos.

Embora de difícil leitura, pela sua construção e escrita, é um belo romance, considerado quer isoladamente, quer no conjunto da obra. Estão nele, por outro lado, em essência, todos os passados, ou melhor, todas as etapas das vivências do personagem central do ciclo, este Alfredo cujos itinerários e maneira de ser vêm se desdobrando desde *Chove nos campos de Cachoeira*, o ponto de partida da saga.

Todos quantos se referem ao ciclo, falam em fidelidade ao ambiente. Também evocam sua força descritiva e registram a maneira de o autor fazer viver as gentes que estão nesses romances. Dizem da validade de cada livro, quer do ponto de vista artístico, quer do ponto de vista sociológico. Se tudo isso que foi dito e enfatizado é válido para os romances anteriores do ciclo, mais ainda o é para *Os habitantes*, que, embora seguindo a mesma temática, distingue-se e diferencia-se apresentando novas dimensões para o melhor e mais completo entendimento de uma época e estudo de uma região brasileira.

---

<sup>32</sup> “Raymundo Souza Dantas é escritor e jornalista”. Informação presente no artigo original.

Autor: Raymundo Souza Dantas<sup>33</sup>

Título da crítica: A cidade em movimento – *Chão dos lobos*

Periódico: *O Globo*

Local e data: Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1976

---

NOTAS DA IMPRENSA: JURANDIR Dalcídio. *Chão dos lobos*. Romance. Rio de Janeiro: Record, 1976. (261 páginas, Cr\$ 55,00, cotação: 4 estrelas.

A saga amazônica empreendida pelo romancista Dalcídio Jurandir, tem novo volume publicado. Seria injustiça dizer-se simplesmente que se trata de mais um livro da série iniciada com *Chove nos campos de Cachoeira* e que teve prosseguimento com outras obras marcantes, tais como *Três casas e um rio* e, mais recentemente, *Os habitantes*. Este *Chão dos lobos* merece sem dúvida, a mesma atenção e interesse, pela sua força humana e realização artística.

Além de confirmar as qualidades do romancista, que ninguém, aliás, põe em dúvida, acrescenta elementos importantes para a melhor compreensão de seu processo narrativo, que vem aperfeiçoando de livro para livro. E este processo, a meu ver, merece evidentemente maior estudo, afim de que se lhe possa dar, sem exageros, sua medida e alcance. Temos um caso verdadeiro de originalidade de linguagem, por exemplo, não assim criativo como de outros bastantes citados e do país, mas de grande efeito, valorizando o romance tanto em estrutura como em seu enunciado.

*Chão dos lobos*, o penúltimo romance da série, conforme o plano conhecido, narra episódios da juventude do personagem-chave, este Alfredo trabalhado por vicissitudes sem conta, personagem de situações as mais dramáticas e pungentes no ambiente de amargas surpresas e desconsoladores imprevistos. O romancista dá-nos, com estas situações, a visão de uma cidade em movimento, Belém, fazendo com que se possa, através da evocação de sua paisagem, de seus habitantes, de sua gente, representar uma outra Belém, muito diferente daquela que a cena local pura e simplesmente revela em sua linearidade.

O real não vem mascarado pela ficção, mas, isso sim, expresso em verdade. A meu ver, porém, e isso vai o leitor verificar por si mesmo, o que realmente interessa é a experiência do vivido em Belém. Muito mais do que o reencontro da velha cidade, pesando, antes da memória e da imaginação, a capacidade de transmitir uma atmosfera. Não se deve procurar, pois, apenas fidelidade, ou simplesmente fidelidade, no evocar pelo romancista de aspectos desta cidade múltipla, mas um certo espírito, uma certa atmosfera, conforme ficou dito, que Alfredo vive em toda a sua plenitude, cumprindo os seus passos de todo dia, na via-sacra de um cotidiano cruel, cheio de conflitos.

Numa série, como esta, é difícil e perigoso dizer-se que este livro é melhor do que aquele outro. Mesmo porque, no caso, acredito que o julgamento deva ser tentado globalmente. E levando-se em conta, naturalmente, as conquistas que, passo a passo, foi o romancista Dalcídio Jurandir alcançando, com o aperfeiçoamento de sua maneira de narrar e dizer.

---

<sup>33</sup> “Raymundo Souza Dantas é escritor e jornalista”. Informação presente no artigo original.

Autor: Victor Giudice<sup>34</sup>

Título da crítica: sem título

Periódico: não identificado

Local e data: Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1976

JURANDIR Dalcídio. *Chão dos lobos*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1976. (291 páginas, Cr\$ 45,00).

As polêmicas da crítica especializada a respeito da validade literária do romance regionalista, quase sempre se tornam estéreis diante de certos autores cujo regionalismo recebe apenas os atributos de “forma significante”, sem nunca aprisionar o “significado”, permitindo-lhe completa liberdade semântica e, até mesmo, interpretativa. O que se condena na escritura regionalista é sua característica limitativa, com tendência a “fechar” o texto num significado único, negando-lhe um conteúdo de “função plurívoca”.

De fato, a grande maioria dos regionalismos recebe as condenações descritas acima, uma vez que é muito difícil a realização de obra literária neste gênero, sem que o “gênero” seja mais importante que literariedade da obra. Esta maioria é tão maioria que não seria possível citar alguns exemplos sem cometer a injustiça de não citar outros. Além do mais, não vale a pena falar do que é ruim.

No lado saudável, está José Lins do Rego com seu inextinguível *Fogo morto*, José Candido de Carvalho com o fantástico *O coronel e o lobisomem*, que já se transformou em *Le colonel et le loup-garou*, Guimarães Rosa com *Grandes sertões*, onde as “Gerais” se generalizam no universo existencial, etc. No “et cetera” ficam a injustiça e o perdão pelos não citados.

Mas não por Dalcídio Jurandir, Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto de suas obras: *Chove nos campos de Cachoeira* (Prêmio Dom Casmurro), *Marajó, Três casas em um rio, Belém do Grão-Pará* (Prêmio do Pen-Clube), *Passagem dos inocentes, Primeira manhã, Ponte do galo, Os habitantes, Ribanceira, Linha do parque* e este *Chão dos lobos*, onde o romancista marajoara nos oferece o mundo colorido e agreste da cidade de Belém, a “port of” como ele chama.

*Chão dos lobos* é a história de um homem, Alfredo, inconformado com a existência de um chão dos lobos, ameaça constante e injusta à liberdade vivencial dos que nele vegetam.

A trajetória de Alfredo através dos desencontros que consolidam sua visão da humanidade da qual faz parte, nos é mostrada por meio de um processo narrativo que inclui a sinestesia como elemento de conotação. Uma história narrada denotativamente é apenas uma história narrada denotativamente, nunca arte literária. O livro de Dalcídio Jurandir se distingue, antes de tudo, pela escolha minuciosa do signo linguístico, da inusitada ordenação sintática, no intuito de produzir o resultado impressionista que lhe fornece um inigualável poder de comunicação.

Alfredo faz a verificação sistemática de todos os sintomas vitais que ainda estão por vir, as injustiças, a pobreza, o amor, o sexo, o mistério intransponível do “Não-Se-Assuste”, o episódio quase irreal dos pianos mudos. *Chão dos lobos* traça o perfil de uma Belém essencial, uma cidade-memória, que transpõe as fronteiras de um Brasil geográfico, para se projetar como cidade-universo, a exemplo do que já se fez com Dublin.

A perfeição dos diálogos que não começam nem terminam, surgindo em “fade-in” para logo se desvanecer em “fade-out”, mostrando somente o que é importante, o que o autor

<sup>34</sup> “Victor Giudice, é escritor e jornalista”. Informação presente no artigo original.

deseja informar. Afinal de contas, ele é o dono do romance. Só ele pode estabelecer os caracteres de sua cosmovisão.

Dalcídio Jurandir, não só com *Chão dos lobos*, mas com toda sua obra, é um dos romancistas que merecem maior interesse dos pesquisadores literários. Sem dúvida alguma, trata-se de um autor de primeiro plano.

Autor: Victor Giudice

Título da crítica: Dalcídio Jurandir e a saga de Marajó

Periódico: *O Liberal*, publicado na coluna: 2º. caderno

Local e data: Belém, 12 de setembro de 1976

---

“A literatura só exerce plenamente suas funções, quando serve ao homem desvendando-lhe os segredos da existência”. Palavras do romancista marajoara, Dalcídio Jurandir que acaba de lançar pela Editora Record, do Rio de Janeiro, *Chão dos lobos*.

Avesso à entrevista e, principalmente, à publicidade, Dalcídio Jurandir transmite todas as verdades apreendidas de sua vivência, através de uma extensa obra composta quase que de um só fôlego, como ele conta, “no isolamento de uma mansarda do Catete.”

Estreou na literatura com o romance *Chove nos campos de Cachoeira*, com o qual obteve o primeiro prêmio da Editora Vecchi-Dom Casmurro, na época, um dos galardões mais cobiçados por nossos ficcionistas.

Depois, seguiram-se *Marajó*, *Três casas e um rio* e *Belém do Grão-Pará*, – que recebeu os prêmios Paula Brito e Luiza Cláudio de Sousa, do Pen-Clube, – *Passagem dos inocentes*, *Primeira manhã*, *Ponte do galo*, *Os habitantes* e, agora, *Chão dos lobos*.

O próximo volume será *Ribanceira*, já concluído. Além desses, Dalcídio publicou também *Linha do parque*, romance que constitui uma experiência estranha à carreira do escritor, uma vez que trata de problemas relacionados com a vida no sul do país. *Linha do parque* foi publicado no estrangeiro, alcançando expressivo sucesso de crítica.

Com exceção de *Linha do parque* os livros de Dalcídio Jurandir formam uma cadeia, onde o fio narrativo se concentra nos fenômenos vivenciais por que passa o personagem Alfredo. No entanto, a leitura e compreensão de cada volume permanece independente.

A intenção do romancista de Marajó é oferecer um painel da vida e dos hábitos de seu ambiente natal por meio de uma verdadeira saga literária. Mais ou menos o que fez Balzac com Paris, na primeira metade do século XIX.

As discussões da crítica especializada a respeito da validade literária do romance regionalista, quase sempre se tornam estéreis diante de certos autores cujo regionalismo recebe apenas os atributos da “forma significante” sem nunca aprisionar no “significado”, permitindo-lhe completa liberdade semântica e, até mesmo interpretativa. O que se condena na escritura regionalista é sua característica limitativa, tendendo a fechar o texto num único significado, negando-lhe um conteúdo de “função plurívoca”.

Na verdade, a maioria dos regionalismos recebe as condenações descritas acima, uma vez que é muito difícil realizar obra literária neste gênero, sem que o gênero seja mais visível que a literariedade da obra.

No entanto, não é o caso de Dalcídio Jurandir, Prêmio Machado de Assis, da academia Brasileira de Letras, pelo conjunto de suas obras.

Em *Chão dos lobos*, Dalcídio Jurandir nos oferece o mundo colorido e agreste da cidade de Belém, a “port of”, como ele a intitula.

O romance é a história de um homem, Alfredo, personagem de seus romances, inconformado com a existência de um *Chão dos lobos*, ameaça constante de injustiça à liberdade dos que nele vegetam.

As diretrizes de Alfredo através dos desencontros que consolidam sua visão da humanidade da qual faz parte, nos são mostrados por meio de um processo narrativo que inclui a sinestesia como elemento de conotação. Uma história narrada denotativamente, é apenas uma história narrada denotativamente, nunca arte literária.

Os livros de Dalcídio se distinguem, antes de tudo, pela escolha minuciosa do signo linguístico, da inusitada ordenação sintática, no intuito de produzir os resultados impressionistas, que lhes fornecem inigualável poder de comunicação.

Alfredo faz a verificação sistemática de todos os sintomas vitais que ainda estão por vir, as injustiças, a pobreza, o amor, o sexo, o mistério intransponível do “Não-se-assuste”, e episódio fantástico dos pianos mudos.

*Chão dos lobos* traça o perfil de uma Belém existencial, essencial, uma cidade-memória, que transpõe as fronteiras de um Brasil geográfico, para se projetar como cidade-universo, a exemplo do que já se fez com Dublin.

A perfeição dos diálogos que não começam nem terminam, surgindo em “fade-in” para logo se desvanecer em “fade-out”, mostrando somente o que é importante, o que o autor deseja informar. Afinal de contas ele é o dono do romance. Só ele pode estabelecer os caracteres de sua cosmovisão. É através dela que leitor infere suas próprias sensações, a partir da abertura apresentada pelo romance.

Dalcídio Jurandir, não só com *Chão dos lobos*, mas com toda a sua obra, é um dos romancistas que merecem maior interesse dos pesquisadores literários. Sem dúvida alguma, trata-se de um autor de primeiro plano, além de ser, como declarou Benedito Nunes, com referência a *Belém do Grão-Pará*, o “introdutor da paisagem urbana da Amazônia na literatura brasileira de ficção”.

Autor: Gilvan Lemos

Título da crítica: *Chão dos lobos*, romance do “Extremo Norte”

Periódico: *Jornal do Comércio* - 4º. caderno

Local e data: Recife, 13 de novembro de 1977

---

Em 1941, com o romance *Chove nos campos de Cachoeira*, que no ano anterior obtivera o 1º. lugar num concurso de âmbito nacional, Dalcídio Jurandir iniciava a “Série Extremo Norte”. Projetada para dez volumes, a série foi-se enriquecendo sucessivamente com *Marajó*, *Três casas e um rio*, *Belém do Grão-Pará*, *Passagem dos inocentes*, *Primeira manhã*, *Ponte do galo*, *Os habitantes*, até este *Chão dos lobos*, o penúltimo, publicado em 1976, pela Record, que já anuncia o último: *Ribanceira*. Assim, despercebido, quase desconhecido, porque Dalcídio Jurandir é desses autores que estranhamente não alcançam o grande público, vai o escritor marajoara concluindo uma das obras mais importantes da literatura brasileira. A par com a fatura literária, nela são ressaltados os dramas e vivência da região paraense, com seus costumes, lendas, modismos, ditos e festas populares, todo o folclore dessa parte do Brasil meio esquecida, como que “molhada ainda do dilúvio”, tantos os rios caudalosos, igarapés, enchentes, montarias, casas dormindo sobre as águas, jacarés roncando debaixo dos assoalhos, resto duma civilização quase anfíbia que foi a de Dalcídio Jurandir e que ele reproduz com lírica fidelidade, paixão e indisfarçável carinho.

A obra se inicia com Alfredo, que conhecemos menino, em *Chove nos campos de Cachoeira*; propõe-se a acompanhá-lo em seu desenvolvimento; no-lo apresenta já rapazinho neste penúltimo *Chão dos lobos*. Rapaz, mas o mesmo Alfredo, de sentimentos nobres, com seu orgulhinho de pobre (agora me lembrei de Guimarães Rosa: “O pobre tem de ter um triste orgulho da honestidade”); o Alfredo que, com poderes mágicos do seu carocinho de tucumã, encontrava meios de transformar as maldades do seu mundo, amenizar o sofrimento de sua gente. Tanto que, em Belém, mais taludo, mais vivido, ainda se represente da falta do carocinho, pois, ali, gostaria de tê-lo à mão para, com seu poder, proporcionar “um enterro para Luciana; uma peça de linho para a mãe; um epitáfio escrito por Parsifal para a defunta do rabeção; uma aparição de Andreza sempre menina; uma flauta para o Ferrinho; um rosto bonito para a Bina; uma carta da mãe: tudo bem no chalé, meu filho...” Sem dúvida o mesmo Alfredo, sempre a condoer-se dos pobres, alguns mais pobres do que ele, que já era tão!, da gente humilde que convive, gente que mal tem o que comer ou vestir e que seus olhos se transfigura e, de esfomeada come fantasia e, de esmolambada se veste de folhagens; naquele lirismo que é tão de Dalcídio Jurandir, quando nos apresenta Zuzu, a virgem que passa a maior parte do tempo trepada numa jaqueira a cobrir-se com sua folhagem; entre as jacas, Zuzu, a desnuda, a mais sazoadada das frutas; aquela Zuzu que serve ao amigo um almoço de faz de conta, belo capítulo de *Os habitantes*. Assim como Zuzu há outras meninas-moças, todas de condições sociais baixíssimas, mas que nos são apresentadas com dignidade, com aquele triste orgulho de pobre, e sobretudo com o beneplácito de Dalcídio Jurandir, que arranja um jeitinho até para a Bina, a tão feia, a que, com tal perfeição de feiúra, até semelhava bonita.

A galeria de personagens apresentados por Dalcídio Jurandir nesta “Série do Extremo Norte” é imensa. Acompanhando o crescimento de Alfredo há uma infinidade de histórias paralelas que retratam outros conflitos, num ambiente de puro realismo entremeado de lendas, anseios e paixões em se misturam gente e animais, numa vivência de intensa dramaticidade e inesquecível beleza. Porque o que logo nos salta à vista e que de imediato passamos a admirar nesse autor é o amor que ele dedica às suas criaturas e histórias. Amor expresso de modo tão exaltado que às vezes até prejudica o andamento da narrativa. Com tantas minúcias Dalcídio

Jurandir se apega às descrições que a gente fica com a impressão de que ele não tem força de apartar-se do seu povo e, preso a ele, disseca fibra por fibra dos sentimentos. Amor de muita paixão por uma gente que foi sua, gente com quem conviveu nos alagados, nos campos, no Ver-o-Peso, nas passagens e ruas de Belém, “vagabundo de subúrbio (que ele próprio foi), morando na barraquinha de Dona Lulu que dava comida, luz para escrever versinhos, e um sapato de quando em quando”. Flagrante a simpatia de Dalcídio Jurandir para com as figuras femininas, as mocinhas ou matronas de enérgicas decisões, como a gorda dos Alcântaras, as malcriadas primas da Gentil, lado preto de Alfredo; Guimar, a costureira e sobretudo Dona Amélia, mãe de Alfredo, a negra que guardava um silêncio na cor de sua pele, um certo silêncio aveludado, esta Amélia presente em toda a obra, sempre na admiração de quem mesmo pretendia diminuí-la. E a própria Amélia, que por força do sangue da Areinha, dá para beber e passa a cometer desacertos no chalé, sendo encontrada caída nos campos de Cachoeira, sai dessas fraquezas incólume, aureolada numa miséria que a engrandece, sob a narrativa poética do romancista.

Em toda a série, do primeiro ao penúltimo volume, há cenas inesquecíveis, como o desfecho da paixão de Eutanázio por Irene, o enterro de Mariinha, os momentos de dúvida e indecisão de Alfredo saindo de menino para homem, e uma infinidade de outros relatos, destacando-se neste *Chão dos lobos*, a atmosfera do cortiço onde Alfredo mora, com a mocinha triste que lê *O Carlos Magno* para a mãe parálitica e cega, o menino que trabalha para a prefeitura arrancando, com um ferrinho, o capim dos interstícios do calçamento (daí Alfredo chamá-lo de “ferrinho”) e que de noite toca numa flauta rachada... E, como diz a nota da Editora, “o capítulo de Guimarães, a cidade dos pianos mudos, a viagem da professora pelo Baixo-Amazonas, o episódio do Oiapoque, a aparição de Roberta, enfeitiçada pelo rio e pelo boi-bumbá, a fuga de Alfredo a bordo do navio do Lóide, sustentam-se com páginas de comovente veracidade”.

Autor: Osvaldo Lopes de Brito

Título da crítica: A Amazônia misteriosa na pesquisa e na ficção

Periódico: *Diário da manhã*, publicado na coluna: Livros/Crítica

Local e data: Ribeirão Preto, 13 de outubro de 1978

---

Um resultado de pesquisa e complicação: *Marajó – desafio da Amazônia*; e um romance cuja primeira edição saiu 31 anos atrás: *Marajó*. Ambos, livros que podem interessar o estudioso da Amazônia cheia de mistérios.

### **Miranda Neto: *Marajó – desafio da Amazônia***

Manoel José de Miranda Neto, professor de Economia Amazônica da Universidade Federal do Pará, publicou uma excelente monografia: *Marajó – desafio da Amazônia* (Aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento), que mereceu o apoio do Conselho Estadual de Cultura paraense, em 1974. No “Parecer” daquele órgão administrativo e de consulta, há informes sobre o autor, que já deu a lume uma outra obra – *A foz do rio-mar*. Sabe-se que ele conhece a gente, e a região descritas (“terra meio selvagem homem meio bárbaro”) e pode investigar e pesquisar “in loco”. Em conjunto, depoimento inteligente e minucioso, lúcido e acessível, sobre: fauna, flora, população, questões geográficas e socioeconômicas, possibilidades da rica natureza e dos bravos, seres humanos que ali mourejam e enfrentam enormes dificuldades; longas estiagens, terríveis enchentes!

Livro sério, honesto, bem documentando, enriquecido por importante glossário e mais: nomenclatura científica dos vegetais e dos animais vertebrados. Ampla bibliografia de consulta. São 173 páginas utilíssimas, dignas de uma lista imprescindível ao estudo de problemas brasileiros (Editora Record).

### **Dalcídio Jurandir: *Marajó***

Muito a propósito o registro da segunda edição revista do romance de Dalcídio Jurandir: *Marajó*, agora pela Editora Cátedra em convênio com Instituto Nacional do Livro, que permitiu um preço razoável. Precede o texto estudo de Fausto Cunha, um dos melhores críticos militantes que, modestamente, se socorre de opinião lisonjeira de Renard Perez (*Escritores brasileiros contemporâneos*, 2<sup>a</sup>. série, 1964).

E ambos concordaram (e este provinciano escriba com eles) que *Marajó* “é um dos maiores romances de toda a literatura brasileira”. Entretanto, vejam: a primeira edição data de 1947 (José Olympio Editora)! Como pode?

Fausto Cunha anota com argúcia:

Desde, *Chove nos campos de Cachoeira* (1941) até os mais recentes *Os habitantes e Chão dos lobos* (1976), Dalcídio vem desenvolvendo uma espécie de saga...

Exatamente. Ainda há pouco, terminei a leitura de *Chão dos lobos* (Record). Incrível, porém verdadeiro: o romancista se renova no interior de seu velho tema. No apurado estilo e na forma de abranger e de analisar a terra e o homem, a questão socioeconômica, o drama telúrico, e o centro espantoso (sob certos ângulos) de civilização que é a cidade de Belém do Pará. Continua em cena o personagem-chave desse romance cíclico (estamos no penúltimo tomo da empolgante série), ficando na paisagem belenense, desde a juventude. Com ele e os outros habitantes põe Belém no palco e lhe faz o retrato real e onírico. Algo especial de um Brasil-continental.

Lembro-me, enquanto martelo a máquina, de outro escritor do Norte, gamado a conta inteira por uma cidade: Josué Montello e São Luiz, do Maranhão. Dalcídio, contudo, desfruta de mais um crédito: a linguagem atrevida, inovadora.

Sabem duma coisa? Leiam os romances de Dalcídio Jurandir. Leiam e me digam. Laureado com o prêmio “Machado de Assis”, da Academia Brasileira de Letras, merecido como poucos, no passado e no futuro, pelo “conjunto da obra”, deveria ser mais indicado pelos professores nas escolas.

Oswaldo Lopes de Brito

Autor: Wanilton Cardoso Affonso

Título da crítica: O *Marajó* de Dalcídio Jurandir 30 anos depois

Periódico: *O Globo*

Local e data: Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1978

---

JURANDIR Dalcídio. *Marajó*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra/MEC, [s.d.]. (360 páginas, Cr\$ 75,00).

Neste romance, reeditado muito oportunamente – sua primeira edição é de 1947 – Dalcídio Jurandir não escreve precisamente literatura regionalista (impossível fugir aos rótulos); verifica-se um outro conceito de escritura que assomaria neste gigante adormecido, lá pelos anos 20, tornando-se o marco característico da renovação da narrativa em nossas letras; Mário de Andrade, José Américo, Jorge Amado, Lins do Rego, Graciliano Ramos, Lima Barreto, Aluísio Azevedo – cada um, situando seu tempo e seu trabalho, evitou que o acultramento europeu nas artes nativas castrasse definitivamente nossas potencialidades criadoras.

A ficção de Dalcídio Jurandir estaria assim vinculada à ideia de que as coisas devem acontecer ou suceder, em toda sua plenitude incidental – mesmo incidentes e equívocos têm uma função mútua social que extrapola nossa percepção. Isto acontece em *Marajó*. No primeiro capítulo, torpor e solidão abatem-se sobre o leitor e este corre os olhos pela paisagem, pesarosa de tanto sol e verde; por que não ficar por ali, a alma num sossego preguiçoso, os dedos descansados no vai-e-vem da rede ou do barco deslizando imóvel pelas águas luxuriantes, enquanto miséria e embrutecimento humano apanham mangas, bebem cachaça, chafurdam na grama molhada.

Na composição da linguagem e elaboração do ritmo com os próprios recursos da região (mato, rio, frutas, bichos, aves e povo, o pensamento particular dos que mandam e dos que obedecem), Dalcídio Jurandir vai revolvendo as lembranças do Coronel e Missunga: embasamento notável em que se apoia o enredo e seus contrapontos; os infortúnios de ambos deglutidos por eles mesmos com requintes antropofágicos. Mormente porque eles nada fazem para alterar a situação.

O contexto de discussões sobre *Marajó*, momento digno da literatura brasileira, não cabe nesta resenha. Fica, entretanto, o esforço de identificar o romance de Dalcídio Jurandir / como uma ruptura contra o domínio alienígena em nossas culturas regionais, quicá com o consentimento subserviente de uns poucos ilustres homens que representavam a inteligência do país, naqueles tempos que precederam 1922 até o significativo 1928.

Na página 16, o trecho aqui transcrito de *Marajó* exemplifica um momento de descolonização da ficção moderna brasileira. “Longe, o mesmo pica-pau lavrando a macaubeira. O escuro crescendo, crescendo até o limite em que tememos encontrar-nos unicamente conosco. A sombra do sangue dentro do olhar, as imagens do tédio e da infância misturando-se. O desejo de uma inércia em que todos os desalentos se afundassem, todos os vagos ímpetos morressem para sempre. Seria assim talvez uma verdadeira morte, um sono no fundo do rio, o retorno àqueles terrores de menino diante do sono que o assaltava na sombra da rede sem embalo, dos sustos que Mariana lhe dava, dos latidos do cão naquela noite chuvosa em que, no barco do pai, subiu o rio morto, passando por um trapiche abandonado onde (porque teria suposto?), devia haver um menino morrendo”. Embora editado pela primeira vez em 1947, *Marajó* é consequência, em cadeia, do que foi possível acontecer depois de 22, com todos os seus equívocos e incidentes.

Wanilton Cardoso Affonso.

Autor: José César Borba

Título da crítica: A Amazônia em ciclos de romances

Periódico: *Jornal de Letras*

Local e data: Rio de Janeiro, novembro de 1978

---

A recente reedição de *Marajó*, 22 anos depois de sua publicação, enseja, realmente, o que escreveu Fausto Cunha, “esperar que as novas gerações descubram este grande livro de um grande escritor”. A segunda edição foi revista pelo autor, que vou encontrar na Tijuca, em casa de uma irmã, revisando sua obra, que se estende por dez volumes entrelaçados na paisagem física, humana e social da Amazônia.

– Precisei limpar muito este livro, limpar de muitos adjetivos – comentou Dalcídio Jurandir. Deu-me um trabalho danado... O diabo é a velhice... – sorri.

Referia-se a *Marajó*. Certamente, a revisão do autor do conjunto de seus romances do “Ciclo do Extremo Norte” absorverá o mesmo esforço exigente e paciente, deixando, assim, de singularizar-se o trabalho a que se aplicou para a segunda edição de *Marajó*.

Quanto ao diabo da velhice, a gente apenas se espanta ao verificar que companheiros de geração estão findando os anos 60 da existência. É tão só, no final das contas, uma maneira de rever, prodigioso e apurado, consciente e criador, o jovem romancista de *Chove nos campos de Cachoeira*, cuja primeira versão data de seus 20 anos e cujo lançamento ocorreu quando tinha 31.

Dalcídio Jurandir não revê apenas os dez romances do ciclo da Amazônia, que serão reeditados em conjunto de obra. Tem no prelo outro romance, *Ribanceira*, e escreve novo livro, ainda sem título. Não é dos escritores apressados que partem da sugestão do pórtico, mas dos que se adentram para extrair o título da vivência do texto. É da raça dos escritores que não se satisfazem com o realizado e não se interrompem porque sua obra não se realiza esparsa e isolada, mas somando e projetando presenças numerosas em movimentos, como as boiadas e as aves selvagens.

Seu conjunto de obras já recebeu da Academia Brasileira de Letras o prêmio “Machado de Assis”, honraria que, sem dúvida, foi tão bem atribuída quanto melhor dividida, na medida em que a ABL se honrou a si própria, honrando seu compromisso com a criação literária ao distinguir um dos maiores escritores brasileiros, de obra definitiva e duradoura e, ao mesmo tempo, nada acadêmica.

Dalcídio Jurandir é um fixador de paisagens brutais, de claridades que não tem pressa de lavar o sujo da noite, de rios e lagos engrossando a voz na trovada. Romancista do homem e da selva amazônica, de onde as feras, com seu faro, expulsam o medo da floresta. Na impressionante beleza dos seus livros, a autenticidade é a fonte de seu estilo, de seu tratamento artístico do protesto e da denúncia, sem aceitar influências estranhas à participação e sem concessões à roupagem das palavras.

– Não, nada de roupagem acadêmica, nada de vestir a verdade, – comenta na conversa. O escritor deve ser simples. A literatura brasileira deve prescindir das influências, para se definir, fora do exótico e do fantástico. Em minhas leituras, aprendi a simplicidade com Tolstói. E como romancista, creio ser indispensável ler e reler Flaubert, para aprender a técnica do romance. E viver, viver a sua paisagem, sem se impressionar com viagens em torno dela ou longe de sua realidade substancial.

A reedição do ciclo de romances da Amazônia, de Dalcídio Jurandir, tem uma importância abrangente, no plano cultural e artístico. Trata-se de iniciativa que reúne a grandeza de um escritor à complexidade e densidade de uma região, ultrapassando ambos os valores do regionalismo em sua expressão telúrica. Um intérprete da Amazônia precisaria,

pela informação e adesão à terra, possuir não apenas o talento, mas o caráter de Dalcídio Jurandir. Sua obra é uma seriação de sua vida, a partir da infância, em que a memória se acha impregnada da atitude do homem diante de espessas e infinitas entradas e saídas do ser humano condicionado à natureza física poderosa, e ao comportamento do próprio homem organizado em sociedade, mas não em elementar solidariedade. “Energia com o pessoal. Poupar o mais que puder os ranchos. Energia com vaqueiro que não podia tirar mercadorias mais que permitia o ordenado. Manter sempre vigia armado no lago e nos igarapés”. A ordem é emanção do poder do grande proprietário.

Vicente Salles, em estudo sobre Dalcídio Jurandir, assinala “a obra trabalhada com dedicação e a honestidade de quem ama a terra e o seu povo”, alcançando com isso o imenso painel da cultura popular marajoara, exprimindo a verdade regional com amplitude universal.

Comparando-se, na segunda edição de *Marajó*, o prefácio de Fausto Cunha com o prefácio de Vicente Salles, ressalta a identidade do romancista, para quem a obra de arte, como adverte o prefaciador, “se acha intimamente comprometida com a existência humana”, não sendo exercício estético “sobre o nada, uma descrição anódina e sentimental de paisagens da infância”.

Diria que é como uma esteira verde como a Amazônia, orvalhada de seiva de resinas, “Felicidade? Para amanhã esse problema. Os dias não findam, os sofrimentos aumentam e como pensar em toda aquela desarrumação tão difícil, Senhor, de Felicidade?”

É um grito de personagem, uma pergunta, uma passagem de *Marajó*. Extraída do texto do autor, e não de seus exegetas, parece mais próxima da visão e do sentimento de Dalcídio Jurandir, testemunha das lutas e vicissitudes na Amazônia, que não lhe inspiram a fantasia, mas a sinceridade.

Autor: Mário Barata

Título da crítica: *Ribanceira*, de Dalcídio Jurandir

Periódico: *A Província do Pará*, publicado na coluna “Literatura”

Local e data: Belém, 07 de janeiro de 1979

---

A Editora Record lançou na época de Natal um livro de grande importância para a Amazônia, o romance *Ribanceira* de Dalcídio Jurandir, criação literária que ficará como um dos exemplos de linguagem nova, de ritmos curtos, numa sonoridade que envolve de encanto o leitor, em nosso idioma.

Jorge Amado e a Academia Brasileira de Letras destacaram essa obra, que se insere como último romance, em um ciclo programado de dez. O apoio da Record a um romance moderno deste tipo enquadra-se no esforço crescente da empresa de Alfredo Machado e seus companheiros pela leitura brasileira, da qual já editam Jorge Amado, Dalton Trevisan e Graciliano Ramos.

A forma de *Ribanceira* utiliza frases curtíssimas. Alguns personagens são simbólicos, como Sede de Justiça, o Secretário, o Três do Trabalho, o Tabelião. Mas o que definirá o livro na literatura brasileira é o fato de que Dalcídio, talvez por ser paraense, haja podido captar o amargor e o desalento de uma decadência econômica que historicamente existiu e o romancista estampa, em imagens adequadas em moleza viciosa, como ninguém, ao que parece, até agora fixou, como ele o faz.

*Ribanceira* transcorre como um lento “finale” em vilarejo à beira do grande rio, no término da década dos vinte, quando a esperança de qualquer alta na cotação internacional da borracha já era um sinônimo de loucura. Nesse panorama real de decadência há episódios de extrema beleza, como o encontro do Secretário Alfredo com Daria de Jesus Ferreira (p. 261-267). O trecho da vida transcorre ali numa beleza doce do irreal. Bem mais dentro do sociológico são certas recordações que paraenses e amazonenses possuem da época das vacas gordas. É quase convencional a apresentação do ex-intendente, o coronel Cácio, e, no entanto, é praticamente a verdade. Ele “andou pela Suíça, pela Bélgica, cercou-se de livros franceses que não lê, sobretudo do Larousse que gosta de folhear na varanda sobre o Amazonas onde se balança na rede a suspirar pelos lagos suíços e com uma estampa de Bruges, a morta, na parede. Chefe local do PRF, deputado estadual, coronel da guarda, dono de gaiolas e seringais, lagos e igarapés. Os filhos jogaram a fortuna n’água. Sempre de paletó, ou fraque, ou mesmo sobrecasaca, à tarde pela calçada de casa, bengala de pau de laranjeira polida em dourado. Na calçada folheia o catálogo velho da Galeria Lafaiete, de Paris, onde nas vacas gordas, mandava buscar a roupa. Mansinho-mansinho fez reinar o chicote, o roubo de urnas, a rolha na oposição, o desejo de terra, mas eis que descem os preços da borracha. Como foi que tão de repente a cidade morreu? Todos os dias via cair um sobrado, embarcar uma família, via a cidade, o município, desmanchando-se na mão dele com o juiz pondo Justiça a varejo, cobrindo com a sua toga venal a Comarca sem defesa. Até que o Imposto de Consumo lhe cobra o selo na filha, deu-se aquela noite e seu Guerreiro manda o seu mais aflito telegrama a Belém, os amigos tomam pé em palácio, o velho Cácio amoleceu o miolo, o governador cede. Assim chegam à minha mão três cemitérios no cerrado e tenho de jantar hoje com o coronel Cácio” (p.41-42).

Pouco adiante, o novo prefeito esclarece: – nomearam-me Intendente Municipal dos Escombros. “Nessa cidadezinha, os três cemitérios tinham muita importância, como indica o texto. E o intendente afirma: “Esta cidade é toda-toda cemitério”. Na página 326 encontramos a misteriosa imagem dos “três cemitérios acesos”. E assim a vida vai morrendo, rolando a ribanceira de olhos tristes.

Na orelha do livro a Record nos dá pequena nota biográfica de Dalcídio Jurandir, que é bom divulgar: “nascido em Ponta de Pedras, ilha de Marajó, na boca do Amazonas, Dalcídio Jurandir fez a sua obra de romance no calor, nos encantos, na humanidade sofrida e heroica do Reino de Marinatambalo, nome que os antigos navegantes davam à grande ilha dos ceramistas de Pacoval, dos vaqueiros e dos pajés de Condeixa. O romancista de *Chove nos campos de Cachoeira*, que alcançou em 1940 o primeiro prêmio no concurso nacional de “Dom Casmurro e Vecchi Editor”, o consagrado autor de *Marajó* que no dizer de um crítico da categoria de Fausto Cunha, é um dos maiores romances brasileiros, o criador de *Três casas e um rio*, de densa beleza e com um vigor de análise dos tipos e das situações que alinha o ficcionista entre os grandes do Brasil, o romancista nos dá outros livros em que se apura a linguagem e mais se alarga o painel marajoara, chão e almas, costumes e paisagens, vasta imagem do Pará colhida ao vivo.

“*Ribanceira* é o último livro da série planejada em dez volumes, que mereceu o prêmio “Machado de Assis”, por conjunto de obra, da Academia Brasileira. Em *Ribanceira*, Dalcídio Jurandir nos oferece o quadro de uma cidade morta da Amazônia em que os sobreviventes são de uma poderosa, grotesca e trágica autenticidade. Corre pelas páginas o frêmito de uma profunda compaixão humana e denunciando uma realidade que nos fustiga e não esquecemos mais”.

Menos conhecido é o trecho do discurso de Jorge Amado na citada sessão da Academia, que reproduziremos a seguir:

“Terminada essa tarefa fundamental de cidadão paraense, de brasileiro da Amazônia, poderá Dalcídio Jurandir retomar temas de outras regiões, ampliando ainda mais o território de sua obra ficcional: já o fez antes, com *Linha do parque*, romance do porto do Rio Grande, romance de trabalhadores e reivindicações, de áspera luta, tão áspera a desses gaúchos e imigrantes quanto a dos nortistas em meio à floresta e rebanhos de búfalos. De uns e outros tomou o romancista Dalcídio Jurandir com solidário amor e fez-se arma de sua luta, arauto de sua esperança.

Disse ao iniciar estas breves palavras, sr. presidente, que saúdo Dalcídio Jurandir com o maior prazer, nesta hora em que a Academia lhe entrega o “Prêmio Machado de Assis”; acrescento que o faço igualmente com a maior alegria, a alegria de amigo a acompanhar há mais de trinta anos a trajetória desse romancista exemplar, cuja obra, realizada no silêncio, na humanidade e no orgulho de um criador consciente de sua responsabilidade de escritor e de brasileiro, é patrimônio de todos nós; sinto-me feliz de ter junto a esse índio sutil, a esse homem íntegro, andado muito caminho e erguido bandeiras invencíveis”.

Autor: Enilda Alves

Título da crítica: Dalcídio Jurandir, na visão de Enilda

Periódico: *O Estado do Pará*

Local e data: Belém, 17 de junho de 1979

---

### Enilda reavalia o autor paraense

A narrativa fantástica, que alcança enorme sucesso com Gabriel Garcia Marques, aparece nitidamente, bem antes do autor colombiano, na obra de Dalcídio Jurandir. Essa é uma das constatações que faz a professora Enilda Alves, em seus trabalhos sobre a obra do escritor paraense, falecido ontem no Rio de Janeiro. Professora de Língua e Literatura da Universidade Federal do Pará e da Fundação Educacional do Estado do Pará, Enilda Alves fez pós-graduação na PUC do Rio de Janeiro, onde começou um trabalho de reavaliação da obra de Dalcídio Jurandir. Chama a atenção também a professora para a necessidade de serem reeditados três importantes livros do autor: a sua obra prima *Três casas e um rio*, *Passagem dos inocentes* e *Belém do Grão-Pará*. É a professora Enilda Alves quem dá o seu depoimento sobre o escritor Dalcídio Jurandir.

“Dalcídio Jurandir nasceu na Vila de Pontas de Pedras, Ilha de Marajó, Pará. Viveu toda a sua infância em Cachoeira, na mesma Ilha. Seus estudos fez em Belém, o curso primário no Barão do Rio Branco e dois anos de ginásio no Paes de Carvalho, de onde saiu para o interior do Estado servindo como funcionário municipal no Baixo Amazonas. Voltou a Belém, funcionário estadual, viajando sempre pelo interior.

Estreou na literatura com o romance *Chove nos campos de Cachoeira* em 1941, ganhando o primeiro prêmio no concurso “Dom Casmurro Casa Vecchi”, lançado no Rio de Janeiro. A seguir transferiu-se para o Rio, onde fez jornalismo, redigiu textos avulsos e continuou, silenciosamente e modestamente escrevendo sua notável obra. Depois de *Chove nos campos de Cachoeira*, publicou *Marajó*, *Três casas e um rio*, *Belém do Grão-Pará*, *Passagem dos inocentes*, *Primeira manhã*, *Ponte do galo*, *Os habitantes*, *Chão dos lobos* e *Ribanceira* seu último livro e que fecha a “Série Extremo Norte” que se propôs a escrever. Além desses, ainda escreveu *Linha do parque* narrativa ideológica, fora de sua temática preferida: a Amazônia.

Os seus dez romances sobre a Amazônia contêm variações em torno dos mesmos temas, dos mesmos personagens, das mesmas paisagens, seres e terras do Marajó e de Belém.

O primeiro livro da série, *Chove nos campos de Cachoeira*, introduz a paisagem, a problemática e os personagens que serão retomados nos demais. *Marajó* é um romance que aborda os aflitivos problemas sociais e humanos da nossa região, “é feito com a verdade cotidiana, com a paisagem exata, com as fisionomias possíveis de existência” como definia Luís da Câmara Cascudo. Trouxe também grande contribuição para Etnografia e a Fisiologia, enriquecendo-as com novos vocábulos e nos mostrando a Amazônia em sua crueza e abandono.

Em *Três casas e um rio*, uma de suas melhores obras, coexistem lado a lado a narrativa ideológica e fantástica. Em 1958, Dalcídio Jurandir introduzia em sua obra este tipo de narrativa que fez sucessos somente a partir de 1971 com *Cem anos de solidão*, de Gabriel Garcia Marquez. Em *Três casas e um rio*, Alfredo, o personagem central de toda a série se lança ao imaginário através de um carocinho de tucumã. Jogando-o para o alto, ele foge, através da imaginação, daquela vida miserável e consegue penetrar em um “outro mundo”.

Nesse livro existe também Marinatambalo, fazenda quase cidade, onde vivem ou viveram alguns de seus personagens, temida pelos que habitavam na vila de Cachoeira por ser mal-assombrada. Marinatambalo corresponderia a Macondo onde Marquez situou seus personagens em *Cem anos de solidão*. Os aspectos das duas são bem semelhantes, porque Macondo é fundada graças ao personagem que fala com fantasmas e em Marinatambalo existe a velha Mariana que também fala com as visagens que lhe aparecem para contar os seus sofrimentos e o quanto lhes fizeram padecer os donos daquela fazenda. Em Macondo, a destruição final da cidade é feita pelo seu último descendente, cuja história se parece em uns momentos com a de Edmundo, último descendente de Marinatambalo que desaparece no mondongo montado num búfalo e nunca mais dele se ouve falar. Ele que é o próprio fantástico por ser comparado pelas moças do lugarejo com boto, “cavaleiro fantástico, homem cobra, homem vira-bicho da sucuba”.

Abordamos apenas alguns aspectos de semelhança entre os dois livros. Uma análise mais profunda, faço em seu trabalho sobre Dalcídio.

Dalcídio continua sua saga sobre a Amazônia em *Belém do Grão-Pará* cuja a narrativa situa-se agora em Belém, mas continua a refletir o imaginário a que recorre constantemente o personagem central.

*Passagem do inocentes*, em seguida, nos coloca diante de novas situações e episódios envolvendo personagens já conhecidos. Outros, porém, serão colocados em cena, ora em Belém, ora em Marajó, em torno de Alfredo. Nesse livro, o autor autoriza novos recursos de linguagem e narrativa.

O tempo é desses recursos que se parte em dois, o de Alfredo e o de Celeste e a passagem reflete a saída da infância para a adolescência.

*Primeira manhã* reflete a sua entrada no ginásio, a expectativa e a decepção do pequeno personagem caminham lado a lado e vão marcar profundamente a sua adolescência. Neste livro também introduz outros personagens e entre eles se destaca a sempre ausente Luciana, envolta em grande mistério e que continuará em outras narrativas.

*Ponte do galo* é a “ponte” entre o passado e o presente. Neste romance, o passado distante se reencontra como presente através da volta de Alfredo, nas férias do ginásio à Cachoeira.

Estes são alguns exemplos do modo de narrar de Dalcídio Jurandir e da importância de sua obra profundamente humana, literariamente rica e que está para ser avaliada e estudada como merece. “Morre o autor, fica mais viva do que nunca a sua obra”.

Autor: não identificado

Título da crítica: Dalcídio morre longe do Marajó e sem conseguir editar obra completa

Periódico: *O Liberal*, publicado na coluna 1º. caderno

Local e data: Belém, 17 junho de 1979

---

Morreu o escritor paraense Dalcídio Jurandir. Foi nesta madrugada de sábado, na cidade do Rio de Janeiro que conhecia desde os 18 anos, pelo Dalcídio Jurandir foi o ficcionista que mais se utilizou dos vocábulos amazônicos em sua obra.

Na “Grande Enciclopédia da Amazônia” de Carlos Rocque, Dalcídio Jurandir é aquele romancista que nasceu na antiga Vila de Ponta de Pedras, na Ilha do Marajó, no ano de 1909. Ali fez seus estudos primários e com sua mãe aprendeu as primeiras letras.

Aos treze anos de idade, o menino Jurandir, atravessou o Furo da Laura e veio para Belém morar. Aqui fez os estudos secundários que não chegou a concluir. Completou dezoito e pegou também seu “Ita e foi pro Rio morar”. Retorna a Belém em 1931 quando começou a escrever para os jornais locais, logo revelando uma grande capacidade jornalística.

Nessa época exercia uma ocupação na Secretária de Educação do Pará. Em 1940 lançou seu primeiro romance. *Chove nos campos de Cachoeira* que logo lhe deu renome, ganhando com ele, o 1º. lugar em concurso pelo periódico “Dom Casmurro”, Rio de Janeiro, concorrendo com grandes escritores da época.

Dalcídio era um romancista ligado à escola pós-modernista de 1930. Seus romances traziam um drama caboclo e doído, que narrava o dia das Ribeirinhas e a solidão das cidades isoladas na imensidão Amazônica. A estes romances, Dalcídio Jurandir dispensou os vocábulos amazônicos mais desconhecidos, mas que traziam um ritmo às obras de ficção que surgiam no mundo literário da época. Dalcídio Jurandir colocou em seus livros palavras que cantam os acidentes geográficos que representam e as palavras que saiam da boca do homem amazônico, que até então ainda, não havia emprestado sua língua para os registros e obras literárias. Foi ele quem colocou as palavras amazônicas mais lindas nas linhas dos romances de então.

Fazendo literatura com linguagem tipicamente amazônica, dá sequência ao seu trabalho sem o uso de glossários elucidativos, criou e firmou seu estilo encantando os leitores com a cor das palavras utilizadas no Marajó. Foi o que bastou para suprir o sulista que já vinha se empanturrando de vocábulos da literatura baiana, carioca, mineira e gaúcha. Havia um novo conto no ar e o mundo intelectual precisava saber qual era. Era Dalcídio Jurandir, de Ponta de Pedras.

Aparece *Marajó*, um livro que ele escreveu depois que foi trabalhador nos típicos barracões armados na beira da baía. Nesta época Dalcídio dado com seus costados em cais de Salvaterra e por lá traçou as linhas deste novo romance das histórias dos vaqueiros e seus búfalos, os jacarés e as coisas anfíbias da terra, água e sua gente, que o escritor gravou em sua obra, em 1947. Quase dez anos depois o fértil escritor lança outra de suas criações, *Três casas e um rio*, em 1958, depois foi *Linha do parque* escrito do Rio Grande do Sul, último de seus livros cujo cenário não é a Amazônia.

Em seguida, escreve *Belém do Grão-Pará*, um romance saído nos primeiros dias da década de 1960, que já se sacudia com muitas mudanças. Lança em 1963, *Passagem dos inocentes*. Sempre com um livro no prelo, Dalcídio Jurandir lança em 1968, *Primeira manhã*. Com *Belém do Grão-Pará* ganhou os prêmios “Paula Brito” e “Luiza Claudio de Souza”. A respeito de um de seus livros escreveu Nelson Werneck Sodré “não é apenas pela fidelidade ao ambiente que merece apreço; mas pela sua força descritiva, plena de verdade e de beleza,

pela sua maneira de fazer viver a gente que povoa as suas páginas, pela realidade que traduz os laços sociais que a dominam”.

Outro crítico, Astrogildo Pereira, disse que as obras de Dalcídio Jurandir eram repletas de “abundante material folclórico, alusões e lendas, de uma transposição romanesca das experiências vividas”.

Ele que aprendeu a escrever com a sua mãe, Margarida Ramos, achava que os prefácios eram ignóbeis, e uma das formas de abomináveis pistolões. Ele disse que não conheceu nenhum livro que vencesse pelo prefácio e já havia conhecido prefácio que ficaram sem que ninguém se lembrasse mais da obra que eles apresentavam.

Dalcídio era um jornalista muito combativo. Escreveu para o *Imparcial*, *A Crítica* e *O Estado do Pará*. Em 1936, o escritor é preso incomunicável por suas ideias esquerdistas, tendo participado do Movimento da Aliança Nacional Libertadora. Sabendo que poderia ficar um bom tempo no xadrez, com muito custo, consegue levar preso junto consigo, outro maldito de seu tempo. E lê na prisão, a obra de Cervantes, *Dom Quixote*. Fica preso dois meses e incomunicável. Somente ele e Cervantes nas masmorras do presídio São José.

O fascismo tomava forma nas elites conservadoras e isso não fazia bem ao pensamento do escritor paraense que torna às masmorras devido à campanha que promove contra o fascismo pelos anos 1937.

Em 1939, vai para Salvaterra assumir um emprego público que mais se assemelhava a um desterro em sua própria terra. Lá reescreve, *Chove nos campos de Cachoeira*. Um telegrama vai encontrá-lo no Baixo Amazonas, quando andava já por Santarém. Era o aviso de que o jornal *Dom Casmurro* havia lhe concedido o prêmio mais importante de sua vida. A comissão julgadora era composta de homens como Jorge Amado, que faz em sua homenagem uma saudação quando era apresentado na Academia de Letras. Havia também Oswald de Andrade, Álvaro Moreyra e Rachel de Queiróz nesta comissão.

Quem escreveu a primeira crítica à obra de Dalcídio Jurandir foi Machado Coelho em 1941, fato este que marcou um grande tento na amizade que os dois camaradas já nutriam. Em 1970 concluiu *Ribanceira*, em 1971 publicava *A ponte do galo* e por esta época é aposentado como escritor na condição de autônomo, pelo INPS.

No governo de Clóvis Moraes Rego, uma mensagem foi enviada à Assembleia Legislativa arbitrando uma pensão do Estado a Dalcídio Jurandir que foi aprovada por unanimidade. Ele, o escritor paraense, que imortalizou os vocábulos amazônicos, morreu, longe de sua terra, na madrugada de sábado, longe de algum de seus grandes amigos.

Autor: não identificado

Título da crítica: -----

Periódico: *A Província do Pará*

Local e data: Belém, 19 de junho de 1979

---

O festejado romancista conterrâneo, como Vossas Excelências podem constatar, merece a especial atenção dos poderes constituídos do Estado, pela robustez literária da obra que construiu, toda ela inspirada nas coisas, na gente e no meio físico e geográfico da terra. Essa atenção se justifica, tanto pela alta qualidade do acervo, nacionalmente reconhecido, como pela importância que essa divulgação representa para a imagem precisa que o país, e o mundo precisam ter de nossa região.

Ainda que essa inestimável contribuição para as nossas letras seja inconteste, não é menos certa a inexpressiva retribuição dada aos trabalhos literários em geral, regra a que não fugiu o romancista marajoara, hoje residindo no Rio de Janeiro, onde se acha gravemente enfermo, carente de recursos capazes de assegurar-lhe a digna sobrevivência.

Considerando tudo o que lhe falta para a continuidade da vida material, parece incontestável o dever do Poder Público em assegurar-lhe o mínimo imprescindível, gesto esse de reconhecimento pelo que a causa pública deve a Dalcídio Jurandir, pela execução de sua obra literária.

Certo estou, portanto, da escolha que Vossas Excelências darão à presente matéria, apreciando-a no prazo de trinta (30) dias, na conformidade do estatuto do artigo 61, § 2º., da Carta Magna Estadual.

Ao ensejo apresento-lhe protestos de estima e consideração.

Prof. CLÓVIS SILVA DE MORAIS RÊGO  
Governador do Estado

**PROJETO DE LEI N° ..... DE.... DE 1979**  
**Concede Pensão Especial a Dalcídio Jurandir Pereira.**

A Assembleia Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica concedido ao romancista paraense Dalcídio Jurandir Pereira, a pensão mensal correspondente a oito (8) valores de referência vigentes para a terceira (3ª.) região salarial, reajustáveis nas oportunidades de elevação do citado nível.

**Parágrafo Único** – O valor de referência a que se refere este artigo será o que foi estabelecido pela Legislação Federal n°. 8205, de 29.04.75, que descaracterizou o salário mínimo como fator de correção monetária.

Art.2º. – A despesa de que trata o artigo anterior correrá à conta dos recursos financeiros do Estado em sua dotação própria.

Art. 3º. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, .... de ..... de 1979.

Prof. CLÓVIS SILVA DE MORAIS RÊGO  
Governador do Estado

**NR:** A notícia da morte do escritor paraense Dalcídio Jurandir teve ampla repercussão nos meios literários de Belém e foi motivo de um trabalho de pesquisa deste Jornal, publicado em nossa edição de domingo passado.

Porém, o nosso noticiário teve um senão: por um lapso de paginação, a foto que saiu publicada dando-a como a de Dalcídio Jurandir é, na realidade, a do Sr. João Farias, membro da Casa do Pará no Rio de Janeiro.

Autor: João Malato  
Título da crítica: Marajó de Luto  
Periódico: *O Liberal*  
Local e data: Belém, 19 de junho 1979

---

A morte de Dalcídio Jurandir não me trouxe somente pena, mas um pungido remorso por nunca ter escrito nada sobre a sua obra, ele que foi o maior escritor da sua geração e dedicou tudo o que escreveu à grande e bela ilha em que ambos nascemos e da qual fizemos o “leit-motiv” das nossas perenes buscas às próprias raízes.

Poderia explicar, de certa forma, os motivos da separação em que vivemos. O primeiro dos quais foi um desentendimento jornalístico que nos surgiu em plena mocidade, quando ele servia na Secretária Geral do Estado, no primeiro governo do então capitão Magalhães Barata, e eu dirigia o vespertino *Crítica*, que verberava os métodos administrativos desse então Interventor Federal.

Aconteceu, um dia, que um jornal afeiçoado à nova situação, dirigiu-me, sob anonimato, certas alfinetadas, que um elemento da mesma secretaria de Estado procurou-me para assegurar serem da autoria de Dalcídio Jurandir, a quem eu muito estimava. E, claro que, nessa mesma tarde, o meu jornal trazia dois períodos de fogo contra o moço conterrâneo que, por confidências recentes feitas a um amigo comum, sempre se ressentiu da pungência dessa farpa.

O segundo motivo que nos separou quase definitivamente foi a sua adesão, mais tarde, à ideologia marxista, contra a qual, pela vida inteira, me bati. Naquele tempo, só havia duas opções políticas, para os homens e mulheres deste país: ser ou não ser comunista. Em qualquer dos lados em que alguém se colocava, a determinação era só: destruir ou ser destruído.

Felizmente, essa mentalidade transformou-se, com o andar dos tempos, ao ponto de sentir prazer em confraternizar com os “comunas” daquele tempo, e que acabaram por se me revelar como gente inofensiva, e que apenas lutava por um lugar ao sol no duro páreo da afirmação do seu próprio “eu”.

Na minha última viagem ao Rio de Janeiro, que aconteceu em janeiro findo, encontrei-me com Dalcídio que, como eu, estava levando cartas a registrar na agência postal da Cinelândia. A despeito daquela timidez que lhe era quase mórbida, ele demonstrou alegria em me rever, prazer que eu também lhe demonstrei, saindo os dois a caminhar juntos, sob à sombra das árvores do Passeio Público, o que nos levou a recordar a ínsula natal, com os seus campos ondulantes e os bosques rumorosos, em cujas galharias o vento soprava queixumes e lamentações que pareciam vir do paraíso que perdêramos.

Dalcídio Jurandir não foi aquilo que poderíamos chamar de escritor amazônico. Ao contrário de Raimundo Moraes, de José Veríssimo, de Aurélio Pinheiro, de Alfredo Ladislau e de tantos outros, Dalcídio não se preocupou em fazer naturalismo, nem sociologia regional. O seu forte, que era, também, a sua paixão de escritor glebário, era Marajó, com as suas peculiaridades e os seus problemas, os seus usos e costumes, os seus tipos humanos, alguns dos quais grafou, com água forte, nas páginas dos seus livros, onde, a qualquer momento, podem-se recolher figuras estereotipadas, como a do fazendeiro envolvente e ambicioso, a do vaqueiro anguloso e tostado por todas as soalheiras, a do regatão sempre incansável e ladravaz. Praticamente, toda a humanidade sofrida, estóica e viril que se agita ao longo do Arari, que é a calha onde se cruzam as ambições, os sofrimentos, as esperanças e desesperanças da vida marajoara – tudo isso está dentro da obra de Dalcídio Jurandir, e intrinsecamente ligada ao seu próprio destino. O que escreveu, sobre a sua ilha e sobre a sua

gente, fê-lo com sangue e força emotiva, porque nelas estavam as suas raízes e a própria razão de ser da sua consciência criadora.

Não fosse ele o desprendido total que foi, e outra teria sido a sua trajetória de homem de pensamento, livre das vicissitudes e problemas que lhe amarguraram os últimos anos de vida, a padecer necessidades sobre um montão de ouro, prefigurado pelos grandes livros que escreveu, e que não soube explorar, como tantos outros escritores que não chegavam aos pés, souberam fazer.

Estou a vê-lo, em 1920, em Cachoeira, até onde a minha juventude me levou, juntamente com mais uma dúzia de companheiros, para disputar um jogo de futebol com time local, e tivemos, em nossa recepção, uma saudação argentina e calorosa, proferida por um menino de 12 anos, vivo, simpático e cordial, que logo nos conquistou pela vivacidade e pela inteligência, que tanto prometia.

Pobre Dalcídio. Toda a Ilha de Marajó, neste momento precisava estar de luto.

Autor: Miguel Neiva  
Título da crítica: Dalcídio Jurandir  
Periódico: *Última Hora*  
Local e data: Rio de Janeiro, 19 de junho de 1979

---

Na manhã cinzenta de domingo, estive entre os amigos que foram dizer adeus a Dalcídio Jurandir. Lá estavam Oscar Niemeyer, Josué Montello, Ivan Alves, João Condé, Josué de Almeida, Maurício Caldeira Brant, José Teitelroit, Waldir Duarte, entre outros. Certamente inúmeros mais acorreriam, mais tempo houvesse para chamar à despedida todos aqueles que admiravam esse grande espírito, essa alta e nobre figura humana que foi Dalcídio.

Desde alguns anos ele praticamente se isolara. Pouco saía, a não ser para umas esporádicas idas ao Centro, a visitar Carlos Ribeiro e remexer livros na Livraria S. José. Foi sendo progressivamente destruído pelo mal que o consumia, entre tremores de dolorosas sequelas. “Ah, doença ridícula, doença ridícula!”, me dizia, tomado de fúria e, ao mesmo tempo de temor que ela lhe afetasse o que era sua riqueza única: o cérebro. Foi um longo sofrimento, mitigado pela solicitude familiar, e durante o qual ele se dividiu entre momentos de conformidade e de revolta contra aquele mal que o atingira de forma tão inusitadamente cruel.

Se pessoa houve que não mereceu tamanho martírio, esta pessoa foi Dalcídio Jurandir. “Índio sutil”, como o chamava carinhosamente José Lins do Rego (na verdade era filho de mãe negra), o marajoara Dalcídio se movia entre os homens com uma suavidade de pluma, delicadíssimo, atento a não ferir ninguém, quase feroz no seu pudor e no seu orgulho de homem pobre e desinteressado da riqueza, de escritor a quem o talento, a força criadora e o sentimento da solidariedade humana abriam os mais largos horizontes. Era dessas criaturas que parecem misteriosamente incapacitadas para viver num mundo onde há inexplicáveis problemas como fazer contas, tomar condução, dirigir automóvel, satisfazer requisitos burocráticos, negociar contratos, ganhar dinheiro. Máquina, só de escrever. Um magnífico “cronópio”, da classificação de Cortázar.

Era como se todos os seus recursos e capacidades se decantassem para concentrar-se em duas preocupações fundamentais. Primeira, a literatura, a que serviu com uma obra que realizou a duras penas, com o seu ciclo de romances do “Extremo Norte” – de *Chove nos campos de Cachoeira* (1940) e *Ribanceira* (1978) –, uma obra de grande importância, ainda não devidamente estudada e valorizada.

E segunda preocupação, a política no mais elevado sentido na palavra, o ardente propósito de ajudar a causa da libertação do homem. Nesse rumo, com uma firmeza incomum, se orientou a sua atividade de jornalista e publicista.

Modestamente, estivesse viva das ostentações e vaidades que andam soltas por aí. Dalcídio Jurandir cumpriu de maneira exemplar como poucos brasileiros o terão feito, seu destino de homem e de intelectual. Vai, descansa em paz, amigo irmão.

Autor: Pereira Neto

Título da crítica: Dalcídio Jurandir

Periódico: *O Liberal*, publicado na coluna: "1º. Caderno"

Local e data: Belém, 24 de junho 1979

---

A Amazônia perde Dalcídio Jurandir. A Amazônia começa a conhecer Dalcídio Jurandir.

Apesar de nossos laços consanguíneos, em virtude de ser ele irmão de meu pai, não o vi mais do que uma única vez. Foi por volta de 1960, se não me engano. Eu era, então, repórter do finado *Jornal do Dia*, procurei-o com a finalidade de conhecê-lo pessoalmente. Nada tratamos sobre literatura.

Perguntou-me logo pelos parentes e amigos de Marajó, e especialmente pelos de Ponta de Pedras. Eu o vi calçando tamancos na intimidade da casa de sua irmã Alfredina, manuseando folhas de papel e se esforçando para ler através de grossas lentes. Assim ficou-me a sua lembrança, se simplicidade franciscana e uma bondade translúcida que emanava de sua constante obsessão pela justiça a favor de fracos e oprimidos.

No natal de 1971, eu passava pelo Rio, trocamos palavras pelo telefone. Novamente nosso assunto versou sobre a gente marajoara e as novidades da terrinha.

Mesmo com tão pouco contato pessoal eu seguia a sua trajetória como um aprendiz atento a estudar-lhe o romance e o estilo. Desde a adolescência esforçando-me para escrever o meu recado de tijucais e campinas encharcadas. Todavia eu não achava coragem para confessar-lhe esses arroubos literários e enchia-me de escrúpulos no medo de roubar-lhe o precioso tempo.

Somente quando, em Brasília, animado pelas apreciações dos amigos Pedro Bonilha Regueira e Cassiano Nunes, decidi pedir a sua opinião sobre meu trabalho. Creio que ele ficou surpreso – não com o valor da coisa – pelo fato do arredio sobrinho revelar pretensões literárias.

Não trocamos, também, mais do que um par de cartas, aliás, quase bilhetes. Não conheci, portanto, o homem Dalcídio; me aproximei mais dos seus romances e com eles aprendi a respeitar o povo: a gentinha dos sítios, o ser humano.

Em setembro de 1976, a respeito de um trabalho inscrito em concurso nacional, dele recebi uma carta cheia de incentivos. Agora, já na fase aguda da doença, quis escrever-lhe e apronteí umas linhas. Jamais as remeti. Envolvido pelo torvelinho do dia a dia adiei a remessa dessa carta, até que, regressando dos confins do Brasil, tive em Manaus a infausta notícia.

Curiosa coincidência estava eu enfurnado pelas ribeiras do Nhamundá, em 1965, quando soube da morte de outro tio, o jornalista Flaviano Pereira. É talvez, o destino que tece essas urdiduras, quando tombam os maiores de nossa família, estou eu em pleno aprendizado dessa estupenda realidade amazônica, pisando o duro chão, convivendo com as gentes que foram a razão de suas vidas.

Belém, 14/02/1979

Prezado Dalcídio.

Tia Alfredina deu-me notícia suas. Contou-me sobre sua saúde, mas deixou-me a impressão de que você está superando a provocação dedicando-se à sua obra literária.

Imagino-lhe, assim, como as nossas potentes árvores de pau-d'arco que chuvas e trovoadas não conseguem abalar. Estou certo de que, apesar de uma certa indiferença que resta por parte daqueles que devem orientar nossa gente, mais cedo ou mais tarde haverá finalmente o reconhecimento público desta iletrada província nheengañba ao seu ilustre filho.

Gostaria de melhor dedicar-me à divulgação de sua obra, até mesmo em benefício desta terrinha de colonos e extratores de drogas-do-sertão, mas infelizmente, ainda não posso deixar de ocupar meu tempo na luta pela sobrevivência. Nada tenho escrito mais do que uns esporádicos e simplórios artigos para *O Liberal*. O romance (?) *Tipacoema* permanece inédito esperando pelo julgamento das traças, que como é sabido poupam quase sempre o que realmente tem valor. Veremos, afinal, a sentença delas...

Iniciei uma novela a que chamarei (provisoriamente) *As caravelas*. Nela procuro buscar nossas heranças culturais retratando a violência da Colônia de exploração com a qual começamos nossa história nacional. É, entretanto, um projeto apenas delineado, faltando sobretudo, as condições necessárias à concentração e continuidade do trabalho.

Tenho desejo de escrever-lhe mais amiúde, porém receio ir perturbar seu repouso ou estorvar seu tempo de trabalho. E fico só na vontade de receber suas palavras de experiência e orientação.

Há muito pretendo contar-lhe uma história singular, agora creio ter chegado a hora oportuna.

Certa tarde há 25 anos, um caboclo olhando a maré vazante de bucho prene de ucuúbas e andirobas, da parição das várzeas, deu-se conta do estúpido fatalismo de seu mundo conformista e alienado.

Desde então pelejou com o lápis e o papel na ânsia de transmitir um grito maior do que os chamados dos sítios com seus portos de marás e miritis povoados de convites para ladainhas e ajudatórios. Tal foi o seu empenho em lidar com a palavra escrita que lhe ficou no dedo médio, como condecoração de guerra, um vistoso calo seco. Isto se tornou num signo de maldição que lhe acompanhou aderido à pele como a própria sombra e não lhe deixou ser comerciante ou fazendeiro ou rezador ou piloto de igarité, mas impediu-o como a profecia do velho Bebiano dita a Alfredo. “Esse teu pé no bostoque, vai é que vai, menino...”. E assim foi.

O que era instinto ou sina, aquele galope nas veias acesas, só tomou forma no dia em que entre os vapores das tardes calorentas da velha Itaguari ele penetrou pelo sometume das brenhas, no umbro dos igarapés, por onde Alfredo levava seus sonhos de justiça como Quixote papa-chibé da reforma agrária do rio Paricatuba.

O que era o dia-a-dia de todos os conterrâneos, e o seu próprio, ganhava vida e consciência.

O drama miúdo daquela gentinha cor de jenipapo. A amásia de Alfredo abortando o filho indesejado, seus dedos tintos de sangue arrancado dos peixes escamados em riba do jirau. A figura posuda do Major e o seu Chalé preconceituoso. Os gemidos sufocados no âmago do tucumã. Caras danadas nas coivaras da roça. Velas pardas de tanino, igarités. Tudo, enfim, tinha significado...

No entanto a realidade estivera sempre palpável, concreta, no duro chão onde os carcomidos tamancos arrancavam som e música ao sol do meio dia. Mas a imensa e invencível inconsciência, como defesa orgânica de mentes escravizadas, recusava-se a dar conta do que era. Foi o milagre do romance que fez com que o caboclo achasse expressão à sua angústia e decifrasse o mistério da maré vazante.

O caboclo sou eu e o romance é o *Marajó*, de Dalcídio Jurandir.

Esta é a história certa e verdadeira, com a qual justifico minha incurável teimosia de escrever, escrever e escrever, até que meu grito seja escutado e que as traças hajam concluído o julgamento.

Com um afetuoso abraço e os votos de que a saúde volte e o ânimo não esmoreça jamais.

Do José Maria

Autor: Nazaré Vieira<sup>35</sup>

Título da crítica: O romancista padrão do “Extremo Norte”

Periódico: *O Liberal*

Local e data: Belém, 24 de junho de 1979

Do saudoso escritor, recentemente falecido, relembrando alguns traços de sua personalidade e de sua obra literária.

#### TRAÇOS DE SUA PERSONALIDADE

Marajoara, nascido na Vila de Ponta de Pedras, em 10/01/1909, passou toda a sua vida na Vila de Cachoeira do Arari, na mesma ilha, onde aprendeu com sua mãe, em casa, as primeiras letras. Em Belém fez os estudos primários, matriculando-se no Curso Ginásial do hoje Colégio Paes de Carvalho, onde cursou apenas até a 2ª. série, devido a problemas financeiros, secundado pelo seu introversão, que parece ter sido o seu sempre companheiro.

Mas, embora enfrentando os sempre problemas financeiros, o menino de Ponta de Pedras desde cedo buscava os livros da biblioteca de seu pai (que fora Secretário da Intendência de Cachoeira) e mergulhava nas leituras, revelando desde então o gosto pelas letras, que mais tarde o tornaria jornalista militante da Imprensa do Pará e do Rio de Janeiro e, sobretudo, o grande romancista do “Extremo Norte”, o escritor que melhor “soube aprofundar as realidades humanas da Ilha do Marajó e de Belém do Pará”.

Dalcídio foi lavador de pratos, foi revisor na redação da Revista *Fon-Fon*, no Rio de Janeiro, Secretário-Tesoureiro da Intendência Municipal de Gurupá (no Pará), foi 1º. e 2º. oficial da Diretoria de Educação e Ensino, exerceu o cargo de Inspetor Escolar, colaborou em jornais do Norte e Sul do país, enfim, suas atividades foram diversificadíssimas, mas em todos os momentos contou sempre com o apoio, o incentivo e a ajuda de amigos como Raynero Maroja, Pais Barreto e outros.

Como parte da vida dalcidiana registra-se ainda, a sua prisão por duas vezes no Presídio de São José, em Belém, por suas ideias políticas.

Dalcídio voltou ao Rio de Janeiro, aposentado, como escritor, na condição de autônomo pelo INPS desde 1971, acometido pelo mal de Parkinson e faleceu em 16/06/1979.

Como se pode perceber, a vida de Dalcídio foi sempre pontilhada pela busca da sobrevivência. Todavia, sua experiência de ora privar de empregos modestíssimos, ora de melhores, aliada à sua visão humana universalista, deu-lhe a matéria prima de caráter social, documentada através da variedade das linguagens caboclas marajoaras, que fluem em todas as páginas de seus romances *Chove nos campos de Cachoeira* (1941), *Marajó* (1947), *Três casas e um rio* (1958), *Belém do Grão-Pará* (1960), *Linha do parque* (1962), *Passagem dos inocentes* (1963), *Os habitantes* (1967), *Primeira manhã* (1968), *Chão dos lobos* (1968), *Ribanceira* (1970), e *Ponte do galo* (1971).

Mas, a coragem de lutar por um ideal, presente em sua acidentada vida e presente nos seus romances desde o primeiro – *Chove nos campos de Cachoeira*, coroou-lhe com louros da vitória, pois Dalcídio que tem suas obras publicadas não só no Brasil, como na União Soviética, é hoje o romancista padrão do “Extremo Norte” brasileiro, sem demérito de outros, reconhecidos pela grande crítica literária.

<sup>35</sup> Discente de pesquisa de Dialetologia da UFPA.

E o Pará, com todos os paraenses, marajoaras ou não, orgulhoso de ser o Estado-berço de Dalcídio, conferiu-lhe no governo de Clóvis Morais Rego, a Comenda da Ordem do Mérito do Grão-Pará no Grau de Oficial, em 1979.

#### “O ROMANCE”

Este romance foi escrito, em sua primeira versão, quando o escritor tinha 20 anos, em 1929. Em 1940, obteve primeiro “Vecchi-Dom Casmurro”, de cuja comissão julgadora participaram Jorge Amado, Oswald de Andrade, Álvaro Moreira e Raquel de Queirós.

Com *Chove nos campos de Cachoeira*, Dalcídio iniciou sua brilhante carreira de romancista do “Extremo-Norte”. O romance, que é fruto de uma inteligência cronologicamente jovem, revela uma consciência cujo processo de expansão progressiva já alcançou e alargou o seu campo de percepção no caminho da verdade, do conhecimento ou da realidade. Consciência lúcida e leal, que aguça, afina e desdobra a sua própria capacidade de perceber novos ângulos, associada à visão criativa do romancista, é o que se faz presente as páginas desse romance que teve como palco a pequena Vila de Cachoeira, na Ilha de Marajó.

A narrativa inicia com a imagem-símbolo “o caroço de tucumã”, que parece encerrar a problemática de Alfredo que, ao voltar dos campos, “sentia um desejo de se embrulhar na rede e ficar sossegado como quem está feliz por esperar a morte” e, ao mesmo tempo, o elemento de fuga, de evasão, que se observa em “o caroço ficará nos campos queimados, apontando a história do faz-de-conta” (p. 21).

E, na mistura do “gemido da terra e da morte que o fogo queimou” (p. 21) sente-se o conflito íntimo de Alfredo que “mora num chalé de madeira, assoalhado e alto” (p. 22), onde não se comia “jijus”, em contraste com “muito moleque sujo, em Cachoeira, que tinha as pernas limpas e bonitas e morava na sujeira, nos barracos de chão” (p. 20-21). É o drama social.

É o preconceito de cor que faz Alfredo achar “esquisito que seu pai fosse branco e sua mãe preta”, embora envergonhando-se “por ter de achar esquisito” (p. 22-23). É a presença esquecida do caboclo “amarelo, empambado, mas brigador” (p. 22). É o ideal político-filosófico sutil e intencionalmente presente naquele desfile carnavalesco com “um ar, de festa cívica” (p. 53), em que “a Bitá passava toda de verde e amarelo, o barrete frígio, representando a República” (p. 53) e que o “Carvalho que se encontrava na calçada logo entendeu a grave significação do barrete da moça de verde e amarelo” (p. 53). Tudo isso parece ser a tônica do romance que se desenvolve, deixando-nos sempre preocupados com o “caroço de tucumã”. O “caroço de tucumã” parece simbolizar, ainda, o universo limitado de toda aquela paisagem humana, nitidamente caracterizada por Alfredo, que “não comia passarinho balado” (p. 22), e por Henrique, que quantas vezes “não matou a fome com um passarinho no espeto” (p. 22), embora fosse ele (o caroço) o companheiro leal das fugas e devaneios de Alfredo.

Não somente o social, o regional, os sonhos de Alfredo, a revolta de Eutanázio tornam a obra respeitável. Em todo romance significativo e significado se entrelaçam e se completam. Nem poderia deixar de ser, uma vez que um nada seria sem o outro. E aí está a sensibilidade criativa, no sentido da dosagem certa. Isso tudo não faltou a Dalcídio ao saber jogar com as palavras, dando plasticidade, colorido à paisagem humana, como bem se vê em “aquelas mãos sem gestos, a saia de merinó, os chinelos rotos, as pelhancas do rosto, a voz compadecida” (p. 26), tendo como pano de fundo a natureza e os comportamentos sociais.

Sua linguagem é uma variedade de linguagens representativas dos usos de uma época, de uma região, de modismos, europeísmos, enfim, é a linguagem representativa de configurações histórico-culturais. A própria imagem símbolo é criada sobre um tupinismo – Tucumã – encontrado “no tanque embaixo do chalé”, que por sua vez é um estrangeirismo,

um termo do patoá dos grisões, identificando o contraste social da região em que uma “casa campestre em estilo suíço” afrontava os que moravam nas “barracas de chão”.

No romance, paisagem, comportamento, personagens, paixões, miséria, intrigas, fofocas, tudo isso compõe o painel portador da temática que está em todas as páginas e, sobretudo, “na alma” (p. 24) de Eutanázio, cujo nome já parece refletir o sofrimento, a “doença do mundo” (p. 24). Mas tudo isso é inteligentemente apresentado com pinceladas sutis do artista plástico, que tem por matéria prima a palavra, a linguagem no seu mais legítimo uso regional, espontânea, em que se misturam o falar caboclo como nesta passagem do moleque Henrique e Alfredo: “– Vou te comê de espeto. – Se come então um passarinho desse? – . Se come e no espeto. Não sabe o que é bom. Pra que tenho mea baladera? ” (p. 22), e palavras, expressões bem populares, ainda hoje de uso regional: brabo, púcaro, pituiu, uruá, tapiri, paineira de farinha, caribé, tosse de guariba, comer manga, benzinho que, te acomoda pequena, o besta que esprema o bolso, esborrachar-lhe o olho, caçoada, ralhar, lambedor, saleta, varanda, valha-me Deus!, variado da cabeça, ora bolas, galinhas goguentas, oiçam, emprenhado, fiteiros, ilharga, birras, eras!, porqueira, aturdido, alcova, axi!, taponas, camisa, tisnados, quanto mais se eu não soubesse que é casado... cuche!

São as comparações ingênuas muito ao gosto popular, ora caracterizando personagens, como em “Eutanázio se fechava no quarto em resmungos e abalava a casa com as pisadas de bezerro brabo...” ora como em, “mas teu irmão Cristino não me pegou rodando na rua feito matinta”, ora em “com a cabeça empinada, o carnaúba, o cacete, a barba de ninho de tamanduá, Guaribão avança”.

Por outro lado, digno de atenção é a forma de tratamento empregado pelos personagens, que vai do “você” cerimonioso, com o uso de “senhor”, “seu”, conforme se vê em “Você está vendo, seu Eutanázio, veja se isto se faz...”. “Pois seu Eutanázio, como você sabe, sete noivados gorados com esse!” ao “tu”, forma usual na área paraense, “Mas te acomoda Irene, te acomoda pequena”.

Enfim, são páginas e páginas numa verdadeira policromia de palavras com o lirismo dos “campos verdes” que “se deixou depois ficar dentro d’água e os morurés florescem entre os peixes”.

Como Alfredo, que “contemplava o clarão da grande noite nos campos”, Dalcídio legou à literatura, ao paraense sobretudo, este romance que reflete a terra e a língua do povo sem o “montepio”, e o ideal que, como para Alfredo, era a luta do escritor.

Em *Chove nos campos de Cachoeira* está o amor de Dalcídio pela sua terra e pelo seu povo e a consciência de que “O povo desta terra vive mais seriamente, mas concentrado, menos em superfície, menos em mudanças e coisas frivolamente exteriores. Poderia conceber aqui um amor eterno como coisa quase possível”, são de Emily Bronte como epígrafe no início do romance.

Autor: Luiz Negrão  
 Título da crítica: Contrastes de Junho  
 Periódico: *A Província do Pará*  
 Local e data: Belém, 24 de junho de 1979

---

Neste mês de junho, época das festas, dos balões, das fogueiras, dos sortilégios, a arte no Brasil carece de melhor sorte. Desapareceram alguns dos seus expoentes. Foram-se, para sempre, Gilda de Abreu, Djanira, Procópio Ferreira e Dalcídio Jurandir.

É essencialmente através de seus ídolos no sentido de projeção que o povo se identifica. Uma identificação mais espontânea, natural, muito mais acentuada do que a que ocorre em relação às lideranças políticas, impostas ou não, principalmente numa sáfara terra democrática.

O brasileiro, é sabido, não é um povo acadêmico, culto, bem diverso daqueles que têm séculos e séculos de tradição, de conhecimentos científicos e culturais, de academias e universidades. A arte, entretanto, independe de cultura, pois o essencial é a sensibilidade. Mesmo sem erudito, o brasileiro é um povo sensível às manifestações artísticas, muito embora lhe falte condições econômicas para cultivar o seu espírito. Tal sensibilidade, até certo ponto ingênua, compensa a ausência de erudição.

As quatro personalidades que desapareceram tiveram, na devida proporção, a admiração de seus contemporâneos.

### **GILDA**

Gilda de Abreu, em meio a múltiplas atividades, destacou-se na música, no canto, e ao lado do marido sempre teve o carinho do seu povo. O ex-vereador Fernando Velasco lembra, comovido, a sua última apresentação em Belém: “Foi no antigo auditório da Radio Marajoara, há muitos anos, no programa “E o espetáculo continua”, que tinha consagrados artistas do “broadcasting” se apresentando nas noites de segunda-feira. Ela cantou como nunca. Ao lado de Vicente Celestino, recebeu demorados aplausos ao encerrar o programa cantando Aleluia”.

A par de ter percorrido o país, com sua companhia lírica, apresentando operetas, também, dentre outras atividades, ela se dedicou ao cinema, destacando-se o filme *O ébrio*, protagonizado pelo marido, constituindo-se a película num grande êxito de bilheteria.

### **DJANIRA**

Outra mulher, sofrida e extraordinária, foi Djanira. De saúde frágil, superando dificuldades, rompeu igrejinhas, impondo-se ao lado de Tarsila e Anita, por exemplo, como um dos grandes nomes da pintura brasileira, tendo deixado uma obra crescentemente valorizada e admirada, inclusive pela crítica.

Foi uma artista voltada para o seu povo, que se comprova na singeleza de sua expressão, em reportagem publicada na Revista Leitura, nº. 45, de março/61: “Confesso que não gosto de falar de minha posição frente à arte enquadrada em pequenos quesitos. Meu encontro com a pintura foi simples, a ela devo um melhor conhecimento do ser humano e compreensão da existência. O que faço na pintura é para desenvolver o meu próprio trabalho, meu modo de ser como artista. Tive sempre por princípio desde o início de minha carreira partir de mim mesma. Frente à minha tela sou uma individualista”.

## PROCÓPIO

A ribalta já está também sem a presença daquele velho feio, baixinho e narigudo. Procópio Ferreira saiu de cena após ter vivido cerca de sessenta anos nos palcos do Brasil, a todos levando a arte teatral, da qual foi um dos maiores. De voz rouca inconfundível, foi uma personalidade marcante que elevou a uma grande dignidade a arte cênica neste país, tão escassa de verdadeiros talentos. Bem ao contrário dos charmosos e fabricados galãs (às dúzias na televisão) atuais “made in Hollywood”, Procópio Ferreira a própria antítese visual do artista. Seu talento e seu gênio como ator fizeram-no, contudo, sobrepujar os senões de seu físico e impor acentuadamente sua presença no teatro brasileiro.

Nos necrológicos publicados na imprensa, há referência do quanto de sacrifício e luta foi sua vida, fazendo lembrar a velha avó da personagem principal do filme *Nasce uma estrela*: “Pagarás um alto preço pelos teus sonhos que realizares”. Nem por isso, Procópio desistia e afirmou que voltaria ao teatro se lhe fosse dado o dom de começar tudo outra vez.

## DALCÍDIO

A literatura brasileira, de igual modo, também foi atingida. Dalcídio Jurandir faleceu e sem receber o reconhecimento público do Pará, cujas pobres Letras regionais tanto elevou, apesar das dificuldades. Salvo o título de “Honra ao Mérito”, concedido a alguns anos pela Câmara Municipal de Belém, através de iniciativa do então vereador Fernando Velasco, e uma pensão pecuniária concedida, ao fim da vida, por ato do ex-governador Clóvis Moraes Rego, ele nada mais recebeu deste Estado.

Dalcídio, porém, não escreveu visando a homenagens. Estas, aliás, agora serão profundas. Vai virar nome de praça, rua, etc., repetindo-se o que aconteceu em relação a Eneida. Quando vivo, nenhum representante do poder público se lembrou de, pelo menos, trazê-lo a Belém, propiciando-lhe o acolhimento que merecia, dando oportunidade para que as novas gerações pudessem conhecê-lo melhor, tendo contato mais próximo com o grande escritor.

Fica a sua obra: um belo painel marajoara e de Belém, sem frases de efeito e rebuscamentos literários. Escreveu seus livros admiráveis na planura do autêntico linguajar caboclo, gostoso, simples, arrevesado e ingênuo e sem qualquer tom caricato. Um dos aspectos de destaque dessa obra literária foi justamente essa peculiar forma de expressão, que apreendeu e soube transmitir mediante o pensar do personagem Alfredo; espelho cristalino do falar paraense. Uma técnica difícil e similar embora bastante anterior, à utilizada por Guimarães Rosa, através do narrador amigo de Diadorim, contando, por exemplo, coisas e fatos do grande sertão e das veredas. O tema requer, no entanto, análise mais profunda.

As novas gerações precisam aprender a gostar dessa obra singular.

Para os literatos ávidos de sucesso, que se iludem com êxito aparente das tardes e noites de autógrafos, Dalcídio deixou uma lição especial, no prefácio corajoso que escreveu para a edição original do *Chove nos campos de Cachoeira* e que intitulou *Tragédia e comédia de um escritor novo do Norte*, narrando suas dificuldades, como, por exemplo, quando não o quiseram aceitar como revisor de jornal.

Nesse prefácio, ressalta que se valeu de amigos (alguns ainda vivos) para pagar o frete postal dos originais do *Chove* e do *Marinatambalo*, no último dia de inscrições ao concurso literário, de âmbito nacional, promovido, salvo engano, pela revista *Dom Casmurro*, no qual o *Chove nos campos de Cachoeira* obteve o primeiro prêmio. Uma vitória que Dalcídio Jurandir comemorou, numa noite de luar, num subúrbio de Santarém, comendo peixe frito e bebendo tarubá.

Numa época em que o êxito literário, musical, teatral ou de exposição de pintura é mensurado por “best-sellers”, paradas de sucesso, casa cheia e concorridas “vernissages”, esses artistas, que este junho ingrato levou, tinha outra dimensão da vida, mantendo a constância do trabalho, sem preocupações com a fama e a riqueza imediatas. Parece que essa gente, bem ao contrário, sentia as realizações pessoais e artísticas no começar de nova obra.

Autor: Sultana Rosenblatt  
Título da crítica: Dalcídio Jurandir  
Periódico: não Identificado  
Local e data: Belém, 16 de julho de 1979

---

Abri o jornal, deparei com o seu retrato e sorrindo lhe falei – É a mesma cara...

A cara que conheci quando moço. Se ele era pobre não lhe importava, era feio nem o sabia. A cara era altiva, do homem satisfeito consigo, e as sobranceiras erguidas, suspensas pela ideia fixa de alcançar o intangível, levantavam-no mais ainda, acima dos vulgares. Não havia dúvida (para a minha pretensa perspicácia) que aquela expressão de plenitude simplesmente significava – Eu sou Dalcídio.

E teria razão, se isso fosse verdade. Antes mesmo de *Chove nos campos de Cachoeira*, o rapaz da terra já projetara um nome a que se apontava com o dedo erguido. Dalcídio ascendia.

Foi num desses fins de tarde luminosos de Belém, ao fundo as velas das barcas do Ver-o-Peso arriadas, que vi Dalcídio assim. Atravessava a rua com ar altivo e decidido, ligeiro como se fosse apanhar lá no horizonte, antes que submergisse, aquela esfera incandescente ainda flutuando sobre a Guajará. Dalcídio corria, desde menino, atrás dum sol. O sol a que todo ser humano deveria ter incontestável direito.

Era a vez primeira que eu o olhava em cheio, e essa é a sua imagem que guardei para sempre. Ele não sabia da minha admiração. E talvez nem soubesse da minha existência.

Nosso encontro aconteceu muitos e muitos anos depois, no Rio de Janeiro. Batemos, meu irmão Isaac e eu, na janela duma casa baixa, Dalcídio espiou sonolento sobre a meia persiana, pediu que esperássemos um pouco. Veio reunir-se a nós, na rua. Ele era meu mentor, meu incentivador, e quem escrevia, generosamente, as orelhas dos meus livros.

Mais tarde recebi uma carta sua. E ficamos para sempre amigos-como-irmãos, sem nunca mais nos vermos nem sequer trocamos correspondência.

Tudo isso me veio à mente num relance retrospectivo, agora, ante sua fotografia. Magro, o vigor dos traços diluído, mas aquela mesma expressão – Eu sou o Dalcídio.

E só então, em outra coluna, achei o porquê da sua presença no jornal de Belém. Não era uma visita à terra querida. Não era outro livro lançado. Nada do que pensei. Dalcídio morreu. Sim senhor! Dalcídio morreu...

Chorar não basta. Vem à tona o que sofremos com ele, pelas suas lutas, seus anseios, suas decepções pessoais. A mesma inquietação com que acompanhamos o labor extenuante que lhes custou, a ele e à esposa, para que *Chove nos campos de Cachoeira* saísse à luz dentro do prazo determinado. E as lembranças ecoam mais dramáticas acompanhadas da sua palavra: “Essa negra e desgraçada vida em que a maioria dos escritores se coloca, subjugados pelo pessimismo, a luta pelo pão e pelo medo”.

Há clarões, porém. Exultamos com a sua vitória. Pensamos nele com carinho, com saudade, com orgulho, lendo os títulos dos seus vários livros.

Quantos ficariam ainda por ser publicados ou concluídos ou ele teria completado a obra que traçara? – “Estou escrevendo uma série de romances, que terão o título geral de ‘Extremo-Norte’. Tenho ainda um, *Companheiros*, já em borrão... Esta vida aqui perturba muito o trabalho literário, mas temos que encontrar condições para trabalhar”.

Contudo ele preferiu a azáfama do Rio à pacatez da Belém daquela época, porque dizia – “Como essa vida de província consome talentos!”

No entanto, longe embora da “província”, era para ela e por ela que escrevia. E ainda me mandava que fizesse o mesmo – “Espero que você leve de Belém uma experiência na base

da qual possa criar novas páginas brasileiras, humanas, necessárias. Você deve olhar, nas mulheres da nossa terra, não só a psicologia individualista que você sustenta na primeira parte do seu romance, mas a humanidade que há na segunda”.

Obrigada, Dalcídio. Como você tenho vivido (há trinta e dois anos) longe de Belém, mas tendo Belém sempre dentro de mim. Acabo de levar para ser publicado na nossa terra querida um livro exatamente nos moldes que você esboça. Pena que tenha acontecido na realidade um sonho, um pesadelo que tive há pouco tempo: bati na sua janela, mas ninguém espiou sobre as persianas.

A janela permaneceu fechada.

Autor: Isaiás Caminha

Título da crítica: Ainda Dalcídio

Periódico: *O Liberal*, publicado na coluna: “Cartas”

Local e data: Belém, 02 de março de 1980

---

Li, em *O Liberal* de hoje, que a Universidade Federal do Pará finalmente tomou a acertada decisão de incluir todos os anos, obrigatoriamente, obra de autor paraense entre as de leitura obrigatória para a prova de Comunicação e Expressão.

A decisão já deveria ter sido tomada há muito tempo, o que não invalida adoção a partir de agora, é claro, principalmente porque só a partir do Pará é que se poderá realmente lançar algum movimento em prol da nossa literatura, já que não temos, como Estado, força suficiente para impor nem sequer nossas reivindicações econômicas, quanto mais nossa literatura...

Assim, é muito justo que nossos vestibulandos leiam de preferência, nossos autores. Não se trata de xenofobia, mas não se pode esquecer o velho ditado que manda prestigiar a prata da casa. Se a nossa em muitos casos, não passa de triste latão diante de uma comparação com outras, também não se deve esquecer que temos aqui nomes capazes de figurar em qualquer antologia, por mais rigoroso que tenha sido o critério de escolha.

Além do mais, existe aí um interessante fator, presente em todas as atividades humanas, e que também aqui não se deve ser esquecido: o financeiro. Imagine quantos livros são vendidos na época do vestibular, e quanto isso rende. No caso de um autor paraense – geralmente eles têm grande dificuldade de vender fora daqui – esse aspecto duplamente interessante, pois representa um aumento significativo para a editora que resolveu investir nele. E todo mundo sabe a dificuldade que é furar o bloqueio e entrar no mercado da literatura, da música etc.

Por isso tudo só lamento – sem desmerecer do excelente Benedicto Monteiro e seu *Carro de milagres* – que ainda não tenha sido desta vez que fizeram justiça a um dos maiores e mais sofridos paraenses, o escritor Dalcídio Jurandir.

Quando a jovem guarda fala tanto em “autor maldito”, “cineasta maldito” e coisa e tal, citando gente que de maldito muitas vezes só tem o rótulo, sempre lembro de Dalcídio, esse sim, o maldito por excelência. Às vezes me divirto ao ver jovens aspirantes à literatura, principalmente no Sul, carregando expressões “malditas” e se dizendo os próprios, mas ou com um nomezinho ilustre a garantir a mesada – como alguns da geração mimeógrafo que tive o prazer de conhecer, em Santa Tereza e Baixo Leblon – ou com algum emprego que garante pelo menos o chopinho.

Já Dalcídio, maldito contra a vontade, nunca para fazer “charminho”, amargou cadeia, desemprego, doença e, o que é pior, viu anos e anos se passarem sem que sua obra fosse pelo menos editada, no todo, quanto mais reeditada. E o homem que teve tanta coerência em suas opiniões políticas, numa dignidade que merece o respeito até de quem o combateu, acabou morrendo em terra estranha, sem poder rever sua Belém do Grão-Pará.

Sobre a qualidade de sua obra, não pairam dúvidas. Os melhores críticos deste país, inclusive nosso Benedito Nunes, se pronunciaram publicamente sobre seu talento de escritor e a grande obra que estava montando sobre o Norte, equivalente às melhores do ciclo nordestino. Sendo assim, qual é o problema? Ou um escritor deve ser julgado por suas convicções políticas e não por sua obra? Enquanto isso, quanto papel se gasta a imprimir mediocridades em todo este país, que estaria aí a atravancar sanitários de silogeus, se não fosse a farta – e grátis – distribuição que se tem cuidado de providenciar em sessões de autógrafos.

E lá vai ficando a coleção marajoara de Dalcídio, incompleta, fragmentada, enquanto ninguém se lembra de que, já que não o reconheceram em vida, pelo menos agora deveriam prestar-lhe a última e mais eficaz homenagem: reunir e reeditar seus livros para que ao menos as novas gerações possam conhecê-lo. E quem é da velha, como eu, possa completar um acervo que foi construído aos pouquinhos, inclusive em sebos.

Nesse aspecto, a Universidade, por sua própria função de vanguarda na cultura de nosso meio, poderia ajudar a reparar uma injustiça. Adotando Dalcídio, dará uma lição a quem se limita a elogiá-lo à boca pequena, ainda temeroso, como o Ubaldo de Henfil, de reivindicar alguma coisa por ele, mesmo agora que já está morto e bem distante de todas as mesquinhas humanas.

Isaías Caminha

Autor: não identificado  
Título da crítica: Relembrando Dalcídio  
Periódico: *A Província do Pará*  
Local e data: Belém, 15 de junho de 1980

---

Amanhã, dia 16, transcorre o primeiro ano de falecimento de Dalcídio Jurandir, tornado “Cidadão de Belém” pela resolução nº. 21 da Câmara Municipal “em reconhecimento aos assinalados serviços prestados à literatura regional e nacional”.

Para reverenciarmos a memória de Dalcídio, relembrando esse dia de luto para as letras e para a cultura paraenses, nada melhor que recorrermos à palavra de Benedito Nunes, em comentário escrito sobre um dos mais expressivos momentos da arte do grande escritor marajoara que é o seu livro *Belém do Grão-Pará*:

“Com a publicação recente de *Belém do Grão-Pará*, que pertence ao primeiro ciclo de romances do “Extremo-Norte” – do qual fazem parte *Chove nos campos de Cachoeira*, *Marajó* e *Três casas e um rio* – Dalcídio Jurandir firma definitivamente o seu nome como introdutor da paisagem urbana da Amazônia na literatura brasileira de ficção.

Belém não figura nesse romance apenas como um pano de fundo tropical. É mais do que um simples conjunto de quadros pitorescos enlaçados para realçar o conteúdo humano da narrativa. A cidade está presente, em *Belém do Grão-Pará*, com a sua atmosfera característica e, mais que isso, com a personalidade inconfundível de seus aspectos sociais, integrando um vasto panorama, uma paisagem, que é a síntese da sociedade do “Extremo Norte”.

A Belém que polariza a ação do romance, e que define a situação dos personagens, dentro das distintas camadas da população urbana, é a metrópole dos primeiros anos que se seguiam ao debacle econômico da Amazônia, em consequência da perda do monopólio mundial da borracha.

Dalcídio Jurandir alcança a transfiguração poética de Belém. E isso ele consegue especialmente devido à interferência de Alfredo, que vem de Cachoeira para a companhia dos Alcântaras, a fim de completar os estudos na cidade grande... São os seus olhos de menino-do-sítio, de matuto, de bicho-do-mato, que descobrem os recantos e os segredos de Belém: as ruas sombreadas de mangueiras, o Largo da Pólvora sonolento, com o Teatro da Paz, neoclássico, no meio das verduras, as casas baixas, ajaneladas, de corredor ou puxadinha, os sobrados revestidos de azulejos que brilham ao sol... Alfredo surpreende, também, a riqueza pictórica do Ver-o-Peso, inseparável de sua densidade humana. É na fase das águas-grandes, das enchentes de abril, “viva maré de março visitando o mercado de ferro, lojas e botequins... As canoas no porto veleiro, em cima da enchente, ao nível da rua, de velas içadas, pareciam prontas e velejar cidade adentro, amarrando os cabos nas torres do Carmo, da Sé, do Ver-o-Peso, de Santo Alexandre, e nas sumaumeiras do arraial de Nazaré”...

Autor: Evaristo Cardoso

Título da crítica: A homenagem que Dalcídio merece

Periódico: *A Província do Pará*

Local e data: Belém, 19 de junho de 1980

---

RIO – Leio por gostar e dever de ofício, jornais de todo o Brasil. E tenho verificado a existência de movimentos salutares, como por exemplo, na área da cultura. São movimentos jovens, são velhos homens de letras a oferecerem algo de novo para o leitor de hoje, embora bem saibamos que poucos leem. São murais expressando o que o jovem de hoje pensa sobre a literatura, nos mais variados sentidos. Pois graças a essas leituras, lembrei que nós tivemos o excelente Dalcídio Jurandir, que a morte levou ainda cedo. Que não teve ou não recebeu a homenagem que merecia. De reconhecimento ao seu talento e a sua força interior, Dalcídio plasmou na sua velha e sempre lembrada Cachoeira do Arari, a saga que marcaria o tipo humano com características bem brasileiras. E não se afastou um “só instante” desse caminho que talvez fosse o seu “ferro de marear”. Estou imaginando que o nosso Conselho Estadual de Cultura do Pará poderia marcar, também, o nome de Dalcídio, definitivamente, no mural da cultura paraense, criando um prêmio com seu nome, para ser oferecido a quem melhor escrevesse um ensaio literário sobre problemas humanos e sociais do Pará. Humano e social, poderia parecer contra-censo, mas não o é. O jovem, o literário enfim, poderia escrever sobre determinada figura do passado; enquanto outros poderiam levantar os problemas sociais em todos os seus ângulos. Ensaio sereno, limpo, do ponto de vista de cada um, claro.

A nossa querida professora Anunciada Chaves e seus ilustres pares do Conselho Estadual de Cultura teriam oportunidade de encontrar a melhor forma de estabelecer o critério para o tipo de trabalho, o tempo de apresentação, a premiação e o valor. E a sugestão – a ideia é simples sugestão – seria mais abrangente: não apenas uma vez, mas todos os anos. Se o nosso igualmente bravo Georgenor Franco permitir, estenderia a ideia até ao plenário da Academia Paraense de Letras, para que encontrasse meios para a criação do prêmio “Dalcídio Jurandir”. É tempo, acho, de manter viva, um pouco da memória literária paraense.

Vejo em Dalcídio Jurandir a figura humana que sempre foi, simples e amigo. Não discuto a sua filosofia política, porque isso fazia parte de sua vida. Apenas exalto as suas qualidades de homem de pensamento, a sua inteligência. Não foi um homem de gestos largos, com muitos que abrem os braços à distância, para saudar os que o chamam de amigo. Mas justamente por isso, por ser um introspectivo, que a ideia da homenagem me parece justa. Imagino que o CECP e a APL poderão absorvê-la. De qualquer maneira, fica a sugestão. Generosos são tantos quantos gostam do que Dalcídio escreveu. Os jovens encontrarão motivos para criar, na literatura, alguma coisa nova, na maneira de dizer. Se todos puderem ajudar, que se transformem em Mecenas do vasto solar literário do Pará.

Autor: Rosa Coelho de Assis<sup>36</sup>

Título da crítica: A fala cabocla em *Passagem dos inocentes*, de Dalcídio Jurandir

Periódico: *O Liberal*, publicado na coluna: “2º. Caderno – Estudos paraenses”

Local e data: Belém, 15 de novembro de 1983

---

*Passagem dos inocentes* é entre todos os romances de Dalcídio Jurandir uma obra que espelha e estampa a linguagem popular do caboclo paraense em seus contextos rural e suburbano, e isso com tanta simplicidade e pureza de expressão, com tão pitoresca e viva peculiaridade que o tornam uma figura ímpar no cenário da língua portuguesa no Brasil, justamente por ter sido um afeiçoado conhecedor do material linguístico de que se valeu em seu romance – da vida e dos costumes do nosso povo interiorano, do “caboco” paraense em toda a sua expressão.

Vinte anos nos separam da publicação dessa obra prima da literatura paraense, entretanto, as palavras e expressões recolhidas e selecionadas pelo escritor para sua composição foram tão pertinentes e tão fortes, que ainda hoje, conforme constatamos em nossas recentes pesquisas de campo, permanecem vivas em nossa linguagem popular interiorana e suburbana.

Assim, aqui, e acolá, quando o escritor narra fatos, descreve paisagens, recorda acontecimentos, o faz quase sempre, oferecendo-nos um abundante material folclórico, linguístico e dialectológico, acompanhado de um sem-número de ditos e modismos regionais, que o povo cria, recria, recolhe e armazena, esperando o instante para contá-los, ou melhor, falá-los. Essa fala se enriquece com as crendices, juras, pragas, superstições, que quando contadas pelo povo, como vividas, tem um sabor mais pitoresco, pois são sempre narradas de forma livre e espontânea e algumas vezes mesmo com certo medo e respeito, ou mesmo em tom jocoso, essa linguagem não perde seu tom descontraído e simples.

Tudo isso, em *Passagem dos inocentes* está distribuído harmoniosamente nas mais variadas formas de discurso, utilizando-se o autor de frases curtas ou longas, de frases de momento ou de situação, de frases puramente nominais, e de tantas orações e períodos por vezes entrecortados gerando um clima bem mais de fala do que de escrita. Assim também, o autor utiliza outros recursos de expressão, visando ressaltar a feição extremamente brasileira e paraense da língua “falada”, dando a cada passo de seu romance um tom de conversa interiorana, e, em menor escala, de conversa suburbana. Com isso o romance nos surpreende a cada nova página pela presença marcante de nosso caboclo, pois Dalcídio Jurandir falando por eles, e com eles, nos coloca defronte deles, num contato próximo e puro da linguagem.

Não poderíamos deixar de mencionar um dos grandes momentos dessa fala no romance, que é justamente quando o autor apresenta inúmeras formas de despedida e de pedir desculpas, tão variadas e pitorescas. Essas formas não são apenas apresentadas, mas comentadas pelo próprio romancista, sem a menor preocupação teórica ou analítica, mas sim pelo gosto, do escritor, de ele mesmo comentar, em ato, e ao vivo, a peculiaridade e a expressividade da linguagem, seus dizeres, suas “delícias”, seus modismos que a ele mesmo o envolveu – tácito interlocutor, que escuta o que escreve – nas “conversas” do livro.

O universo dalcidiano é tão simples que para ser visto, escutado, entendido, sentido, enfim, descoberto e reconhecido não precisa de largas interpretações literárias, mas de pura e simples atenção e sensibilidade à língua viva e direta – tirada da boca do povo – na qual esse universo configura-se.

---

<sup>36</sup> Mestra em língua portuguesa e professora da UFPA.

Vejamos, pois com suas próprias palavras e apreciações, algumas dessas fascinantes e variadas expressões de despedida e de desculpas, que tanto caracterizam e enriquecem a fala de nosso caboclo, essa fala que o não-erudito escritor tão bem conheceu, reconheceu, reescreveu de tanto que ouviu, tanto que sentiu, e tão entendeu: “Tio Antônio e tio Sebastião iniciavam as suas despedidas também, um tal de cumprimentos, o pelo sinal no oratório, o óbulo para a Irmandade, o apertar mão a mão, o muito adeus, desculpe a má palavra, algumas brincadeiras, não foi por gosto, não leve em conta o mal agrado, que Alfredo se admirava de tanta diplomacia e isso era bom. Seu Almerindo, quase confidente, lhe deu o seu abraço:

– Os seus tios puxam uma cortesia fina. Debaixo daquela cor, é aquela alvura. Debaixo daquele couro cru é aquela seda. Veja neles o seu mais fino espelho do melhor cristal. São Sebastião de Santana te acompanhe. Te acompanhe e sempre bom vento sopra nas velas do teu tio. Que a Nossa Senhora da Boa Viagem vá abordo”.

A preocupação de Dalcídio Jurandir de selecionar o vocabulário que utiliza no romance, é outra faceta capital na sua obra e da sua inteligência e sensibilidade, pois consegue, com precisão utilizar as palavras mais usuais da fala cabocla; e assim o vocabulário de Dalcídio acaba sendo o vocabulário do próprio homem interiorano. Por isso não é difícil tropeçarmos com um “axi”, um “bubuiar”, um “panema”, um “disque”, um “saru”, e tantos outros vocábulos que aparecem no romance, na boca dos personagens, com tanta prioridade de emprego, que dão a sua fala uma tonalidade muito peculiar.

Dalcídio não apenas registra as palavras, mas por vezes, quando necessário comenta-as, dando as mesmas uma nova feição e porque não dizer uma nova interpretação, como se pode ver com o emprego de “saru”, vocábulo de origem indígena, de uso tipicamente marcante da fala e da experiência cabocla, e que por isso mesmo Dalcídio, além de empregá-la em certo passo de seu romance, sentiu-se atraído a inserir nele toda uma consideração sobre a mágica e estranha palavra. Assim, ele próprio nos diz: “Saru, obra de um maléfico, um simples mau-olhado, que torna a pessoa imprestável durante um pouco tempo ou muito, e faz imprestável toda e qualquer coisa que apalpe, olhe, deseje, o próprio semelhante que lhe dê a mão. Pobre Antônio Emiliano. Saru, é quando o mato empanemou, não dá mais caça, empanemou o cachorro, o caçador, a espingarda. Saru o lago que anzol nenhum puxa peixe, saru se diz da mulher prenha e de quem a emprenhou. Ela, prenha, estava? De um bicho a sua prenhez, de quantos nove meses? Esqueci os meus panos de lua na beira do rio, por isso a cobra me emprenhou? Prenhez que deixou o navio, o comandante saru. Lá depois se soube, no Solimões, o “Trombetas” no fundo. E saru este casamento. Eu mesma me amaldiçoei? Mas foi o homem dizer eu vou por uns dias então boa viagem, benze-te, benze-te, Celeste, neste momento deu peixe no lago, caça no mato, baixou a prenhez, não mais saru e lá em baixo o cabeça de gemada bebendo num lírio”.

Se analisarmos o romance segundo as áreas da fonética, da morfologia e da sintaxe da língua portuguesa, vamos novamente encontrar nele, traços característicos dessas áreas, empregados à luz da fala cabocla, pois o autor novamente faz questão de registrar o que ouve e como ouve, dando mais uma vez ao seu romance um tom de conversa interiorana. É como se ele “narrador-caboclo” conversasse com o leitor, dando a sua narrativa mais um caráter de fala do que de escrita propriamente.

Assim, ressalta-nos logo a presença de palavras gráficas como ouvidas, de construções e de empregos de expressões ao gosto popular, como se pode ver em “a moda que”, “cadê”, “evem”, “este-um” e tantas outras expressões do mesmo gênero e do mesmo gosto, ao lado de formas por vezes inflexionáveis do ponto de vista gramatical, por isso mesmo carregadas de afetividade e espontaneidade, que brotam impulsivamente da fala do nosso caboclo, e do espírito sensível de nosso autor.

Em síntese, a linguagem popular utilizada por Dalcídio Jurandir, ouvida e colhida da boca do povo, se reflete exatamente o modo de ser e de falar do caboclo paraense, o qual

quando conta um fato ou acontecimento, é como se o vivesse, pois o apresenta vivo, nítido, perceptível como que até nos lábios. E, mais uma vez o nosso romancista conseguiu levar ou transpor para o romance, além da linguagem verbal, falada, a linguagem gestual, a linguagem dos lábios e dos olhos do nosso interiorano paraense.

Não é sem razão que Dalcídio Jurandir ao receber o prêmio Machado de Assis, conferido pela Academia Brasileira de Letras, em 1972, pelo conjunto de sua obra, foi saudado por Jorge Amado com estas palavras: “Seus romances em torno da vida do grande rio, na cidade de Belém, na ilha do Marajó, forma a grande saga do Extremo-Norte, conjunto novelístico a situar a paisagem e o homem da Amazônia em nossa geografia literária com grande e poesia pouco comuns”.

Autor: João Carlos Pereira  
Título da crítica: Dez anos sem Dalcídio  
Periódico: *O Liberal*  
Local e data: Belém, 16 de junho de 1989

---

As Laranjeiras não o veem faz dez anos. Ele amava aquele lugar. Rio de Janeiro. Centro. Dez anos sem Dalcídio – essa casmurra criatura, o maior romancista do Brasil do século que se finda e que não encontrou quem, nesse tempo, ao menos o igualasse. São dez anos sem Dalcídio e sem nenhum outro grande romancista paraense que houvesse edificado uma obra que, por si só, representasse a saga da terra e da gente da Amazônia.

Os dez anos da morte de Dalcídio Jurandir registram, mais viva do que nunca, a presença do autor de *Chove nos campos de Cachoeira* na literatura brasileira. Dele se poderia dizer o que Alceu Amoroso Lima disse de Clarice Lispector: “ele não escreve como ninguém. Ninguém escreve como ele”. Por isso, pelo fato de não ter feito escola, Dalcídio vem a ser único exemplo de um texto que é regional sem deixar de ser universal. E que brilha pela maneira ordenada com que lustrou a palavra. Cada palavra de sua imensa obra – o “Ciclo Extremo Norte”.

“Dalcídio escrevia um romance várias vezes. Escrevia e reescrevia, escrevia e reescrevia até ficar de seu completo agrado”, lembra a viúva do escritor, dona Guiomarina Pereira, que acompanhou de perto boa parte da elaboração da saga Amazônica, hoje reeditada pela Gráfica e Editora Falângola. “Relançar Dalcídio é uma obrigação, um dever que cumprimos com prazer, dada a importância desse autor para a cultura brasileira e, em especial, para os paraenses”, garante o editor Giorgio Falângola.

Dez anos depois de sua morte, Dalcídio Jurandir permanece vivo na memória do Pará – e do país – mas se mantém (ou é mantido oculto aos olhos de uma juventude que toma tacacá e se espanta com pergunta: “quem foi, você conhece, já ouviu falar em Dalcídio Jurandir?” Não, quase sempre é a resposta. Mas Dalcídio não está sozinho no desconhecimento da juventude. Eneida, sua amiga querida, foi confundida, semana passada, por um estudante da Escola Técnica, com uma “candidata do Ceará à Presidência da República, que, até o momento, ainda não apareceu no mapa político do país. “É incrível como não se conhecem as grandes personalidades da literatura paraense”, lamenta a diretora da Biblioteca Pública do Pará, Valdéa Cunha da Silva, que, na próxima segunda-feira, inaugura a 11ª. Semana do Escritor Paraense, homenageando Eneida.

Apontado por Benedito Nunes como o “introdutor da paisagem urbana da Amazônia na literatura brasileira de ficção”, Dalcídio segundo Fausto Cunha, “é um regionalista, mas não fez regionalismo pelo regionalismo. Os vocábulos regionais inserem-se no texto sem violência, sem a busca do exotismo, por isso não perturbam a leitura com aquelas obscuridades enervantes que tentam mascarar a falta de cor local com expressões e termos da área”. Ao contrário: em Dalcídio – e quem diz isso é Jorge Amado, amigo e admirador do escritor paraense – alguns romances fazem lembrar “certas músicas tocadas em órgão, lentas e profundas”.

Profundo e original, o autor de *Chove nos campos de Cachoeira* morreu sem rever Belém. A sua *Belém do Grão-Pará*, único documento, única lembrança que se tem – através da capa – dos velhos sobrados com azulejos cor de rosa, edificados na Brás de Aguiar com Benjamim Constant. “Foi uma Belém que existiu e que Dalcídio, que o fez em muitos de seus livros, preservou”, observa Maria de Belém Menezes, que por muitos anos trocou correspondência com ele.

Hoje, Dalcídio é memória e esquecimento desta cidade, que deixou de ser a província do Pará para ser a terra de Dalcídio Jurandir, monge das Laranjeiras. Amigo do silêncio e do açai. Um homem que viveu para a liberdade, e só a conseguiu em plenitude – na literatura que inaugurou.

Autor: Ronaldo Bandeira

Título da crítica: Dalcídio, sempre Dalcídio

Periódico: *Diário do Pará*, publicado na coluna: “Ponto de Vista”

Local e data: Belém, 23 de junho de 1989

---

Na semana passada havia reservado este espaço para uma pequena homenagem a Dalcídio Jurandir, justo no momento que lamentamos os dez anos do seu desaparecimento – ao menos terreno.

Disse que havia reservado o espaço, entretanto o ódio foi maior que a homenagem e terminei por depositar no papel a minha ira sobre os desumanos acontecimentos da Praça da Paz Celestial, fato que ainda hoje está rendendo “suítes”.

Mais sereno, volto minha pena para o inesquecível escritor de *Chove nos campos de Cachoeira*. E, qual um idiota repetiria a inevitável frase:

– Ué! Parece que foi ontem.

Parece que foi ontem, mas não foi, faz um tempão.

Conheci Dalcídio Jurandir num dos apetitosos almoços dominicais de D. Fifi, sua irmã e mãe para alguns estudantes paraenses radicados do Rio.

Dalcídio Jurandir às vezes costumava aparecer nesses almoços no confortável apartamento da Tijuca e lá que o conheci. Simples, discreto, caladão, apresentava ser um homem muito sofrido o que levava os mais apressados a concluírem ser um pobre coitado e a verdade não é bem assim: tratava-se de um homem discreto, voltado por seu imenso mundo interior, um cidadão pouco afeito às badalações e modismos vulgares.

Parecia viver o seu mundo que podendo não ser tão importante para alguns, era o seu mundo.

Muitas vezes observei-o na extinta Livraria São José com Drummond, e outros importantes homens de letras. Tinha boas amizades, andava bem acompanhado. Assim entendo.

Um homem impressionante, um romancista maior, singular e, regional com um universalismo claro, límpido, amazônico. Confesso que mais tempo possuísse, mergulharia fundo em sua existência em busca de uma biografia.

Leio a preocupação de alguns sobre um precoce esquecimento da obra e do homem Dalcídio Jurandir. Confesso não comungar desta opinião. Dalcídio é eterno porque sua obra é perpétua, inabalável. Pérola aos poucos.

Para os que ainda não o conhecem, transcrevo parte do escrito de Maria de Belém Menezes publicada aqui no *Diário*, no dia em que o escritor completava dez anos de falecimento:

“Neste 1989, a 10 de janeiro teria completado 80 anos. Nascido na Vila de Ponta de Pedras, Ilha de Marajó, recebeu o nome de batismo que muitos desconhecem: Dalcídio José Ramos Pereira. Mais tarde, na vida literária, adotaria o pseudônimo de Dalcídio Jurandir, para construir um conjunto de livros, glória para o romance regional.

Sua vida de lutas, de pobreza, de angústia social, deixou refletida em suas obras, em artigos de jornais, em poesias – e os seus personagens testemunham o idealismo que alimentou toda a existência do nosso romancista.

Foi o nosso Machado Coelho quem escreveu, em 1941, a primeira crítica à obra de Dalcídio Jurandir, em torno do seu primeiro romance *Chove nos campos de Cachoeira*.

Pelo seu primeiro romance *Chove nos campos de Cachoeira* Dalcídio Jurandir recebeu o primeiro prêmio no concurso “Vecchi” – Prêmio Dom Casmurro. Deixemos que fale o romancista sobre o romance e o prêmio, nas palavras que escreveu na primeira edição

do livro: “É um livro tão meu que não sei falar bem dele, não sei explicar finalmente. Tem toda a desordem, os defeitos, as lutas de um livro sincero... Tive uma grande homenagem por causa do prêmio. Fui com meu amigo Cronge da Silveira a Santarém, tomar tarubá na casa de Dona Ana, no bairro da Aldeia. A casa de palha, o chão batido e as moças simples e alegres cumprimentaram o “escritor premiado”.

Tudo simplicidade. A modéstia dos deuses.

Autor: Paulo Nunes

Título da crítica: Para (re)conhecer Dalcídio - Dalcídio Jurandir: regionalismo de raízes profundas

Periódico: *O Liberal*, publicado na coluna: “Caderno Dois”

Local e data: Belém, 28 de junho de 1989

---

Parece irônico que no momento em que fez dez anos que perdemos Dalcídio Jurandir, a *Revista Sala de Aula*, importante órgão de divulgação das questões educacionais brasileiras, faça referência à literatura amazônica, como uma literatura que possui apenas um inegável valor documental.

A Amazônia, após o bárbaro assassinato de Chico Mendes, no Acre, passou a ser alvo de atenção dos brasileiros e, muito mais, de estrangeiros que veem em nossa floresta a última redenção para o ar que o mundo respira. Esta “descoberta” motiva uma série de discussões a respeito da região norte brasileira.

Pois bem, a publicação de junho deste ano de *Sala de Aula* dedica à Amazônia uma edição inteirinha. Fato histórico e louvável. Sugere a revista, roteiros de trabalho sobre temas amazônicos, nas várias áreas de conhecimento. Sugestões que, de um modo geral, nos parecem coerentes. O “escorregão” aconteceu quando a revista se pôs a comentar sobre a literatura brasileira produzida na Amazônia.

O artigo – que não está assinado – vale-se de uma declaração do professor Alfredo Bosi, em sua *História concisa de literatura brasileira*, para afirmar que, lançadas as bases para a literatura regionalista por Inglês de Sousa no século XIX, nada foi feito em nossa região, que justifique, esteticamente, constar como destaque na Literatura Brasileira. Este, o primeiro pecado. Pecado maior vem depois: a literatura produzida na Amazônia não chega aos pés daquela de ilha regionalista produzida por José Lins do Rego e Graciliano Ramos. Ora, é inquestionável o valor artístico da obra dos escritores nordestinos citados, como é inquestionável que a Amazônia produz uma literatura, há muito, madura e de valor intenso e extenso.

O artigo vai mais longe e declara, ainda valendo-se de Bosi, que a produção amazônica modernista é constituída de romances que encarnavam um regionalismo menor, amante do típico, do exótico, e vazado numa linguagem que já não era acadêmica, mas que não conseguia, pelo apego a velhas convenções narrativas, ser livremente moderna. “Quanto desconhecimento, não? A declaração ainda se torna mais absurda no momento em que, para ilustrar a afirmativa a revista cita como exemplo Dalcídio Jurandir, o que prova um profundo desconhecimento que existe sobre nossa produção literária.

Falar que a literatura de Dalcídio é exótica e de linguagem medíocre é desconhecer a obra deste que é, sem sombra de dúvidas, um dos maiores escritores brasileiros.

A universidade das obras compõe o “Ciclo do Extremo Norte” – como o próprio Dalcídio denominou – pode ser constatada e sentida em qualquer livro do ciclo. Basta ler Dalcídio para sentirmos os conflitos humanos, conflitos que poderiam ter se sucedido em qualquer lugar do mundo. Nunca sentimentos como a saudade, o medo, a perda, o amor são sentimentos exóticos. A temática da obra de Dalcídio está contextualizada profundamente com coisas da Amazônia. Poucos, na literatura brasileira, tiveram competência para trabalhar um regionalismo de raízes profundas que extrapolasse para o universal.

A linguagem dos livros do escritor de Ponta de Pedras é inquieta, criativa e inovadora tanto no plano semântico, quando as palavras adquirem significações novas, quanto no plano sintático, quando da frase e do período florescem vocábulos entremeados em construções totalmente novas. Dalcídio, antes de entregar uma obra ao editor, a reescrevia várias vezes. A

elaboração estética das palavras era um compromisso. Como era um compromisso a denúncia dos males sociais do capitalismo que surgem, sem panfletarismo, em seus livros.

Talvez seja oportuno se diferenciar regionalismo de regionalice. Se um autor pega as palavras aleatoriamente e começa, como um cego no meio do tiroteio, a rimar açáí com bacuri, tacacá com vatapá, num contexto oco, vazio, estamos diante da regionalice. O regionalismo é diferente. Na literatura regionalista, o escritor trabalha as palavras preparando o contexto em que elas vão se sentir. Cada palavra é como um ponto de tear. A habilidade do escritor pode levar o leitor a sentir o cheiro de um lugar, de uma fruta, de uma pessoa sem, sequer, citar diretamente palavras relacionadas a esta fruta, a esta pessoa, a este lugar. Isso – também – é regionalismo. Leia Dalcídio para crer!

Por estarmos desviados do “eixo cultural” Rio-São Paulo, muito de nossa produção nem sequer é conhecida. Quantos poetas, romancistas, contistas de valor não existem no Acre, no Amazonas, no Amapá, em Rondônia, em Roraima, no Pará? ... Estamos cansados dessa marginalidade. Querem um exemplo? Inglês de Sousa introduziu o Naturalismo literário no Brasil. Qual o livro didático que reconhece este fato? Quais as antologias que fazem justiça à poesia afro de Bruno de Menezes, à poesia amazônica de Paes Loureiro e Rui Barata, às trovas de Antônio Juraci Siqueira, ao lirismo de Eneida de Moraes e Lindanor Celina? ...

Tudo o que está sendo dito aqui não traz nenhum conteúdo bairrista, como muitos podem pensar. Nosso objetivo é única e exclusivamente o de fazer justiça à produção já bastante expressiva da Amazônia e, um escritor que o tempo há de reconhecer e que o Brasil há de (re)descobrir. Um escritor que merece imediata reedição e distribuição nacional (o que – temos certeza – será feito pelo senhor Giorgio Falângola, detentor do direito de edição e, sobretudo sensível incentivador de nossas letras)...

Dalcídio se destaca justamente por produzir uma literatura que reelabora a visão exótica que se tinha (e, infelizmente, ainda tem) da Amazônia. Estudado na França, onde é tema de tese de doutoramento, o escritor marajoara certamente terá seu lugar ao sol, mais cedo ou mais tarde. Questão de tempo? E por falar em tempo Drummond disse certa vez:

“Chove nos campos de Cachoeira / e Dalcídio Jurandir já morreu. Chove sobre a campa de Dalcídio Jurandir e sobre qualquer outra campa, indiferentemente. A chuva não é um epílogo, / tampouco significa sentença ou esquecimento. Falei em Dalcídio Jurandir, como poderia falar em Rui Barbosa ou no preto Benvindo da minha terra ou Atahualpa (...)”.